

SEMIOLINGUÍSTICA E RETÓRICA: INTERFACES

João Benvindo de Moura
Max Silva da Rocha
(Organizadores)



SEMIOLINGUÍSTICA E RETÓRICA: INTERFACES

João Benvindo de Moura
Max Silva da Rocha
(Organizadores)

 editora
PATHOS

1ª edição

Copyright © do autor

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

FICHA CATALOGRÁFICA

M929s MOURA, João Benvindo de / ROCHA, Max Silva da
Semiolinguística e Retórica: Interfaces /
João Benvindo de Moura, Max Silva da Rocha
(organizadores) - Teresina: Editora Pathos, 2021.

331p.

ISBN 978-65-994244-1-0 [digital]

1. Linguística. 2. Retórica. 3. Discurso. 4.
Semiolinguística. I. Título.

CDD 410

Imagem da capa:

“The Death of Socrates”, pintura a óleo por Jacques Louis David em 1787, disponível em <metmuseum.org/art/collection/search/436105>

Diagramação, capa e projeto gráfico:

Vinícius Alves

Conselho Editorial:

Argus Romero Abreu de Moraes (IFCE); Bruna Toso Tavares (IFPB); Carlos Ângelo de Meneses Sousa (UC-BSB); Edmilson José de Sá (UPE); Ida Lúcia Machado (UFMG); João Benvindo de Moura (UFPI); Ivanete Bernardino Soares (UFOP); Márcio Rogério de Oliveira Cano (UFLA); Max Silva da Rocha (UNEAL); Rony Peterson Gomes do Vale (UFV); Rosane Monerrat (UFF).



contato@editorapathos.com.br
editorapathos.com.br
Teresina - Piauí
2021

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
APRESENTAÇÃO	8
O ORADOR JESUS DE NAZARÉ E O SERMÃO DO MONTE À LUZ DA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA	14
Max Silva da Rocha	
João Benvindo de Moura	
ENTRE O ETHOS DE IMPOTÊNCIA E O DE SUPERAÇÃO: O ANTAGONISMO NOS DISCURSOS DE MULHERES MARGINALIZADAS	36
Adriana Rodrigues de Sousa	
A ENCENAÇÃO ARGUMENTATIVA EM PROJETOS DE PESQUISA	52
Amanda Gabriella Lima Leal	
O PROPÓSITO COMUNICACIONAL NOS DISCURSOS DA REVISTA MÁTRIA: EVIDENCIANDO A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO	70
Ana Carolina Carneiro de Sousa	
ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO CONTO UNS BRAÇOS, DE MACHADO DE ASSIS: A ORGANIZAÇÃO DA LÓGICA NARRATIVA	92
Ana Jackelline Pinheiro Porto	
“COMPRAR A LIBERDADE”: UMA ANÁLISE DOS ETHÉ DE NATHALIA ARCURI	108
Ariane Castro Alencar	
OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS ACERCA DA PANDEMIA NAS TIRINHAS DE “ARMANDINHO”	122
Camila Magalhães Linhares	
DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA INTERNET: O ETHOS E OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS UTILIZADOS NOS DISCURSOS DE ÓDIO	136
Fabrício de Oliveira Nobre	

UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO CONTO “O HOMEM DOS SONHOS”, DE MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO	150
Francisca Jaqueline Ferreira de Oliveira	
O SILÊNCIO E A FÚRIA: A CONSTRUÇÃO DO ETHOS DE EDINHO POESIA EM MINIDOCUMENTÁRIO PRODUZIDO PELA TRIP TV	168
Heron Ferreira da Silva	
A ORGANIZAÇÃO DA LÓGICA E DA ENCENAÇÃO NARRATIVA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO FEMININO EM FILMES DA DISNEY	190
Janayna Rocha da Silva	
Ilana da Silva Rebello	
A RELAÇÃO CONTRATUAL-DISCURSIVA NA REPORTAGEM “A LIVE BOMBOU”, DA REVISTA REVESTRES	212
Jaqueline Salviano de Sousa	
O ETHOS DE JOJO TODYNHO, EM A FAZENDA 12: UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA.....	230
Jessica Carvalho Sales	
IMAGEM REPORTADA E SUJEITO DE ENUNCIÇÃO: ABORDAGEM SEMIOLINGUÍSTICA DO TRAÇADO RETÓRICO DE UMA VOZ QUE DIZ DA CIDADE	246
José Magno de Sousa Vieira	
OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NOS DISCURSOS DO BISPO EDIR MACEDO	260
José Maria de Melo Sousa	
O PIAUÍ NA TEIA DOS DISCURSOS: OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NA FICÇÃO DE FONTES IBIAPINA.....	282
Luis Felipe da Silva Castelo Branco	
A CONSTRUÇÃO DO ETHOS DO GOVERNO BOLSONARO EM CAPAS DAS REVISTAS VEJA E ISTO É: AS ESTRATÉGIAS DO DISCURSO	300
Maria Juliana Feitosa Guimarães	
O DISCURSO JURÍDICO E AS PROVAS RETÓRICAS EM UM PROCESSO JUDICIAL: ANÁLISE DE UMA PETIÇÃO INICIAL	314
Patrícia Rodrigues Tomaz	
SOBRE OS AUTORES	324
ÍNDICE REMISSIVO	328

A origem da Retórica é atribuída a Aristóteles cuja sistematização dos estudos sobre os meios de persuasão permitiram forte ascensão dessa disciplina numa sociedade ateniense que primava pela democracia, exercida, sobretudo, através dos debates públicos. Sufocada pelo conceito de verdade absoluta instituído no mundo medieval, a Retórica cai em declínio, renascendo tempos depois, porém, esvaziada do aspecto dialético e da concepção de persuasão ocasionada pelo discurso, reduzindo-se à arte de bem falar, caracterizada pelos meios de expressão ornados e agradáveis da Poética.

Uma Nova Retórica surge nos anos de 1950 através dos estudos de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. Com o advento da teoria do discurso formulada por Pêcheux uma década depois e fortemente marcada pelo aspecto ideológico, as abordagens retóricas foram consideradas excessivamente tradicionais, conservadoras e reacionárias, por derivarem de uma visão de mundo clássica. Na introdução de sua obra *Semântica e discurso*, publicada em 1975, este autor afirma ainda que a Retórica “pressupõe um manejo consciente da linguagem, premeditado por um sujeito soberano”, algo inadmissível para uma proposta teórica calcada no assujeitamento.

Uma aproximação efetiva entre a Retórica e a Análise do Discurso ocorreu a partir dos anos de 1990 através dos trabalhos dos linguistas franceses Patrick Charaudeau e Ruth Amossy. Considerada a sucessora de Perelman na recuperação dos estudos retóricos, Amossy propõe uma análise argumentativa do discurso, partindo de clássicas considerações filosóficas e aliando-as aos elementos próprios das Ciências da Linguagem.

Já o linguista francês Patrick Charaudeau, ao propor a sua Teoria Semiollingüística, considera a linguagem como um fenômeno psicossocial, passando a conceber o sujeito como uma instância dotada de intencionalidade, capaz de utilizar-se de estratégias discursivas para convencer, persuadir ou manipular, relativizando, assim, a noção de assujeitamento até então dominante.

Ao transportar a noção de *ethos* da Retórica para dentro da Análise do Discurso, como o fizeram antes pesquisadores como

Dominique Maingueneau e Ruth Amossy, Charaudeau inova ao afirmar que não existe uma imagem única de nenhum sujeito, mas que cada orador projeta uma multiplicidade de imagens (*ethé* – plural grego de *ethos*) classificadas, no discurso político, por exemplo, como pertencentes a dois grandes grupos: *ethé* de credibilidade e *ethé* de identificação.

Ao propor os Modos de Organização do Discurso, Charaudeau dá uma ênfase especial ao modo argumentativo que retoma, em certa medida, os estudos retóricos de Aristóteles e o Tratado da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca, agrupando-os em dois blocos: a lógica e a encenação argumentativa.

É neste amálgama entre a Retórica e a Semiologia que esta obra se situa. Buscando aplicar este instrumental teórico para analisar modernos e complexos gêneros discursivos, pesquisadores diversos apresentam os resultados de seus trabalhos em dezoito capítulos, procurando desvelar os efeitos de sentido que emanam do mundo que nos rodeia.

João Benvindo de Moura

Professor e pesquisador da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Max Silva da Rocha

Professor e pesquisador da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)

APRESENTAÇÃO

Este livro intitulado “Semiolinguística e retórica: interfaces” está fundamentado na Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso e na Retórica aristotélica. A primeira foi proposta por Patrick Charaudeau a partir de 1983, na França, fruto da tese de doutorado do referido autor; a segunda existe desde o século IV a.C. e foi sistematizada pelo filósofo Aristóteles. Ambas as teorias possuem mais aproximações do que distanciamentos, sobretudo por compartilharem do mesmo objeto: o discurso.

Assim, a obra que apresentamos é composta por dezoito capítulos redigidos por pesquisadores diversos, os quais mobilizam o instrumental teórico-analítico da Semiolinguística e da Retórica para realizarem suas análises. São estudos extremamente necessários, ainda mais em tempos tão difíceis devido à pandemia da COVID-19, bem como as peripécias do atual governo federal. Mesmo com diversos olhares, mas com magistral lucidez teórica, este livro se torna amalgamado, uma vez que o enlace engatilhado por meio dos fios discursivos consegue estabelecer uma unidade em torno dos gestos analíticos aplicados a diferentes discursos.

O primeiro capítulo que abre esta obra, intitulado: “O orador Jesus de Nazaré e o sermão do monte à luz da Teoria Semiolinguística”, de Max Silva da Rocha e João Benvindo de Moura, apresenta um aprofundamento teórico-analítico sobre os atos de linguagem do orador Jesus. Neste capítulo, o objetivo dos pesquisadores é analisar de que modo o jovem profeta de Nazaré se utilizou de estratégias persuasivas ao proferir o sermão do monte descrito no evangelho segundo Mateus, nos capítulos 5, 6 e 7 da Bíblia Sagrada. Algumas categorias semiolinguísticas (ato de linguagem, contrato comunicacional, estratégias discursivas e modos de organização do discurso) foram mobilizadas para o estudo do discurso teológico em destaque.

O segundo capítulo deste livro, que tem como autora Adriana Rodrigues de Sousa, “Imagens antagônicas: *ethos* de mulheres em situação de vulnerabilidade social”, consiste num recorte de uma pesquisa em nível de mestrado, realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFPI, tendo como foco a análise do *ethos*

discursivo de três mulheres adictas em recuperação, internas da Casa das Samaritanas, um espaço de acolhimento feminino, na cidade de Parnaíba-PI.

O terceiro capítulo que compõe esta obra é “A encenação argumentativa em projetos de pesquisa”, escrito por Amanda Gabriella Lima Leal. A autora objetiva neste estudo realizar uma análise das seções de identificação dos problemas de pesquisa de quatro projetos de pesquisa submetidos à seleção do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL/UFPI). Para isso, busca ancoragem nos postulados de Charaudeau, em sua Teoria Semiolinguística.

O quarto capítulo, “O propósito comunicacional nos discursos da revista *mátria*: evidenciando a construção do acontecimento”, tem autoria de Ana Carolina Carneiro de Sousa. O trabalho da autora realiza uma análise dos discursos presentes na revista *Mátria*, buscando-se evidenciar o propósito comunicativo presente no gênero reportagem produzido pela revista. Com isso, é feita uma análise das circunstâncias discursivas nas quais a revista e o texto escolhido estão envolvidos para que se possa discorrer sobre o propósito comunicativo.

O quinto capítulo é de autoria de Ana Jackelline Pinheiro Porto e tem por título “Análise semiolinguística do conto *uns braços*, de Machado de Assis: a organização da lógica narrativa”. A autora apresenta uma análise acerca da organização da lógica narrativa do referido conto; aponta a postulação teórica do modo de organização narrativo (direcionando para a lógica narrativa) proposta por Patrick Charaudeau; identifica os componentes da lógica narrativa (actantes, processos e sequências) no conto machadiano; e analisa e interpreta os componentes da lógica narrativa e suas utilizações na obra.

O sexto capítulo deste livro, “‘Comprar a liberdade’: uma análise dos *ethé* de Nathalia Arcuri”, tem a autoria de Ariane Castro Alencar. A análise deste capítulo mostra a construção dos *ethé* no discurso de Nathália Arcuri a partir da entrevista intitulada “Mulheres devem ter mais autoestima para negociar salário como os homens, diz Nathalia Arcuri”, publicada no site UOL Folha de São Paulo em fevereiro de 2020, além de descrever a relação influenciadora-público e seus impactos na adesão do discurso.

O sétimo capítulo, redigido por Camila Magalhães Linhares, “Os imaginários sociodiscursivos acerca da pandemia, nas tirinhas de “Armandinho”, é dedicado a observar como os imaginários sociodiscursivos afetam a construção de sentidos nos discursos

disseminados no início da pandemia de SARS-CoV-2, o novo Coronavírus, no Brasil. Para isso, a autora se utiliza como *corpus* das tirinhas de “Armandinho” disponibilizadas nas redes sociais oficiais de divulgação da série.

O oitavo capítulo que integra esta obra tem por autor Fabrício de Oliveira Nobre e por título “Discriminação racial na *internet*: o *ethos* e os imaginários sociodiscursivos utilizados nos discursos de ódio”. Nesse texto, o autor objetiva analisar o discurso de ódio racista na *internet*. De forma específica, busca analisar, à luz das teorias da Análise do Discurso, como o *ethos* discursivo organiza estrategicamente as ações linguísticas para influenciar os interlocutores e como os imaginários sociodiscursivos e a cenografia são descritas nesses discursos, sendo perpassados por representações sociais e fatores históricos.

O nono capítulo, “Uma análise semiolinguística do conto ‘o homem dos sonhos’, de Mário de Sá-Carneiro” foi escrito por Francisca Jaqueline Ferreira de Oliveira. Esse texto resulta de um recorte de pesquisa de Iniciação Científica realizada junto à UFPI e ancora-se nos pressupostos da Análise do Discurso (AD), tendo como foco a Teoria Semiolinguística (TS). Busca-se analisar no conto “O homem dos sonhos” o ato de linguagem, as circunstâncias de discurso e identificar os imaginários sociodiscursivos nele contidos, classificando-os quanto à natureza dos saberes.

O décimo capítulo que compõe este livro foi redigido por Heron Ferreira da Silva. O texto é intitulado “O silêncio e a fúria: a construção do *ethos* de Edinho Poesia em minidocumentário produzido pela trip tv”. O autor do capítulo postula que o trabalho tem como objetivo compreender a construção do *ethos* de Edvaldo Santos (surdo, negro e periférico) mais conhecido como Edinho Poesia no minidocumentário: o silêncio e a fúria - poetas do corpo, produzido pela Trip TV, em 2018. O autor encaminha seu olhar analítico para a relação com o movimento corporal-espacial e o verbal sonoro.

O décimo primeiro capítulo desta obra tem por título “A organização da lógica e da encenação narrativa na construção do imaginário feminino em filmes da disney” e foi redigido por Janayna Rocha da Silva e Ilana da Silva Rebello. Nele, ambas as pesquisadoras objetivam investigar como se constrói a lógica e a encenação narrativa nos filmes “A pequena sereia” (1989) e “Moana – um mar de aventuras” (2016). A partir de tal investigação, buscam refletir sobre o imaginário construído acerca do gênero feminino.

O décimo segundo capítulo deste livro tem como título “A relação contratual na reportagem ‘a live bombou’, da revista *Revestrés*” e foi escrito por Jaqueline Salviano de Sousa. Nesse texto, a autora teve como objetivo analisar a relação contratual na reportagem intitulada “a live bombou”, da revista *Revestrés* sob o viés semiolinguístico. Com isso, é possível elencar os seguintes objetivos específicos: identificar os componentes comunicacional, psicossocial e intencional nos discursos da citada revista; e desvelar o efeito de sentido produzido com o uso de tais componentes.

O décimo terceiro capítulo que compõe esta obra é “O *ethos* de Jojo Todynho, em *A Fazenda 12: uma análise semiolinguística*”. O capítulo, que foi redigido por Jesica Carvalho Sales, lida especificamente com a discussão acerca da construção do *ethos* da cantora Jojo Todynho, participante da 12ª edição do programa “A Fazenda”, da emissora de televisão Record TV. A autora utiliza para análise os discursos de defesa da artista na sua primeira e última ida à roça (dinâmica de eliminação de um participante da atração) que ocorreram nos dias 08 de outubro e 14 de dezembro de 2020, respectivamente.

O décimo quarto capítulo, “Imagem reportada e sujeito de enunciação: abordagem semiolinguística do traçado retórico de uma voz que diz da cidade”, que foi escrito por José Magno de Sousa Vieira, objetiva gesticular uma análise que se depara com uma dada materialidade linguística, discursiva, imagética, simbólica e semiótica que lhe leve a um batimento com aquilo que se diz em retórica e em semiolinguística sobre um dado ente corporificado, etéreo que diga dessa tópica, diga dessa imagem de cidade.

O décimo quinto capítulo que figura esta obra foi escrito por José Maria de Melo Sousa e tem por título: “Os imaginários sociodiscursivos nos discursos do bispo Edir Macedo”. Nesse texto, o autor analisa, à luz da Teoria Semiolinguística, os imaginários sociodiscursivos presentes nos discursos do Bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus. A ideia é constatar quais conhecimentos são acionados pelo sujeito enunciador para que ocorra a construção dos referidos imaginários.

O décimo sexto capítulo intitulado “O Piauí na teia dos discursos: os imaginários sociodiscursivos na ficção de Fontes Ibiapina”, tem como autor Luis Felipe da Silva Castelo Branco. O autor desse capítulo tem por objetivo analisar o discurso literário do escritor piauiense Fontes Ibiapina por meio de uma perspectiva semiolinguística do discurso. Para tanto, seleciona o romance *Vida Gemida em Sambambaia*

(1985), utilizando das noções de ato de linguagem como encenação e dos imaginários sociodiscursivos e observa como se dá a construção de uma identificação do espaço e sujeitos piauienses, e de como isso está atrelado às suas circunstâncias de discurso.

O décimo sétimo capítulo tem por título “A construção do ethos do governo Bolsonaro em capas das revistas Veja e IstoÉ: as estratégias do discurso” e foi escrito por Maria Juliana Feitosa Guimarães. Nesse trabalho, a autora analisa de que maneira há a construção do ethos do presidente Jair Messias Bolsonaro a partir das capas das revistas Veja e IstoÉ. Além disso, interpreta a constituição dos discursos e posicionamentos ideológicos e políticos, bem como as relações semânticas e discursivas que auxiliam nesse processo, através do contexto social e histórico que se encontram inseridos.

O décimo oitavo capítulo deste livro, “O discurso jurídico e as provas retóricas em um processo judicial: análise de uma petição inicial”, tem autoria de Patrícia Rodrigues Tomaz. A autora apresenta um estudo em que a petição é objeto de análise e compõe excertos dos autos de um processo de divórcio litigioso que envolve guarda compartilhada, partilha de bens, provisão de alimentos e acusação de alienação parental. Os trechos analisados compõem a seção “Dos fatos” e descrevem algumas ocorrências que abalaram o casamento e os motivos, que foram expostos através de argumentos, que comprovam o fundamento do pedido com amparo na lei.

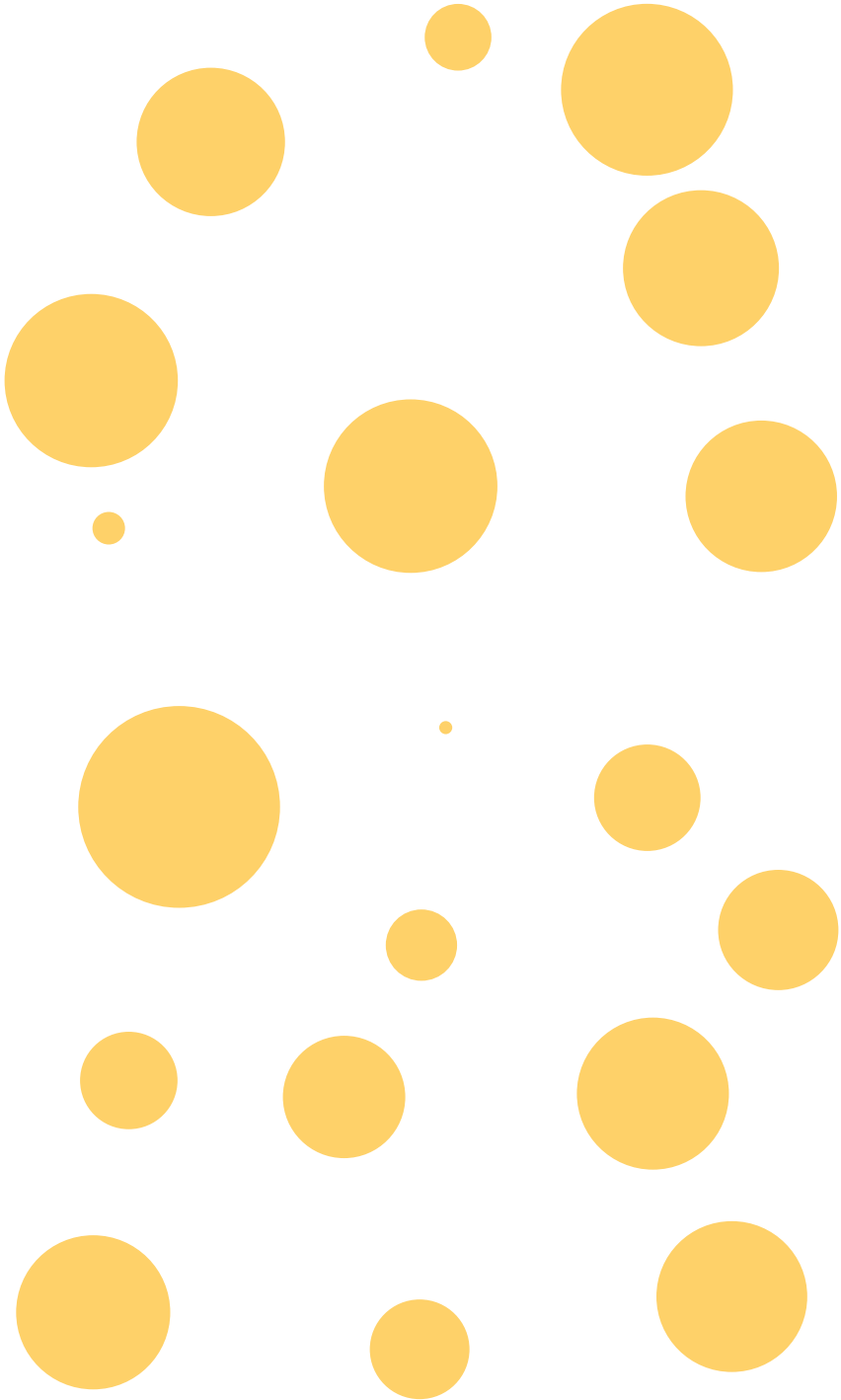
Esses dezoito capítulos da obra “Semiolinguística e retórica: interfaces” nos mostram que, como diz Cícero na obra “Do orador”, “o discurso é arrebatador e senhor de todas as coisas” e como nos diz Górgias, “o discurso é um tirano poderoso”. Todos os capítulos desta obra abordam a problemática do discurso, o qual é materializado em diferentes gêneros discursivos. Acreditamos que todas as reflexões que aqui foram feitas poderão contribuir, de algum modo, com àqueles que se interessam pelo campo da linguagem, sobretudo, no campo dos estudos discursivos. Se este livro conseguir provocar reflexões ou até mesmo inquietações acerca das temáticas suscitadas, esta obra terá cumprido o seu principal objetivo. Desejamos boas leituras!

João Benvindo de Moura

Professor e pesquisador da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Max Silva da Rocha

Professor e pesquisador da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)



O ORADOR JESUS DE NAZARÉ E O SERMÃO DO MONTE À LUZ DA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Max Silva da Rocha
João Benvindo de Moura

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como base a Teoria Semioliológica de Análise do Discurso e tem como principal objetivo analisar de que modo o orador Jesus de Nazaré se utilizou de estratégias persuasivas ao proferir o *sermão do monte* descrito no evangelho segundo Mateus, nos capítulos 5, 6 e 7 da Bíblia Sagrada¹. Assim, algumas categorias semiolinguísticas tais como: ato de linguagem, contrato comunicacional, estratégias discursivas e modos de organização do discurso foram mobilizadas para o desvelamento de possíveis sentidos encontrados no discurso teológico em destaque.

Na presente investigação, considera-se o discurso teológico distinto do discurso religioso, apesar de existir uma relação imbricada entre ambos. Trabalhos recentes como os de Rocha (2020) e de Nascimento (2020) mostram que ambos os discursos são fenômenos diferentes. O discurso teológico não se fundamenta em falas que emanam de pastores, padres, ou quaisquer outros representantes autorizados, “mas diretamente de Deus, ao autor por excelência. Esses produtores são apenas porta-vozes do único e verdadeiro enunciador, que os inspira e legitima o discurso” (NASCIMENTO, 2020, p. 45).

Como se pode ver, no discurso teológico, as falas são inspiradas por Deus e ele é o autor por excelência, caracterizando-se como um discurso constituinte, irrefutável (MAINGUENEAU, 2010). Em contrapartida, o discurso religioso, conforme Rocha (2020), tem como principal marca a assimetria, criando a ilusão de uma reversibilidade. Pauta-se por uma voz autoritária através da qual o orador é apenas porta-voz de um discurso institucional, sendo possível verificar o lugar de fala, geralmente, a partir de uma denominação religiosa específica. Ratifica-se que o discurso religioso também é um discurso constituinte, mas apresenta diferenças quando é comparado ao discurso teológico,

1 - A Bíblia Sagrada utilizada para o estudo do objeto de análise foi a tradução revista e atualizada por João Ferreira de Almeida de 1999, publicada pela Sociedade Bíblica do Brasil (SBB).

pois este tem como objeto a revelação divina e aquele o ponto de vista do vínculo institucional ao qual pertence.

Com base nas informações apresentadas, deve-se entender que o *sermão do monte* é constituído por um discurso teológico, pelo fato de ser considerado inspiração divina. Quem proferiu esse sermão foi Jesus de Nazaré, cuja existência “supõe ao mesmo tempo uma existência humana e outra divina impossível de serem confundidas, de onde decorre a necessidade de jogar com esse pertencimento - não-pertencimento para afiançar sua existência” (NASCIMENTO, 2020, p. 51). Além disso, tem-se que “Jesus pertence plenamente à condição humana e à condição divina, mantendo-se no espaço humano-divino em um pertencimento paratópico explicável somente por ele mesmo” (NASCIMENTO, 2020, p. 51).

Ademais, o estudo teórico-metodológico realizado para a execução deste trabalho filia-se à abordagem qualitativa, com um olhar descritivo e interpretativista sobre o orador Jesus e o *sermão do monte*. Embasa-se em alguns autores, a exemplo de Aristóteles (2011), Charaudeau (2001, 2005, 2006, 2012, 2019), Corrêa-Rosado (2014), Crossan (1994), Machado (2019), Maingueneau (2010), Moura (2020), Nascimento (2020), Rocha (2020), Silva (2013), entre outros. Perseguindo esse caminho, foi elaborada uma divisão em seções para este estudo.

Na primeira, apresentaram-se considerações sobre a Teoria Semi linguística, o ato de linguagem como encenação e o quadro comunicacional proposto por Charaudeau (2001, 2019). Ademais, pontuaram-se comentários sobre os circuitos interno e externo, circunstâncias do discurso e os quatro sujeitos do ato de linguagem. Na segunda, teceram-se considerações sobre o contrato comunicacional, os componentes e os princípios e as estratégias do sujeito enunciador. Na terceira, abordaram-se os modos de organização enunciativo e argumentativo com ênfase neste último. Por fim, apresentaram-se as considerações finais e as referências.

Acerca da Teoria Semi linguística

Conforme Moura (2020), a Teoria Semi linguística de Análise do Discurso foi criada por Patrick Charaudeau a partir de 1983, na França, fruto da tese de doutorado do referido autor. Trata-se de um novo ramo dentro da Análise do Discurso em que se contempla o explícito e o implícito numa dimensão multidimensional entre o mundo (representação da realidade) e a linguagem (resultado da interação entre sujeitos).

Essa teoria discursiva se debruça sobre o sujeito enquanto ser de palavra, sujeito linguageiro que produz e interpreta discursos. Surge, então, a seguinte indagação: por que a escolha do nome Semiologia? Charaudeau (2005) postula que a Semiologia incorpora, ao mesmo tempo, uma visão semiótica e linguística dos discursos que circulam na sociedade, inclusive, o teológico.

A primeira (semiótica) acontece porque existe uma forma, um sentido a ser desvelado em um determinado discurso; a segunda (linguística) surge porque todo e qualquer ato de linguagem está relacionado às línguas naturais, uma vez que o homem se comunica por meio da língua. Segundo o linguista francês,

Semio-, de ‘semiosis’, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar que a matéria principal da forma em questão - a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens (CHARAUDEAU, 2005, p. 13, grifo do autor).

Nesse sentido, diferentemente de uma visão que considera o sujeito assujeitado (perspectiva da Análise de Discurso Materialista), a Semiologia postula que o sujeito é um ser atuante no processo de produção e interpretação de discursos. No âmbito da Teoria Semiologia, Charaudeau (2001, 2019) propôs uma substituição da expressão “enunciado” por “ato de linguagem”. Essa categoria permite observar de que modo os quatro sujeitos da linguagem atuam no discurso, produzindo efeitos de sentido, os possíveis interpretativos.

O quadro enunciativo criado por Charaudeau (2001, 2019) mostra como os sujeitos estão dispostos no ato de linguagem, haja vista que todo ato falado, escrito, imagético é uma representação comandada por sujeitos internos e externos. O referido quadro é a arquitetura organizacional do instrumental teórico e metodológico da Teoria Semiologia. Por meio dele, é possível analisar de que modo o ato de linguagem está organizado.

Corrêa-Rosado (2014) postula que a Semiologia insere o discurso em uma problemática comunicacional e pragmática, o que permite um foco maior nas intencionalidades dos sujeitos da linguagem. Nesta teoria de Análise de Discurso, o sujeito atua de

forma decisiva no processo linguageiro. Conforme o citado autor, as intencionalidades dos (quatro) sujeitos do ato de linguagem não podem ser desconsideradas na análise de um discurso.

Nas palavras de Machado (2019), para a Semiologia, os discursos são produzidos por sujeitos que estabelecem duas identidades específicas: uma psicossocial e outra que resulta das particularidades do discurso, isto é, construída no e pelo discurso. Assim, a Teoria Semiológica apreende a linguagem como algo indissociável dos sujeitos, do contexto sócio-histórico, pois todo ato de linguagem é uma encenação discursiva e possui intencionalidades que só podem ser interpretadas no âmbito discursivo.

A Semiologia é uma teoria que possui grande potencial para a análise dos discursos políticos, midiáticos, entre outros (CORRÊA-ROSADO, 2014). Neste trabalho, defende-se a ideia de que o discurso teológico também pode e deve ser incluso no escopo semiológico. Justifica-se essa inclusão pelo fato de o discurso teológico ter um grande potencial influenciador na sociedade ao longo dos séculos. Além disso, esse discurso, considerado constituinte por Maingueneau (2010), vem sendo utilizado como legitimação de posições políticas, sobretudo, no Brasil da atualidade.

Segundo Machado (2019), no escopo teórico-metodológico da Teoria Semiológica, busca-se estudar os mais diversos discursos, pois existe um mundo a se descobrir. “A teoria Semiológica possui um instrumental prático que pode ser aplicado para a obtenção de diversos possíveis interpretativos, dos ditos e não ditos encontrados em diferentes corpora” (MACHADO, 2019, p. 762), neste caso, no discurso teológico, encontrado na Bíblia, mais precisamente, no evangelho segundo Mateus, nos capítulos 5, 6 e 7.

O ato de linguagem como encenação

Conforme explica Charaudeau (2001), o ato de linguagem é um fenômeno que combina duas instâncias específicas: a do dizer e a do fazer. Na primeira, encontra-se a instância discursiva, representada no circuito interno; na segunda, tem-se a instância situacional, presente no circuito externo. Ambas as instâncias são indissociáveis no fenômeno linguageiro. Nesse sentido, o ato de linguagem não se refere apenas ao ato de comunicação entre um emissor e um receptor.

Assim sendo, o ato de linguagem vai além da simples comunicação e pode ser “considerado como uma interação de intencionalidades cujo motor seria o princípio do jogo: ‘jogar um lance na expectativa de ganhar’” (CHARAUDEAU, 2001, p. 28-9). Então, o ato

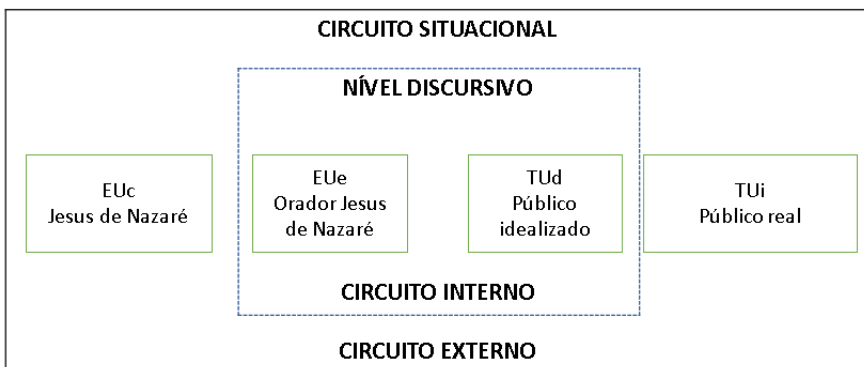
de linguagem é um encontro dialético que ocorre em dois processos imbricados e indissociáveis: produção e interpretação.

Na produção, um sujeito cria o ato de linguagem e se dirige a um sujeito destinatário; na interpretação, um sujeito interpretante constrói uma imagem do sujeito enunciador. Logo, o ato de linguagem torna-se um lugar interenunciativo de encontro entre sujeitos, os quais são seres psicossociais. Assim, o ato linguageiro diz respeito a um fenômeno de significação entre o implícito e o explícito. Esse ato nasce de circunstâncias de discurso específicas; se realiza no ponto de encontro dos processos de produção e interpretação do discurso; é encenado por duas entidades, desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente (CHARAUDEAU, 2019).

De acordo com Machado (2019), todo ato de linguagem dever ser observado como um ato comunicativo em que um sujeito comunicante se dirige a um sujeito interpretante, em determinado local, hora e situação específicos. Esse ato é carregado de intenções e visa, de alguma maneira, interpelar o outro. Em vista disso, o *sermão do monte* proferido por Jesus de Nazaré constitui um ato de linguagem em que este orador buscou, a todo momento, influenciar o auditório fazendo-o aderir às propostas apresentadas para assentimento.

Como o *sermão do monte* ocupa os capítulos 5, 6 e 7 do evangelho segundo Mateus, é possível falar, conforme Machado (2019), em macros-atos-de-linguagem, pois existe um punhado de discursos no referido sermão. Alguns deles serão analisados à luz da teoria destacada. Antes disso, é importante apresentar um modelo adaptado do quadro comunicacional de Charaudeau (2001, 2019). Eis o esquema a seguir:

Figura 1: Possível quadro comunicacional do *sermão do monte*



Fonte: Adaptação de Charaudeau (2001, 2019).

Os dois circuitos do ato de linguagem

A Semiolinguística postula que o ato de linguagem se divide em dois circuitos de produção do saber: o circuito interno e o circuito externo. Segundo Charaudeau (2019), o circuito interno corresponde à materialidade verbal do discurso. É nesse espaço interno que se encontram “seres de fala, que são instituídos como imagem de sujeito enunciador (EUE) e de sujeito destinatário (TUD), oriundos de um saber intimamente ligado às representações linguageiras das práticas sociais” (CHARAUDEAU, 2019, p. 53).

O **sujeito enunciador (EUE)**, de acordo com Charaudeau (2019), é um ser de fala e sempre está presente explícita ou implicitamente no ato de linguagem. Ainda segundo o autor francês, o EUE caracteriza-se por ser uma imagem criada por um EUC a fim de projetá-la para o TUI e, posteriormente, interpelar o TUD. Desse modo, não existe uma relação transparente entre EUE e EUC, uma vez que EUE é uma representação linguageira do EUC que, às vezes, pode mascarar a sua face real.

O efeito de discurso é produzido pelo EUE e não pelo EUC. Por isso, este último refere-se a uma exterioridade em relação à configuração verbal do ato de linguagem. Contudo, “o EUE é responsável por um certo efeito de discurso produzido sobre o Interpretante. [...] Assim, o EUE é sempre uma imagem de fala que oculta em maior ou menor grau o EUC” (CHARAUDEAU, 2019, p. 51). Com base no *sermão do monte*, observa-se que Jesus, enquanto orador, desempenha a função de sujeito enunciador, pois visa interpelar o auditório.

O **sujeito destinatário (TUD)** não é considerado por Charaudeau (2019) como um simples receptor da mensagem, ao contrário, ele figura como alguém que constrói uma interpretação acerca das ideias que possui sobre um determinado ponto de vista posto em julgamento. O TUD é o interlocutor fabricado como o destinatário ideal do EUE. Segundo Charaudeau (2019), todo ato de linguagem almeja um TUD e este sempre estará presente, seja de forma explícita ou implícita no discurso.

Logo, “o TUD (sujeito destinatário) é um sujeito de fala, que depende do EU, já que é instituído por este último. Pertence, portanto, ao ato de produção produzido pelo EU” (CHARAUDEAU, 2019, p. 47). No *sermão do monte*, os seguidores de Jesus representavam o auditório, o público-alvo do ato de linguagem. Eram pessoas conhecidas, regidas pelas mesmas leis, da mesma religião, da mesma cultura, ou seja, das mesmas circunstâncias de discurso.

No **circuito externo**, tem-se a situação de comunicação a partir do material psicossocial, como explica Charaudeau (2019). O espaço externo do ato de linguagem é o local onde os sujeitos, como testemunhas reais, são considerados agentes “instituídos como imagem de sujeito comunicante (EUC) e de sujeito interpretante (TUi), conforme um saber ligado ao conhecimento da organização do ‘real’ (psicossocial) que sobredetermina estes sujeitos” (CHARAUDEAU, 2019, p. 53). Esse esquema externo do ato de linguagem apresenta o estatuto dos chamados parceiros (EUC e TUi), conforme frisa Charaudeau (2019).

O **sujeito comunicante (EUC)** tem a função de colocar em cena o EUE. Para Charaudeau (2019), o EUC é o iniciador do processo de produção discursiva que se articula às circunstâncias de discurso, razão por que se associa ao TUi e ao TUD. Além disso, o EUC, assim como o TUi, pertence à esfera do dizer e se refere a pessoas de carne e osso, seres de existência real, que possuem identidade social.

O EUC refere-se a quem fala, escreve, ou coloca em cena o projeto de dizer por meio de projeções discursivas do EUE. Portanto, o EUC é um sujeito agente “localizado na esfera externa do ato de linguagem [...]. O EUC é o iniciador-responsável pelo ato de produção e é a relação EUC-EUE que produz um certo efeito pragmático sobre o Interpretante” (CHARAUDEAU, 2019, p. 52). No *sermão do monte*, Jesus de Nazaré, enquanto um ser existente de carne e osso e homem histórico, representa o sujeito comunicante (EUC), aquele que cria o projeto de fala.

O **sujeito interpretante (TUi)** difere do sujeito destinatário (TUD) na medida em que age fora do ato de linguagem produzido pelo sujeito enunciador (EUE). Em virtude disso, a principal função do TUi é a interpretação das informações produzidas pelo EUE. Charaudeau (2019) ressalta que o TUi só depende dele próprio e se institui no momento em que procede à interpretação do ato linguageiro. A presença do TUi no ato de linguagem é decisiva, embora não participe do processo de produção discursiva.

Ademais, “o TUi (sujeito interpretante) é um sujeito que age independentemente do EU, que institui a si próprio como responsável pelo ato de interpretação que produz” (CHARAUDEAU, 2019, p. 47). No *sermão do monte*, o sujeito interpretante (TUi) pode ser considerado múltiplo, pois é constituído por todos os judeus que seguiam o jovem profeta de Nazaré em busca de libertação do poder político vigente, de possíveis ensinamentos e até mesmo de curas.

Ainda no espaço externo, é importante destacar **as circunstâncias de discurso**. Como consta no evangelho segundo Mateus, Jesus foi o responsável por proferir o *sermão do monte*. De acordo com Silva (2013), a pregação do sermão ocorreu aproximadamente por volta do ano 28 d.C. O local teria sido o monte Chifres de Hatin, situado nas proximidades da cidade de Cafarnaum, na Galileia, e o discurso do mestre galileu foi dirigido aos doze apóstolos e a uma multidão que lhe seguia. Eram pessoas vindas de diversas partes como Galileia, Jerusalém, Judeia, entre outros lugares circunvizinhos.

Jesus de Nazaré estava à frente dos doze apóstolos e dos demais seguidores. Ele mostrava ser um líder carismático, congregava um grande público e o ensinava constantemente. Por meio dos ensinamentos conseguiu atrair uma multidão de adeptos, razão por que despertou a ira de muitas autoridades religiosas e políticas da época. Jesus, de acordo com Crossan (1994), era um homem atópico, pois deslocava-se constantemente de um lugar para o outro, angariando adeptos.

Os muitos seguidores de Jesus não eram pessoas ignorantes ou alienadas como alguns podem pensar. “Jesus deixou pensadores e não memorizadores; discípulos, e não recitadores; pessoas, e não papagaios” (CROSSAN, 1994, p. 30).

O contrato de comunicação

Na Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, conforme aponta Charaudeau (2001, 2019), a noção de contrato comunicacional pressupõe um acordo entre sujeitos inseridos nas mesmas práticas culturais, sociais e históricas. Então, o sujeito que enuncia almeja que o sujeito a que se destina possua competência suficiente para reconhecer o ato de linguagem pronunciado.

Assim, a relação contratual caracteriza-se como a existência de sujeitos que interagem por meio de saberes compartilhados, em que são responsáveis pelas circunstâncias de produção, interpretação e circulação do discurso. “A relação contratual depende, portanto, de componentes mais ou menos objetivos, tornados pertinentes pelo jogo de expectativas que envolve o ato linguageiro” (CHARAUDEAU, 2001, p. 30).

Ainda segundo Charaudeau (2001, 2019), o contrato de comunicação tem por objetivo unir os sujeitos em um tipo específico de aliança objetiva que lhes permita coconstruir sentidos se autolegitimando como parceiros e protagonistas. Se esse contrato

não existir, provavelmente o ato de linguagem não irá estabelecer pertinência e os sujeitos não terão direito à palavra, ao engajamento e ao estatuto sociolinguageiro postulado pelo referido autor.

Em se tratando do contrato comunicacional presente no objeto de estudo deste trabalho, é possível afirmar que existia uma relação interativa e contratual entre Jesus de Nazaré e seus seguidores, pois todos estavam engajados em uma mesma comunidade religiosa (judaica) e comungavam dos mesmos valores culturais, históricos e sociais vigentes.

Segundo Moura (2020), a relação dos parceiros comunicativos está fundamentada no engajamento e na adesão ao contrato comunicacional. Isso está em sintonia quando se pensa que Jesus era um mestre, profeta, líder e possuía pessoas que o seguiam constantemente e que acreditavam em seus ensinamentos. Obviamente, o ideário jesuânico era modificar alguns preceitos estabelecidos por autoridades religiosas da época, a exemplo dos fariseus, escribas, saduceus, entre outros grupos de influência religiosa e até mesmo política.

Os componentes do contrato

No contexto do contrato de comunicação, existem, conforme Charaudeau (2006), pelo menos quatro componentes específicos, a saber: a) finalidade, b) identidade dos participantes, c) propósito e d) circunstância materiais.

A **finalidade** corresponde às motivações do ato de linguagem. Nas informações do *sermão do monte*, nota-se que Jesus reuniu seus seguidores para lhes ensinar sobre as bem-aventuranças, a Lei de Deus, a oração e o jejum, as preocupações da vida cotidiana, o ato de julgar as pessoas, o cuidado com os falsos profetas, entre outras temáticas relacionadas a uma vida intrínseca à espiritualidade.

A **identidade dos participantes** refere-se aos sujeitos que estão participando do ato de linguagem. No *sermão do monte*, é Jesus que detém o poder do discurso e interpela o auditório. As pessoas que compunham o auditório podem ser caracterizadas como os apóstolos (Pedro, Lucas, João, Tomé, Tiago, etc.), mas também outros judeus que acreditavam nas palavras do jovem camponês. Era, de fato, um auditório restrito e/ou particular aos próprios judeus.

O **propósito** aborda o domínio de um saber específico, aquilo que é proposto por meio do discurso do orador. No *sermão do monte*, Jesus de Nazaré se propôs a ensinar aos seguidores o modo como deveriam se portar ante às circunstâncias do mundo. Os discípulos

de Jesus deveriam ser a luz do mundo, o sal da terra, fugir dos falsos profetas, obedecer aos mandamentos. As instruções de Jesus pareciam querer moldar o comportamento do auditório.

As **circunstâncias materiais** são os dispositivos pelos quais o ato de linguagem se materializa. Jesus subiu em um monte e reuniu os seguidores para passar as instruções por meio do sermão; historicamente, o contato entre orador e auditório foi físico, face a face; existia apenas um orador e várias pessoas que compunham o auditório social particular; Jesus utilizou-se apenas do discurso monologal para interpelar o seu auditório social.

Os princípios do contrato comunicacional

Charaudeau (2012) diz que o contrato de comunicação apresenta alguns princípios indissociáveis que fundamentam a base da situação de comunicação – o contrato em si –, são eles: **princípios de interação, princípios de pertinência, princípios de influência e princípios de regulação.**

O **princípio de interação** ocorre quando existe a troca linguageira por meio de relações não simétricas entre orador e auditório (CHARAUDEAU, 2012). No *sermão do monte*, existe a relação interativa entre Jesus e seus seguidores, pois ambos estão engajados nas mesmas circunstâncias discursivas. É o que acontece no seguinte trecho: “Não ajunteis tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, e onde os ladrões minam e roubam” (MATEUS 6:19-20). Jesus, na condição de orador, enuncia o discurso a fim de agir sobre o auditório; os seus seguidores, na condição de auditório, recebem e interpretam o discurso. Como diz Charaudeau (2012), o ato de comunicação é o resultado de uma coconstrução entre os sujeitos da linguagem, neste caso, entre Jesus e os discípulos. O princípio de interação engatilha a relação contratual entre orador e auditório a partir de um acordo argumentativo.

O **princípio de pertinência**, segundo Charaudeau (2012), acontece por meio de dois aspectos caracterizadores: o primeiro diz respeito ao auditório, pois é preciso que ele reconheça que o orador possui um projeto de palavra, razão pela qual chancela a motivação do ato de linguagem; o segundo refere-se ao conhecimento compartilhado, uma vez que orador e auditório precisam reconhecer saberes em comum. O discurso de Jesus durante o *sermão do monte* era fundamentado no saber de conhecimento da Lei Judaica, o que demonstra ser um assunto de conhecimento de todos os judeus da época. Jesus também era judeu e se dirigiu argumentativamente a

outros judeus com os mesmos valores históricos, sociais e culturais arraigados às crenças religiosas do Judaísmo do século I da Era Cristã, o que atesta o caráter de pertinência do discurso proferido pelo jovem profeta nazareno.

O **princípio de influência**, conforme Charaudeau (2012), diz respeito ao modo como o orador deve falar para interpelar o auditório. O orador poderá recorrer a estratégias de sedução, persuasão, entre outras. Provavelmente, todas as pessoas que seguiam Jesus tinham o desejo de apreender os ensinamentos do mestre de Nazaré (aspecto favorável ao orador), por isso seguiam-no constantemente. No sermão, Jesus afirmou: “Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras, e as pratica, assemelhá-lo-ei ao homem prudente, que edificou a sua casa sobre a rocha” (MATEUS, 7:24). Jesus procura influenciar os seguidores para que ouçam e, sobretudo, coloquem em prática os ensinamentos transmitidos. Quem fizer isso será considerado prudente; quem não fizer será considerado imprudente. Assim, por meio da modalidade alocutiva do discurso enunciativo, Jesus busca influenciar o seu auditório, constituído por pessoas de um mesmo contexto social, cultural, religioso e histórico.

O **princípio de regulação** caracteriza-se pela continuidade ou não da troca linguageira. No entendimento de Charaudeau (2012), nesse princípio existem certas estratégias que regulam a continuidade ou ruptura da troca. A primeira delas é aceitação/rejeição do discurso do outro como ser comunicante. Conforme consta no discurso teológico em estudo, o auditório aceitou a argumentação jesuânica, pois em nenhum momento ocorreu uma intervenção para quebrar o projeto de fala. A segunda é a valorização/desvalorização do auditório. O orador Jesus argumentou a partir de seu lugar enunciativo, ou seja, de líder/mestre de seus seguidores e teceu elogios ao seu auditório, quando afirmou: “Vós sois o sal da terra” e “Vós sois a luz do mundo” (MATEUS, 5: 13-14). Verifica-se que, a todo o momento, Jesus gerencia e regula relações com o seu auditório a fim de manter a adesão.

As estratégias do sujeito enunciatador

Ainda em se tratando do contrato comunicacional, existem três estratégias específicas utilizadas pelo orador quando encena o ato de linguagem, são elas: **estratégias de legitimidade, de credibilidade e de captação**.

As estratégias de legitimidade, conforme Moura (2020), acontecem por meio da posição de autoridade, de prestígio dado ao orador enquanto sujeito enunciatador. Existe, na estratégia de

legitimidade, as influências de aspectos sociais e linguageiros voltados ao orador. No *sermão do monte*, Jesus era considerado mestre e era líder dos discípulos. Ele possuía autoridade para tomar a palavra e agir discursivamente sobre eles, visto que possuía profundos conhecimentos acerca da Lei Judaica e falava com propriedade a ponto de debater com os intitulados doutores da Lei. Diante de seu auditório social, o jovem profeta de Nazaré ressaltou: “Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir” (MATEUS, 5:17). Esse excerto mostra que Jesus concordava com as ideias inscritas na Lei Judaica, bem como aquelas transmitidas pelos antigos profetas do Judaísmo, razão por que legitimava a argumentação jesuânica.

As estratégias de credibilidade acontecem quando o orador se preocupa em mostrar que seu discurso é verdadeiro e digno de confiança por parte do auditório. De acordo com Moura (2020), é no plano da credibilidade que o orador precisa proferir o discurso de modo convincente e persuasivo para que seja possível conquistar o assentimento do auditório. O discurso do orador precisa contemplar as provas do dizer. Nas informações que estão sendo analisadas, verifica-se que Jesus, durante a maior parte de seu sermão, utilizava argumentos retóricos com o objetivo de provar a importância de seus seguidores para a propagação dos ensinamentos doutrinários. Jesus argumentou: “Vós sois a luz do mundo” e “Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus” (MATEUS, 5:14, 16). O orador Jesus, por meio do argumento por metáfora, agiu retoricamente sobre os discípulos para que pudessem ser missionários, propagadores das ideias postas ao seu assentimento.

As estratégias de captação visam fazer com que o auditório se engaje no mesmo processo discursivo do orador. Nas palavras de Moura (2020), é na estratégia de captação que o orador busca incansavelmente despertar o lado emocional, sentimental (*pathos*) do auditório em consonância com as ideias apresentadas no discurso argumentativo. O orador tentará fazer com que o auditório adira às proposições apresentadas no próprio ato de linguagem, com o intuito de influenciá-lo. Assim, é em função do auditório que o plano da captação é utilizado. Durante o *sermão do monte*, Jesus enalteceu os discípulos, enfatizando que eles tinham boas obras e que eram luzes para o mundo. Além disso, Jesus mostrou ser cuidadoso com os seus seguidores, quando ressaltou: “Acautelai-vos, porém, dos falsos profetas, que vêm até vos vestidos como ovelhas, mas, interiormente, são lobos devoradores” (MATEUS, 7:15). Jesus se coloca como alguém digno de crédito; já os

outros líderes que lhe perseguem são considerados falsos mestres e até mesmo lobos devoradores. Jesus suscitou a atenção para a imagem de si (*ethos*) como alguém digno de confiança e desqualificou (*antiethos*) outros possíveis mestres de sua época – os chamados falsos profetas.

O modo de organização enunciativo

De acordo com Charaudeau (2019), o modo de organização enunciativo está voltado para os protagonistas do ato de linguagem, considerados seres de fala, internos à linguagem. O citado autor destaca que o modo enunciativo é uma categoria de discurso e incorpora os outros modos (descritivo, narrativo e argumentativo). Aponta ainda para a maneira como o sujeito enunciador atua na encenação do ato comunicativo. Nesse sentido, o modo enunciativo organiza a posição do sujeito falante em relação ao interlocutor, no tocante ao que ele diz e em relação ao que o outro diz, como explica Charaudeau (2019).

O modo enunciativo, consoante Charaudeau (2019), apresenta três funções específicas, a saber: a) uma relação de influência entre locutor e interlocutor por meio de um comportamento alocutivo; b) uma tomada de posição do locutor, por meio de um comportamento elocutivo; c) uma retomada da fala de um terceiro, por meio de um comportamento delocutivo. É importante conceituar de forma pormenorizada cada ato locutivo preconizado por Charaudeau (2019).

No **ato alocutivo**, o sujeito falante é o responsável por enunciar sua posição, seu ponto de vista em relação ao interlocutor, razão por que o implica e lhe impõe algum comportamento (CHARAUDEAU, 2019), como consta no seguinte exemplo: “Mas tu, quando orares, entra no teu aposento e, fechando a tua porta, ora a teu Pai que está em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará publicamente” (MATEUS 6:6). Observa-se que Jesus, em uma posição de superioridade ante aos seus seguidores, procurou interpelá-los quanto ao modo correto de orar a Deus. Além da interpelação, nota-se a injunção, pois “entra”, “ora”, são verbos que denotam ordens, imperatividade.

No **ato elocutivo**, o sujeito falante enuncia a si mesmo o seu ponto de vista sobre o mundo, sem que o interlocutor esteja engajado nesse posicionamento. Assim, como resultado tem-se uma enunciação que procura modalizar subjetivamente os sentidos que estão no plano implícito do discurso, ou seja, o ponto de vista interno do sujeito falante (CHARAUDEAU, 2019). É possível constatar essa modalidade no seguinte exemplo: “Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos

céus” (MATEUS 7:21). Observa-se que Jesus fala consigo mesmo sobre a entrada no reino dos céus e utiliza categorias de língua como “me”, “meu” para fazer a declaração. Essas marcas chancelam o efeito de subjetividade e a opinião desse sujeito enunciador diante do auditório.

No **ato delocutivo**, o sujeito falante se apaga e não assume o ato de enunciação. Também não implica o interlocutor, pois o falante apenas testemunha a maneira pela qual os discursos do mundo se impõem a ele. É como se o dito não pertencesse ao seu enunciador (CHARAUDEAU, 2019). Como exemplo, tem-se o seguinte trecho: “Ninguém pode servir a dois senhores” (MATEUS 6:24). Por meio da asserção, ou seja, do modo de dizer, visualiza-se que esse dito apaga os sujeitos do ato de linguagem e põe em evidência a incompatibilidade em servir a dois senhores.

Apesar de as três modalidades enunciativas estarem presentes no *sermão do monte*, constata-se que a alocutiva é a predominante, visto que Jesus, a todo o momento, visava influenciar os seus seguidores acerca de novos ensinamentos no âmbito do Judaísmo. Essa influência do orador não ocorreu de forma aleatória, mas sim por meio de artimanhas argumentativas, razão por que é de suma importância, com maior ênfase, tecer comentários sobre o modo de organização argumentativo.

O modo de organização argumentativo

De acordo com Charaudeau (2019), a argumentação é um setor da atividade linguageira que não está inserido no âmbito das categorias de língua, mas sim no plano do discurso. Remontando à Grécia Antiga, a argumentação é considerada como mecanismo discursivo que serve ao exercício da persuasão, ou seja, quem a utiliza almeja levar o interlocutor a crer e a fazer determinadas ações. O sujeito argumentante busca transmitir ao auditório ideias, convicções, para que este seja persuadido e mude suas crenças e seus comportamentos.

Para Charaudeau (2019), a argumentação se realiza por meio de uma estrutura triangular: a) uma proposta sobre o mundo que provoque em alguém um questionamento sobre sua legitimidade; b) um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento e que desenvolva um raciocínio a fim de estabelecer uma verdade posta em julgamento; e c) um sujeito-destinatário, a que se dirige o sujeito argumentante.

A argumentação, conforme a proposta charaudiana, define-se mediante uma relação tríplice entre um sujeito argumentante (orador);

uma proposta sobre o mundo (tese); e um sujeito-alvo (auditório). Com base nesse esquema, é possível estabelecer uma associação direta entre o *ethos*, o *logos* e o *pathos*, a conhecida tríade (ou provas) da retórica aristotélica.

Ainda no escopo argumentativo, Charaudeau (2019) apresenta dois aspectos que constituem a mecânica desse modo de discurso: a razão demonstrativa e a razão persuasiva. A primeira focaliza o lugar da logicidade, daquilo que é explicado por métodos formais, irrefutáveis. A segunda se baseia em um mecanismo que busca estabelecer a prova mediante argumentos convincentes e persuasivos, oriundos da encenação argumentativa.

Charaudeau (2019) defende que toda relação argumentativa de base lógica é composta por pelo menos três aspectos fundantes: a) uma asserção de partida (A1); b) uma asserção de chegada (A2); c) e uma asserção de passagem. Como exemplificação, veja-se o seguinte exemplo retirado do *corpus* deste trabalho: “Sede vós pois perfeitos, como é perfeito o vosso Pai que está nos céus” (MATEUS 5:48). Na primeira parte desse ato de linguagem (Sede vós pois perfeitos), há asserção de partida (A1), pois o orador suscita seres, atribui propriedades e ordena ações. Na segunda parte (como é perfeito vosso Pai que está nos céus), nota-se a asserção de chegada (A2), uma vez que o orador mostra o que deve ser aceito em decorrência da asserção de partida.

Como se observa, trata-se de uma relação de causalidade, de consequência entre ambas as asserções (A1 e A2). A asserção de chegada, consoante Charaudeau (2019), representa a legitimidade da proposta. Já na asserção de passagem, tem-se o universo da crença, do verossímil, o mundo das opiniões. Para o linguista francês, esse universo precisa ser compartilhado pelos interlocutores envolvidos na argumentação para que seja estabelecida a prova, o argumento ou a inferência que une A1 e A2.

No exemplo “Sede vós pois perfeitos, como é perfeito o vosso Pai que está nos céus” (MATEUS 5:48), constata-se uma ordem (modalidade alocutiva) em que o orador procura influenciar o auditório. Além disso, há utilização de um procedimento discursivo da encenação argumentativa: a comparação. “No âmbito de uma argumentação, a comparação é utilizada para reforçar a prova de uma conclusão ou de um julgamento” (CHARAUDEAU, 2019, p. 237).

Identifica-se o uso da comparação quando o orador ordena que o auditório precisa ser perfeito como o Pai que está no céu. Há um cotejo

entre duas realidades: uma terrena (as pessoas que seguiam Jesus) e outra espiritual (Deus, o Pai). Essas relações engendram articulações argumentativas com vistas a levar o auditório a crer na tese apresentada pelo orador, neste caso em específico, a seguir o modelo de perfeição divina ora apresentado no discurso teológico.

Em se tratando da **encenação argumentativa** ou do dispositivo argumentativo, Charaudeau (2019) estabelece três componentes específicos: a **proposta**, a **proposição** e a **persuasão**. A primeira diz respeito às asserções sobre fenômenos do mundo, é a chamada tese na perspectiva da argumentação; a segunda refere-se a um possível questionamento a fim de colocar em causa a proposta e depende da tomada ou não tomada de posição do sujeito argumentante; a terceira tem por objetivo pôr em cena um quadro de raciocínio persuasivo em que consistirá em três opções: refutação, justificativa ou ponderação (CHARAUDEAU, 2019).

Utilizando essas postulações de Charaudeau (2019), destaca-se que a tese principal (proposta) do *sermão do monte* era ensinar as pessoas o modo como deveriam se comportar como seguidoras de Jesus; como proposição, o orador palestino se mostrou como alguém digno de crédito e se apresentou como um mestre capaz de ensinar coisas novas aos seus seguidores que só conheciam aquilo que os doutores da Lei lhes ensinaram; a persuasão aconteceu porque o jovem profeta refutou alguns argumentos da Lei Mosaica e apresentou novas concepções, como em: “Ouvistes que foi dito aos antigos: Não cometerás adultério. Eu, porém, vos digo, que qualquer que atentar numa mulher para a cobiçar, já em seu coração cometeu adultério com ela” (Mateus 5:27,28). Vê-se que o orador almejou refutar as ideias inculcadas no auditório por meio do que foi falado pelos “antigos” e, concomitantemente, promover uma ordem.

Charaudeau (2019) apresenta fatores situacionais que contribuem para configurar a argumentação, a saber: **situação de troca** e **contrato de fala ou comunicação**. O primeiro pode ser monológico ou dialógico. Monológico ocorre no momento quando o orador constrói a totalidade do discurso; dialógico ocorre quando o orador e o auditório desenvolvem réplicas que se sucedem na troca linguageira. No *sermão do monte*, a situação de troca linguageira era predominantemente²

2 - Percebeu-se que em alguns momentos Jesus refutou discursos de outrem, o que caracteriza a situação dialógica. Por exemplo: “Ouvistes que foi dito aos antigos: Não cometerás adultério. Eu, porém, vos digo, que qualquer que atentar numa mulher para a cobiçar, já em seu coração cometeu adultério com ela” (MATEUS 5:27,28). Observa-se que Jesus fez uma réplica a um discurso anterior, razão por que imprimiu, também, aspectos dialógicos.

monologal, uma vez que Jesus, na posição de orador, colocou em evidência a proposta, a proposição e a persuasão. Além disso, esse sujeito argumentante desenvolveu todo o ato de persuasão diante do seu auditório em busca de conquistar a adesão. O auditório, por sua vez, apenas ouviu atentamente ao discurso do orador.

O segundo (contrato de fala ou comunicação), conforme explica Charaudeau (2019), fornece os meios de interpretação de um texto. Assim, o texto pode mostrar a proposta, a proposição e a persuasão (argumentação explícita); ou o texto pode dissimular a citada tríade (argumentação implícita). No *sermão do monte*, o contrato de fala é estabelecido por meio da argumentação explícita, visto que Jesus mostra o quadro argumentativo ao seu auditório social.

O sujeito argumentante, consoante Charaudeau (2019), é incitado a tomar alguma posição. Dentre as posições do sujeito propostas pelo teórico francês e com base nas informações do *sermão do monte*, depreende-se que se trata de posições em relação à própria argumentação jesuânica. Então, tem-se uma relação de **engajamento**, pois Jesus implica-se pessoalmente no discurso por meio de uma **argumentação polêmica**, conflituosa, mostrando novas ideias e refutando as estabelecidas pelas autoridades religiosas vigentes.

Outros mecanismos argumentativos estão dispostos no *corpus*. Acerca dos cinco **domínios de avaliação** (verdade, estético, ético, hedônico e pragmático), destaca-se o domínio ético, definido como aquilo que em termos de bem e de mal devem ser os comportamentos humanos (CHARAUDEAU, 2019). O orador Jesus de Nazaré mostra ao seu auditório como devem se comportar, agir. “Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus; Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados; Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra” (MATEUS 5:3-5). Durante todo o sermão, o orador mostra o que é bem e o que é mal, a fim de que o auditório possa escolher o princípio intencionalmente proposto pelo orador.

Para Charaudeau (2019), os **procedimentos discursivos** consistem em elementos da língua capazes de produzir efeitos de persuasão. Neste estudo, escolheram-se apenas **a definição, a comparação e a citação**. A **definição** é apresentada como uma atividade de linguagem que tem como principal função qualificar, descrever os traços semânticos que uma palavra tem em determinado contexto (CHARAUDEAU, 2019). Quando o orador Jesus enunciou:

“Vós sois o sal da terra; e se o sal for insípido, com que se há de salgar? Para nada mais presta senão para se lançar fora, e ser pisado pelos homens” (MATEUS 5:13), observa-se que a definição dos seguidores como sal da terra indica uma estratégia persuasiva, embora não se trate de um sentido real, literal.

Então, a definição incorpora uma valoração de vidência, de saber compartilhado por um grupo social, pois o sal é algo que conserva e era muito utilizado na Palestina do século I. Ora, compreende-se que os discípulos de Jesus deveriam conservar os ensinamentos recebidos pelo mestre. Além de sal, o orador define seus seguidores de outra maneira: “Vós sois a luz do mundo; não se pode esconder uma cidade edificada sobre um monte” (MATEUS 5:14). Dessa vez, os adeptos de Jesus são definidos como a luz do mundo. Provavelmente, a ideia de luz represente a iluminação do conhecimento. Logo, por meio dos discípulos, as outras pessoas poderiam ter acesso aos ensinamentos cristãos. Assim, por meio do procedimento discursivo da definição, o orador constrói suas estratégias persuasivas no discurso.

A **comparação** é utilizada pelo orador para reforçar a prova de uma determinada tese posta em julgamento. Esse procedimento discursivo é muito utilizado para cotejar objetos semelhantes. Dentre os tipos de comparação apresentados na teoria charaudiana, destaca-se a comparação por semelhança (CHARAUDEAU, 2019). Durante o *sermão do monte*, Jesus proferiu: “Quando, pois, deres esmola, não faças tocar trombeta diante de ti, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem glorificados pelos homens. Em verdade vos digo que já receberam o seu galardão” (MATEUS 6:2). Constata-se que Jesus reprova o modo como autoridades religiosas davam esmola e ordena (não faças) aos seus seguidores para que não sejam como os “hipócritas”. Portanto, o orador recorre ao procedimento comparativo para interpelar seu auditório social a agir de forma diferente.

A **citação** concerne ao discurso relatado com o objetivo de produzir na argumentação um efeito de autenticidade. Esse procedimento discursivo funciona como uma fonte de verdade, de testemunho, de dizer, de experiência, entre outros (CHARAUDEAU, 2019). Jesus de Nazaré se utilizou desse procedimento algumas vezes em seu *sermão do monte*. Selecionaram-se três momentos: a) “Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; mas qualquer que matar será réu de juízo” (MATEUS 5:21); b) “Ouvistes que foi dito aos antigos: Não cometerás adultério” (MATEUS 5:27); c) “E eu vos digo que nem mesmo Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles”

(MATEUS 6:29). Nos dois primeiros casos, Jesus recorre à citação por meio de um dizer, uma vez que “os antigos” são os responsáveis pelo dito; no terceiro caso, o orador se utiliza da citação como fonte de experiência, pois traz à baila o nome de Salomão, um dos principais reis do povo israelita. O orador, nesses excertos, ancora a argumentação em efeitos de autenticidade para provar a tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se fazer uma trajetória de alguns conceitos basilares da Teoria Semi linguística de Análise do Discurso. Mobilizaram-se categorias-chave (ato de linguagem, contrato comunicacional, estratégias discursivas, modos de organização do discurso, entre outras) a fim de entender de que modo possíveis intenções, dimensões e orientações argumentativas foram postas persuasivamente no *sermão do monte*, proferido por Jesus de Nazaré, no início do século I da Era Cristã, com o objetivo de angariar a adesão do auditório.

A partir do instrumental teórico-metodológico da Teoria Semi linguística, foi possível perscrutar partes do *sermão do monte* e identificar os quatro sujeitos do ato de linguagem, com ênfase no sujeito enunciador (orador Jesus) e no sujeito destinatário (auditório visado, os seguidores de Jesus). Por meio de uma situação linguageira predominantemente monologal, o jovem profeta recorreu a vários recursos argumentativos a fim de interpelar o auditório que ouviu o discurso.

Percebeu-se que o contrato de comunicação entre orador e auditório foi o gatilho propulsor do possível sucesso do empreendimento argumentativo de Jesus. O que chamou a atenção foi o modo como as categorias da Teoria Semi linguística estão presentes de maneira acentuada no *sermão do monte*, apresentando possibilidades de análise discursiva em um material de cunho teológico e de grande valor para a cristandade. Isso mostra que a citada teoria de Análise do Discurso criada por Patrick Charaudeau pode ser utilizada como recurso desvelador de práticas comunicativas que tomam o discurso religioso e o teológico como instâncias discursivas.

A análise a que se propôs neste trabalho está longe de ser esgotada, haja vista as multiplicidades de sentidos que um discurso apresenta e pelo fato da carência de estudos discursivos que tomam o discurso teológico como objeto de investigação. Defende-se, neste estudo, que o discurso teológico assim como o religioso, tem muito

a oferecer aos analistas do discurso, sobretudo, os discursos de linha cristã, pois representam a maior religião do mundo que, ao longo dos séculos, influencia a vida ocidental, inclusive na política, como é o caso do Brasil contemporâneo.

Jesus de Nazaré, sem sombra de dúvidas, foi um orador dotado das qualidades postuladas por Aristóteles (2011), a saber: prudência, virtude e benevolência. Com essas características, o jovem profeta galileu do mediterrâneo agia retoricamente sobre seu auditório social, fazendo-o crer e incitando-o a realizar ações. Como foi possível constatar neste trabalho, o orador palestino sabia argumentar de modo convincente e persuasivo, projetando imagens de si (*ethos*), perscrutando as paixões do auditório (*pathos*) e utilizando argumentos retóricos (*logos*).

Provavelmente, foi por isso que um simples camponês judeu do mediterrâneo (CROSSAN, 1994) considerado insignificante – porque surgiu em uma pequena aldeia (Nazaré) cuja história não indicava que nenhum profeta tenha surgido deste local – conquistou tantos adeptos e, mesmo com seu precoce ministério e trágica morte por meio da crucificação, continuou sendo reverenciado e proclamado em muitos lugares do mundo. A partir desses fatos comprovados historicamente, compreende-se que Jesus de Nazaré era um orador do mais alto nível que se possa imaginar. Ele sabia utilizar o discurso argumentativo de modo eficaz.

Defende-se aqui que Analistas do Discurso devem olhar mais atentamente para os discursos de linha teológica e religiosa como um todo, pois estes têm muito a dizer ou silenciar. Conclui-se esta investigação com a seguinte afirmativa: “Jesus era mais que o reformador de uma religião envelhecida; era o criador da religião eterna da humanidade” (RENAN, [1863] 2004, p. 306).

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. 2. ed. Barueri/SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. 896p. Velho Testamento e Novo Testamento.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

CROSSAN, John Dominic. **O Jesus Histórico: a vida de um camponês judeu do Mediterrâneo.** Trad. de André Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolingüística: alguns pressupostos. **Memento**, Três Corações, MG, v. 5, n.2, p. 1-18, julho-dezembro de 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolingüística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida; GAVAZZI, Sigrid (Ors.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria os sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Nad-FALE-UFGM, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. O contrato de comunicação em sala de aula. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise de discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MACHADO, Ida Lucia. O ato de linguagem segundo a Semiolingüística: implicações, explicações e aplicações práticas. **Gragoatá**, Niterói, v.24, n. 50, p. 760-772, set.-dez. 2019.

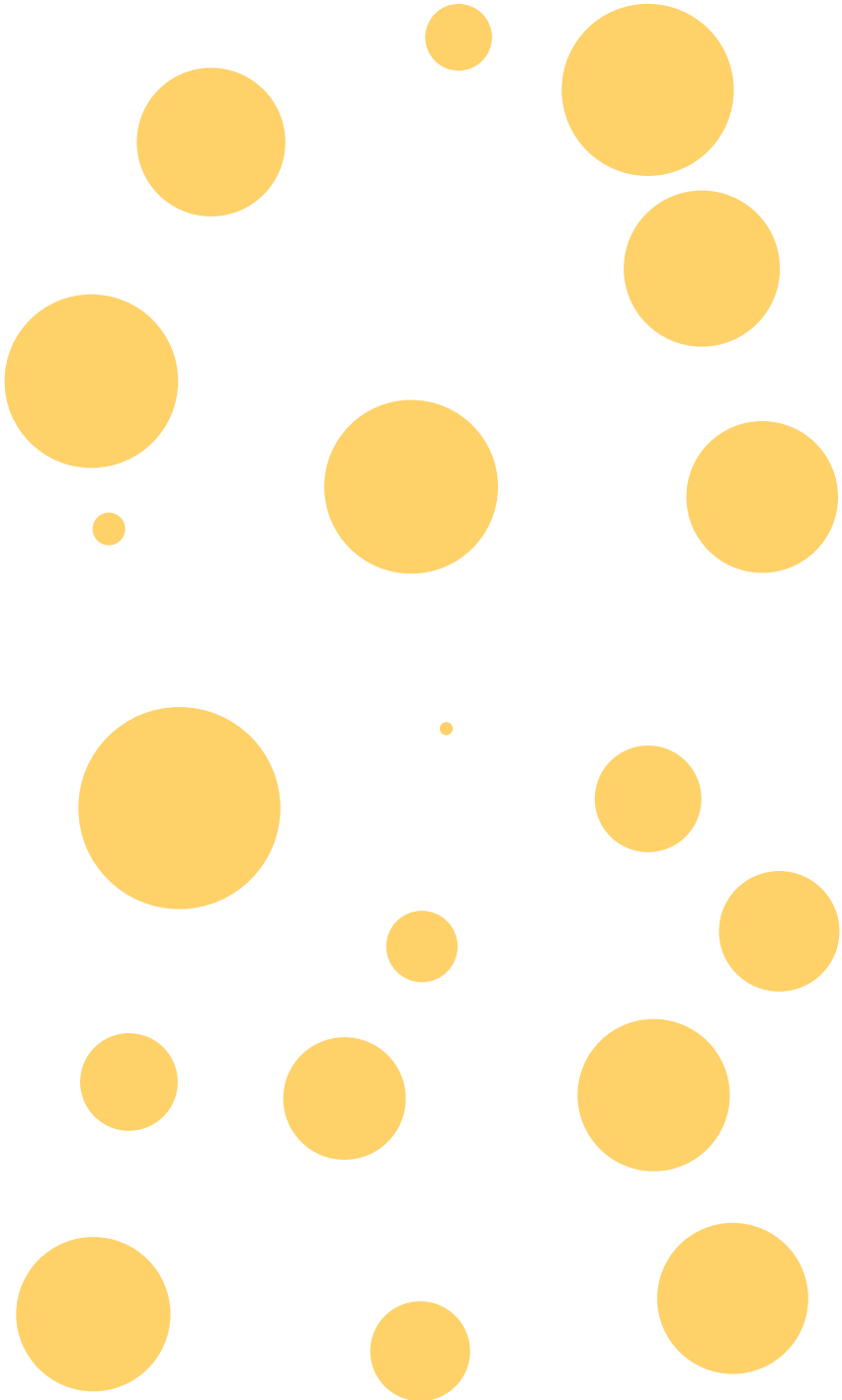
MOURA, João Benvindo de. **Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte: um retrato do Piauí**. Teresina/PI: EDUFPI, 2020.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. O discurso teológico como discurso constituinte. In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson. **Discursos constituintes**. São Paulo: Blucher Open Access, 2020.

RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**. Tradução: Eliana Maria de A. Martins. São Paulo/SP: Editora Martin Claret, [1863] 2004.

ROCHA, M. S. **As práticas argumentativas de oradores religiosos cristãos do agreste alagoano**. 2020. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós Graduação em Linguística e Literatura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SILVA, Lucas Nascimento. **O orador Jesus Cristo e suas técnicas argumentativas: um estudo retórico no Sermão do Monte**. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.



ENTRE O ETHOS DE IMPOTÊNCIA E O DE SUPERAÇÃO: O ANTAGONISMO NOS DISCURSOS DE MULHERES MARGINALIZADAS

Adriana Rodrigues de Sousa

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste num recorte de pesquisa em nível de mestrado, realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFPI, tendo como foco a análise do *ethos* discursivo de três mulheres adictas em recuperação, internas da Casa das Samaritanas, um espaço de acolhimento feminino, na cidade de Parnaíba-PI. As narrativas, que compõem o corpus desta pesquisa, foram coletadas por meio de entrevistas de cunho etnográfico.

Vislumbramos, atualmente, posições de destaque assumidas por mulheres, na sociedade, fazendo emergir uma voz que foi, ao longo da história, silenciada. No entanto, os discursos fascistas, voltaram a ocupar espaço em diversas regiões do mundo, incitando a misoginia com uma força avassaladora. Desse modo, percebe-se que, muitas mulheres ocupam, ainda, a condição de socialmente vulneráveis.

Em nosso país, a situação de vulnerabilidade social na qual se encontram muitas mulheres, apresenta a pobreza como fator majoritário. Conforme GOMES E PEREIRA (2005), embora se perceba a diminuição dessa desigualdade de gênero nas últimas décadas, são as mulheres que, ainda, executam atividades não remuneradas, tais como “donas de casa”. Logo, existe uma nítida desigualdade de gênero acerca da divisão do trabalho. A linguagem é concebida como forma material do discurso, que, por sua vez, consiste na forma material da ideologia. Sendo assim, consideramos que, através da linguagem, as problemáticas sociais se instauram e se legitimam. Em razão dessas constatações, pretendemos investigar, partindo de um ponto de vista linguístico-retórico-discursivo, como essas mulheres enxergam a si mesmas e como veem o mundo que as cerca.

Questões sociais relacionadas à violência e à dependência química também se constituíram como elementos motivadores para este estudo em que os sentidos emergem das relações estabelecidas

entre a vida das internas antes de morarem na Casa das Samaritanas e a narrativa construída por elas, através das entrevistas, durante o processo de tratamento da “adição” termo relacionado à dependência química presente no Manual dos Narcóticos Anônimos (1996), utilizado pela entidade, no processo terapêutico de recuperação das internas, bem como na compreensão de que o vício é uma doença e deve ser tratada como tal.

Nos ancoramos na Teoria Semiollingística (CHARAUDEAU, 2016; 2018), utilizando como categoria de análise, nesse recorte, o ethos discursivo. Lançamos mão, ainda, das contribuições teóricas de Machado (2018), e Amossy (2016). Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, por considerar aspectos subjetivos e buscar compreender e descrever fenômenos lingüístico-discursivos, bem como, sociais, através de dados narrativos. Por se tratar também de uma pesquisa de campo, que estabelece relações com pessoas, faremos uso da metodologia etnográfica.

A ANÁLISE DO DISCURSO SEMIOLINGÜÍSTICA

A Análise do Discurso Semilingüística (doravante ADS) é uma vertente da Análise do Discurso Francesa, desenvolvida pelo linguista francês Patrick Charaudeau, a partir de sua tese de doutorado, defendida na década de 1980. Dentre as diversas correntes da AD, a teoria charaudeana se distingue por concepções teóricas e metodológicas através das quais se entende que o discurso depende das condições da enunciação e dos interlocutores para os quais é dirigido. Charaudeau (2016) evidencia o papel do sujeito como a base de todo ato de linguagem. A significação do mundo é dada pelo material lingüístico da comunicação, representando a realidade parcialmente ou em sua totalidade.

Charaudeau (2016) apresenta o campo semiollingístico integrando duas antinomias que explicam que “o ato de linguagem não pode ser concebido de outra forma a não ser como um conjunto de atos significadores que falam o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão” (CHARAUDEAU, 2016, p. 20). Nessa perspectiva, considera-se um amálgama entre a Semiótica e a Lingüística, convergindo para a hipótese de que uma análise semiollingística é Semiótica porque seu objeto de estudo se organiza em uma intertextualidade e é Lingüística visto que o instrumento utilizado para análise de seu objeto se constitui a partir de uma conceituação de fatos que permeiam o universo da linguagem. A

referida teoria deu origem ao que hoje poderíamos chamar de Análise do Discurso Semiollingüística (ADS), na perspectiva de Machado (2016).

Conforme Moura (2012), a linguagem produz sentidos variados, visto que exerce a função de corresponder a intenções determinadas, decorrentes das interações entre os sujeitos. Segundo Machado (2016), a maneira de se analisar o discurso na TS, se incorpora em uma concepção pragmática vinculada a uma dimensão psicossocial, conciliando, nessa combinação, os elementos que compõem a citada teoria, tornando-a interdisciplinar.

Charaudeau (2016), em seu livro “Linguagem e discurso: modos de organização”, no capítulo “Problemas de abordagem na análise do discurso”, define a semiollingüística como um campo que integra duas antinomias: *do que nos fala a linguagem e como nos fala a linguagem* (p. 20, grifos do autor).

Estabelecendo uma relação com nosso objetivo de pesquisa, que busca analisar, dentro dos aspectos lingüísticos, as estratégias do discurso e como estas condicionam a construção dos imaginários sociodiscursivos e o *ethos*, faz-se necessário dizer que, nessa linha, o analista, ao se deter sobre o discurso (*do que nos fala a linguagem*), tem como finalidade, identificar as intenções e as estratégias discursivas adotadas por quem as produz (*como nos fala a linguagem*), levando em conta os componentes da situação comunicativa. Essa esfera situacional, articulada entre os aspectos lingüísticos e discursivos é que proporciona uma significação efetiva do estudo da língua e a constituem como fator social. Para Charaudeau:

[...] uma análise semiollingüística do discurso é semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só constitui em uma intertextualidade. Esta última depende dos sujeitos da linguagem, que procuram extrair dela possíveis significantes. Diremos também que uma análise semiollingüística do discurso é lingüística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de um trabalho de conceituação estrutural dos fatos lingüageiros. (2016, p.21)

A partir dessa afirmação, entendemos que a semiótica e a lingüística se completam, ou seja, se integram e se fundamentam, sendo, por isso, necessárias aos estudos do campo semiollingüístico. Segundo Machado (2016), a Análise do Discurso Semiollingüística leva em consideração alguns fatores que restringem e caracterizam as estratégias utilizadas no estudo dos gêneros discursivos: a situação

de comunicação, a identidade e os papéis dos parceiros, a finalidade do ato comunicativo, as expectativas da interação, a tematização, e as características estruturais do texto. Dentro do arcabouço teórico da ADS, adotamos neste trabalho os conceitos de *ato de linguagem* e *circunstâncias de discurso*, aspectos fundamentais na contextualização dos enunciados e sujeitos dessa vertente da Análise do Discurso. Como categoria de análise, consideramos a noção de *ethos*, tomada de empréstimo da Retórica aristotélica. É sobre eles que passaremos a discorrer a seguir.

O ato de linguagem e as circunstâncias de discurso

De acordo com a abordagem da ADS, o ato de linguagem não se mostra pura e simplesmente na configuração verbal, mas também, como resultado de uma dupla dimensão classificada como implícita e explícita. Trata-se de uma configuração indissociável que somada às circunstâncias do discurso e à relação entre os parceiros desse ato, constroem o sentido que é simbolizado pela referenciação e pela significação. Machado (2019, p.764) explicita que “de todo modo, o ato de linguagem deve ser visto como um ato comunicativo em que o “eu”, ser de fala ou de escrita, se dirige a um “tu”, em determinado local, hora e situação, ato esse carregado de intenções”. Não se trata de um ato em que a mensagem é meramente enviada a um receptor, mas, uma atividade dialética que se dá através de um processo interenunciativo de Produção e Interpretação entre quatro sujeitos.

Em virtude de evitar conflitos no entendimento das terminologias, Charaudeau (2001) considera necessário distinguir os conceitos de ato de linguagem, ato de fala e estratégia discursiva. O ato de linguagem trata de uma relação contratual entre parceiros dentro de um duplo circuito (interno e externo) de encenação do *dizer* e *fazer*; o ato de fala, de forma distinta, não configura a totalidade de um ato de linguagem. Mesmo que se relacione ao espaço de encenação do dizer, este ato se constitui através de qualquer fórmula verbal; e, por fim, as estratégias discursivas (legitimidade, credibilidade e captação) que, junto ao *contrato*, se fazem responsáveis por uma *expedição* bem sucedida do ato de linguagem, referindo-se à postura do sujeito comunicante em relação ao sujeito interpretante, levando em consideração o espaço do dizer e a relação contratual do fazer.

A relação que o sujeito, tanto o enunciador quanto o interpretante, sustenta diante do propósito linguageiro e em face um do outro, é verificada pelas condições de produção/interpretação do ato de linguagem. Essas condições recebem a definição de *circunstâncias*

de discurso e se referem aos saberes partilhados entre os protagonistas do ato acerca das práticas sociais pertencentes ao grupo do qual faz parte. Conforme preconiza Charaudeau (2016, p.31), “o saber que os protagonistas da linguagem constroem sobre os diferentes propósitos contidos nas trocas comunicativas não é ligado apenas às referências ou experiências vividas por eles”. Dessa forma, os saberes que os sujeitos comunicantes julgam existir entre eles é que ancoram esse saber ao qual o autor se refere e que estabelecem os *filtros construtores de sentido*. Partindo do princípio de que as *circunstâncias de discurso* tratam de conjuntos de saberes responsáveis pelos *filtros construtores de sentido*, Charaudeau (2016) explica que, é por meio da situação extralinguística, que a pertinência do ambiente material se dá diante dos propósitos linguageiros empregados pelos atores da linguagem.

A concepção do ethos

O termo *ethos* se origina do grego “personagem”, designando a construção de uma imagem de si. O filósofo Aristóteles, em seus estudos sobre retórica, foi um dos precursores do uso do vocábulo, entendendo o *ethos* como uma imagem que o orador projeta de si com o intuito de influenciar seu auditório. O significado de *ethos*, em um sentido amplo, corresponde à noção de comportamento do locutor que o constrói baseando-se num conjunto de regras éticas que constituem e sistematizam a conduta do indivíduo em sua vida social.

Conforme Aristóteles (2005), o estudo do *ethos* na perspectiva aristotélica faz parte de uma trilogia de provas técnicas que compõem a arte retórica através do discurso. São três meios pelos quais se estabelece a arte da persuasão: *ethos*, que representa os fatores provenientes da moral do orador; *pathos*, prova que visa movimentar o auditório e aguçar suas paixões definindo como os oradores se apresentam aos ouvintes e, por fim, o *logos*, prova que consiste numa instância intelectual, a qual verifica o funcionamento dos argumentos lógicos em um discurso, ou seja, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar. Para Moura (2015), na perspectiva da Análise do Discurso, é através dos aspectos linguísticos e discursivos que as análises evidenciam os modos de dizer do sujeito enunciador na construção do seu *ethos*. Faz-se necessário destacar que, dentre as categorias de provas apresentadas, somente o *ethos* será inserido nos estudos que envolvem esta pesquisa.

Segundo Maingueneau (2015), o termo *ethos* ficou obsoleto por algum tempo nas ciências sociais, no entanto, teve seus estudos retomados com grande repercussão, a partir dos anos 1980,

incorporado aos trabalhos deste autor e de Oswald Ducrot, linguista e criador da teoria polifônica da enunciação, integrando o conceito de *ethos* ao próprio ato de enunciação, o qual viabiliza as informações sem relacioná-las ao sujeito previamente. Conforme Maingueneau, o que o surpreendeu e o fez constatar que o interesse pelo retorno desse conceito está em sintonia com o domínio das mídias audiovisuais, visto que, a partir da década de 1980:

O foco de interesse dos analistas da comunicação se deslocou, das doutrinas e dos aparelhos aos quais relacionavam uma “apresentação de si”, para o “look”. E essa evolução seguiu *pari passu* seguiu o enraizamento de todo processo de persuasão numa certa determinação do corpo em movimento; o que fica especialmente claro no domínio da publicidade, em que passamos o mundo da “propaganda” ao da “publicidade”: a propaganda desenvolvia argumentos para valorizar o produto, a publicidade põe em primeiro plano o corpo imaginário da marca que supostamente está na origem do enunciado publicitário. (2015, p.11)

As problemáticas referentes ao discurso e o interesse mencionado anteriormente, deram ao *ethos*, uma posição de primeiro plano em termos pragmáticos e discursivos. Diversos estudiosos justificam o interesse pelo *ethos* a partir da evolução da palavra como veículo de comunicação nas mídias, que obriga o uso de dispositivos diversificados quanto ao uso desta, nos enunciados que têm como finalidade construir uma imagem de si no discurso, adaptando-a às especificidades e condições da enunciação. De acordo com Procópio (2008), algumas concepções teóricas têm retomado esse conceito, baseando-se em Aristóteles, porém, trazendo novas abordagens com uma diversidade de usos para as ciências da linguagem como: a pragmática, a argumentação e o discurso.

Para Maingueneau (2015), estabeleceram-se algumas adversidades ligadas à noção de *ethos*, pois, embora haja um entendimento, a partir de Aristóteles, de que o *ethos* esteja vinculado ao ato de enunciação, entende-se que, o auditório pode construir imagens representativas do enunciador. Essa acepção vai ao encontro de outras vertentes filosóficas, como a dos romanos que consideravam o *ethos*, um dado preexistente ao discurso. Ampliando os estudos ligados à noção de *ethos*, o autor justifica seu interesse em estudá-la, elencando duas razões para tal: “seu laço crucial com a reflexividade enunciativa e a relação entre corpo e discurso que ela implica” (MAINGUENEAU, 2016).

No tocante às terminologias relacionadas a esta noção, apresentou-se uma distinção entre o *ethos* prévio (a imagem preexistente do locutor) e o *ethos* discursivo (a imagem que ele constrói em seu discurso). Há, para alguns, problemas de compreensão acerca da variedade de usos do termo e uma certa dificuldade em definir se o *ethos* pode assumir essa característica de “prévio” e “discursivo”, pois se tratam de elementos que se mesclam no processo de construção da imagem. Analisando esses dois níveis de *ethos*, Procópio (2008, p.34) compreende que “para que as imagens projetadas pelo locutor sejam legitimadas pelo auditório, é preciso que haja uma adequação, isto é, que elas sejam partilhadas pelos interlocutores e sejam admitidas como representações ancoradas socialmente”. Nessa perspectiva, podemos compreender que existe uma complementação entre essas noções que contribuem para a definição de um *ethos* não inteiramente espontâneo, dependendo, obviamente, das variedades de circunstâncias, de discursos e de visões de mundo compartilhadas pelo auditório.

Acerca dos debates entre as concepções de *ethos*, nos filiamos à perspectiva de Charaudeau (2015), para quem tal noção “relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê”. Nesse sentido, os dados que constroem a imagem do sujeito se ancoram ao que se sabe antes a respeito deste sujeito e o que se apresenta no ato de linguagem.

Charaudeau (2015) estabelece duas categorias de *ethos* que classifica como: *ethé de credibilidade*, fundada em um discurso da razão e *ethé de identificação*, fundada em um discurso de afeto. Os *ethé* de credibilidade se constituem como um efeito da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, com o intuito de conduzir o interlocutor a apostar na dignidade desse sujeito. Dessa forma, ao analisarmos, através das entrevistas etnográficas, os discursos das mulheres, pretendemos identificar as imagens que estabelecem em função da razão e do afeto.

Há três condições que possibilitam a verificação para que um indivíduo seja avaliado como digno de crédito: a condição de sinceridade ou de transparência, que corresponde à possibilidade de comprovar que o que é dito coincide com o que ele pensa; a condição de *performance*, em que o sujeito apresenta os mecanismos para realizar a ação que promete e, por fim, a condição de eficácia que confere o efeito entre aquilo que é anunciado e aplicado pelo indivíduo (CHARAUDEAU, 2015). Entendendo que os discursos de mulheres na

condição de vulneráveis veiculam sentidos distintos aos da política, produzindo outras imagens de si, nos baseamos numa classificação para elencar os *ethé* identificados nesses discursos, levando em conta, suas peculiaridades. Como é dito pelo próprio autor, “essa condições variam em importância de acordo com o que está em jogo em cada situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2015, p. 119).

Nessa perspectiva, ao analisar o corpus desta pesquisa, ratificando que se trata de discursos de mulheres que se apresentam como dependentes químicas, ainda assim, identificamos um *ethos* de seriedade, dentre outros que serão detalhados na análise, e um discurso de justificação, quando relatam a não intencionalidade do ato, por *ignorância*, *inocência*, *circunstâncias* ou *responsabilidade coletiva*. Corroboramos, assim, a afirmação de Charaudeau sobre essas variações de condições que possibilitam essas construções dos *ethé*.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por considerar aspectos subjetivos, bem como, abordar representações sociais, crenças e opiniões relacionadas a um meio social, trata-se de uma pesquisa de natureza básica com abordagem qualitativa. Ela leva em consideração todos os componentes de uma situação de comunicação em suas interações e influências recíprocas, ou seja, defende uma visão holística dos fenômenos estudados. Por se tratar também de uma pesquisa de campo, que estabelece relações com pessoas, fizemos uso da etnografia.

Para isso, consideramos necessário montar um *corpus* representativo, constituído por entrevistas gravadas com três mulheres moradoras da instituição. Para a realização da coleta de dados, seguimos os passos seguintes: observação participante, entrevistas etnográficas, narrativas e registro das atividades diárias realizadas pela Casa, durante dois meses. As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho e agosto. Para seleção da amostra, adotamos critérios tais como: idade, grau de escolaridade e o tempo no qual as internas estão na Casa. As entrevistas tiveram um roteiro previamente elaborado contendo os seguintes direcionamentos: falar sobre a condição econômica e familiar antes de entrar numa situação de vulnerabilidade social; acontecimentos que as levaram a essa condição; motivos que as fizeram buscar o acolhimento na Casa das Samaritanas; projeções para um futuro fora da instituição.

O roteiro auxiliou no sentido de conduzir as entrevistadas para que tivessem a possibilidade de se situarem dentro de suas próprias narrativas. Para efeito de anonimização, os nomes foram omitidos, sendo substituídos por nomes de flores: Hortência, Violeta e Camélia.

ETHOS DE IMPOTÊNCIA X ETHOS DE SUPERAÇÃO

Ao analisarmos um corpus cujos sujeitos enunciadores estão em situação de vulnerabilidade, seja ela qual for, é comum que nos deparemos com a projeção de imagens que oscilam entre a dor e a esperança. Considerando-se um universo composto por mulheres à margem da sociedade, vítimas de diversos tipos de violência, tais imagens não são diferentes. Elas oscilam, de forma antagônica, entre o otimismo e o pessimismo, entre a tristeza e a alegria, revolta e resignação. Ora demonstram vergonha e impotência, ora transparecem empoderamento, esperança, superação.

Num primeiro momento das conversas gravadas, foi solicitado que as mulheres falassem sobre suas histórias de vida, narrando acontecimentos significativos, fatos decisivos que marcaram suas existências e que determinaram os rumos que a vida de cada uma tomou. Há uma percepção recorrente acerca das narrativas: todas as mulheres entrevistadas, independente do que foi relatado, se mostraram muito dispostas a falar, como uma espécie de desabafo, como se necessitassem desse momento e espaço. Na fala das mulheres, um importante marcador discursivo se dá através do uso do pronome pessoal “eu”, denotando uma enunciação elocutiva na qual há a existência de um sujeito que se identifica e se individualiza. Nas sequências discursivas a seguir, podemos visualizar algumas ocorrências do uso desse pronome:

SD 1

***Eu acho que eu fiquei assim e caí na droga porque** eu era criança e tentaram me estuprar... um próprio tio meu... aí com catorze anos eu saí de casa **porque** fiquei com medo dele me pegar a força...*

SD 2

*...**aí** me juntei com catorze anos... **aí** começou meu sofrimento... separei de um...deixava e começava a ficar com outro... **aí** comecei a beber... primeiro a cachaça... **depois** da cachaça... trisquei na maconha..., mas não gostei.... **aí** foi o tempo que apareceu o crack... caí no crack... **aí** minha vida... pronto... foi embora no meio de rua. (Hortência, 45 anos)*

A acolhida Hortência iniciou sua narrativa falando de um acontecimento de sua infância, de forma breve, como o motivo pelo qual se tornou viciada em entorpecentes. O uso da conjunção explicativa “porque” expressa um esclarecimento e justificação pelo uso de entorpecentes e, pela saída de casa na adolescência. O discurso de justificação, segundo Charaudeau (2015), reforça a ideia de que foram cometidas faltas, um erro ou infração, fazendo com que o sujeito intencione minimizar seu papel nessa cadeia de causalidade. Esse ato evidencia o entendimento da interna acerca de suas ações (sair de casa e usar drogas) e, sugere que, talvez, não acontecessem em outro contexto. A postura da interna manifesta um *ethos* de vítima, de abandono e desamparo, visto que, não há menção aos pais ou a nenhum outro membro da família que pudesse protegê-la. O uso do adjetivo “próprio” revela um sentimento de decepção e revolta pelo fato de um familiar que, ao invés de protegê-la, quer violentá-la.

No trecho seguinte, dando sequência ao relato, Hortência constrói um *ethos* de inocente, na medida em que atribui seu sofrimento ao fato de sair de casa, sendo que, a situação descrita pela acolhida, anteriormente, foi aterrorizante ao ponto de fazê-la tomar essa decisão com tão pouca idade. Conforme Charaudeau (2015), o *ethos* de inocente pode basear-se no *argumento de ignorância* o qual também está inserido no discurso de justificação. A ignorância pode estar numa participação não consciente da narradora ao desconsiderar como sofrimento os episódios vividos antes de sair de casa. Pela análise, presume-se que inúmeras outras dificuldades se apresentaram na vida da informante que a fizeram desconsiderar o que viveu, como sofrimento, de fato. Para o autor, o sujeito pode defender-se ou justificar-se argumentando que sua ação é legítima (o motivo que a fez sair de casa), no entanto, reconhece que essa atitude não corresponde a um projeto inicial, isto é, sair de casa não estava nos planos de vida da acolhida.

Em seu relato sequenciado, até chegar ao vício em crack (uma droga ilícita, feita com o subproduto da pasta de cocaína), Hortência narra, de forma superficial e sem elementos descritivos, alguns relacionamentos que manteve ao sair de casa: “me juntei com catorze anos... aí começou meu sofrimento”. A expressão “me juntei”, marca uma espécie de rito de passagem de uma adolescente que assumiria, a partir dali o papel de ser companheira de alguém. O conectivo conjuntivo “aí” acompanhado da forma verbal “começou” indica o início de uma nova etapa, seguida de inúmeros acontecimentos que culminaram na adicção ao crack.

A narrativa expõe a realidade cruel vivenciada por milhares de crianças no Brasil: o abandono. Hortência relata sua necessidade de proteção pela pouca idade que tinha, com dificuldade de prover seu próprio sustento, além de manter relacionamentos que se mostraram efêmeros. O consumo de bebida alcoólica culminou no vício ao crack. Essas ações pautaram sua conduta nessa nova realidade de uma adolescente que construiu um *ethos* de mulher adulta pelas circunstâncias que a vida lhe impôs e, a partir daquele momento, um *ethos* de viciada, sem perspectiva ou esperança.

SD 3

Eu tive uma infância assim muito tumultuada...daquela **curiosidade de ver o jardim lá do outro lado da cerca...** e eu tinha essa curiosidade... eu era muito hiperativa... eu fui criada praticamente por vó e eu fazia tudo o que eu queria... eu era **abençoada...** era daquela criança curiosa que não precisava nem levar recado... aí eu fui tumultuando... minha mãe ó... eu sou **irmã de catorze irmãos...** aí a minha vó... você vê que Deus faz as coisas tão bem feitas que eu era o xodó da minha vó... quando ela me batia ((referindo-se a mãe)) ou meu pai me fazia qualquer coisa ou me botava de..... olha... vou falar pra minha vó agora e a minha vó falou viu... se me bater a casa vai cair ((risos))... **a minha mãe não tinha tempo** e eu era daquele preço e quando me batia eu me escondia dentro dos matos... não tinha medo de onça, eu não tinha medo de cobra, não tinha medo... olha... pra tu fazer ideia como que eu era viu... eu era - de - Deus, era - de -Deus... uma vez ela me deu umas lapadas eu fiquei o dia todinho escondida nos matos... quando eu cheguei em casa ela tava furiosa.

O trecho do relato de infância de Violeta ratifica o que os analistas do discurso apregoam acerca dos estudos da língua: a linguagem não é transparente, mas sim produtora de sentidos que não se limitam à materialidade linguística. O uso da metáfora no trecho “curiosidade de ver o jardim lá do outro lado da cerca”, exprime o instinto de bisbilhotice comum às crianças. Ela tinha vontade saber de tudo que acontecia a seu redor, vontade de conhecer e descobrir coisas. Pela entonação e elementos de ironia, percebemos que essa característica não era bem vista pela família e nem pela própria narradora, já que, recebia castigos constantes. O adjetivo “abençoada”, denota o tom irônico, visto que, Violeta queria afirmar o contrário: era uma pessoa difícil de lidar.

Identificamos mais uma metáfora no trecho “eu era daquele preço” referindo-se novamente ao próprio comportamento. O

uso dessas figuras de linguagem, mesmo não sendo intencionais, demonstra um *ethos* de sabedoria e criatividade, pois se trata de uma estratégia discursiva que encobre algumas situações que denunciam a realidade de uma família desestruturada, com quinze filhos. Classificamos, ainda, como uma estratégia de negação, que consiste em rejeitar uma constatação, ao passo que justifica os castigos e surras aos quais foi submetida. Charaudeau elucidou essa justificação, como estratégia discursiva, através dos *argumentos das circunstâncias* que consistem “em fazer a acusação se deslocar das pessoas para o que preside a tomada de decisão ou a realização da ação” (2015, p.134), isto é, a narradora transfere unicamente para si, a responsabilidade do que acontece no dia a dia. No entanto, a necessidade de proteção fica visível quando a acolhida se refere à avó, que a protegia dos castigos: “você vê que Deus faz as coisas tão bem feitas que eu era o xodó da minha vó”. A narradora não faz nenhuma referência aos irmãos, cita o pai, a princípio, de forma evasiva e demonstra certa compreensão em relação à mãe no trecho “a minha mãe não tinha tempo e eu daquele preço”.

SD 4

Eu tinha uma vida social... trabalhava... sou cabeleleira... passei quinze anos trabalhando fora... então quando eu vim aqui pro Piauí eu **recebi desprezo do meu pai e da minha família...** porque até meu pai... ele tem uma condiçãozinha e ele é muito preconceituoso por devido ser daquelas pessoas do tempo antigo...do interior...aí pra ele era o cúmulo ter um filho homossexual...aí eu já voltei transformada em travesti que **eu não me sinto bem como homem... já tentei umas três vezes... me bateu uma depressão muito forte em mim...** aí eu fui pra igreja evangélica... chegou lá as exigências da igreja cortou meu cabelo... me obrigaram a eu usar roupa de homem... eu usei... fazendo todas as demandas que era preciso pra ver se eu me encaixava naquilo... mas eu vi... que não... vc tá entendendo? Aí então... eu vim pra cá pro Piauí... e até aí eu era estruturada... eu não precisava da minha família... pra nada de dinheiro... passei 15 anos em Tocantins... passei mais três anos em Anápolis Goiás e vivia viajando o mundo... aí até o tempo que eu me cansei de lá e ah...vou pra perto da minha família... cheguei aqui recebi desprezo do meu pai...da minha mãe... meus irmãos não...eu amo meus irmãos tudim... *minha mãe me rejeitou dando mais privilégio é... os próprios netos... aí eu me senti rejeitado... aí nisso eu comecei cair na...nesse tempo eu tinha dinheiro... tinha salão... aí comecei a cair na bebida... aí através da bebida conheci o crack aqui na Parnaíba... aí foi o fim de tudo mulher... da minha carreira... o fim do meu sucesso.*

No trecho acima, Camélia inicia sua narrativa relatando uma etapa que antecedeu o vício em crack. “eu tinha uma vida social... trabalhava... sou cabeleireira”. As formas verbais no pretérito imperfeito denotam ações que eram realizadas de forma contínua, porém, não foram concluídas. Já o uso da forma verbal “sou”, no presente do indicativo demonstra que o fato de ter uma profissão eleva a autoestima da entrevistada, estabelecendo seu lugar no mundo, destacando seu trabalho como uma fonte de renda que lhe permitia gozar de status social, construindo um ethos de empoderamento. Verificamos, logo no início do relato, novamente uma enunciação elocutiva, revelando um ethos de seriedade. Conforme Charaudeau (2015), esse ethos é construído com a ajuda de alguns índices comportamentais que podem ser corporais ou mímicos, através dos quais o sujeito demonstra energia e capacidade para exercer um trabalho.

Juntamente a esses índices, o autor reitera que essa imagem de si, constrói-se com o auxílio de declarações sobre si mesmo: “eu era estruturada... eu não precisava da minha família... pra nada de dinheiro”. Identificamos, ainda nesse trecho, um ethos de competência, autossuficiência, e liberdade, na medida em que exhibe habilidade e domínio sobre suas finanças e vida pessoal afirmando, veementemente, que tem independência, que possui meios e experiência necessária para realizar seus objetivos. Segundo Charaudeau (2015) o ethos de competência exige de seu possuidor, saber e habilidade, ao mesmo tempo, mostrando que sabe agir de maneira eficaz, tendo experiência adquirida sobre a função que exerce.

Percebe-se, pela narrativa, embora os fatos relatados não estejam numa sequência linear, que até assumir sua orientação sexual e entender-se como mulher, a acolhida passou por situações de preconceito por parte dos pais, como também, por um processo de autojulgamento que culminou na depressão, levando-a a buscar auxílio em uma entidade religiosa. Tal comportamento sinaliza que o sujeito busca uma alternativa para não perder a credibilidade junto à família ou a si mesmo (*não me sinto bem como homem... já tentei umas três vezes*). De acordo com Charaudeau (2018), o ethos de credibilidade é um construto e um atributo. A primeira característica se dá, devido ao modo pelo qual o sujeito encena sua identidade discursiva; a segunda, por causa de uma identidade social que o sujeito possui e que depende, conjuntamente, de seu estatuto e da maneira como ele é percebido pelo seu interlocutor.

O *ethos* de credibilidade se constrói em uma interação entre identidade social e identidade discursiva, entre o que o sujeito quer parecer e o que ele é em seu ser psicológico e social” (CHARAUDEAU, 2015, p. 137). Há, no relato de Camélia, uma lacuna sobre o que a fez, de fato, voltar para o Piauí, uma vez que, passou quinze anos residindo fora do estado, no entanto, observamos um sentimento de carência afetiva revelando um *ethos* de rejeição e abandono quando faz uso de um adjetivo comparativo de superioridade acerca do tratamento que sua mãe oferece aos netos em detrimento dos filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar o discurso de mulheres em situação de vulnerabilidade social, observando a construção do *ethos*, numa perspectiva semiolinguística. No domínio discursivo, o *ethos* se constitui com base no que é dito e como é dito. De forma geral, podemos dizer que a organização narrativa e descritiva dos depoimentos que compõem o corpus desta pesquisa, reforça a ideia de que há um movimento da imagem que elas projetam de si. Esse movimento antagônico é explicado pela forma como a narrativa se constrói. As internas partem de lembranças de suas vivências passadas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a condição de adictas e, posteriormente, para processo de recuperação, no qual se encontram atualmente.

Os resultados apontaram para a construção de imagens antagônicas, tais como: resignação, vergonha, impotência, vitimização, inocência, passividade, empoderamento, esperança e superação, dentre outras. Essas imagens, construídas a partir da ótica das mulheres acolhidas, forneceram elementos para um conhecimento e um reconhecimento delas próprias, fortalecendo suas identidades, bem como suas narrativas de vida.

Acreditamos que dar visibilidade a ações como esta, através de uma pesquisa científica, é uma forma de trazer a baila, discursos reais, de pessoas vitimizadas e oprimidas por uma sociedade tão desigual, preconceituosa e misógina, possibilitando, através da linguagem, as transformações sociais e humanas. Há poucas pesquisas, no universo da teoria Semiolinguística, que investigam como se dá a percepção do universo feminino, a partir da ótica das próprias mulheres, relacionando a linguagem com sua exterioridade. Esperamos que os resultados possam contribuir tanto para o universo acadêmico, quanto para o social.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Conceito, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. (Coordenação da equipe de tradução de Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado). 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, abril. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232005000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 ago. 2020.

MACHADO, Ida Lucia. **Reflexões sobre uma corrente de Análise do Discurso e sua aplicação em narrativas de vida**. Coimbra, Portugal: Grácio editor, 2016.

MACHADO, Ida Lucia. O ato de linguagem segundo a Semiologia: implicações, explicações e aplicações práticas. **Gragoatá**, [S.l.], v. 24, n. 50, p. 760-772, jan. 2020. ISSN 23584114. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/34125>>. Acesso em 19 ago. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 11-29.

MOURA, João Benvenuto de. **Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte, do Estado do Piauí: a construção de imagens e as emoções suscetíveis através da argumentação**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte-MG, 2012.

MOURA, João Benvenuto de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa. **Discurso, memória e inclusão social**. Recife: Pipa Comunicação, 2015.

Nogueira, M. (2006). Os discursos das mulheres em posições de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 9(2), 57-72. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v9i2p57-72> Acesso em 19 ago. 2020.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho. **O ethos do homem do campo nos quadrinhos de Chico Bento [manuscrito]**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Minas Gerais. 2008.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 11, n. 1, p. 65-69, Abril, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2006000100008&lng=en&nr m=iso>. Acesso em 19 ago. 2020.

SILVA, Marta Aguiar da. **Imaginários sociodiscursivos da mulher em situação de rua na mídia: uma análise discursiva de notícias de jornais impressos de Minas Gerais e Rio de Janeiro**. 2017. 158f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/11703> Acesso em 05 de julho de 2020.

SPRADLEY, J. **The ethnographic interview**. Forth Worth: Hancourt Brace Jovanovich College, 1979.

A ENCENAÇÃO ARGUMENTATIVA EM PROJETOS DE PESQUISA

Amanda Gabriella Lima Leal

INTRODUÇÃO

Na esfera acadêmica circulam variados gêneros que medeiam variadas ações comunicativas nesse meio. Considerando o ambiente plural das universidades, podemos mencionar alguns gêneros da esfera acadêmica que circulam, normalmente, por entre funcionários das instituições de ensino, como é o caso dos memorandos, e gêneros que, em suma, circulam entre professores e alunos, como é o caso das monografias, artigos científicos produzidos em disciplinas e resenhas.

O gênero projeto de pesquisa, objeto desta pesquisa, se insere neste escopo de gêneros que circulam entre professores e alunos. Em muitos programas de pós-graduação, no contexto brasileiro, os projetos de pesquisa fazem parte de etapas para a seleção dos alunos que pleiteiam o ingresso em cursos de mestrado ou doutorado. Além disso, muitas agências de fomento para pesquisadores solicitam projetos de pesquisa em processos seletivos para pesquisadores e/ou grupos de pesquisa que desejam financiar os seus estudos.

Nesse íterim, objetivamos neste artigo realizar uma análise das seções de identificação dos problemas de pesquisa de quatro projetos de submetidos à seleção do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL/UFPI). Para realizarmos nossa análise, nos ancoramos nos postulados de Charaudeau, em sua Teoria Semiolinguística. Mais especificamente, utilizamos as noções de *circunstâncias do discurso* e *tomadas de posição* do sujeito para analisarmos o referido *corpus*.

A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

A Teoria Semiolinguística, proposta pelo linguista francês contemporâneo Patrick Charaudeau, tem um caráter interdisciplinar, tendo em vista que analisa relações existentes entre os fatos da linguagem e os fenômenos psicossociais. De acordo com Moura (2021), tal teoria elenca como seu objeto de estudo principal o ato de linguagem, considerando sua dupla dimensão: implícita e explícita.

Essa dupla dimensão do ato de linguagem é caracterizada pela simbolização *referencial* e pela *significação*. A simbolização *referencial* consiste “em uma atividade estrutural da linguagem, na medida em que se realiza a partir do jogo de reconhecimento morfossemântico construtor de sentido, que remete à atividade que rodeia os sujeitos” (CORRÊA-ROSADO, p.4). Enquanto isso, a *significação* é considerada como uma atividade através da qual a construção de sentido do signo é tida como inerente à linguagem. Nesse sentido, o signo não possui um significado em si e por si, mas participa de uma totalidade discursiva.

Diante desta dupla dimensão adotada por Charaudeau, podemos observar que os estudos semiolinguísticos consideram que o signo só existe dentro do discurso, ou seja, a *significação* de um determinado signo não pode ser considerada plena, sem que o contexto seja observado. Em vista disso, o ato de linguagem apenas fornece “marcas semiológicas que funcionam como índices portadores de “instruções de sentido sistematizadas” (CORRÊA-ROSADO, p.4).

Dessa forma, o ato de linguagem é concebido pela Semiolinguística como um produto do *Explícito* e *Implícito*. Nesse *interim*, o *Explícito* corresponde à “configuração semiológica” (CORRÊA-ROSADO, p.5), enquanto o *Implícito* está relacionado às *Circunstâncias do discurso*, que caracteriza um conceito de suma importância para os estudos semiolinguísticos e também para a análise que neste trabalho será desenvolvida.

Tais *Circunstâncias* estão associadas a saberes sociais ou conhecimentos prévios que os protagonistas possuem. Esses saberes, segundo Corrêa-Rosado, estabelecem dois tipos de relações de grande importância para essa temática: a relação existente entre os protagonistas e os propósitos das trocas linguageiras, caracterizando, assim, os saberes partilhados pelos indivíduos participantes de um mesmo contexto social e a relação existente entre os próprios protagonistas, que criam modos de construir sentido, baseados nas experiências vividas e partilhadas por esses indivíduos.

Os modos de organização do discurso

Segundo a Teoria Semiolinguística, todos os atos de interação linguageira entre sujeitos pressupõem normas “mais ou menos institucionalizadas” (CHARAUDEAU, 2012) que medeiam tais interações. Dessa forma, um sujeito comunicante, antes de pronunciar-se, precisa reconhecer o ambiente social onde está inserido, o papel social que neste local está desempenhando, a quem está se referindo e qual o papel social do(s) interlocutor(es) daquela interação.

Além disso, neste processo de reconhecimento entre os parceiros, o sujeito comunicante também necessita reconhecer a sua própria identidade, enquanto falante, possuidor do direito de comunicar-se. Em outras palavras, os papéis sociais que os sujeitos ocupam dentro dos mais diversos campos de comunicação autorizam ou desautorizam certos papéis languageiros nestas esferas.

De acordo com a abordagem semiolinguística, podemos dizer que essas normas presentes no processo de comunicação entre os sujeitos se instauram através do “fenômeno de regulação das trocas comunicacionais do cotidiano” (CHARAUDEAU, 2012). Assim, mediante esse processo de regulação e de reconhecimento mútuo entre os sujeitos, seus papéis sociais e languageiros é que se estabelece um contrato comunicacional que une os parceiros em uma atividade de coconstrução de sentido.

A noção de contrato de comunicação para esta discussão se faz importante, visto que os sujeitos comunicantes respondem às normas instauradas pelo processo de regulação, em suas interações, ao utilizarem as categorias de língua que Charaudeau nomeia de “modos de organização do discurso”. Disso decorre a compreensão de que em todo ato de linguagem existe um contrato de comunicação explícito ou implícito, que pressupõe certas restrições e orienta os sujeitos sobre como comportar-se linguisticamente em determinados eventos comunicativos.

Para o autor, tais modos correspondem a princípios de organização estruturados, da matéria linguística, estritamente relacionados ao objetivo comunicativo do ato da linguagem, sendo agrupados em quatro modos: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. Cada um dos modos tem uma função principal, conforme suas finalidades comunicativas: de enunciar, descrever, narrar/contar e argumentar. Além de tais funções, Charaudeau propõe duas maneiras de observar as características da organização discursiva de tais modos: uma que diz respeito à organização do mundo referencial, que resulta das lógicas nas quais cada um dos modos é construído (lógicas descritiva, narrativa e argumentativa), e outra que corresponde à organização da encenação dos mundos construídos (encenações descritiva, narrativa e argumentativa).

Para a presente discussão, lançaremos o nosso olhar para o modo de organização do discurso argumentativo, mais especificamente para os componentes da encenação argumentativa presentes em quatro projetos de pesquisa de candidatos à seleção para o mestrado em Linguística, da Universidade Federal do Piauí.

O modo de organização do discurso argumentativo

Charaudeau (2016) propõe a descrição de uma mecânica do discurso argumentativo, não apenas de um tipo de texto em si, mas a compreensão dos componentes e princípios próprios do discurso argumentativo, que possam estar presentes em diferentes tipos de textos. Dessa forma, o autor destaca que para haver argumentação são necessárias algumas condições: a) uma proposta sobre o mundo que levante um questionamento sobre a legitimidade de alguém, b) um sujeito que se engaje nesse questionamento, desenvolvendo um raciocínio para estabelecer uma verdade (seja ela universal, ou a aceitação da legitimidade de uma proposta) e c) um outro sujeito que constitui o alvo da argumentação, a quem o argumentante tentará persuadir, compartilhando, assim, de uma mesma verdade. Essas três condições estão centradas em elementos que, juntos, compõem a relação triangular da argumentação: o sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e o sujeito-alvo.

Charaudeau (2016) também ressalta que a argumentação, por parte do sujeito argumentante, se direciona para uma busca por dois caminhos: a racionalidade e a influência. Através deste primeiro caminho, o sujeito argumentante tende a buscar um “ideal de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo” (p.206), que pode acontecer através de duas filitragens, uma de caráter empírico, que corresponde à experiência individual e social do indivíduo e outra de caráter lógico, que compreende as operações de pensamento que constroem um universo discursivo de explicação mediante “esquematisações coletivas” (GRIZE *apud* CHARAUDEAU, 2016). Nesse ínterim, esse jogo lógico iniciado pelo argumentante tem por objetivo conduzir o sujeito alvo a uma proposta sobre o mundo que seja mais verdadeira ou mais verossímil, estando inserida em um universo de representações socioculturais compartilhadas entre esses indivíduos.

Diante disso, percebemos que, além do caráter lógico deste “jogo argumentativo”, há, também, uma finalidade persuasiva que está relacionada ao segundo caminho que o sujeito argumentante pode buscar através da argumentação: a influência. Por este caminho, o argumentante direciona o interlocutor a um universo discursivo comum a eles, aderindo às suas mesmas propostas sobre o mundo. No entanto, também se faz válido destacar que o sujeito argumentante pode lançar-se pelo caminho da influência tanto por estratégias lógicas quanto por estratégias de sedução.

Quanto à função do modo de organização do discurso argumentativo, Charaudeau menciona a construção de asserções produzidas acerca dos eventos que acontecem no mundo, pautadas na experiência ou nos conhecimentos dos indivíduos, nas perspectivas das razões demonstrativa ou persuasiva.

A razão demonstrativa é baseada em um mecanismo no qual as asserções são organizadas de maneira que expressem relações de causalidade entre elas, mediante os procedimentos que a semiolinguística nomeia de *organização da lógica argumentativa*. Além disso, os componentes que constituem a razão demonstrativa estão associados ao sentido das asserções, ao tipo de relação que são estabelecidas entre elas e aos tipos de validação que as caracterizam. A razão persuasiva, por sua vez, é baseada em um mecanismo que busca “estabelecer a prova com a ajuda dos argumentos que justifiquem as propostas a respeito do mundo, e as relações de causalidade que unem as asserções umas às outras” (CHARAUDEAU, 2016, p.207). Tal mecanismo está diretamente relacionado à encenação argumentativa e aos seus procedimentos.

De acordo com a proposta de Charaudeau (2016), os componentes da lógica argumentativa são constituídos pelos elementos de base da relação argumentativa – asserções de partida, de chegada e de passagem -, os modos de encadeamento – articulações lógicas -, modalidades ou condições de realização e o escopo do valor de verdade. Dessa forma, componentes têm por função organizar os argumentos através de encadeamentos lógicos para, assim, validar o raciocínio. (SOUSA e SOUSA, 2019).

Para a organização da lógica argumentativa, segundo a perspectiva semiolinguística, é necessário que os componentes combinem entre si, através dos procedimentos da lógica argumentativa – modos de raciocínio. Esses procedimentos inserem-se nas encenações argumentativas, de maneira a combinar-se com os componentes dessas encenações (CHARAUDEAU, 2016) e são classificados em: dedução, explicação, associação, escolha alternativa e concessão restritiva.

O foco desta discussão será a encenação argumentativa. Portanto, nos dedicaremos a discutir, de maneira mais enfática, os componentes que constroem o mecanismo no qual a razão persuasiva se baseia.

A encenação argumentativa

Apesar da lógica argumentativa - que está associada à razão demonstrativa - possuir componentes e procedimentos diferentes da

encenação argumentativa - que está associada à razão persuasiva - na atividade de argumentação, as duas devem estar combinadas entre si, conforme foi mencionado anteriormente.

Os componentes da encenação argumentativa estão relacionados, sobretudo, ao contrato de comunicação que envolve o sujeito argumentante e o seu interlocutor, assim como a situação de comunicação que ambos estão inseridos, este são: o dispositivo argumentativo, os tipos de configuração e a posição do sujeito. Já os procedimentos, por sua vez, podem ser de três tipos: semânticos, discursivos e de posição.

Nessa perspectiva, no que diz respeito aos componentes da encenação argumentativa, o dispositivo argumentativo, em uma determinada situação argumentativa, compreende três elementos importantes: a Proposta, a Proposição e a Persuasão (CHARAUDEAU, 2016).

Neste íterim, a Proposta consiste em uma combinação entre uma asserção e um encadeamento de asserções que dizem algo sobre qualquer fenômeno do mundo, porém, é necessário que se estabeleça uma relação argumentativa. Já a Proposição está relacionada a uma tomada de posição do sujeito comunicante, na qual ele põe em questionamento a Proposta inicial. Através de tal tomada de posição o sujeito pode mostrar-se de acordo, em desacordo ou não tomar nenhuma posição em relação à proposta inicial, além disso, todos esses processos podem ocorrer de maneira mais ou menos explícita. Por fim, a Persuasão está relacionada ao quadro de raciocínio que culmina na conclusão da argumentação, tendo em vista que é através da Persuasão que o indivíduo argumentante estabelece a prova do posicionamento assumido na Proposição.

No que diz respeito aos tipos de configuração presentes na encenação argumentativa, Charaudeau (2016) destaca a situação de troca e o contrato de comunicação como possíveis fatores comunicacionais que auxiliam na configuração da argumentação materializada em textos. Neste sentido, a situação de troca pode ser monologal, na qual o próprio sujeito comunicante apresenta a Proposta, a Proposição que questiona tal Proposta e desenvolve a Persuasão, ou seja, a conclusão do objetivo da argumentação iniciada, e pode ser dialógica, que consiste em no desenvolvimento da Proposta, Proposição e Proposta ao longo das réplicas decorrentes da troca linguageira.

O contrato de comunicação, por sua vez, “fornece as chaves de interpretação de um texto” (CHARAUDEAU,2016). Assim sendo, o texto pode remeter-se ao contrato, estabelecendo uma argumentação explícita ou pode dissimular tal contrato, estabelecendo uma argumentação implícita. O modo explícito de argumentar, segundo Charaudeau, caracteriza-se pelo ato de, em um texto, o sujeito deixar em evidência o quadro argumentativo - Proposta, Proposição e Persuasão -, além de ocorrer mais comumente em textos de caráter monológica. Já o modo implícito de argumentar, é caracterizado pelo fato de um o texto não especificar o quadro argumentativo, sendo necessário, por vezes, que o interpretante realize a interpretação de simples asserções como participantes da Proposta.

Além de considerar as posições que podem ser assumidas por um sujeito em relação à veracidade de determinada Proposta, de maneira que este esteja em acordo, desacordo ou não deixe claro seu posicionamento, Charadeau (2016) também caracteriza as tomadas de posição do sujeito sobre a argumentação de um outro indivíduo e as posições do sujeito sobre a sua própria atividade de argumentação.

As posições que estão relacionadas a como o sujeito interpretante julga o emissor de uma determinada Proposta, podem apresentar-se, de acordo com os estudos semiolinguísticos, de três maneiras: como forma de rejeição ao status do emissor, como forma de aceitação do estatuto do emissor e como autojustificativa do seu próprio estatuto. Quando o sujeito interpretante assume uma posição de rejeição ao status do emissor, logicamente, não dá crédito a esse emissor, colocando-se em oposição a sua Proposta, ou colocando-a “em suspenso”, ou seja, decidindo não se envolver na argumentação iniciada. Por outro lado, quando um sujeito aceita o estatuto do emissor da Proposta, ele se mostra engajado em uma argumentação ou em uma contra-argumentação iniciada, ou seja, ele reconhece o emissor como alguém que possui certa legitimidade para iniciar uma argumentação naquela determinada situação comunicativa. E por fim, a autojustificativa do estatuto acontece quando um sujeito necessita justificar o seu próprio estatuto, ou o de um outro indivíduo quando esse posto em evidência.

As posições do sujeito sobre a sua própria argumentação, por seu turno, podem acontecer de maneira engajada ou não engajada. No primeiro modo, o sujeito defende sua própria proposição, podendo realizar este ato de defesa de forma mais ou menos passional. Essa maneira de engajamento do sujeito em sua própria argumentação

é considerada por Charaudeau como polêmica, que também pode ocorrer de modo mais explícito ou mais discreto. No segundo modo, o sujeito decide manter uma impressão de certo distanciamento da argumentação, buscando envolver-se de uma forma mais impessoal, o que é considerado por Charaudeau como uma argumentação demonstrativa ou racional.

O GÊNERO PROJETO DE PESQUISA

O gênero projeto de pesquisa, conforme Swales (2004), é um gênero ocluso, ou seja, está por trás dos bastidores e possui um acesso, de certa forma, limitado ao público. Podemos perceber isso, por exemplo, se refletirmos acerca dos projetos de pesquisa submetidos a programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. Grande parte das vezes, esses projetos são lidos apenas pelos membros da banca avaliadora e não são divulgados para a comunidade científica, o que caracteriza a denominação feita a este gênero por Swales.

Várias são as situações comunicativas pelas quais o gênero projeto de pesquisa é solicitado: seleção para o ingresso de programas de pós-graduação a nível de mestrado e doutorado, como mencionamos no exemplo acima, seleção para financiamento de pesquisas por parte de agências de fomento, como uma produção antecedente ao trabalho de conclusão de curso (TCC) em cursos de graduação e etc. A respeito desta característica, Motta-Roth e Hendges (2010) ressaltam que as informações de um projeto nas diferentes áreas ou submetidas a instituições distintas podem estar dispostas nos textos de maneiras variadas.

Decerto, cada uma das diferentes situações comunicativas possui finalidades comunicativas também diferentes, o que pode consistir em mudanças estruturais e substanciais nas produções de tal gênero, no entanto, apesar disso, faz-se importante destacar que em todas essas situações, determinados propósitos comunicativos são compartilhados, o que nos faz perceber uma certa ideia de unidade em meio as divergências.

Para ilustrar essa concepção, podemos analisar brevemente a seguinte situação: um aluno de mestrado elabora um projeto que antecede sua pesquisa de dissertação e passará por uma avaliação de professores do seu determinado programa, além disso, tal aluno submeterá o seu projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa para receber autorização para desenvolver sua pesquisa. Na referida situação, o aluno submeterá o mesmo projeto a avaliações diferentes, visto que

a banca de professores tem o objetivo de avaliar o projeto, buscando encontrar consistências teóricas, metodológicas, analisando a escrita textual do aluno, entre outros critérios importantes. Por outro lado, o Comitê de Ética e Pesquisa avaliará o projeto desse aluno, lançando um olhar diferenciado, buscando perceber se o projeto está de acordo com as normas éticas estabelecidas pelo próprio Comitê e pela comunidade científica, dando um menor enfoque para questões teóricas e textuais do projeto. Vejamos, assim, que o exemplo trata de um mesmo projeto de pesquisa, porém, submetidos a duas situações diferentes, que lançarão olhares com objetivos também diferentes para o texto apresentado.

Neste sentido, Connor e Maurannen (1999) defendem o projeto de pesquisa como um gênero de escrita persuasiva, pelos quais os autores constroem seus textos, tendo em vista persuadir os seus interlocutores, sejam eles agências de fomento ou bancas avaliadoras em programas de pós-graduação, por exemplo. Dessa forma, nós consideramos que um dos propósitos comunicativos compartilhados pelos diferentes tipos de projetos de pesquisa que estão relacionados a variadas situações comunicativas é a persuasão do sujeito interlocutor, com o interesse de alcançar o seu objetivo final.

Diante do exposto, nesta pesquisa, nos dedicaremos a analisar quatro projetos de pesquisa escritos por candidatos aprovados na seleção para ingresso no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGEL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), a nível de mestrado. Todos os candidatos foram submetidos à seleção realizada em 2019, aprovados para a área de Linguística.

AS CIRCUNSTÂNCIAS DO DISCURSO E AS POSIÇÕES DO SUJEITO ARGUMENTANTE EM PROJETOS DE PESQUISA

O corpus de nossa análise é constituído por quatro projetos de pesquisa, escritos por candidatos aprovados na seleção para ingresso no PPGEL-UFPI, a nível de mestrado. Para realizarmos nossa análise, destacamos a seção de Identificação do Problema de Pesquisa para percebermos como ocorre as tomadas de posição dos sujeitos logo na primeira seção do projeto. Todos os textos analisados foram submetidos à seleção realizada no ano de 2019, mais especificamente na área de Linguística. Dos quatro projetos, dois estão ancorados em teorias da Análise de Gênero e dois deles na Análise do Discurso. O acesso a cada projeto foi realizado mediante a solicitação individual

para cada autor, que concedeu o seu projeto, tendo em vista a colaboração com esta pesquisa.

Dessa forma, faz-se válido destacar algumas considerações acerca das circunstâncias do discurso que envolvem tal situação comunicativa. Primeiramente, faz-se importante considerar que o processo seletivo para ingresso de alunos para os cursos de mestrado e doutorado no PPGEL-UFPI acontece anualmente, normalmente no período do segundo semestre do ano. Neste contexto, os projetos são avaliados por uma banca avaliadora que a cada seleção é composta por diferentes professores do próprio programa ou por professores convidados. Tal banca é composta, normalmente, por três professores avaliadores, sendo que um deles é escolhido para ser o presidente da banca.

Como mencionado anteriormente, escolhemos os projetos submetidos à seleção que ocorreu no ano de 2019. Nesta ocasião, foram ofertadas dezoito vagas para serem preenchidas na grande área de Linguística e doze vagas para a área de Literatura, conforme o edital N°03/2019, lançado à época. Faz-se importante destacar também que todo o processo avaliativo do referido ano aconteceu em quatro etapas, nas quais as três primeiras são, obrigatoriamente, eliminatórias e a última é, prioritariamente, classificatória. Estas são respectivamente: a prova escrita, a avaliação dos projetos de pesquisa, a arguição e a prova de títulos.

Como os projetos analisados estão situados dentro de uma situação comunicativa proporcionada pelo Programa de Pós-graduação da UFPI, é importante laçarmos um olhar para o próprio programa enquanto instância que abrange o discurso a ser analisado.

O Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí foi instituído em 2004, sendo recomendado pela CAPES, no mesmo ano, recebendo conceito 3. Neste primeiro momento, o PPGEL-UFPI contava apenas com o curso de mestrado em duas áreas de concentração: “Linguagem e Discurso: análise e variação” e “Literatura, cultura e sociedade”. O seu corpo docente era composto por professores de diferentes departamentos, como Letras, Ciências Sociais, Filosofia e Comunicação Social, visto que nesse período poucos professores da UFPI atuavam na pós-graduação. Portanto, era necessária a colaboração de profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Em relação à banca avaliadora, é relevante ressaltar o seu papel em determinada seleção (seja qual for), que é analisar e avaliar os

candidatos que desejam ingressar no determinado curso pleiteado. A banca avaliadora, normalmente, é composta por professores de Instituições de Ensino de Superior, que são engajados em pesquisa acadêmica, ou seja, são pessoas experientes e habilitadas para ocupar este posto. Aqui, podemos perceber as relações de credibilidade e de legitimidade presentes neste contexto, visto que para um sujeito ocupar o lugar de avaliador em um processo de seleção para ingresso em uma pós-graduação precisa ser um membro experiente deste grupo social.

Atualmente, o programa possui duas grandes áreas de concentração: Linguística e Literatura, com suas respectivas linhas de pesquisa: Texto, discurso e gêneros como práticas sociais, Gramática e Léxico: descrição e ensino, Variação/Diversidade Linguística, Oralidade e Letramentos e Literatura, Cultura e Sociedade. Além disso, no ano de 2018, foi incorporado ao PPGEL-UFPI o curso de doutorado, que a cada ano amplia um pouco mais a quantidade de vagas ofertadas. Quanto a sua composição, o PPGEL-UFPI conta com um corpo docente que contém 21 professores e possui um corpo discente formado por 86 alunos ativos, os quais 63 cursam o mestrado e 23, o doutorado.

Para realizar tal função, os avaliadores devem seguir as normas que regem a seleção, neste caso, o edital N°03/2019, visto que temos por objetivo, neste artigo, analisar as tomadas de posição do sujeito na seção de Identificação do Problema de Pesquisa, consideramos também a relevância dos critérios avaliativos para esta análise, pois serão com base em tais critérios que tanto os alunos se basearão para organizar as suas argumentações, como servirá para nortear a avaliação da banca.

Segundo o referido edital, o projeto de pesquisa submetido à avaliação da banca é avaliado mediante os seguintes critérios:

O pré-projeto será avaliado primeiramente em sua adequação a uma das linhas de pesquisa do PPGEL. Em seguida, o pré-projeto será avaliado quanto à relevância e/ou à justificativa para a área proposta pelo candidato(a); à clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos geral e específicos; à consistência, pertinência e atualidade da fundamentação teórica; à adequação e relevância da metodologia; ao cronograma e às referências bibliográficas; à correção de linguagem e adequação à as normas da ABNT; à coesão interna e coerência entre as seções do projeto.

Assim sendo, apesar do nosso recorte para a análise – apenas a seção de Identificação do Problema de Pesquisa, defendemos que tais critérios refletem na maneira como os sujeitos argumentantes

realizam suas argumentações em seus projetos. Esses sujeitos – os candidatos, por sua vez, também possuem características comuns que são determinadas pelas normas do edital. Os candidatos precisam ter concluído um curso de graduação ou estarem cursando o último período de um curso de graduação, o que nos permite compreender que, aqui, as relações de legitimidade e credibilidade também estão presentes. Portanto, assim como os professores avaliadores são sujeitos reconhecidos como habilitados para o posto e a função que ocupam, os candidatos também são reconhecidos como sujeitos habilitados para pleitear uma vaga na pós-graduação. Trata-se de um mútuo reconhecimento.

Conforme destacamos anteriormente, o *corpus* desta pesquisa é composto por quatro projetos de pesquisa de alunos aprovados no PPPGEL- UFPI, de linhas de pesquisa diferentes, sendo que três projetos estão ancorados na Análise do Discurso e dois na Análise de Gêneros. Para análise, fizemos um recorte da seção de Identificação do problema de pesquisa.

O gênero projeto de pesquisa se insere nesse grupo de gêneros que circulam entre professores e alunos, nesse caso, optamos por chamá-los de candidatos (ao ingresso no PPGEL-UFPI). Tais candidatos produzem seus projetos, tendo em vista submetê-los a uma avaliação, realizada pelos professores, portanto, podemos dizer que o intuito principal dos candidatos é persuadir a banca de que seu projeto é relevante e merece ser aprovado.

Lançando um olhar para seção do projeto que destacamos para aqui ser analisada, a seção de identificação do problema de pesquisa, podemos destacar suas características particulares e como elas se relacionam com a argumentação persuasiva dos candidatos, frente à banca avaliadora.

Como a seção de identificação do problema de pesquisa é a primeira seção do projeto, ela tem por função introduzir a proposta de pesquisa apresentada pelo candidato. Diante disso, os candidatos precisam apresentar de maneira satisfatória a temática central dos seus projetos, ou seja, a problemática que os motivou a propor uma pesquisa. Ademais, nessa seção, os autores costumam apresentar os objetivos que propõem alcançar em tal trabalho, além de perguntas norteadoras que direcionam o raciocínio do interlocutor para a compreensão da proposta de pesquisa.

Todo esse processo de organização linguística na seção de identificação do problema de pesquisa é construído pelos candidatos

utilizando estratégias argumentativas, conscientes ou não, para persuadir a banca avaliadora. Uma estratégia que merece destaque nos projetos de pesquisa – assim como em todos os gêneros científicos – é as tomadas de posição assumidas pelo sujeito quando está realizando a sua argumentação. Dessa forma, neste trabalho, nos dedicaremos a analisá-la.

Para realizarmos nossa análise, adotamos um código alfanumérico para identificar a seção de identificação do problema de pesquisa de cada projeto. Tal código é composto pela letra P, indicando o gênero analisado – Projeto de pesquisa -, a letra I, indicando a seção analisada – Identificação do problema de pesquisa, e por fim um número ordinal (1,2,3 e 4), escolhido de maneira arbitrária. Assim, os quatro textos analisados receberam os seguintes códigos: PI1, PI2, PI3 e PI4.

De acordo com a abordagem Semiolinguística, o sujeito argumentante pode tomar posição em relação à Proposta (quadro do dispositivo argumentativo), ao emissor da Proposta e em relação à sua própria argumentação. Desse modo, observamos que os projetos analisados possuem pontos comuns no que diz respeito às suas tomadas de posição, assim como alguns pontos diferentes.

A posição assumida pelo sujeito interpretante ao julgar o emissor de uma determinada Proposta, pode acontecer de três formas diferentes: como forma de rejeição ao status do emissor, como forma de aceitação do estatuto do emissor e como autojustificativa do seu próprio estatuto. Como um ponto em comum, percebemos que neste contexto, os avaliadores, enquanto sujeitos interpretantes, precisam aceitar o estatuto dos sujeitos emissores, no caso, os candidatos.

Podemos avaliar tal aceitação, considerando os projetos analisados, como resultante da aprovação dos candidatos nas etapas anteriores, ou seja, se estes apresentaram as documentações adequadas no ato da inscrição e foram aprovados na prova escrita, que são etapas anteriores à análise do projeto, os avaliadores assumem uma posição de aceitação de seus estatutos. Diante disso, podemos dizer que os parceiros se reconhecem e aceitam seus estatutos mutuamente e se permitem envolver-se na argumentação iniciada.

Em relação à posição de autojustificativa do seu próprio estatuto, observamos que todos os projetos a apresentam dentro de suas argumentações. Identificamos essa tomada de posição através da utilização de citações de pesquisadores da área de pesquisa adotada por cada candidato como argumentos de autoridade que

embasem a argumentação do candidato, reforçando uma ideia de que ele tem propriedade para falar sobre o assunto e assim alcançar a persuasão. Vejamos os exemplos abaixo, retirado do projeto PI1 e PI3, respectivamente:

Oliveira (2019) analisou como pesquisadores iniciantes (candidatos ao mestrado) produzem a seção de Identificação do problema de pesquisa de seus projetos de pesquisa. Agora, propomos investigar como pesquisadores mais experientes identificam o seu problema de pesquisa, nesta e em outras seções do projeto.

Observando que os gêneros são construídos e circulam dentro de determinadas comunidades, assim como aponta Swales (2016), possuem propósitos comunicativos distintos entre si (um resumo tem um propósito diferente de uma tese, por exemplo) e passam por influências do meio em que são produzidos, é possível ainda construir questionamentos mais específicos, como: a argumentação retórica das Considerações finais em monografias de áreas distintas ocorre de que forma?

No primeiro fragmento da seção, observamos que o candidato citou uma pesquisa, desenvolvida por Oliveira (2019), que possui temática semelhante a que ele propõe em seu projeto. Vejamos que o fato do candidato mencionar que uma pesquisa semelhante já foi desenvolvida anteriormente, serve de argumento para reforçar a viabilidade da pesquisa proposta, o que consideramos como uma estratégia de autojustificação do seu estatuto. No segundo exemplo, por sua vez, observamos que a candidata utilizou uma citação do teórico de gêneros Swales para fundamentar seu questionamento norteador da problemática da pesquisa. Portanto, consideramos que o autor do projeto utilizou desta citação como uma estratégia para autojustificar seu estatuto.

Tendo em vista as posições do sujeito sobre sua própria argumentação, podemos destacar que, no corpus analisado, as tomadas de posição dos sujeitos sobre suas próprias argumentações não são realizadas de maneira tão homogênea. Alguns candidatos expressam uma argumentação engajada em seus textos, ou seja, deixam marcas explícitas de certa pessoalidade. No entanto, observamos em um projeto, que a candidata não demonstra uma argumentação engajada, pelo contrário, demonstra certo distanciamento da sua própria argumentação. Analisemos os exemplos abaixo:

Porém, **temos** a hipótese de que esta não seja a única seção em que os doutorandos identificam o problema de pesquisa

identificam o problema

Destacando o gênero monografia, **observa-se** a sua importância enquanto representação escrita da conclusão de uma graduação, que são: Introdução, Fundamentação teórica, Metodologia, Análise de Dados, Considerações Finais e/ou Conclusão.

Assim, **o presente trabalho se desdobrará** em torno de solucionar os questionamentos de como está organizado o *contrato de informação* na referida revista e como os sentidos são produzidos. Portanto, tem como objetivo analisar a organização do *contrato de informação midiático* presente nos discursos da revista *Mátria*, uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), buscando evidenciar a construção de sentidos na *mídia alternativa* e os efeitos produzidos por eles.

Os exemplos acima, retirados dos projetos PII, PI3 e PI4, respectivamente, expressam diferentes tomadas de posição do sujeito sobre sua própria argumentação. No trecho retirado de PII, observamos que o candidato apresenta engajamento em sua própria argumentação ao utilizar o verbo “ter” conjugado na primeira pessoa do plural: “temos”. Com o uso dessa forma verbal, o candidato se aproxima da proposta lançada, o que pode consistir uma estratégia de argumentativa de potencializar a propriedade em falar sobre tal proposta.

No segundo e no terceiro fragmentos, retirados de PI3 e PI4, observamos que há, entretanto, uma relação de distanciamento entre as candidatas e suas próprias argumentações. Esta forma enunciar buscando mostrar pouco engajamento, durante muito tempo foi uma característica do discurso científico, especialmente nas produções realizadas por pesquisados das áreas de ciências exatas ou naturais. No entanto, nas ciências humanas, principalmente, tem sido cada vez mais frequente a utilização de uma argumentação mais engajada. Podemos identificar tal distanciamento na utilização do verbo “observar” em uma forma impessoal “observa-se”, em PI3, e na “o presente trabalho”, em PI4.

O exemplo abaixo, no entanto, apresenta uma característica interessante para nossa análise que nos auxilia a desmitificar a noção de uma tentativa de total impessoalidade do discurso científico:

Nesse sentido, **evidencia-se** que inúmeros suportes midiáticos, tais como revistas e jornais, constituem uma argumentação consistente voltada para a intencionalidade do sujeito enunciativo e/ou do sujeito comunicante, a fim de conseguir com que o leitor também defenda a ideia

manifestada por tais sujeitos. **Com isso, é importante** apresentar questões norteadoras do trabalho [...]

Neste fragmento de texto, retirado de PI4, observamos que apesar da candidata optar por distanciar-se da sua própria argumentação, utilizando uma forma verbal que marca a impessoalidade “evidencia-se”, não podemos dizer que esta argumentação é completamente não engajada. A expressão “Com isso, é importante”, em destaque, por sua vez, embora não demonstre um engajamento explícito, expressa certo posicionamento à medida que a candidata julga como importante que sejam apresentadas algumas questões que nortearam o seu trabalho, ou seja, ainda que discretamente, podemos perceber a estratégia argumentativa da candidata em destacar aspectos que motivaram sua proposta de pesquisa, tendo em vista persuadir a banca avaliadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos discutir aspectos importantes acerca da situação comunicativa que envolve o processo de seleção para ingresso em um programa de pós-graduação. Mais especificamente, lançamos nossos olhares para seleção de ingresso ao mestrado em Linguística, no PPGEL, da Universidade Federal do Piauí, visando descrever as circunstâncias do discurso dos projetos de pesquisa submetidos à seleção de 2019, assim como analisar as tomadas de posição dos sujeitos argumentantes frente à banca avaliadora.

Neste sentido, analisamos quatro projetos de pesquisa, nos quais dois seguem a linha de pesquisa da Análise do Discurso e dois de Análise de Gêneros. No entanto, nos voltamos para análise apenas da seção de Identificação do problema de pesquisa. Tais projetos foram submetidos e aprovados pela banca avaliador, ou seja, podemos considerar que a persuasão desse processo argumentativo foi alcançada.

A análise das tomadas de posição dos sujeitos escritores dos projetos não seria possível, sem antes realizarmos uma análise das circunstâncias do discurso que estavam relacionados a eles. Desse modo, faz-se importante destacar, dentre as descrições realizadas, a que mais se relaciona com as tomadas de posição dos sujeitos, que identificamos neste trabalho: o reconhecimento mútuo dos estatutos dos emissores e dos interpretantes é uma característica importante para a atividade argumentativa presente nos projetos.

Diante dessa característica, a argumentação é efetivada e para realizá-la, os autores utilizam-se de estratégias. Consideramos as

tomadas de posição do sujeito, como estratégias, conscientes ou não, que podem se tornar mais ou menos explícitas no ato linguageiro.

No contexto dos projetos, observamos que os candidatos costumam fazer citações de autores da área em que se inserem para fundamentar seus argumentos e mostrar certa familiaridade com a temática, ou seja, utilizavam tais citações como argumentos de autoridades. Além disso, percebemos a recorrência de menções a pesquisas anteriores que versaram sobre uma temática semelhante à proposta de pesquisa apresentada, o que interpretamos como um argumento utilizado para reforçar a viabilidade da pesquisa. Tais dados encontrados são exemplos da autojustificativa do próprio estatuto, por parte dos candidatos.

Além disso, percebemos que dois dos projetos analisados, apresentam uma argumentação mais impessoal, ou seja, mais distante de sua própria Proposta. Um dos projetos, por sua vez, apresenta uma argumentação mais engajada, assumindo realmente a autoria da proposta lançada e defendendo-a. Por fim, também observamos em um dos projetos, que a candidata, apesar de optar pela utilização de verbos na forma impessoal para demonstrar certo distanciamento da sua Proposta, utiliza expressões que tornam claros os seus posicionamentos, o que consideramos como uma exemplificação de desmitificação do mito da impessoalidade do discurso científico que durante muito tempo foi apregoadado.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. O contrato de comunicação na sala de aula. **Revista Inter Ação**, v. 37, n. 1, p. 1-14, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Editora Contexto, 2008.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. In: **Revista memento**, V. 5, n.2, julho-dezembro de 2014. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826> Acesso em 20 jan. 2021.

CONNOR, Ulla; MAURANEN, Anna. Linguistic analysis of grant proposals: European Union research grants. In : **English for specific purposes**, v. 18, n. 1, p. 47-62, 1999.

DE SOUSA, Jaqueline Salviano; DE SOUSA, Ana Carolina Carneiro. Procedimentos da lógica argumentativa: uma prática de leitura no gênero reportagem. **Revista Form@re-Parfor/UFPI**, v. 7, n. 1, 2019.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, v. 15, 2010.

MOURA, João Benvindo de. **Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte**: um retrato do Piauí. – Teresina: EDUFPI, 2020. 308 p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1xzM2rZt7a1Y2mQUMF5z_lgmKR6WsTgG9/view. Acesso em: 20 jan. 2021.

SWALES, John M. et al. **Research genres**: Explorations and applications. Cambridge : University Press, 2004.

O PROPÓSITO COMUNICACIONAL NOS DISCURSOS DA REVISTA MÁTRIA: EVIDENCIANDO A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO

Ana Carolina Carneiro de Sousa

INTRODUÇÃO

As mídias se tornaram objetos de investigação de diferentes áreas do conhecimento, dentre elas a Análise do Discurso, que vem desenvolvendo trabalhos com tal foco a partir de suas diferentes vertentes. Isso está justificado no fato de as instâncias de produção midiática possuírem uma grande capacidade de projeção de informações, portanto, dispendo de um amplo potencial de disseminação ideológica por meio dos discursos produzidos.

Compreender esse processo de produção discursiva requer considerar uma percepção de como os sujeitos envolvidos, com a mídia em questão, são constituídos psicologicamente e socialmente e de que modo isso afeta a organização linguística produzida. Isso orienta para uma reflexão sobre a relação existente entre as temáticas abordadas e a configuração ideológica social e política na qual um veículo de comunicação está envolto. Diante disso, o presente trabalho se orienta para uma análise discursiva midiática embasada nos princípios da Teoria Semiollingüística de Patrick Charaudeau.

Assim, coloca-se como objetivo realizar uma análise dos discursos presentes na revista *Mátria*, buscando-se evidenciar o propósito comunicativo presente no gênero reportagem produzido pela revista. Com isso, será feita uma análise das circunstâncias discursivas nas quais a revista e o texto escolhido estão envoltos para que se possa discorrer sobre o propósito comunicativo, evidenciando o processo evenemencial de construção dos acontecimentos, observando os operadores usados em tal processo, percebendo assim, o propósito recorrente nos fatos apresentados.

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e interpretativo, tendo como *corpus* a reportagem “Por mais mulheres e menos laranjas nas eleições”, retirada da edição do ano de 2020 da revista *Mátria*. O trabalho será orientado pelo viés da semiollingüística, embasando-

se principalmente em Charaudeau (2001 e 2018) e Corrêa-Rosado (2014). Primeiramente, será realizada uma revisão teórica sobre Semiologia e o propósito comunicativo; em seguida, ocorrerá uma discussão sobre as circunstâncias discursivas e a observação das categorias de discursivas na reportagem, para assim ser feita a interpretação, discussão e considerações finais sobre os dados encontrados.

A SEMIOLINGÜÍSTICA E O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

A Teoria Semiológica (TS) está inserida no âmbito de outras filiações teóricas que compõem a Análise do Discurso. Deste modo, possui como objeto central de estudo o discurso. Tal vertente teve sua origem no início da década de 1980, sob direcionamento do linguista francês Patrick Charaudeau a partir da sua tese de doutorado publicada na obra *Langage et Discours - Elements de Sémiologie*, no ano de 1983. Entender as formulações das quais tratam essa linha de pesquisa pressupõe uma reflexão sobre o próprio termo “Semiologia”. Rezende (2006, p. 16) explica que:

A primeira parte vem do grego *semeiosis*, que aponta o fato de que a construção do sentido e sua configuração se constroem por meio de uma relação forma-sentido. A segunda parte - linguística - significa, para o autor, o material linguístico da comunicação que impõe significação ao mundo.

A explicação nos leva a compreender que pensar no estudo semiológico pressupõe considerar a forma linguística em uso, na prática linguística. Os sentidos provindos do próprio termo evidenciam a ligação que esta corrente teórica prevê entre o linguístico e o semiótico. Diante dessa conjuntura, a TS se apresenta perante a associação dos sentidos produzidos, o discurso, com a sua representação em uma materialidade linguística, cabendo destacar também o seu espaço de realização e os sujeitos que estão envolvidos na atividade de linguagem.

Diante disso, é importante ressaltar a relevância do aspecto psicossocial da linguagem na perspectiva charaudeana, vista a ênfase dada às intencionalidades e às estratégias/manobras discursivas utilizadas pelos sujeitos para seduzir, convencer, persuadir ou manipular diante de uma situação comunicativa. Tal constructo teórico tem embasado pesquisas diversas no campo do discurso. Na Universidade Federal do Piauí, através do NEPAD¹, esta abordagem

está presente em pesquisas publicadas em Sousa e Sousa (2021) e Moura et al (2015, 2017, 2018), além de artigos diversos também publicados por Moura et al (2016a, 2016b, 2016c). Com isso, percebe-se um enfoque nas ações dos sujeitos colocadas diante de um jogo linguageiro no qual um sujeito comunicante busca a adesão de outro sujeito: o interpretante.

A Semiolinguística admite no discurso a presença das intencionalidades do sujeito, pois ele se utiliza de diferentes manobras para construir o seu discurso, utilizando-o como meio de agir sobre outro. Compreender a TS é pensar também que todo discurso traz consigo uma forma de manipulação, deste modo, os sentidos são produzidos na interação de duas partes, pois, “Os objetivos do sujeito na interação verbal não são somente a informação e o convencimento do outro, mas também o envolvimento dele no seu discurso.” (REZENDE, 2006, p. 16), é preciso que haja pelo menos dois sujeitos interessados na prática comunicativa.

Tal afirmação revela a importância do aspecto intencional, pois “A intencionalidade constitui a principal ferramenta para o funcionamento das instâncias enunciativas tendo em vista que as intenções permeiam tanto aquele que produz quanto aquele que interpreta o ato da linguagem” (MOURA, 2012, p.26). É nesta forma de pensar o sujeito como agente na construção dos seus dizeres e possíveis interpretativos que encontramos a principal diferenciação da TS, para a vertente materialista do discurso, cuja concepção de sujeito está centrada no assujeitamento.

Na aceção da TS, essas intencionalidades são evidenciadas durante a atividade linguageira denominada por Charaudeau (2001) de ato de linguagem, que “pode ser entendido como uma combinação entre o espaço do fazer e o do dizer, sendo este primeiro o espaço onde se encontra a instância situacional, e o segundo, lugar onde está a instância enunciativa” (CHARAUDEAU, 2001, p. 28). Percebe-se, em tal definição, que o ato linguageiro permite pensar no processo de construção discursiva diante de um espaço no qual são feitas projeções e organização dos dizeres, associado a outro no qual ocorre a efetivação real destes, havendo dois circuitos:

a) *Circuito externo*, que se constitui como o *material psicossocial* do ato, ou seja, à própria situação de comunicação, incluindo dois indivíduos, também psicossociais, os chamados parceiros, denominados de *sujeito comunicante* (EUC) e *sujeito interpretante* (TUi); b) o *circuito interno*, o *material verbal* do ato de linguagem. Nele, também, estão incluídos dois outros sujeitos, os protagonistas do dizer: o *sujeito-enunciador* (EUe) e o *sujeito-destinatário* (TUd). (CORRÊA-ROSADO, 2014, p.9)

Percebe-se o ato de linguagem como uma configuração na qual o Eu direciona seu discurso para o Tu perante determinadas situações sociais, sendo realizado diante de um domínio externo o qual compreenderá a presença dos parceiros (EUc e TUi) que se incluem dentro de uma situação de comunicação, que é definida como “um quadro físico e mental onde se encontram os parceiros da interação linguageira” (Corrêa-Rosado, 2014, p. 8). Estes parceiros apresentam identidades psicossociais, as quais permitem que estes efetivem o que foi planejado diante do circuito interno do dizer, projetado nos sujeitos protagonistas do dizer (Eue e Tud).

Isso nos direciona para a importância de entendimento do ato de linguagem como uma encenação. As práticas de produção linguageira e interação entre os sujeitos não representam uma atividade realizada de modo aleatória, ao contrário, dispõe de uma atividade enunciativa, focada na organização dos dizeres que serão postos à tona diante de uma situação de comunicação, o que denota a presença de quatro sujeitos diferenciados. Têm-se o sujeito que produz os discursos e realiza uma projeção daquele que colocará os enunciados em prática (EUc e EUe), estes entram em um jogo linguageiro com os sujeitos que atuarão como interpretantes do que foi produzido (TUi e Tud).

Cabe destacar, que os sujeitos interpretantes irão se valer de diferentes saberes provindos da combinação de um explícito com um implícito para construir a significação. Os saberes explícitos são referentes aos conhecimentos semiológicos, e os implícitos correspondem aos saberes acionados nas circunstâncias em que o discurso é produzido. Assim, não basta decodificar a materialidade do que é posto, é preciso recorrer às informações contextuais provindas de uma conjuntura histórica e social, as circunstâncias do discurso (CD), referentes aos saberes que circulam entre os participantes (CORRÊA-ROSADO, 2014).

Como forma de exemplificar, ao analisarmos a frase “Não é não”, inicialmente acionaremos saberes referentes a uma dimensão explícita, realizando uma decodificação que gera a compreensão inicial de que se trata de uma frase que intensifica uma negação através da repetição do termo “não”. Entretanto, os saberes provindos das CD, que designam a dimensão implícita do ato linguageiro, nos permitem chegar a uma interpretação mais ampla.

Os conhecimentos provindos da conjuntura psicossocial, que envolvem fatores históricos e sociais, no entanto, atribuem à referida frase a representação de um movimento de cunho social/feminista que visa conscientizar as pessoas, sobretudo os homens sobre o assédio

contra as mulheres. Considerando ainda que este movimento nasceu de uma campanha realizada para ser veiculada no período de carnaval, que é um momento em que o assédio contra mulheres é intensificado. Percebe-se então que as CD que permitem aos sujeitos desmembrarem um dito, fazendo questionamentos e estabelecendo relações entre informações que permitem chegar a possíveis interpretativos.

É importante ressaltar ainda que na interação entres os parceiros, onde são acionados os saberes das CD, o TU não atuará como um mero receptor de uma informação, seu posicionamento também é resultado de uma reflexão em torno daquilo que o produtor da informação passa, assim

O TU não é um simples receptor de mensagem, mas sim um sujeito que constrói uma interpretação em função do ponto de vista que tem sobre as circunstâncias de discurso e, portanto, sobre o EU (interpretar é sempre instaurar um processo para apurar as intenções do EU). (CHARAUDEAU, 2016, p. 44)

Ele também realizará um processo de significação por meio do qual ativará os saberes semiológicos, assim como os saberes externos ao signo, trazidos do convívio social, buscando compreender a constituição social do sujeito que produz e repassa uma informação, para com isso tentar compreender quais as intenções envolvidas no ato. Com isso, “o ato de linguagem como produto de um contexto do qual participam um emissor e um receptor que por serem pessoas diferentes, podem atribuir a uma expressão linguística diferentes interpretações, dando a elas sentidos não previstos.” (CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 3).

Diante do entendimento da relevância dos saberes acionados pelos sujeitos, é preciso ressaltar que na TS a interação entre os parceiros presentes em uma situação de comunicação ocorre devido a uma série de normas que fazem com que estes sujeitos realizem a atividade de encenação e interpretação do ato. Assim

A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico. Como se estabelecem essas normas? Por um jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos para justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Assim se constroem as convenções e as normas de comportamentos linguageiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana. (CHARAUDEAU, 2018, p. 67)

Estas normas que regulam as trocas sociais dentro de uma situação de comunicação e aparecem como um dos conhecimentos partilhados pelos parceiros do ato linguageiro designam o contrato de comunicação, proposto por Charaudeau (2001). Tal contrato constitui-se de condições para que os sujeitos se reconhecem na troca, podendo identificar as finalidades pretendida são realizarem o discurso, considerando os papéis sociais que os sujeitos ocupam, assim como as circunstâncias nas quais enunciam. Dessa forma, é preciso se ater ao fato de um indivíduo pode exercer diferentes papéis sociais a depender da situação de situação de comunicação. Ademais, os participantes do ato comunicativo devem agir com uma troca de intencionalidade, de modo que cooperem durante o ato, seguindo as restrições estabelecidas socialmente no contrato, pois

Os indivíduos que querem comunicar entre si devem levar em conta os dados da situação de comunicação. Não somente todo locutor deve submeter-se às suas restrições (a menos que queira transgredi-las, mas isso mostra que reconhece sua existência), mas também deve supor que seu interlocutor, ou destinatário, tem a capacidade de reconhecer essas mesmas restrições. O mesmo acontece com todo interlocutor, ou leitor de um texto, que deve supor que aquele que se dirige a ele tem consciência dessas restrições. (CHARAUDEAU, 2018, p. 67-68)

Assim, temos uma atividade repleta de intencionalidades, de ambas as partes, fundamentada através de uma série de convenções que são estabelecidas pelo contexto psicossocial no qual os sujeitos estão inseridos. Temos uma atividade de troca mútua em que um parceiro se mobiliza para ser compreendido pelo outro, realizando uma projeção da possível reação do outro, para que sejam determinadas e respeitadas as restrições do ato.

Com isso, a relação contratual se dá por meio da recorrência de três componentes essenciais: o comunicacional, o psicossocial e o intencional. Com base nas discussões de Charaudeau (2001) o componente comunicacional refere-se ao local físico onde a situação interacional ocorre; o componente psicossocial dispõe sobre as características dos sujeitos, como idade, raça, sexo, local onde mora, e etc; já o componente intencional corresponde aos conhecimentos previamente tidos pelos sujeitos, designa sobre as intenções que o participante pressupõe, além do modo como estas intenções são colocadas. Nota-se, que tal noção possui “condições como a existência de dois sujeitos em relação de intersubjetividade, de

convenções, normas e acordos que regulam a troca linguageira e de saberes partilhados, que compõem as circunstâncias de produção e interpretação do discurso.” (CÔRREA-ROSADO, 2014, p.14).

Tendo em vista a relevância de tal noção e a grande influência exercida pelas mídias na sociedade, Charaudeau (2018) apresenta uma reconfiguração deste contrato de comunicação geral, correspondente a todas as situações de troca linguageira, e apresenta um contrato de informação midiático específico para as mídias. Este se compõe de dados internos e externos, do mesmo modo que o ato de linguagem. Toda via, neste trabalho nos interessa discutir sobre os dados da troca comunicativa, os externos, que se constituem de cinco condições: a identidade dos participantes; a condição de finalidade; a condição de propósito comunicativo; e a condição de dispositivo.

As identidades dispõem sobre as instâncias de produção e recepção, ou seja, quem produz e quem recebe a informação; a finalidade abarcará as visadas de captação e credibilidade; já o propósito se debruçará em torno da construção do conhecimento em questão; e por fim, o dispositivo, que se refere às circunstâncias materiais de enunciação, o local em que a informação é disponibilizada. Dessa maneira, o componente comunicacional se designa como as circunstâncias materiais de enunciação, o dispositivo físico de enunciação; o psicossocial é refletido na identidade dos participantes (suas identidades psicossociais); e o intencional é concebido como a finalidade e o propósito tidos pelo ato comunicativo. Dessa maneira, os componentes apresentados em Charaudeau (2001), ganham novas nomenclaturas em Charaudeau (2018), mas mantendo o mesmo direcionamento de sentido. Observe a figura a seguir, que demonstra a reformulação.

Figura 1: a reconfiguração dos componentes contratuais

O contrato de		O contrato de informação
Comunicacional	↔	Dispositivo
Psicossocial	↔	Identidade dos participantes
Intencional	↔	Finalidade e propósito comunicativo

Fonte: adaptação da autora a partir de Charaudeau (2001 e 2018).

Diante da ênfase dada para a configuração do contrato de informação midiático, cabe agora realizar um direcionamento para

o propósito central presente trabalho, que diz respeito à condição contratual de propósito comunicativo, correspondente ao componente intencional, que designa à necessidade contratual de se tematizar aquilo que será posto no jogo linguageiro. A noção de propósito na semiolinguística não deve ser confundida com as noções dispostas em outras áreas, ou que serão previamente atribuídas pelos sentidos mais partilhados popularmente.

Propósito aqui não corresponde ao sentido dado pelo estudo de gêneros, por exemplo, que o equivale “às finalidades para as quais os textos de um mesmo gênero são mais recorrentemente utilizados em situações também recorrentes” (ALVES FILHO, 2011, p. 34), ou seja, dispõe intencionalidades e/ou objetivos pretendidos ao fazer uso de um gênero. Como condição contratual midiática da semiolinguística, o termo propósito trata da organização do conhecimento que será apresentado, do que se fala, do tema colocado. O propósito é assim, o “objeto de compartilhamento do ato de comunicação.” (CHARAUDEAU, 2018, p. 94), havendo a transformação de um fato que aconteceu no mundo em objeto de troca no ato de linguagem, ou seja, o acontecimento passa por um processo de construção antes de chegar à instância de recepção.

O propósito se vale de um processo evenemencial, ou seja, aquele em que o acontecimento é construído. Tal processo é feito a partir de uma etapa de modificação, que será a realização de algum fato capaz de provocar uma alteração no funcionamento do mundo e na vida dos sujeitos. Dada a primeira etapa têm-se a percepção, que é o momento no qual o sujeito percebe essa alteração no mundo, logo, segue-se a terceira etapa, a significação, que ocorre quando o sujeito problematiza essa alteração, dá um sentido para ela e a insere-se dentro de um universo temático ou discursivo.

O processo de construção do conhecimento ocasionado por tais etapas depende de três operadores para se validarem, denominados por Charaudeau (2018) de potencial de atualidade, de socialidade e de imprevisibilidade. O primeiro, diz respeito à proximidade de espaço e tempo entre o momento de realização do acontecimento e o momento em que a informação é disponibilizada. O potencial de socialidade se refere à possibilidade de o acontecimento ser percebido como um fato social partilhado entre os membros de uma comunidade. Em terceiro, o potencial de imprevisibilidade dispõe sobre capacidade de colocar esse acontecimento de um modo capaz de captar o receptor, despertando o interesse por meio de mecanismos que atinjam o emocional.

Com esta breve discussão, percebemos a TS como uma vertente impulsionada pela figura do sujeito, considerando-o como demarcado por uma conjuntura psicossocial disposta de intencionalidades. Dessa forma, compreende a percepção discursiva a partir de um jogo linguageiro, o ato de linguagem, abarcado por sujeitos diferenciados, imersos em uma dimensão implícita e explícita a qual reflete saberes linguísticos e discursivos, valendo-se de uma circunstância de produção discursiva para construir interpretativos. A TS demarca nessa interação entre sujeitos a necessidade de se conhecer e obedecer às restrições provindas de um contrato de comunicação, abarcado por componentes comunicacional, psicossocial e intencional, os quais ganham reconfiguração em um contrato midiático que possui como uma de suas condições o propósito, como forma de tematizar e organizar a produção dos dizeres.

AS CIRCUNSTÂNCIAS DISCURSIVAS NA REVISTA MÁTRIA

Este estudo possui como foco realizar um estudo discursivo na revista brasileira “Mátria”, tornando pertinente apresentar aspectos importantes que constituem as Circunstâncias Discursivas que envolvem tal revista e a reportagem que constituirá o *corpus* de análise. No que concerne à revista Mátria, esta se constitui como publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE) e possui uma tiragem anual, estando disponibilizada nas versões impressa e online desde 2003 de modo gratuito. As publicações, que atualmente totalizam 18, são constituídas de reportagens, artigos e entrevistas que tratam de diferentes temáticas.

Nota-se que a Mátria direciona as discussões das temáticas de modo que a educação aparece de modo evidente, o que pode ser relacionado ao fato de ela ter a CNTE como sujeito comunicante. Ademais, percebe-se que o aspecto educacional está aliado às discussões abarcadas pelo ativismo feminista, dando-se ênfase à valorização da figura feminina na sociedade. Este fato pode ser justificado através da majoritária presença de mulheres entre o público que compõe os profissionais da educação, além da equipe editorial da revista ter uma grande representatividade feminina.

Essa preferência temática que privilegia a luta das mulheres por equidade e respeito está refletida no próprio nome da revista. O vocábulo provém do latim “*mater*” que significa “mãe”, representando o feminino de “pátria”, do latim “*pater*”, (“pai” em português).

Desse modo, a escolha do nome representa um objetivo da revista de voltar as atenções para a figura da mulher, tornando este veículo um representante e defensor de questões relativas a elas.

É possível dizer que a revista possui como grupo constituinte da imagem de Tu destinatário, principalmente os profissionais da educação, já que a revista indica uma visão de educação como relevante na constituição de novos posicionamentos com relação à mulher. Soma-se a este grupo o público simpatizante e compartilhador dos pensamentos ideológicos presentes em grupos feministas, ao revelar um grande interesse relacionado ao papel das mulheres na sociedade.

Este ativismo feminista e educacional está representado na edição analisada no presente trabalho, a de 2020. Como se trata de uma publicação anual, a edição analisada traz assuntos pertinentes do ano anterior à publicação, neste caso, relativos ao ano de 2019, pois a edição 18 foi disponibilizada em março de 2020. Nesta edição, é dado enfoque a várias questões direcionadas para o universo discursivo feminista, apresenta-se fatos sobre as mulheres na política; a atuação destas na atividade de pesca; enfatizando a presença das mulheres na CNTE; a violência sofrida por elas; o modo como atuam da educação indígena; etc. Algumas dessas questões são evidenciadas logo na capa.

Figura 2: Capa da revista *Mátria*, edição 18/2020



Fonte: Disponível em www.cnte.org.br.

Como se nota, a capa da edição 18 traz como destaque a imagem da ex-ministra da Secretaria Especial de direito para as mulheres, Nilcéia Freire, falecida no ano de 2019. Nilcéia foi destaque em uma das reportagens, cuja homenagem procura dar ênfase às ações realizadas por ela durante sua atuação no ministério. No que concerne à capa, pode-se destacar o enquadramento dado para a imagem. A roupa usada pela ex-ministra, o modo como ela segura as mãos, são aspectos que trazem à tona informações acionadas por nossa memória discursiva que nos levam a uma ideia de autoconfiança, dando à figura de Nilcéia numa posição de respeito, denotando a representatividade e a resistência feminina.

Ademais, Nilcéia é colocada como sendo “eterna ministra das mulheres”. Este enunciado pode representar um posicionamento ideológico da revista. Um possível interpretativo a ser atribuído, se associarmos o fato de ela ter sido ministra durante o governo Lula e a afirmativa anterior, diz respeito ao entendimento de que o sujeito comunicante simpatiza com o modo como ela conduziu o ministério, portanto, também com o governo da época. Tal homenagem pode ser uma forma de contrapor a imagem da ex ministra, com a da atual ministra das mulheres, Damares Alves, a qual tem algumas posturas consideradas polêmicas por parte de apoiadores do governo Lula. Com isso, é possível perceber um posicionamento ideológico, que pode ser enfatizado até mesmo no destaque do uso da cor vermelha, historicamente associada à esquerda brasileira.

Como já mencionado, neste trabalho será feita uma análise do propósito comunicativo, enquanto aspecto intencional do contrato midiático, no gênero reportagem. Assim, cabe destacar as CD da reportagem a ser analisada, que assim como as demais são assinadas pelas jornalistas Marcionila Teixeira, Ana Paula Silva, Amanda Vieira e Kátia Maia, sendo esta última a responsável geral. Portanto, estas jornalistas atuam como sujeitos enunciadorees do ato linguageiro. A reportagem selecionada para compor o *corpus* de análise é intitulada de “Por mais mulheres e menos laranjas nas eleições” e está disposta entre as páginas 12 e 17. Podemos de imediato desvelar interpretativos em torno do título.

Pode-se depreender que ele remete à busca de uma maior presença e participação mais efetiva das mulheres na política, visando uma atuação relevante nas pautas políticas do país, ocupando cargos públicos que são historicamente ocupados em maioria por homens. Ademais, ao utilizar a expressão “laranja”, se relacionarmos com os

imaginários envoltos no termo, podemos considerar uma reflexão direcionada para o fato de que as mulheres não devem aparecer nas eleições apenas como forma de cumprir uma cota “partidária”, ou de atender interesses estabelecidos por grupos majoritariamente formados por homens.

Do ponto de vista mais visual da reportagem, é possível apontar que as páginas 13 e 14 trazem ilustrações que podem ser associadas à temática, pois dispõem da representação da imagem de mulheres com uma postura atuante, pois a primeira mostra uma mulher segurando um megafone, nos levando a inferir uma possibilidade de se dar voz para mulheres. Por outro lado, a segunda imagem, da página 15, traz a representação da força feminina, de acordo com as associações que podem ser feitas entre a imagem e os imaginários sociais ligados ao gesto de mulheres com braço erguido. Ademais, é intensificada a ideia de voz feminina, pois, é notável pela expressão apresentada no rosto que há uma ação de gritar, falar em voz alta.

De maneira ampla, e já adentrando no conteúdo do próximo tópico (o propósito presente na reportagem), o texto analisado trata da participação feminina política e do incentivo a candidaturas destas para a ocupação de cargos públicos. São trazidos relatos de Deputadas sobre o tema, ressaltando-se a educação como um fator que pode favorecer o incentivo à participação feminina neste âmbito, assim como o fato de as mulheres poderem atuar a favor deste ponto. Abordase também sobre a importância da fiscalização dos partidos e ao final da reportagem são trazidas falas de Deputadas as quais apresentam com perspectivas para o ano de 2020. Feita a explanação em torno das CD da revista e da reportagem, o trabalho seguirá com o desmembramento do propósito comunicativo iniciado neste parágrafo, observando-o como parte do contrato de informação midiático estabelecido entre a revista e seus leitores.

O PROPÓSITO COMUNICATIVO NA REPORTAGEM

O tópico anterior nos permitiu contextualizar o objeto e *corpus* de análise do presente estudo por meio das CD envolvidas. Tais informações servirão de embasamento para que seja desmembrada a análise do propósito comunicativo na reportagem “Por mais mulheres e menos laranjas nas eleições”. Deste modo, seguiremos com a observação do processo evenemencial e suas etapas de construção do acontecimento (modificação, percepção, significação), além dos operadores que validam tais acontecimentos (atualidade, socialidade e imprevisibilidade).

O processo evenemencial

O propósito comunicativo se apresenta como componente do contrato de informação midiático estabelecido entre a revista *Mátria* e seu público, destacando-se como o objeto de troca entre as instâncias de produção e recepção do ato comunicativo, ou seja, aquilo do que se fala. Nesse sentido, o propósito comunicativo se desdobra em torno de um acontecimento construído por meio do processo evenemencial. Com isso, temos a abordagem de um tema a partir do qual a instância de produção midiática buscará meios de construir a informação sobre tal temática, estabelecendo um vínculo com as ideologias da revista, neste caso, a *Mátria*.

O contrato prevê que a temática da reportagem esteja num universo de discurso específico, visando, evidentemente, o público receptor. Portanto, nos interessa mostrar a construção do acontecimento na reportagem por meio do processo evenemencial observando como isso ocorre. Deverá, então, ocorrer uma alteração na ordem natural do mundo, havendo uma modificação de um estado para outro, esta alteração deve ser percebida por algum sujeito, e logo transformada em objeto de discussão e reflexão social, dando-se uma significação para o acontecimento. Na reportagem analisada se buscou depreender quais as modificações tidas na sociedade que foram notadas, e logo entendidas como uma problemática social a qual seria possível dar uma significação social, podendo contemplar o universo discursivo da *Mátria*.

As etapas de construção do acontecimento

Para que o processo de construção do acontecimento seja compreendido, é necessário que ele consiga produzir três efeitos no mundo: Modificação, Percepção e Significação. As modificações se designam com uma saliência da ordem natural das coisas. Elas aparecem na reportagem analisada no início de cada tópico, sendo o ponto inicial para o desenrolar de outras informações, e estas ajudarão a compor o que é tratado no texto.

Elas estão em torno de alterações ocorridas no sentido de uma temática central que é a participação feminina nas eleições. No início do texto é apresentado o fato de ter aumentado o número de mulheres no senado e na câmara de deputados, o qual podemos considerar como a modificação principal, que servirá de nicho para as modificações desmembradas posteriormente. Vejamos no fragmento a seguir:

A Câmara dos Deputados tem hoje 77 deputadas e o Senado Federal, 11 senadoras. Isso é muito pouco diante do papel da mulher na sociedade brasileira, mas é o maior percentual. Isso aconteceu por causa da garantia de 30% do fundo eleitoral para mulheres. Temos que cobrar, em todos os partidos, o cumprimento desse dispositivo, para que as candidaturas femininas tenham prioridades. (MAIA, 2020, p. 14)

Tal fato aparece na reportagem por meio do relato da Deputada Federal Alice Portugal. A reportagem traz também como modificação a situação em que a candidatura de três deputados são caçadas; traz observações sobre fim das coligações proporcionais nas eleições; discute-se sobre pautas relativas ao cenário educacional, destacando a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEP), fazendo isso a partir do ponto de vista de deputadas. Podemos dizer que estas seriam as principais modificações em seu estado inicial, para passar então pelas etapas seguintes.

Temos a percepção na reportagem quando o produtor consegue notar essas alterações no mundo, sendo elas uma forma de deformação na ordem habitual e natural de funcionamento da sociedade. A partir dessa percepção se dá sequência à construção do acontecimento, pois com base nisso a instância de produção passa a desenvolver a reportagem. Diante disso, verifica-se que a instância de produção percebeu as modificações capazes de abarcar a temática “mulheres na política”, que pode ser inserida no universo discursivo a revista.

O produtor da reportagem², percebe no relato da deputada (destacado anteriormente) uma modificação no que concerne ao funcionamento do contexto político brasileiro, sendo algo capaz de dar início a construção do acontecimento foco da reportagem, para a partir disso construir a significação do processo. Pode-se conceber tal fato como algo que impacta na ordem natural do mundo, no sentido de ser considerado um número relevante, visto que a participação feminina no meio político historicamente não é evidente. Efetivada a percepção deste primeiro fato, segue com os fatos posteriores. Vejamos:

Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu cassar o mandato de dois vereadores de Rosário do Sul (RS) – Jalsua Fernandes de Souza (PP) e, Afrânio Vasconcelos da Vara (PP) – pela transferência de recursos destinados a campanhas femininas para vez que o TSE decretou a perda de cargo por esse tipo de prática.

2 - Para evitar ambiguidades, cabe ressaltar que ao utilizar esse termo, neste trabalho, se faz referência aos sujeitos enunciadores, quem organiza textualmente os discursos.

A modificação exposta no fragmento, torna-se perceptível ao jornalista por se tratar de um fato ligado ao modo como a participação feminina nas eleições é tratada por algumas pessoas, e dessa maneira, encaixa-se como pertinente à discussão iniciada ao demonstrar que a fiscalização de atitudes como a descrita dão indícios de um comprometido e respeito à causa. Vê-se também a percepção das pautas educativas como foco das lutas das mulheres presentes na câmara como mais um fator que acrescente à proposta da reportagem, e da revista em geral, pois demonstra que a participação das mulheres nas eleições pode ser positiva para o tratamento dos pontos referentes à educação no Brasil.

Dando-se sequência à construção do acontecimento, chegamos a mais uma etapa apresentada pelo processo evenemencial: a significação. Aqui observamos a continuidade dessa atividade que se desdobra em torno da alteração que foi percebida no mundo. Temos a atividade de significação quando os produtores da reportagem conseguem atribuir um sentido social às modificações percebidas.

Deste modo, na reportagem, as modificações encaminham para uma discussão social mais ampla, referentes à participação das mulheres na política, sobretudo no que concerne à presença destas nas eleições por meio de candidaturas. Essa significação em torno de tal problemática pode ser percebida quando são trazidos dados referentes ao total de prefeitas em relação ao de prefeitos no Brasil, demonstrando que apesar de estar havendo um aumento na participação feminina, ainda há uma disparidade. Vejamos:

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, foram eleitos 4.909 prefeitos e 661 prefeitas. O primeiro grupo corresponde a 88,1% dos gestores, enquanto o segundo, a 11,9% do total. Foi a primeira vez que o número de gestores do sexo feminino diminuiu em relação ao período anterior. De 2001 a 2013, o número de prefeitas atingiu um pouco mais que o dobro, passando de 6% para 12,1%.

O exemplo mencionado demonstra de modo claro a significação social dada para as modificações apresentadas de modo geral, pois todas elas refletem sobre o aspecto da figura feminina nas eleições, na política em geral. Além disso, ao se debater sobre os projetos voltados para a educação, é possível inferir como significação a intenção de realizar uma crítica à postura do governo com relação a esta pauta. O trecho a seguir deixa claro isso:

A deputada Luizianne Lins (PT-CE) acredita que a redução dos recursos destinados à educação, precarização, terceirização e falta de valorização dos professores são projetos que ameaçam a soberania nacional e o projeto de nação brasileira: “Resistir diante de governos ultraconservadores e que flertam com o fascismo, só tem um caminho: manifestações de rua. As reivindicações populares podem garantir a manutenção dos direitos e maiores avanços, bem como podem frear a onda neoliberal, que retira direitos, trazendo mais desemprego e concentração de capital”. (MAIA, 2020, p. 15).

O relato da deputada acaba dando um sentido crítico, ao tempo que demonstra uma capacidade desta de se posicionar diante de debates importantes, sobretudo a questão educacional, que é de interesse da revista. Essa crítica ao governo é intensificada no tópico que trata do Fundeb, ao ser relatada a resistência do governo em aceitar a proposta do Fundeb permanente, como demonstra este trecho:

A deputada Natália Bonavides reforça que o Fundeb é uma das políticas de financiamento mais importantes da educação pública brasileira, e relata que as forças conservadoras no Congresso resistem ao avanço da proposta de Fundeb permanente: “O ministro da educação já afirmou que não tem acordo com a proposta. Nesse sentido, nosso maior desafio será justamente derrotar o Governo para que a educação maior desafio será justamente derrotar o Governo para que a educação possa receber mais recursos”. (MAIA, 2020, p. 15).

Com isso, é possível notar que as significações são validadas, sobretudo com os relatos de deputadas, mostrando-as como ativas no cenário político. Este aspecto vai de encontro às inferências feitas sobre o título da reportagem, visto que ao apresentar os posicionamentos femininos sobre questões importantes, a instância de produção do discurso, apresenta uma visão das mulheres não como laranjas, mas como capazes de intervir na realidade do país através de seus posicionamentos. Desse modo, o desenrolar do texto também serve para validar e justificar questões levantadas desde o título.

É possível notar, a partir da análise da reportagem que esses três processos acabam sendo o ponto de partida para a constituição de informações diversas para compor a reportagem. Nota-se que as modificações são apresentadas logo no início de cada tópico da reportagem, para com base nisso, os aspectos em torno da significação serem desenvolvidos. Cabe destacar ainda que os acontecimentos construídos se encaixam dentro do universo discursivo da revista, pois são voltados para o modo como as mulheres aparecem no âmbito político, assim como se busca construir o acontecimento levando

em consideração a interferência feminina em decisões relativas à educação, sugerindo que a presença delas no meio corrobora para uma melhor conjuntura para a educação no Brasil.

Os operadores de construção do acontecimento (Atualidade, Socialidade e imprevisibilidade)

Para a construção da credibilidade pode ser verificado na reportagem o uso do operador de atualidade, tendo em vista a abordagem de temáticas como as apresentadas na reportagem se encontram na ordem do dia a dia, na contemporaneidade brasileira, estando, pois, numa relação de proximidade com os leitores da revista (tanto o público-ideal quanto o público-real). Tais discussões se mostram, portanto, numa proximidade social, e cronológica em relação ao público-alvo da publicação. Social por se tratar da abordagem de assuntos que envolvem o cenário político brasileiro, e cronológica, por serem feitas referências à uma temporalidade recente.

A temática central da reportagem é algo presente na atualidade brasileira, pois a participação feminina nas eleições assim como em outros espaços, historicamente direcionados apenas para a figura masculina, tem sido debatida, fazendo parte da realidade do país. Nela, a construção do acontecimento se dá com o uso de fatos atuais, como o caso dos deputados com mandato caçado; a problemática em torno do Fundeb; e as discussões sobre os projetos voltados para a educação, como o Futura-se e Escola sem partido. Estes fatos revelam uma atualidade com relação ao contexto no qual ocorrem, próximo aos leitores, pois todos os casos relatados ocorrem no Brasil, justamente por tratar do contexto político brasileiro. Podemos verificar essa atualidade em fragmentos onde são feitas referências ao ano (“A novidade é que, em 2020”, “Nas eleições de 2020”), além de se levar em consideração a referência feita às deputadas brasileiras e ao Congresso brasileiro.

O potencial de socialidade da reportagem se dá pelo fato de trazerem assuntos possíveis de serem compartilhados socialmente, podendo ser compreendidos pela sociedade, se mantendo também dentro de um universo discursivo facilmente reconhecido pelos receptores da informação. Nesse sentido, os acontecimentos compartilhados na reportagem não são estranhos aos indivíduos. Mesmo que a participação das mulheres nas eleições não seja um assunto de entendimento amplo dos leitores, não serão estranhos e impossíveis de se debater e compreender, pois os assuntos tratados fazem parte

dos debates sociais da contemporaneidade. Ao organizar os fatos, a instância de produção pressupõe que a instância de recepção tenha conhecimentos básicos sobre essa conjuntura que envolve a participação feminina nas eleições e compreenda sobre as pautas educacionais colocadas.

Já o potencial de imprevisibilidade designa a possibilidade de organização da construção do acontecimento para que este consiga se apresentar como algo imprevisível e capaz de sensibilizar os receptores da informação. As reportagens analisadas possuem o potencial de imprevisibilidade, pois mesmo abordando temáticas conhecidas socialmente, induzem a sensações emocionais dos leitores. Esta imprevisibilidade pode ocorrer com o fato apresentado logo no início da reportagem, que é o aumento do número de mulheres eleitas, isso pode causar contentamento por parte do público alvo da revista. Além do mais, os relatos das deputadas podem ser um aspecto de imprevisibilidade no sentido de poder gerar um descontentamento em razão da postura do governo trazida nos relatos.

Conforme os aspectos aqui discutidos, notamos que a reportagem analisada apresenta o uso dos operadores de construção do acontecimento midiático, pois está abarcada pelo potencial de atualidade, socialidade e imprevisibilidade. Os acontecimentos são construídos por fatos atuais, designando assim um potencial de atualidade, possui ainda um grau de possibilidade de compartilhamento na sociedade, aparecendo um potencial de socialidade que está diretamente relacionado ao potencial de atualidade, visto que os fatos partilhados podem ser compreendidos e reconhecidos socialmente também pela característica de serem fatos contemporâneos. A reportagem possui também uma potencialidade no sentido de surpreender o leitor, podendo captá-lo, fazendo dessa forma, uso do operador de imprevisibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo fazer uma análise Semiolinguística dos discursos presentes na reportagem “Por mais mulheres e menos laranjas nas eleições”, da revista *Mátria*, observando os efeitos de sentidos gerados pela temática discutida. Dessa maneira, o intuito deste estudo se desdobrou em torno de apontar as Circunstâncias Discursivas nas quais a revista e a reportagem se encontram, para a partir disso discorrer sobre o propósito comunicativo presente, identificando o modo como é feita a construção do acontecimento na reportagem.

A análise das Circunstâncias Discursivas revelou que a revista é uma publicação anual da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), sendo analisada neste trabalho a versão publicada no ano de 2020, estando disponível nas versões online e impressa. Além disso, é possível destacar o direcionamento da revista em abordar fatos relacionados à valorização da figura feminina, alinhando isso à atuação da educação, tendo assim, a representação da identidade coletiva das mulheres trabalhadoras da educação. A CNTE constitui-se como sujeito comunicante, enquanto o sujeito destinatário se constitui por um grupo possivelmente abarcado por pessoas ligadas à educação e ao ativismo feminista.

Indo na direção do propósito comunicativo, buscou-se revelar a construção dos acontecimentos na reportagem por meio do processo evenemencial e suas etapas, além dos potenciais de construção do acontecimento. Quanto ao processo evenemencial, podemos considerar que as suas três etapas (modificação, percepção e significação) ocorrem na reportagem de modo simultâneo, uma etapa influenciando a outra.

Sobre as modificações ficou salientada a recorrência delas no início de cada tópico da reportagem, sendo que a modificação do primeiro tópico aparece como base para as demais. Além disso, essas modificações são voltadas para a figura feminina e para a educação, explicando com isso o ato de percepção da ocorrência delas por parte do produtor da informação, pois esses dois pontos fazem parte do universo discursivo da Matria. Percebeu-se ainda que as significações dadas para as modificações se apresentam como resultado de uma problemática maior, no caso, a presença feminina no meio político.

Com relação aos potenciais na construção do acontecimento, foi possível verificar a presença dos três na reportagem. O potencial de atualidade demonstra que os fatos são atuais a partir de dois direcionamentos, primeiro no sentido das temáticas escolhidas, e depois com foco nos fatos específicos escolhidos para debater a temática central. Por outro lado, pode-se perceber a presença do potencial de socialidade, visto que todos os fatos abordados podem ser compreendidos e compartilhados socialmente. Além do mais, foi constatada a presença do potencial de imprevisibilidade, pois os acontecimentos são construídos de um modo capaz de surpreender os leitores, ao conseguir tocar o emocional deles.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, F. Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no Ensino Fundamental. São Paulo, Cortez, 2011(p. 34-39).

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização; [coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado]. – 2. Ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem**. In: MARI, Hugo; Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001.

_____. **Discurso das Mídias**. tradução Angela M. S. Corrêa. 2. Ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. **Revista Memento** v. 05, n 02, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826/pdf_44>. Acesso em 13 de junho de 2020.

MOURA, João Benvindo de. **Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte**: um retrato do Piauí. – Teresina: EDUFPI, 2020. 308 p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1xzM2rZt7a1Y2mQUMF5z_lgmKR6WsTgG9/view. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa (Org.). **Discurso, memória e inclusão social**. Recife: Pipa Comunicação, 2015._____. LIMA, Francisco Renato; BORGES, Vanessa Raquel Soares. O jogo de imagens na constituição dos sujeitos discursivos: uma abordagem ideológica e sociopolítica em cartuns. **Web-Revista SOCIODIALETO**, v. 6, p. 250-268, 2016a. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19946572-O-jogo-de-imagens-na-constituicao-dos-sujeitos-discursivos-uma-abordagem-ideologica-e-sociopolitica-em-cartuns.html> Acesso em 15.05.2019.

_____. CARVALHO, André de Moura. O jornal na sala de aula: discursos que constroem e destroem imagens na imprensa piauiense. **Revista Form@re**, v. 4, p. 3-28, 2016b. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/parfor/article/view/5617> Acesso em 15.02.2019.

_____.; MAGALHAES, Jonnia Maria Aguiar; VIEIRA, José Magno de Sousa. Os EU(s) e seus outros: os sujeitos da linguagem estabelecidos na interligação semiolinguística EUc/TU_i no filme *Bicho de sete cabeças*. **Percursos Linguísticos**, v. 6, p. 37-50, 2016c. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/13690> Acesso em 15.02.2019.

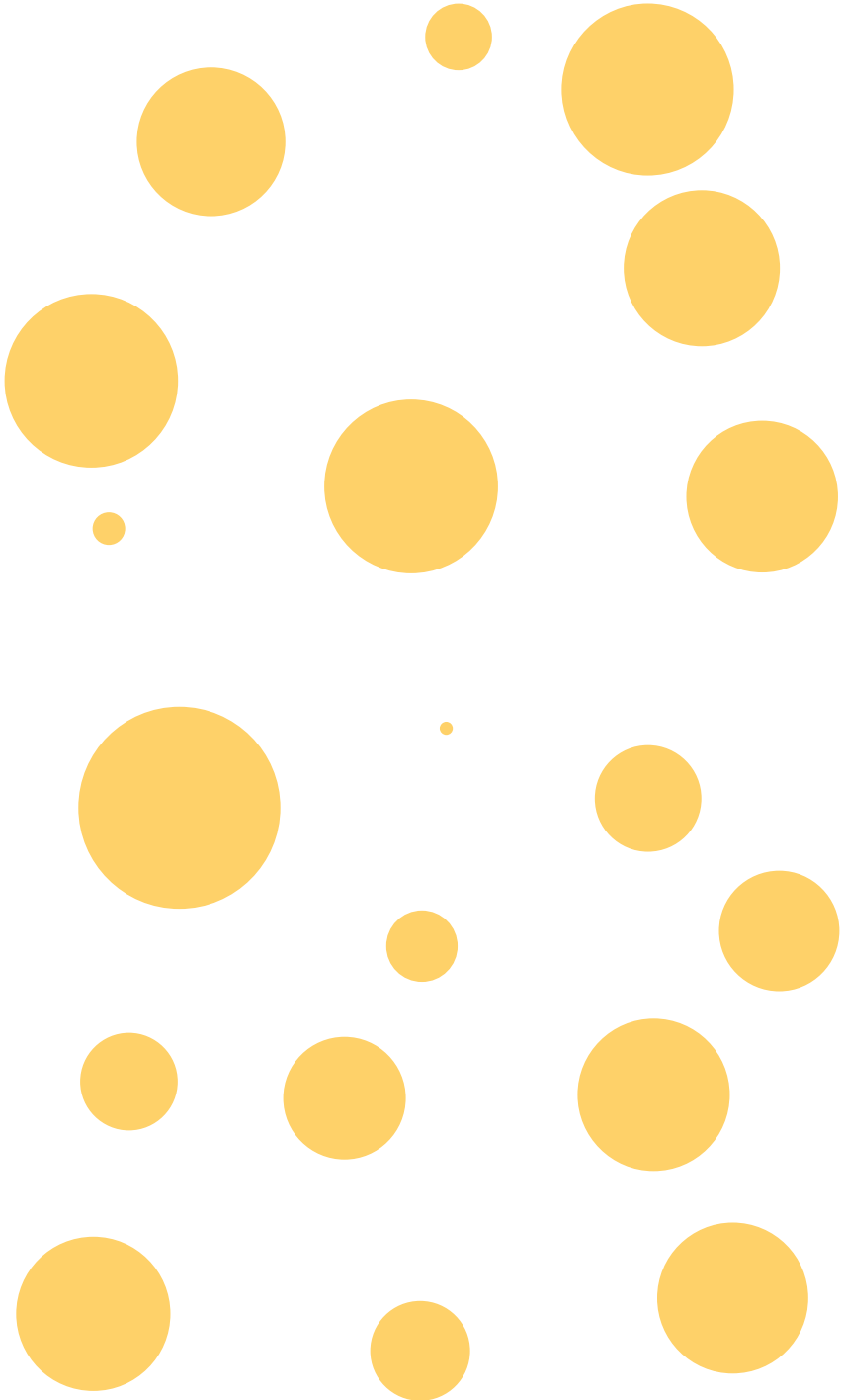
_____. BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Marais (Org.). **Sentidos em disputa**: discursos em funcionamento. Teresina: EDUFPI, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11V18xIYEwS3LV3UnpkbjQj5xsuXK0zYf/view> Acesso em 15 fev. 2021.

_____. BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa (Org.). **Linguagem, discurso e produção de sentidos**. São Paulo: Pá de palavra, 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12ª Edição, Pontes Editores, Campinas, SP. 2015.

REZENDE, Graciele Silva. **Estratégias discursivas em publicidades brasileiras de cerveja** [manuscrito]. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. Belo Horizonte – MG, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ALDR-6SHJJH>. Acesso em 15 jan. 2021.

SOUSA, Ana Carolina Carneiro de; SOUSA, Jaqueline Salviano de. **A encenação linguageira numa revista cultural**: uma análise semiolinguística. João Benvindo de Moura; Maraisa Lopes (Org.). Discursos, imagens e imaginários. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/172snYhu2fwFOWpd-blplg4dQa5H2Whh6/view> Acesso em 20 jan. 2021.



ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO CONTO UNS BRAÇOS, DE MACHADO DE ASSIS: A ORGANIZAÇÃO DA LÓGICA NARRATIVA

Ana Jackelline Pinheiro Porto

92

INTRODUÇÃO

Dentre as diversas ramificações da Análise de Discurso Francesa, destacamos, neste texto, a Teoria Semiociológica, desenvolvida por Patrick Charaudeau. Esta teoria, diferentemente de outros ramos da Linguística, em que o maior foco era somente a forma, voltou seu olhar para o estudo da linguagem considerando outros elementos, como o sujeito e o contexto, além de tratar o discurso como um “lugar da encenação” em que os seres realizam o processo de significação.

Patrick Charaudeau desenvolveu conceitos importantes para a compreensão do fenômeno da linguagem, como o de *ato de linguagem*, *contrato comunicacional*, *circunstâncias de discurso*, *modos de organização do discurso*, entre tantos outros. Neste momento, nosso foco se volta para um dos modos de organização do discurso, o narrativo. Analisar um discurso com base neste modo, como o próprio nome sugere, implica no estudo de componentes que constituem alguma narrativa, seja em qual gênero for. O modo narrativo possui dois pilares: a lógica e a encenação. Neste trabalho nos deteremos no primeiro.

Considerando a diversidade de textos que poderiam ser analisados a partir da perspectiva da Teoria Semiociológica, especificamente a partir da lógica narrativa, escolhemos analisar o conto *Uns Braços* pelo conhecimento e afinidade com a obra, pela relevância do escritor Machado de Assis no cenário literário brasileiro e por não ser um conto tão conhecido como outros escritos do mesmo autor. Assim, tendo escolhido este conto para realizar este estudo, nos baseamos em pesquisas previamente realizadas por pesquisadores da mesma área, especificamente estudos sobre o modo de organização narrativo, como por exemplo: Paiva (2020), que analisou a lógica e a encenação narrativa na obra *Todos os Nomes*, escrita por José Saramago; Xavier (2018), tendo por foco de estudo a construção da lógica narrativa em uma produção de Maurício de Sousa; Alves (2014), que analisou os modos de organização do discurso em um filme narrativo de ficção, entre tantas outras pesquisas.

Dessa maneira, esse capítulo tem como objetivos analisar a organização da lógica narrativa no conto *Uns Braços*, escrito por Machado de Assis; apontar a postulação teórica do modo de organização narrativo (direcionando para a lógica narrativa) proposta por Patrick Charaudeau; identificar os componentes da lógica narrativa (actantes, processos e sequências) no conto machadiano; analisar e interpretar os componentes da lógica narrativa e suas utilizações na obra.

Para alcançar tais objetivos, inicialmente escolhemos o conto, como apontado anteriormente. Em seguida, fizemos uma releitura da obra destacando os fenômenos a serem observados com ênfase nos actantes da narrativa, sempre apontando esse componente com exemplos do próprio conto. Após isso, analisamos os processos em que as ações ocorriam. Por fim, analisamos as sequências da narrativa, partindo de seus princípios, assim como é proposto por Patrick Charaudeau.

Este capítulo está estruturado, principalmente, em duas grandes seções: uma teórica e uma de análise. Inicialmente, tratamos sobre a Teoria Semiollingüística de Patrick Charaudeau, destacando os seus postulados mais necessários para a compreensão da teoria e da nossa análise. Em seguida, direcionamos o nosso foco para o modo de organização narrativo do discurso, principalmente para a lógica narrativa e seus componentes. Por fim, realizamos a análise da lógica no conto escolhido, apontando seus componentes, descrevendo-os e interpretando-os.

A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA DE PATRICK CHARAUDEAU

A Teoria Semiollingüística (TS) desenvolvida pelo linguista francês contemporâneo Patrick Charaudeau é uma das diversas correntes da Análise do Discurso, sendo possível encontrarmos também, como destaca Corrêa-Rosado (2014), a Análise do Discurso Francesa, a Análise do Discurso Crítica, a Análise do Discurso da Divulgação Científica, entre muitas outras ramificações. Por isso, antes de adentrarmos a complexa teoria de Charaudeau, faz-se necessário entender, de forma breve, por quais caminhos a AD passou ao longo do tempo.

As discussões acerca da teoria da Análise do Discurso podem ser compreendidas, como aponta Costa (2005), em quatro épocas, sendo que a primeira, iniciada por Michel Pêcheux (reconhecido como fundador da Análise do Discurso), se caracteriza com a fundação da

École Française d'Analyse du Discours, no ano de 1969. Nesta época a concepção que se tinha a respeito do discurso era, de certo modo, limitada, uma vez que era concebida como uma máquina fechada sobre si mesma, conceito possivelmente influenciado pela teoria linguística estruturalista. Na segunda época, algumas discussões propostas por teóricos, como Michel Foucault e seu conceito de formação discursiva, começaram a desestabilizar a ideia de discurso como uma máquina fechada, algo pronto.

Foi na terceira época que tal definição sobre o discurso foi desconstruída e algumas críticas foram tecidas às teorias de Pêcheux e de Foucault, sendo proposta a ideia de realidade material, que resulta nas ideias e pensamentos que um indivíduo possui. A última época, a que vivemos agora, tem a ideia do discurso como uma prática discursiva, não como algo refletido em textos, como se pensava antes, além de possuir novas formas metodológicas de análise, visto que se a ideia de discurso mudou, outras propostas de análise devem ser utilizadas.

Após essa breve retomada das épocas da Análise do Discurso, podemos compreender como a teoria do linguista francês foi desenvolvida em seus conceitos e ideias. A Teoria Semiolingüística, como aponta Corrêa-Rosado (2014), surgiu no ano de 1980, com o professor francês Patrick Charaudeau, que propôs a ideia de que a linguagem possui relação com o contexto psicossocial em que ela se realiza. Assim, o teórico elaborou alguns conceitos representativos e importantes, buscando explicar esta concepção. Alguns desses conceitos dizem respeito ao ato de linguagem, ao contrato comunicacional e aos modos de organização do discurso.

ATO DE LINGUAGEM, CONTRATO COMUNICACIONAL E MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Em seus estudos iniciais, Charaudeau postulou o ato de linguagem como fruto de um contexto constituído por algo explícito e implícito dentro das circunstâncias do discurso, sendo realizado por sujeitos que se apresentam como parceiros e protagonistas. É importante destacar que os postulados de Charaudeau foram em uma direção oposta a outras teorias linguísticas, uma vez que estruturalistas e gerativistas, por exemplo, não tratavam o sujeito de forma central e como ativo no processo da linguagem. Assim, o autor propôs uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem (Charaudeau, 2001).

Ainda em relação ao ato de linguagem, Charaudeau (2001) elaborou a concepção de que tal ato é formado a partir de uma combinação entre o dizer (circuito interno, instância discursiva), em que se encontra o EU enunciador e o TU destinatário, e o fazer (circuito externo, instância situacional), em que está o EU comunicante e o TU interpretante. Essa realização do ato de linguagem é o que forma a relação contratual entre indivíduos que estabelecem uma comunicação. Os sujeitos desse ato são ligados por um contrato comunicacional que, de acordo com Corrêa-Rosado (2014), integra as circunstâncias do discurso e é entendido como um dos saberes compartilhados entre os sujeitos do dizer, isto é, entre o EUE e TUD.

As discussões acerca do ato de linguagem e do contrato de comunicação não são o foco deste capítulo, mas é necessário destacar seus pontos relevantes para que se alcance e compreenda outro importante postulado da Teoria Semiolinguística: os modos de organização do discurso. Alves (2014) aponta que na *Grammaire du sens et de l'expression* (1992), Charaudeau já escrevia sobre as ordens de organização da matéria linguageira, o que posteriormente foi denominado como *modos de organização do discurso*.

Ainda de acordo com essa autora, as ordens de organização foram classificadas pelo linguista da seguinte forma: enunciativa (que organiza lugares e papéis dos sujeitos, possuindo os componentes alocutivo, elocutivo e delocutivo); argumentativa (responsável pelas operações cognitivas que organizam o mundo, com os componentes de raciocínio e composição); narrativa (que utiliza atividades humanas para organizar, descrever e contar sobre o mundo); retórica (encarregada pela preparação e descrição da própria linguagem).

Podemos perceber que essas ordens se identificam com os modos de organização do discurso, exceto pela ordem retórica, que foi substituída pelo modo descritivo e passou a ser tratada no modo argumentativo. A partir dessas ordens, Charaudeau (2016) desenvolve os modos de organização do discurso, classificados como enunciativo, argumentativo, descritivo e narrativo. Cada um desses modos propõe dois aspectos: um em relação à lógica, isto é, como é organizado, e outro sobre a encenação, uma vez que essa teoria busca analisar os jogos de encenação a partir da linguagem.

Os modos de organização do discurso podem ser compreendidos como módulos classificatórios das categorias de língua, que são utilizados pelos indivíduos na linguagem com os propósitos de enunciar, argumentar, descrever e narrar e, como destaca Alves

(2014), para constituir e estabelecer uma organização nos contratos de comunicação e nas estratégias do discurso.

Charaudeau (2016) aponta o modo enunciativo como focado nos seres de fala, ou seja, internos ao ato de linguagem, que indica de que forma o sujeito está agindo na encenação, tendo as funções alocutiva (relação de influência), elocutiva (revela um ponto de vista) e delocutiva (retoma o que um terceiro sujeito falou). Já o modo argumentativo tem a função de compreender como determinado ponto de vista é usado na linguagem como forma de influenciar e direcionar outro indivíduo a também crer nessa mesma visão. Foi neste modo que a ordem retórica passou a ser tratada. O modo descritivo é proposto por Charaudeau (2016) com o foco em nomear, localizar-situar e qualificar seres e lugares do mundo. Muitas vezes este modo se confunde com o narrativo, pois em um mesmo texto essas funções podem surgir juntas. Por fim, o modo de organização narrativo é tratado como o que possibilita a organização das ações que se sucedem com os indivíduos no mundo, sendo tais ações ocorridas na realidade ou não.

O ato de linguagem, o contrato de comunicação e os modos de organização do discurso foram, neste momento, apontados e descritos apenas de forma simples e não aprofundada, para que fossem reconhecidos os postulados e discussões da Teoria Semiolinguística de Charraudeau. Agora é possível direcionar o aspecto teórico a ser trabalhado neste capítulo: o modo de organização narrativo do discurso. **Modo de Organização Narrativo do Discurso: a lógica narrativa**

O modo de organização narrativo é proposto no Dicionário de Análise do Discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.337-338 *apud* ALVES, 2014, p.188) “[...] como aquele que permite organizar a sucessão de ações e eventos nos quais os seres do mundo estão implicados.”. Podemos entendê-lo como o modo capaz de selecionar e ordenar as sequências de atividades que ocorrem em uma narrativa, com sujeitos e dentro de um espaço e tempo específicos.

Charaudeau (2016) aponta, como em todos os outros modos, duas propostas para esse modo que são a organização da lógica narrativa e a organização da encenação narrativa. Em relação à encenação, podemos compreendê-la como um contrato de comunicação da narrativa, uma vez que propõe dois espaços de significação: um externo ao texto, com autor e leitor reais, que possuem suas identidades sociais e outro interno ao texto, com narrador e leitor destinatário, que têm uma identidade discursiva.

Na lógica narrativa, ainda de acordo com o linguista francês, há uma formação da sequência de ações seguindo certa lógica para se constituir a narrativa. Nesta proposta do modo narrativo encontramos seus tipos de componentes, que são classificados como: actantes, processos e sequências. Os actantes realizam funções ligadas às ações que desempenham, não sendo somente personagens, mas, também, eventos ou forças que tenham condições de realizar ações; os processos podem ser entendidos como aqueles que unem os actantes, direcionando como devem ocorrer as ações que estes realizarão; as sequências ligam os actantes e os processos de acordo com a finalidade que a narrativa possui e seguindo seus princípios de organização.

Tais princípios de organização das sequências foram classificados por Charaudeau (2016) da seguinte forma: coerência, uma vez que as ações não são aleatórias e arbitrárias, mas sim seguem uma lógica e coerência para fazerem sentido a quem lê e/ou assiste, possuindo as funções de abertura e fechamento; intencionalidade, que dá motivação para as funções de abertura e fechamento da narrativa, isto é, a narrativa começa de uma forma e termina de outra com uma razão; encadeamento, que trata do desenvolvimento da narrativa, as sucessões, paralelismos e encaixes; localização, que indica os “pontos de referência” da narrativa em relação ao espaço, tempo e actantes.

Percebemos, assim, que o modo de organização narrativo do discurso, especificamente a organização da lógica, nos permite compreender de que forma os componentes são organizados e realizados para constituir uma narrativa. Por isso, este capítulo se deterá a analisar a organização da lógica narrativa no conto “Uns Braços”, de Machado de Assis, com o propósito de identificar, analisar e interpretar como os componentes da lógica são utilizados nesta obra.

Circunstâncias de discurso

Retomando o que foi tratado no início do tópico a respeito do ato de linguagem, é preciso voltar o olhar, neste momento, para um dos conceitos que envolve este ato, que são as circunstâncias de discurso. Como apontado anteriormente, o ato de linguagem é constituído por um explícito e um implícito, denominado por Charaudeau (2016) como uma dupla dimensão. Seria no implícito, de acordo com o autor, que são encontradas as circunstâncias de discurso.

Esse conceito pode ser entendido como as condições de produção de um discurso, sejam tais condições sociais, materiais, saberes sobre o mundo que permeiam a comunicação entre os sujeitos. Charaudeau (2016, p.32) define esse conceito como “[...] conjunto dos saberes

supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem [...]”, tais saberes supostos são apontados em duas direções, como postula este autor e também Corrêa-Rosado (2014).

O primeiro saber é a respeito das suposições sobre o mundo, em que há o conhecimento a respeito das práticas sociais compartilhadas entre os sujeitos durante o ato de linguagem. O segundo saber é entendido como os saberes que os sujeitos possuem um a respeito do outro. Dessa maneira, podemos compreender que através das circunstâncias de discurso, com esses saberes supostos, é que os protagonistas da linguagem criam hipóteses a respeito do que o outro enunciou, sobre a sua visão sobre o que foi enunciado e o que ele acha que o outro conhece sobre o que foi dito. Podemos entender isso através do seguinte exemplo, em que A e B são os protagonistas da linguagem: A diz que está cansado de seu emprego, tendo a intenção de desabafar e dar uma justificativa de que irá se demitir; B cria hipóteses e questionamentos (“por que o cansaço?” “talvez ele não seja um bom profissional” “será que a empresa o demitiu”, entre tantos outros); A se questiona sobre o que B acha ou sabe sobre o que ele enunciou (“alguém comentou que irei me demitir?” “o que ele pensa sobre isso?” “B irá me julgar de forma positiva ou negativa”, etc.). Obviamente essas hipóteses e questionamentos não ocorrem em uma ordem específica e linear como neste exemplo, mas elas estão presentes através das circunstâncias de discurso.

Charaudeau (2016) ao tratar desse conceito e apontar os saberes que o constituem, também envolve duas situações que fazem parte das circunstâncias de discurso, a saber: situação linguística e extralinguística. A primeira é em relação ao que é dito de forma linguística (verbal) e a segunda é o que dá sentido ao que é enunciado linguisticamente. O autor aponta que a situação extralinguística é o ambiente físico (que envolve os sujeitos) relacionado com as palavras, ou seja, pode ser compreendida como uma ponte que liga o contexto com o texto.

UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO CONTO UNS BRAÇOS, DE MACHADO DE ASSIS

Um dos nomes mais reconhecidos, significativos e representativos da Literatura no Brasil sem dúvidas é Joaquim Maria Machado de Assis, conhecido popularmente apenas por Machado de Assis. O autor de poemas, romances, crônicas, contos, críticas e tantos outros gêneros tornou-se conhecido por seus escritos a respeito

de diversos temas da vida e sociedade brasileira, tendo como estilo marcante o realismo. Dentre suas diversas obras, destacamos um de seus contos, *Uns Braços*, não tão popular quanto outros contos, como *A Cartomante*, *O Alienista*, *O Espelho*, *Missa do Galo* e muitos outros, por isso também foi escolhido para esta análise.

Uns Braços, escrito no ano de 1895, traz uma pequena narrativa envolvendo, principalmente, três personagens: Inácio (sobrinho), D. Severina (esposa e tia) e Borges (esposo e tio). O conto trata de um sobrinho, Inácio, que é enviado por seu pai para uma cidade maior e com mais oportunidades para trabalhar junto com seu tio, Borges, que é um homem extremamente ríspido com o sobrinho e a esposa, algo que podemos perceber já no início da obra, em que os três estão reunidos em um jantar e ele insulta o sobrinho de diversas formas, enfatizando sua preguiça e desatenção com a vida e o trabalho.

Inácio é um rapaz de apenas 15 anos que aceita calado todas as ofensas de seu tio e por estar nessa situação de submissão, até mesmo o seu olhar é retraído, não chegando aos olhos das pessoas e é justamente através desse olhar que ele encontra uma forma de esquecer sua condição, admirando os braços de D. Severina durante as refeições à mesa. A partir dessa admiração, o rapaz se sente acolhido e acaba se apaixonando pela esposa de seu tio, começando a desenvolver sentimentos confusos e bons em relação a ela. Neste momento da narrativa, o autor chega a comparar o sentimento de Inácio com o de uma planta que desabrochou sua primeira flor, uma clara relação com a fase em que o rapaz se encontra, a adolescência, período em que tais sentimentos começam a surgir.

Os olhares do jovem para os braços de D. Severina começaram a ser percebidos por ela, uma vez que se tornaram constantes e ele demorava ao máximo para terminar suas refeições, momento que a admirava. A esposa aos poucos foi confirmando os sentimentos de Inácio para ela e, a partir disso, começou a desviar dos olhares e a tratá-lo de forma mais áspera, com o objetivo de tentar não retribuir tal sentimento. Entretanto, também compartilhando da mesma situação do jovem, de ser submissa e receber insultos de Borges, começou a se questionar sobre esse sentimento também, passando a viver uma dúvida: retribuir o que o rapaz parecia sentir ou romper com isso de vez, já que Inácio era sobrinho de seu marido e tinha apenas 15 anos.

O auge do conto ocorre no momento em que o rapaz adormece em seu quarto, enquanto lia um folheto, sonhando mais uma vez com D. Severina. Nesse mesmo momento, a esposa de seu tio realmente

vai até o seu quarto e passa a admirá-lo da porta, enquanto ele dorme, sentindo as mesmas dúvidas. Em um ato de impulso vai até ele, se inclina e beija-o. O que é importante destacar nesse recorte da obra, é que o sonho e a realidade ficam alinhados, uma vez que o que está ocorrendo no mundo real também está ocorrendo no sonho do jovem.

A partir dessa ação, D. Severina passa a evitar os olhares do rapaz e a cobrir seus braços, ponto de admiração, com um xale, para que os sentimentos do rapaz não fossem alimentados. O final do conto se encaminha com Borges enviando o jovem de volta para sua casa, mesmo sem saber (ao menos não é explícito no conto) do que ocorreu entre sua esposa e seu sobrinho. Inácio nunca soube de fato o que ocorreu, até o final de sua vida acreditou que tudo aquilo não passava de um sonho.

Nesta obra podemos perceber, de um modo geral, que há efeitos de realidade, justamente por isso há uma perspectiva mais objetiva, direta e palpável na narrativa, sem o uso de extrema complexidade no texto. O conto é simples em termos de texto e conteúdo, está justamente nisso a beleza e genialidade de *Uns Braços*, escrito por Machado de Assis.

A lógica narrativa

Partindo dessa obra, analisaremos neste momento a organização da lógica narrativa, proposta por Charaudeau (2016), dentro do modo de organização narrativo do discurso, com base em seus três componentes: actantes, processos e sequências, a fim de compreendermos de que forma o conto é organizado logicamente por Machado de Assis. Primeiro serão analisados os actantes e os processos, uma vez que estes unem os actantes e orientam suas ações e, em seguida, trataremos das sequências no conto.

Em *Uns Braços* percebemos que as ações envolvem, principalmente, três personagens (Inácio, D. Severina e Borges), mesmo que outros personagens secundários sejam citados ao longo do texto, como o pai de Inácio e a tia de D. Severina. Tais ações direcionam toda a narrativa, promovendo encontros (em relação aos sentimentos), desencontros e despedidas entre os personagens.

O personagem Borges mesmo não sendo o principal foco da narrativa, desempenha ações ao longo do conto, como os atos de imposição, grosseria e insulto contra seu sobrinho e sua esposa, algo que é justificado na narrativa por ser um homem que trabalha muito e está sempre cansado e irritado. Podemos perceber tais ações no seguinte trecho em que ele se dirige ao sobrinho:

— Onde anda que nunca ouve o que lhe digo? Hei de contar tudo a seu pai, para que lhe sacuda a preguiça do corpo com uma boa vara de marmelo, ou um pau; sim, ainda pode apanhar, não pense que não. Estúpido! maluco!

— Olhe que lá fora é isto mesmo que você vê aqui, continuou voltando-se para D. Severina, senhora que vivia com ele maritalmente, há anos. (ASSIS, 1994, p. 01)

Outra ação importante para o final do conto, realizada por esse personagem foi ter encaminhado o sobrinho de volta para casa, mesmo que não tenha sido deixado explícito se ele tomou ou não conhecimento do que ocorreu entre o sobrinho e a esposa. Percebemos que os processos narrativos envolvendo os atos desse personagem ocorrem através da forma agressiva que ele age com o sobrinho e com a esposa, mas não de forma física e sim verbal, por meio dos insultos. Além disso, compreendemos que há uma qualificação sobre o outro, em que Inácio é sempre inferior a ele, assim, sendo uma vítima de suas ações. Compreendemos também que dentre a hierarquia das ações, são as ações de Borges, no início do conto, que desencadeiam as outras realizadas pelo sobrinho e pela esposa, isto é, os atos deste personagem são gatilhos para os demais.

Outro personagem importante para a realização das ações que orientam o conto é D. Severina. Percebemos a sua primeira atitude já no início do conto, em que a esposa de Borges controla o que ele diz ao sobrinho (citado anteriormente) com apenas um toque em seu pé, como um sinal para que ele interrompesse os insultos. Dessa forma, podemos compreender que mesmo em uma situação de certa submissão, em que ela também era ofendida pelo esposo, D. Severina possuía certo poder sobre Borges.

Ao longo do conto, essa personagem realizou ações cruciais para a narrativa. Uma das mais importantes ações, ápice e desenvolvimento para o fim, foi o momento em que Inácio estava dormindo e ela, admirando-o da porta do quarto, foi até ele e o beijou, como podemos visualizar abaixo

E tornando, inclinava-se, pegava-lhe outra vez das mãos e cruzava ao peito os braços, até que inclinando-se, ainda mais, muito mais, abrochou os lábios e deixou-lhe um beijo na boca. Aqui o sonho coincidiu com a realidade, e as mesmas bocas uniram-se na imaginação e fora dela. (ASSIS, 1994, p. 06)

A partir dessa ação, todos os personagens tomam outras direções, uma vez que depois disso a esposa passa a esconder seus braços que eram admirados pelo rapaz, trata-o de uma forma mais fria e ríspida e Borges encaminha o rapaz de volta para sua casa. Assim, entendemos que os processos narrativos que unem as ações e o actante nesse momento são realizados, em um primeiro momento, como submissão (em relação ao esposo). Em relação a hierarquia das ações, esta citada é o auge do conto e orienta os personagens para o seu fim. Para além disso, é possível perceber a qualificação sobre si, em que ela se beneficiou com a ação de beijar o rapaz, mas também se tornou vítima de sua própria culpa após o ato, e sobre o outro, que pode ser entendido como beneficiário, uma vez que ele nutria uma paixão por ela e desejava o beijo, mas também como vítima, já que ele estava dormindo, não tinha consciência do que ocorreu e é apenas um rapaz de 15 anos beijado por uma mulher de 27 anos, casada com seu tio.

O personagem Inácio, desempenha também os papéis relacionados às ações, mas de duas posições, ativa e passivamente. A ação ocorre, principalmente, ao direcionar seu olhar para o colo e braços da esposa de seu tio, nesse momento ele age de forma consciente e ativa. Em outros momentos do conto é possível perceber que o rapaz toma outras pequenas ações, mas sempre com o intuito de realizar essa ação maior de admiração pela esposa do tio.

Inácio ia comendo devagarinho, não ousando levantar os olhos do prato, nem para colocá-los onde eles estavam no momento em que o terrível Borges o descompôs. Verdade é que seria agora muito arriscado. Nunca ele pôs os olhos nos braços de D. Severina que se não esquecesse de si e de tudo. (ASSIS, 1994, p. 02)

É possível afirmar que o rapaz está em duas posições porque a sua ação tratada anteriormente (ativa) é desencadeada pela situação de submissão e passividade que ele vive na casa de seu tio, em um ambiente hostil, ou seja, o ato de olhar para D. Severina é ativo, mas ao mesmo tempo está inserido em uma situação que o coloca como passivo. Mesmo admirando os braços de D. Severina e alimentando sentimentos amorosos por ela, em nenhum momento da narrativa ele toma ações para alcançar a mulher que deseja, uma vez que é posto no conto o seu medo em relação ao tio e em não ser recíproco tais sentimentos, restando a ele apenas os olhares, pensamentos e sonhos. Dessa maneira, os processos narrativos que envolvem Inácio

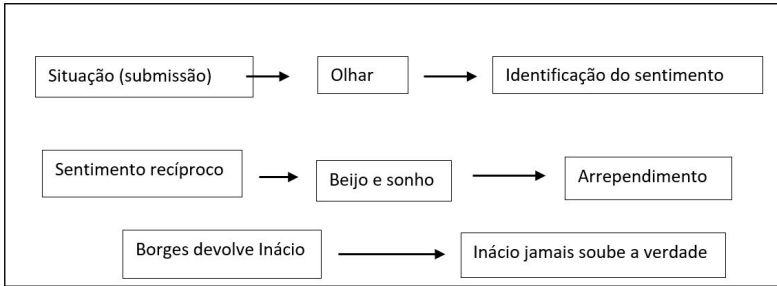
ocorrem por meio da submissão em relação ao tio, à situação e aos seus próprios desejos, podendo ser percebido também que sua ação de olhar foi o que desencadeou o sentimento de D. Severina em relação a ele, porém nenhuma outra ação foi realizada para concretizar seu desejo. Entendemos também que há uma qualificação sobre si, uma vez que ele se torna vítima e refém dos seus próprios pensamentos e sentimentos em relação à esposa de seu tio.

Assim, é possível classificar que Borges desempenha o papel de desencadeador das demais ações, uma vez que ele cria um ambiente de extrema autoridade, pondo o sobrinho e a esposa em situação de igualdade, ambos sendo aparentemente submissos a ele. Nesse ambiente, a esposa se torna então um elo e um distanciamento entre o sobrinho e o tio, realizando uma das principais ações do conto e interrompendo o meio pelo qual Inácio nutria sentimentos por ela. Inácio realizou a ação que direcionou a obra, o seu olhar para os braços, mas nenhuma outra foi realizada para alcançar seu ponto de admiração.

Neste momento, voltaremos nosso olhar para as sequências de *Uns Braços*, que Charaudeau (2016) aponta como o que integra os processos e os actantes com uma determinada finalidade na narrativa. Percebemos neste aspecto no conto o princípio da coerência, em que as ações seguem uma lógica, com a função de abertura: “INÁCIO ESTREMECEU, ouvindo os gritos do solicitador...” (ASSIS, 1994, p. 01), já apontando o personagem central da narrativa e sua condição naquela situação; e a função de fechamento: “Ele mesmo exclama às vezes, sem saber que se engana: E foi um sonho! um simples sonho!” (ASSIS, 1994, p. 07), indicando que não há mais nada o que ocorrer na história, não há mais desdobramentos. Dessa maneira, identificamos o princípio de intencionalidade nessas duas funções, uma vez que elas são motivadas, há uma razão de ser, que pode ser entendida como introdutória, para já indicar o personagem e sua situação e a outra como a que finaliza, para apontar que nada mais em relação a esse tema ocorreu na narrativa.

Além disso, ainda em relação às sequências, percebemos que o princípio de encadeamento ocorre na maior parte do conto de forma sucessiva, ou seja, as sequências ocorrem de forma gradativa e linear, como podemos observar no quadro abaixo:

Figura 1: princípio de encadeamento no conto Uns Braços, de Machado de Assis



Fonte: desenvolvido pela autora a partir da análise do conto Uns Braços, de Machado de Assis.

Apesar da maior parte da narrativa ocorrer de forma sucessiva, destacamos um momento do conto em que há um paralelismo, que é a cena em que Inácio está sonhando com D. Severina e no mundo real ela de fato está no mesmo ambiente que ele, as duas sequências se encontram no momento em que ela o beija: “Aqui o sonho coincidiu com a realidade, e as mesmas bocas uniram-se na imaginação e fora dela.” (ASSIS, 1994, p. 06).

Em relação ao princípio de localização, percebemos que Machado de Assis aponta onde a narrativa ocorre: “Passava-se isto na Rua da Lapa, em 1870.” (p. 02). Além de sempre situar os cômodos da casa em que as situações ocorriam, como o quarto de Inácio, sua janela que tinha vista para o mar, o corredor e, principalmente, onde o olhar do rapaz ocorria, na mesa de jantar. Ainda neste princípio, Charaudeau (2016) propõe a caracterização dos actantes, que buscam apontar as relações de força e tipos de motivação, tal descrição é bem presente nesse conto com a caracterização de Inácio, “Cabeça inculta, mas bela, olhos de rapaz que sonha, que adivinha, que indaga, que quer saber e não acaba de saber nada.” (p. 01-02), em que percebemos uma ausência de certo conhecimento, mas a busca por ele através de seus sonhos.

É possível identificar essa caracterização também realizada com a personagem D. Severina, em que é dado um foco maior aos seus aspectos físicos, como podemos ver abaixo

Também a culpa era antes de D. Severina em trazê-los assim nus, constantemente. Usava mangas curtas em todos os vestidos de casa, meio palmo abaixo do ombro; dali em diante ficavam-lhe os braços à mostra. Na verdade, eram belos e cheios, em harmonia com a dona, que era antes grossa que

fina, e não perdiam a cor nem a maciez por viverem ao ar; mas é justo explicar que ela os não trazia assim por faceira, senão porque já gastara todos os vestidos de mangas compridas. (ASSIS, 1994, p. 02)

Podemos compreender que o autor buscou trazer maiores características, nesse momento, em relação aos braços da personagem porque eles são um dos focos do conto, eles são a fonte de admiração do rapaz, o que o faz voltar seu olhar para eles e desenvolver sentimentos pela esposa de seu tio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, ao longo desta produção, analisar a organização da lógica narrativa no conto *Uns Braços*, de Machado de Assis, especialmente seus componentes: actantes, processos e sequência. A partir da análise identificamos que os três personagens principais (Inácio, D. Severina e Borges) desempenharam papéis envolvendo as ações da narrativa, as quais orientaram todo o conto. Compreendemos que as ações desenvolvidas por Borges foram possíveis gatilhos para a realização das demais ações realizadas pela esposa e seu sobrinho, uma vez que o ambiente de opressão e hostilidade tornou estes igualmente submissos.

Além disso, também foi possível interpretar que a personagem de D. Severina foi a realizadora de uma das principais ações do conto, o momento do beijo, uma vez que após esse ato, a esposa se arrepende e torna inacessível a fonte de admiração do jovem, também podemos apontar que depois disso o jovem foi enviado de volta para casa. Talvez podemos indicar, dessa forma, que o conto se divide entre antes e depois do beijo.

Em relação a Inácio, sua ação mais importante foi o ato de olhar para os braços da esposa de seu tio durante as refeições, não sendo realizada nenhuma outra ação para alcançar ou conquistar o que ele tanto admirava e desejava. As suas ações ocorriam somente em pensamentos e sonhos, assim, sendo um personagem mais passivo na narrativa.

O componente de sequência foi analisado nessa obra a partir de seus princípios de coerência (função de abertura e fechamento), de intencionalidade (ligado à motivação do princípio anterior), de encadeamento (percebemos que há uma sequência de forma sucessiva na maior parte do conto, exceto na cena do beijo) e ao de localização (foram situados no conto os aspectos físicos, como os ambientes em

que a narrativa ocorria e também foram caracterizados os actantes, sendo apontadas suas principais características necessárias para entender suas funções na obra.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carolina Assunção e. **Narrar e descrever:** modos de organização do discurso no filme narrativo de ficção. Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 181-205, jan./jun. 2014.

ASSIS, Machado. Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 1994. v. II. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16981 Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. **Análise do discurso:** fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso- FALE/UFMG, 2001, p. 23-37.

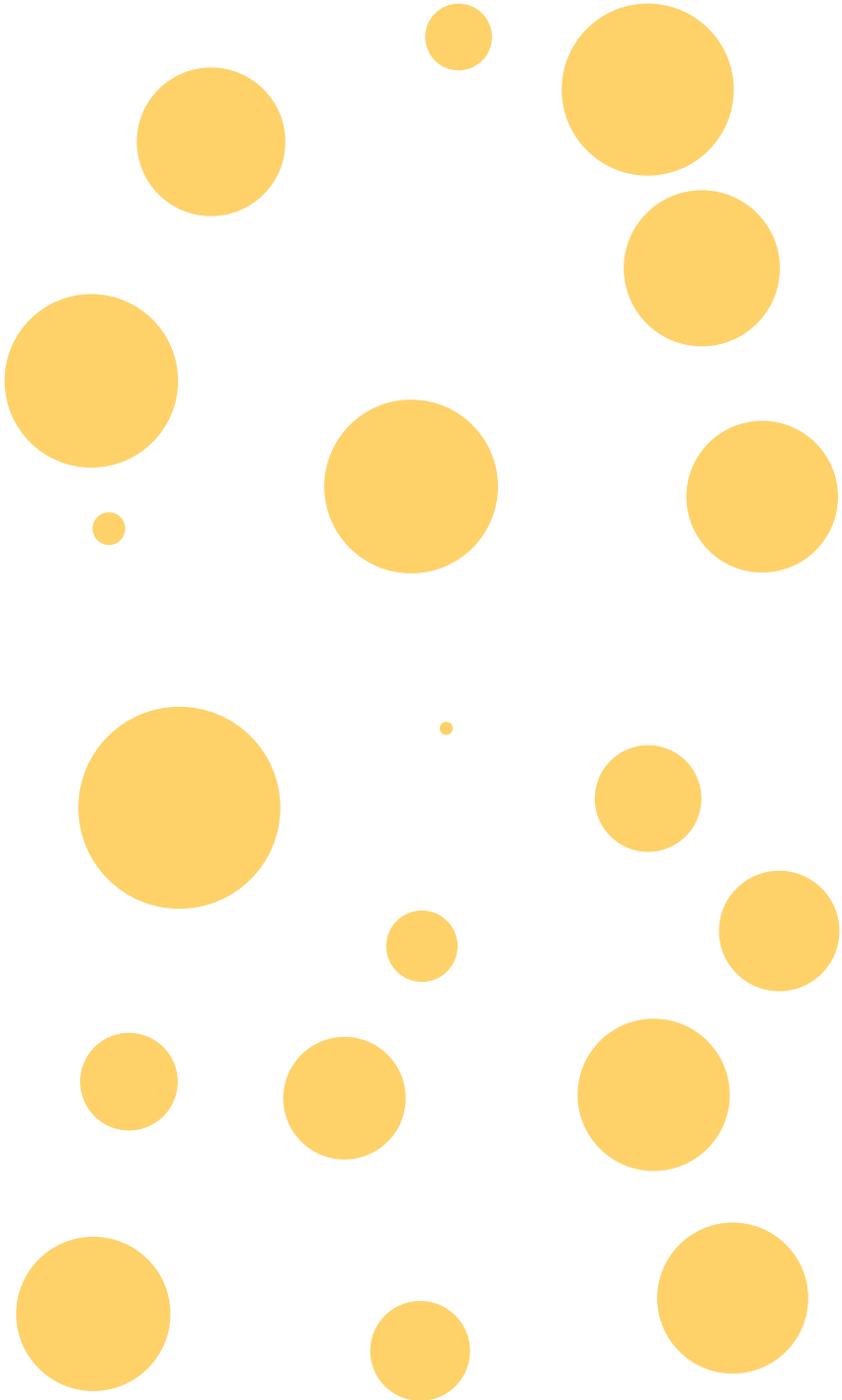
CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso:** modos de organização. São Paulo: Contexto. 2016.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. **Revista Memento** v. 05, n 02, 2014. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826/pdf_44. Acesso em 13 de junho de 2020.

COSTA, N. B. da. O primado da prática: uma quarta época para a análise do discurso. In: COSTA, N. B. (org.). **Práticas discursivas, exercícios analíticos.** Campinas: Pontes, 2005.

PAIVA, Ana Caroline de Carvalho. A lógica e a encenação narrativa em Todos os Nomes, de José Saramago. In: **VII COGITE-Colóquio sobre gêneros e textos**, VII, 2020, Teresina. Anais do evento, Teresina: Cataphora, 2020, p. 1-20.

XAVIER, Glayci Kelly Reis da Silva. **A construção da lógica narrativa no “semimangá” de Maurício de Sousa.** LITERARTES, n.8. 2018.



“COMPRAR A LIBERDADE”: UMA ANÁLISE DOS ETHÉ DE NATHALIA ARCURI

108

Ariane Castro Alencar

INTRODUÇÃO

Identificamos que o avanço das mídias sociais, a partir da expansão e facilidade do acesso à internet, trouxe diversos impactos na vida da sociedade contemporânea. Um desses efeitos é que o Brasil só perde para os Estados Unidos em tempo de visualização de vídeos *on-line*, de acordo com reportagem de Daniela Pintão para UOL Folha de São Paulo. Isso demonstra que os brasileiros estão cada vez mais consumindo conteúdo digital. E não somente consumindo, mas, também, produzindo-os. Conforme o ranking Alexa, pesquisa realizada pela empresa Amazon, o YouTube é o segundo site mais visitado do Brasil, atrás apenas do site de busca Google. Denominados *digitais influencers*, estes constroem uma imagem de si como estratégia para sua própria divulgação e também para propagar marcas, produtos e serviços que lhes são oferecidos.

A partir das pesquisas realizadas, destacamos a de Moraes (2019), que diz

Se concordarmos com a psicanálise, um dos pilares da Análise do Discurso ao lado da Linguística e das teorias das ideologias, a construção de uma subjetividade plena passa pela “terapia de si” através da fala. É necessário driblar a sociedade depressiva descrita por Roudinesco (2000) – na qual os medicamentos substituíram a terapia do significado e fabricam “um novo homem, polido e sem humor, esgotado pela evitação de suas paixões, envergonhado por não ser conforme ao ideal que lhe é proposto” (ROUDINESCO, 2000, p. 21). O ethos discursivo de Nathalia Arcuri é o oposto disso: bem-humorado, enfrenta suas paixões e caminha na direção de seus propósitos.

Assim, consideramos que cada vez mais os estudos da linguagem necessitam voltar-se para o cotidiano, a partir do entendimento de que a linguagem é uma prática social. Seleccionamos, portanto, a jornalista e influenciadora digital Nathália Acuri que, segundo ranking publicado pelo site *YouPix Numbers*, foi a pessoa mais lembrada e a

mulher mais influente do mundo através do seu canal Me Poupe! no YouTube, pioneiro na criação do conceito de entretenimento financeiro e atualmente o maior canal sobre finanças do mundo.

Assim, adotaremos, como suporte para a análise e discussão dos dados que pretendemos estudar, a Análise do Discurso (Doravante AD) como proposta teórico-metodológica que teve seu início na década de 1960, com o francês Michel Pêcheux. Seguindo-se a este momento as demais análises francesas do discurso, entre elas, a corrente de Dominique Maingueneau, pela qual optamos, que se deu por sua abordagem de texto enquanto discurso encenado, o qual constrói cenas e efeitos de sentidos que impactam e persuadem discursivamente ao tempo em que são consumidas pelo coenunciador (destinatário), que poderá transformar-se em consumidor por força do impacto das imagens que o levam a possivelmente querer aderir ao discurso da influenciadora. Entendemos, portanto, que a Análise do Discurso Francesa possui uma relevância teórica para a compreensão de sentidos produzidos em discursos midiáticos. A partir disso, indagamos como se dá o processo de formação discursiva e como a imagem da digital influencer é construída para alcançar a adesão do público? Objetivamos, assim, analisar a construção dos *ethé* no discurso de Nathália Arcuri a partir da entrevista intitulada “Mulheres devem ter mais autoestima para negociar salário como os homens, diz Nathalia Arcuri”, publicada no site UOL Folha de São Paulo em fevereiro de 2020, além de descrever a relação influenciadora-público e seus impactos na adesão do discurso.

A ANÁLISE DO DISCURSO E A RETÓRICA: UM AMÁLGAMA

A Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), como abordagem teórico-metodológica, teve seu início nos anos 60 do século XX, com o filósofo francês, Michel Pêcheux (1938-1983), considerado por muitos como o fundador de tal vertente, com a obra intitulada **Por uma Análise Automática do Discurso**, proveniente de sua tese de doutorado, em 1969. Essa abordagem proposta por Pêcheux abrange os campos da Linguística, da Psicanálise e do Marxismo.

Assim,

[...] com a linguística ficamos sabendo que a língua não é transparente; ela tem sua ordem marcada por uma materialidade que lhe é própria. Com o marxismo ficamos sabendo que a história tem sua materialidade; o homem

faz a história, mas ela não lhe é transparente. Finalmente com a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade; ele não é transparente nem para si mesmo” (ORLANDI, 2006, p.13).

A partir disso, temos a constituição da AD como uma disciplina de entremeios, não somente aderindo a outras áreas do saber, mas, principalmente, interrogando-as. Segundo Orlandi (2006), autores como Althusser, Foucault, Lacan, Barthes, entre outros, concordam com uma desnaturalização da leitura e sustentam a construção de um dispositivo teórico.

É importante enfatizar que Aristóteles além de seus interesses por física, metafísica, lógica, governos, também voltou seus estudos para a linguagem, teve uma enorme influência sobre o desenvolvimento da arte retórica. Até o século XIX a retórica

[...] permanece nos currículos escolares, mas acaba sucumbindo ao ataque veemente de duas correntes do pensamento, quais sejam: a do Romantismo e do Positivismo cientificista. Vitor Hugo, literato romântico, rejeita a retórica opondo-lhe o paradigma de um ideal de sinceridade, que consistiria no uso espontâneo da linguagem” (MIZZALI, 2008, p.10).

Já no início do século XX, temos os estudos dos formalistas russos, que já pressentiam no texto uma estrutura” (ORLANDI, 2013, p. 17). Nesse momento os estudos linguísticos estavam voltados com mais ênfase para a língua, herança das dicotomias do linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), considerado o pai da Linguística Moderna, a partir do **Curso de Linguística Geral (CLG)**, obra póstuma, escrita por seus alunos da Universidade de Genebra, em 1916. Ilari (2011) frisa a importância da obra para a afirmação do estruturalismo na Europa. A linguística moderna herda do século XIX dados de praticamente todas as línguas indo-europeias. Para Faraco (2011, p. 27), muitos entendem esse período marcado “pelos estudos sincrônicos praticados intensamente durante o século XX em contraste com os estudos históricos, que predominaram no século anterior”.

Em relação as dicotomias saussurianas destacamos o par *langue/parole* como essencial para entendermos as teorias discursivas, para Saussure “enquanto a língua é social, a fala é sempre individual de vontade e inteligência, em que o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal” (2012, p.45). A partir dessa problemática, “estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema

ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse polo a dicotomia saussuriana. E essa instância da linguagem é a do discurso.” (BRANDÃO, 2004, p. 11). Entendemos, portanto, um novo olhar sobre as materialidades linguísticas.

Sendo assim, Pêcheux ao romper com a Análise de Conteúdo, praticada até então “acreditava que o objeto de estudo das ciências da linguagem seria a língua, numa larga referência a Saussure, e não o texto” (PETRI *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 264). Em Brandão, temos que “os anos 50 serão decisivos para a constituição de uma análise do discurso enquanto disciplina” (2004, p.13). E também já se vê uma distinção da AD americana para a AD europeia. Enquanto uma “entende a teoria do discurso como uma extensão da linguística a outra envereda para a área da semântica” (ORLANDI in BRANDÃO, 2004, p. 14).

Para este estudo, optamos pela AD europeia que, como vertente contemporânea dos estudos da linguagem, é proveniente de todo um amadurecimento teórico acerca dos estudos do texto na concepção de que este não seja mais visto apenas como uma estrutura, como diz Orlandi (1999), mas como um acontecimento revelado por um sujeito afetado pela história. A partir dessa mudança de olhar e enfraquecimento da hegemonia estruturalista, teóricos voltaram seus estudos para o discurso.

Entre os autores mobilizados para este trabalho, consideramos como principal Maingueneau, que em seu livro **Gênese dos discursos** (2008), teoriza sobre a origem do discurso, no qual é preciso “apreender o discurso através do interdiscurso” (p. 17) e que o primado do discurso é o interdiscurso, ou seja, enquanto um discurso está sendo proferido ele interage com outros. O discurso, na vertente de Maingueneau, faz parte de uma encenação que é construída ao mesmo tempo em que ocorre a enunciação. Logo, está em constante transformação dependendo do campo discursivo em que se apoia e a análise precisa levar em consideração todos esses aspectos que estão envoltos no corpus a ser pesquisado, incluindo as questões ideológicas que permeiam o discurso.

A NOÇÃO DE ETHOS NA CONCEPÇÃO DE ARISTÓTELES E MAINGUENEAU

Pesquisador atuante, Maingueneau iniciou seus estudos sobre *ethos* a partir da década de 1980, quando introduziu sua teoria sobre a noção de *ethos* no âmbito da Análise do Discurso de linha francesa (AD).

Precisamos recorrer à **Retórica** aristotélica, definida como a arte de persuadir, para enfatizar a diferença entre a noção de *ethos* conceituada por Aristóteles, este se referia à *caráter*, pois a nomenclatura *ethos* só se definiu por teóricos posteriormente (EGGS, 2014, p. 70). De certa forma, o *caráter* era uma qualidade a ser evocada no discurso pelo orador no momento da enunciação, que fazia o público acreditar no seu discurso através de construção de argumentos, construindo uma imagem de si.

O *ethos* discursivo proposto por Maingueneau tem suas bases no *ethos* retórico aristotélico, que

Além da persuasão por argumentos, a noção de *ethos* permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva. O processo é particularmente evidente quando se trata de discursos como o da publicidade, da filosofia, da política, etc., que – diferentemente dos que têm a ver com gêneros “funcionais”, como os formulários administrativos ou os manuais – não têm por objetivo uma adesão imediata, mas devem conquistar um público que tem o direito de ignorá-los ou de recusá-los (MAINGUENEAU, 2014, p. 69-70).

Temos, então, com Maingueneau, uma reformulação e prolongamento do *ethos* aristotélico, com o princípio da adesão, ou seja, para um discurso como o de Nathalia Arcuri, por exemplo, não basta apenas que ela convença o público, mas que provoque a adesão, movimento necessário para a incorporação dos sujeitos ao dito.

Segundo Aristóteles (2012, p.84) “são as causas que tornam persuasivos os oradores, e a sua importância é tal que por elas nos persuadimos, sem necessidade de demonstrações: são elas a prudência, a virtude e a benevolência”, sendo estas, características essenciais para convencer o público. Contribuindo com esse pensamento, Eggs (2014, p. 32) diz que, entre as três provas engendradas pelo discurso, o *logos* (argumentação), o *ethos* (imagem de si) e o *pathos* (emoções), o *ethos* constitui praticamente a mais importante. Além das três razões que inspiram confiança e estão imbricadas a elas, “a *phrónesis* (que faz parte do *logos*) e a *areté* que é a virtude do *ethos* exprimem as disposições ou *habitus* positivos, a *eúnoia* pertence ao *pathos*, pois se trata de um afeto que mostra ao ouvinte que o orador é bem-intencionado para com ele”.

Em suma, o auditório/público precisa se identificar com o orador para a persuasão se concretizar como se refere Maingueneau (2015, p.14), quando diz que o *ethos* “não age no primeiro plano, mas de maneira lateral; ele implica uma experiência sensível do discurso,

mobiliza a afetividade do destinatário”. Partindo desse excerto, Maingueneau aponta algumas dificuldades ligadas à noção de *ethos*, primeiramente distinguindo *ethos* discursivo e *ethos* prévio (pré-discursivo). Este último levando em conta que, antes mesmo do discurso ser proferido, o público já faz uma construção da imagem do orador, ou seja, observa não somente aspectos verbais como também não verbais, problematizando, assim, o efeito que só seria passado no momento do discurso. Segundo Haddad (2014, p. 148), “o orador ao pronunciar seu discurso, deve construir uma imagem de si que seja análoga a seu objetivo argumentativo, levando em consideração a ideia que presumivelmente a auditório projeta dele”. Tal operação pode fazer com que se confirme ou não o *ethos* prévio, construindo uma imagem tanto de forma positiva quanto negativa, “isso é particularmente evidente para aqueles que ocupam a cena midiática. (MAINGUENEAU, 2018, p.323).

Assim, a apreensão do *ethos* não poderá ser feita se determinado discurso estiver fora de seu universo social, pois ele só faz sentido no momento em que o discurso está sendo proferido e encenado, ou seja, a construção e apreensão dos sentidos distantes dos seus contextos não fará sentido algum para análise discursiva. Não se entenderá, portanto, quais intencionalidades o enunciador pretendia alcançar, muito menos se o mesmo conquistou o que pretendia e assim de quais formas conseguiu adesão do público, seja essa adesão satisfatória ou não, isso se dá por

[...]um regime específico de *ethos*, a leitura de muitos dos textos que não pertencem ao nosso ambiente cultural (no tempo e no espaço) é frequentemente dificultada não pelas lacunas graves de nosso saber enciclopédico, mas por que se perdem os *ethos* que sustentavam tacitamente sua enunciação. (MAINGUENEAU, 2008, p.19).

Por esses motivos supracitados é que sempre deve ser levado em consideração o contexto, entendido aqui como os aspectos sócio-históricos, políticos, geográficos; quem é o sujeito enunciador, para quem o discurso é proferido e em qual situação. Partindo dessas instâncias é que se pode chegar no discurso.

Sobre a adesão, de acordo com Maingueneau (2015, p.29), “as “ideias” suscitam a adesão por meio de uma maneira de dizer que é também uma maneira de ser. [...] a adesão do destinatário se opera por um escoramento recíproco entre a cena da enunciação, da qual o *ethos* participa, e o conteúdo nela desdobrado”. Estas são características

essenciais sobre a noção de ethos, além disso, temos, também, que levar em consideração o caráter e a corporalidade do seu fiador. Sendo estas, respectivamente, noções psicológicas e físicas manifestas pelo orador e que são identificadas pelo ouvinte/leitor. Maingueneau denomina esse orador por fiador, este por razão irá incorporar-se por meio da enunciação. Em outras palavras, ele vestirá uma “roupa” que não necessariamente é aquela que ele acredita.

Caráter e corporalidade do fiador apoiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizados ou desvalorizados, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar. Esses estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade: livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade... (MAINGUENEAU, 2014, p.72).

Essas considerações concernem não somente ao fiador, mas também ao co- enunciador isso se dá por conta da reflexividade enunciativa, na medida em que ambos se incorporam ao discurso, seja para corroborar com o que está sendo dito ou para refutar acerca de uma nova visão, que como já foi dito faz parte de uma encenação.

A retórica tradicional ligou estreitamente o ethos à eloquência, à oralidade em situação de fala pública (assembléia, tribunal...), mas cremos que, em vez de reservá-la para a oralidade, solene ou não, é preferível alargar seu alcance, abarcando todo tipo de texto, tanto os orais como os escritos. Todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma “vocalidade” que pode se manifestar numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação. O termo “tom” tem a vantagem de valer tanto para o escrito como para o oral. (MAINGUENEAU, 2008, p. 18)

Ligando os pontos, a enunciação confere corpo ao fiador ao passo que o coenunciador incorpora o dito e ambos aderem ao um mesmo discurso. Sendo assim, “todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima” (MAINGUENEAU, 2011, p. 87). Partindo desta afirmação de Maingueneau, para compor um todo enunciativo, o discurso é composto por três cenas enunciativas.

Desde a cena englobante e a cena genérica, que constroem um quadro cênico do texto e que o leitor precisa estar ciente para compreender o enunciado, até a cenografia que ocorre no momento em que o discurso está sendo encenado. A cena englobante é o tipo de discurso em que o texto representa, e.g., literário, filosófico, religioso, político, publicitário, et al; propomos considerar como cena englobante a comunicação digital multimidiática na qual a entrevista está inserida, no site da UOL. A cena genérica determina o gênero do discurso, temos assim, explicitado em Amossy (2014) seria o mesmo que “instituição discursiva”, descrevendo melhor a cena, definindo assim o meio (mídium) de circulação do enunciado, que no caso é o gênero entrevista veiculado em meio digital, e para completar o quadro tem-se a cenografia que é “ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra” (MAINGUENEAU, 2011, p. 87), a partir da cenografia podemos saber mais especificamente do que se trata a cena e será explorada na análise. Tais cenas foram instituídas pelo linguista francês considerando que o enunciador

[...] não é um ponto de origem estável que se “expressaria” dessa ou daquela maneira, mas é levado em conta em um quadro profundamente interativo, em uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, o suporte material e o modo de circulação para o enunciado (MAINGUENEAU, 2014, p.75).

Esses aspectos expressos são levados em conta no momento da cena da enunciação. Por linhas gerais a cena englobante e a cena genérica sempre serão encontradas, como é no caso de uma lista telefônica, que por ser um gênero utilitário, não se pode dizer que tenha uma cenografia que objetive persuadir o público. Já em uma entrevista fica clara a presença das três cenas, existindo todo um “jogo” cenográfico que, apesar de não conseguir prever os efeitos da cena, pelo menos foram utilizados artifícios intencionais para alcançar determinados fins. Esses artifícios foram expostos com o intuito de conquistar a confiança e por conseguinte a adesão do ouvinte/público.

A partir disso, enfatizamos que ao fazer parte das cenas,

o ethos discursivo é coextensivo a toda enunciação: o destinatário é necessariamente levado a construir uma representação do locutor, que este último tenta controlar, mais ou menos conscientemente e de maneira bastante variável, segundo os gêneros do discurso (MAINGUENEAU, 2010, p.79).

Sendo assim, o público (leitor, telespectador, internauta...) “reconstrói a cenografia de um discurso com o auxílio de indícios diversificados, cuja descoberta se apoia no conhecimento do gênero de discurso, na consideração dos níveis da língua, do ritmo etc.” (MORAES, 2019). Entendemos, portanto, que o conceito de *ethos* está ligado com a cena da enunciação. Dessa forma, nossas análises irão descrever cenografias extraídas da entrevista como já mencionamos, que comportam a construção de um *ethos* específico de Nathalia Arcuri, personagem e fiadora de seu discurso.

A noção de *ethos* – crucial para a (re)constituição da cenografia da qual participa e deriva – está diretamente ligada à enunciação, “não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador” (MAINGUENEAU, 2005, p.70). Em outras palavras, embora o público possa ter uma visão prévia sobre a personalidade em questão, com base em enunciações anteriores (seu *ethos* pré-discursivo), seu *ethos* é reelaborado, imerso em novas cenografias (complementares ou, eventualmente, conflitantes), por meio da vocalidade que, simultaneamente, o retoma e o reconstrói. (MORAES, 2019).

O DISCURSO EM ANÁLISE

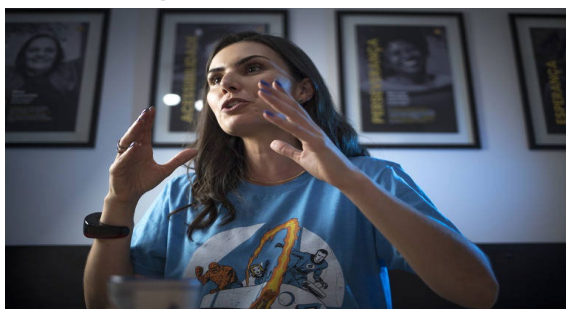
Como expõe Maingueneau (2008), “parece claro que esse interesse crescente pelo *ethos* está ligado a uma evolução das condições do exercício da palavra publicamente proferida, particularmente com a pressão das mídias audiovisuais e da publicidade”. Em uma pesquisa recente o autor diz que,

Estudar o *ethos* é se basear em uma realidade simples, intuitiva, a de um fenômeno que é coextensivo a todo emprego da linguagem: o destinatário constrói necessariamente uma representação do locutor através do que ele diz e de sua maneira de dizer isso. Enquanto o *ethos* era um conceito puramente retórico, confinado ao domínio da arte oratória, um tipo de evidência a serviço de uma estratégia argumentativa unívoca, permanecemos pouco conscientes dos problemas que surgem de seu uso. Ao apropriar-se da noção de *ethos* a partir da década de 1980, estendendo seu campo de validade ao conjunto das produções discursivas, a análise do discurso passa a questionar seu conteúdo, seus poderes e seus limites. Mas parece-me que a reflexão ainda não foi longe o suficiente nesse sentido. O *ethos* continua sendo uma categoria insuficientemente especificada para ser a medida da diversidade de situações de comunicação. (MAINGUENEAU, 2018)

Para esta análise do *ethos* discursivo, consideraremos em particular a entrevista intitulada “Mulheres devem ter mais autoestima para negociar salário como os homens, diz Nathalia Arcuri”, publicada no site UOL Folha de São Paulo em fevereiro de 2020. Apresentaremos aqui um breve contexto de produção da entrevista. Como já mencionamos, não podemos apreender o *ethos* de determinado discurso fora de seu universo social, pois ele só faz sentido no momento em que o discurso está sendo proferido e encenado, ou seja, a construção e apreensão dos sentidos distantes dos seus contextos não fará sentido algum para análise discursiva.

Sobre Nathalia Arcuri, além de influenciadora digital é especialista em finanças, apresentadora e jornalista brasileira, formada pelo Centro Universitário das Faculdades Unidas, em São Paulo. Trabalhou no SBT e na RecordTV. Criadora do canal Me Poupe! no YouTube, atualmente o maior canal sobre finanças do mundo com mais de 5 milhões de inscritos. Destacamos que no ano de 2020, foi a única *influencer* brasileira convidada a participar do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. Nathalia (nascida em 1985), em suas entrevistas e vídeos conta que desde os 7 anos de idade se interessa por economia.

Figura 1: Nathalia Arcuri



Fonte: Jardiel Carvalho/Folhapress.

De forma leve, bem humorada, didática e com uma linguagem acessível, transmite informações sobre o mercado financeiro, desde a simples economia do dia a dia até sobre a bolsa de valores. A escolha dessa entrevista, está relacionada com o quão importante é o papel do influenciador digital na vida das pessoas, o poder que tem para transformar realidades tanto positivamente quanto negativamente. E ainda, o quanto aproximar o coenunciador de suas vivências mesmo que estas não sejam reais os ajudam a agarrar mais seguidores. Sendo assim, o fiador através de seus atributos físicos e psicológicos

constroem uma imagem ou várias imagens que são interpretadas pelo público. A análise será pautada nas noções de *ethos* e suas variações, nas categorias de cena englobante, cena genérica e cenografia. E ainda, ligadas ao *ethos*, abordaremos as noções de fiador, instância subjetiva e adesão.

O cenário da entrevista é o escritório da *influencer*, em Bela Vista, e foi realizada logo após Nathalia retornar do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. A entrevista trata de temas como o empoderamento e representatividade da mulher no mercado de trabalho, visto, que historicamente mulheres recebem salários menores que os homens mesmo ocupando a mesma função nas empresas. Logo no título da matéria temos: “Mulheres devem ter mais autoestima para negociar salários como homens”, frase dita por ela no decorrer da conversa. A princípio, destacamos que somente a leitura do título pode gerar equívocos por estar fora de contexto. Outro tema discutido é a questão da educação financeira nas escolas, essa questão se faz necessária, segundo o blog *Me poupe* (2020), pois, “60 milhões de brasileiros estão inadimplentes e alheios aos conceitos básicos de economia, como o custo do próprio tempo, taxas abusivas, os péssimos produtos de créditos e de poupança sugeridos pelos grandes bancos, risco de endividamento mal planejado”. E assim, com educação esses problemas poderiam ser amenizados e as pessoas poderiam ter uma melhor relação com seu dinheiro.

Assim, a primeira e a segunda perguntas da entrevista são referentes ao Fórum Econômico Mundial, “Como surgiu a oportunidade de ir para Davos?” Em resposta Nathalia diz que o “MePoupe! é o maior canal de finanças do Youtube, já palestrei para o time do Youtubeem Los Angeles e Nova York”, a partir disso podemos inferir que o fiador do discurso está justificando o convite que lhe foi feito. Ela conclui: “Foram convidados cinco criadores do mundo inteiro. Do Brasil fui eu”. Toda cenografia envolvida nesse relato pode levar o destinatário a incorporar ao discurso da jornalista. Como expõe Maingueneau (2018, p. 322) a respeito do *ethos* dito e do *ethos* mostrado, “as ideias suscitam a adesão do leitor através de uma maneira de dizer que também é uma maneira de ser”. Logo, um possível *ethos* mostrado é o de que Nathalia é bastante influente não somente no cenário brasileiro, mas também mundial.

Com a terceira pergunta: “Como você entrou no mundo das finanças?” concordamos com Maingueneau (2008), que “a persuasão não se cria se o auditório não puder ver no orador um homem que tem o mesmo *ethos* que ele” (p. 15). A entrevistada conta que teve

uma infância e adolescência bem parecida como a de várias pessoas, classe média, o pai trabalhava e a mãe é dona de casa. Ao dizer desta forma dará impressão ao público leitor/ouvinte que ela é acessível, assim o destinatário se identificará, ponto importante para que ocorra também a adesão. Na mesma pergunta Nathalia diz que começou a poupar dinheiro aos oito anos, para aos dezoito comprar um carro, a partir de uma conversa com sua amiga da escola. A entrevistadora refuta dizendo: “No fim, você não comprou o carro, não é? Você o ganhou” e Nathalia responde que ganhou o carro de sua madrinha e “com o dinheiro que sobrou pensei: agora, vou investir para comprar meu apartamento”.

Na quarta indagação: “Você guardava o que exatamente?”, percebemos novamente uma busca de identificação e aproximação com o coenunciador, “Dinheiro do lanche, que não era sempre que tinha. Eu não ganhava mesada. Comecei a pedir dinheiro de Natal, de aniversário, de Páscoa, de tudo” diz Nathalia. A partir desse ponto da resposta observamos um ethos de empreendedora: “Adolescente, comecei a fazer miçanga, camiseta tie dye, a fazer tudo”.

Na sétima pergunta: “quando você percebeu que sua experiência pessoal podia ser aplicada em um negócio para fazer com que as pessoas poupassem?”, através do ethos mostrado, percebemos um empoderamento feminino, com a experiência de vida dela. Quando diz “descobri que a maioria de mulheres se submetem a relacionamentos abusivos porque são dependentes financeiramente” a partir de uma série que fez para a TV. Ao tempo em que “estava me separando e meu ex-marido queria vender o apartamento para cada um ficar com a sua parte. Mas decidi comprar a dele e me senti tão bem de poder comprar a minha liberdade”. Os sentidos produzidos por esse discurso são de extrema relevância para a sociedade atual, na qual cada vez mais mulheres possuem direitos iguais aos dos homens. Porém, não teria tanto impacto há uns anos atrás, em que mulheres não tinham liberdade para falar abertamente sobre suas vontades, necessidades e escolhas e dependiam entre vários aspectos, incluindo o financeiro, dos pais ou maridos. Portanto, vimos a interdiscursividade com ideais feministas.

As entrevistadoras pegam o gancho e indagam: “autonomia financeira, então, é liberdade?” e a resposta da *influencer* vai de encontro ao que “Aristóteles fala sobre o “caráter [=ethos] das constituições”. Os homens que vivem sob uma certa constituição política (aristocracia, democracia...) tem um certo tipo de caráter, e a argumentação do orador deve lavar isso em conta” (MAINGUENEAU,

2008, p. 15). No Brasil, temos a constituição política democrática e um sistema econômico capitalista, o qual, assegura e respalda o discurso de Nathalia, o de “enriquecimento lícito” como ela se refere. Sua resposta é “com certeza. A gente vive numa sociedade capitalista. Ter dinheiro, e controle sobre ele, significa fazer o que você quiser. Existe um dado claro: 70% das mulheres que não conseguem se separar de um agressor, quando têm filhos, é porque temem que o cara irá pedir a guarda. Elas passam a vida inteira ali porque tem uma renda menor”.

A pergunta seguinte: “Não apenas no Brasil, mas no mundo, as mulheres ganham menos que os homens. A que você atribui isso?”. Na resposta Nathalia diz que há vários fatores, mas acredita que “as mulheres não se sentem confiantes o suficiente para brigar pelo seu espaço, para negociar uma contratação, por exemplo [...] tem uma questão de autoestima nisso: Eu posso, eu valho, eu sei o que eu valho”. Temos então uma imagem de auto confiança, até mesmo por ter experiência teórica e prática sobre o assunto.

No décimo primeiro questionamento: “como mudar essa relação com o dinheiro no Brasil?” identificamos um ethos de educadora ao dizer que a educação financeira precisa ser levada para as escolas. Porém “Já pedi para conversar no Ministério da Educação várias vezes. Nunca me responderam”. Ainda complementa que “precisamos de uma educação que atraia crianças e jovens”.

Para finalizar, concordamos com Maingueneau (2010, p.81), quando diz que “o ethos discursivo é ele mesmo produto da construção de uma imagem por parte de sujeitos inscritos, por sua vez, em posições sociais diversas”. Na análise buscamos situar o corpus considerando contextos sócio-históricos, políticos, ideológicos, geográficos, sujeito enunciador e coenunciador. Sabendo da importância dessas instâncias para acessarmos ao discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De já, concluímos que o ethos faz parte de uma construção social. E para construí-lo dependemos de fatores como histórico, social, ideológico. A entrevista apresentada como objeto de pesquisa foi inscrita no período de produção. Parafrazeando Maingueneau (2014), todo discurso parte de uma necessidade que o transforma em encenação. Trabalhamos então, com o discurso enquanto cenas e a cada indagação feita, foram produzidas cenas para além de produzir sentidos, mas também para promover a adesão do público/leitor.

Segundo Bourdieu (2015), os discursos, assim como um produto, foram feitos para serem consumidos. Assim, o fiador do

discurso em questão transmite uma imagem que o público/leitor, valendo-se de sua Formação Discursiva, apropria-se ou não do que foi dito. A análise revelou-nos os ethé de educadora, empreendedora, liberdade, influência e empoderamento. Com um discurso marcado pelo desejo de mudança do país que perpassa pela educação. Sendo assim, considerando o enorme potencial da AD, mensuramos nossa contribuição e apontamos que muitos trabalhos podem ser realizados a partir desse.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Da noção retórica de ethos à análise do discurso**. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **O ethos, uma estratégia do discurso político**. In: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo, Contexto, 2006.

EGGS, E. **Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna**. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos**. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____, D. **Ethos, cenografia, incorporação**. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de D.F.C. São Paulo: Contexto, 2014.

_____, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____, D. **Retorno crítico à noção de ethos**. Trad. de M. G. Corrêa di Fanti. *Revista Letras de Hoje*. PUCRS. V.53, n. 3, p. 321-330, jul. set. 2018.

MAZZALI, G. C. **Retórica**: de Aristóteles a Perelman. Curitiba: Revista Direitos Fundamentais e Democracia. v. 4, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

SILVA, J. O. Charaudeau. In: OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS ACERCA DA PANDEMIA NAS TIRINHAS DE “ARMANDINHO”

Camila Magalhães Linhares

122

INTRODUÇÃO

As histórias em quadrinhos têm o objetivo de contar uma narrativa, seja ela real ou ficcional, empregando recursos linguísticos e imagéticos para representar feitos ou situações da sociedade em um determinado contexto espaço-temporal. É possível comparar essas histórias às representações sociais contidas nas pinturas rupestres ou, ainda, nas narrativas em paredões egípcios ou em vasos gregos antigos. As semelhanças fundamentam-se na base de descrições sequenciais dos acontecimentos, por vezes retratando acontecimentos cotidianos, mas também retratando deuses e heróis como modelos a serem adorados ou seguidos.

Assim como todas as narrativas, essas histórias carregam em si representações de crenças, hábitos, ideologias, entre outros aspectos socioculturais, disseminando até mesmo informações. Como são consideradas como uma forma de expressão de realidade, são materiais que possibilitam identificar imaginários sociais de um dado grupo retratado.

Nesse sentido, os quadrinhos como conhecemos hoje surgiram no início do século XIX, juntamente à prensa a vapor, o que possibilitou a maior circulação dos impressos. Para Patati e Braga (2006, p. 12), “o advento da imprensa popular industrializada, nos Estados Unidos, deu mais agilidade ao desenho enquanto comentário voluntário ou mesmo involuntário da realidade”. Posteriormente, esse gênero passou a ser incluído em jornais, o que possibilitou que se tornassem uma ferramenta útil para a disseminação de valores ideológicos de legitimação, ou de contestação de uma determinada ordem social, pois absorveu essas características de poder de alcance e persuasão desses tipos de veículos midiáticos. Conseqüentemente, os quadrinhos, se tornaram de grande relevância para a compreensão da sociedade tanto atualmente, como em um determinado momento histórico.

Neste trabalho, teremos como interesse observar como os imaginários sociodiscursivos afetam a construção de sentidos nos discursos disseminados no início da pandemia de SARS-CoV-2, o

novo Coronavírus, no Brasil. Para isso, escolhemos como *corpus* as tirinhas de “Armandinho”, disponibilizadas nas redes sociais oficiais de divulgação da série. Esse *corpus* foi escolhido pelo fato de ser um quadrinho de grande alcance de público, bem como por ser bastante regular e atual em suas temáticas e publicações. Essas tirinhas também apresentam, em grande parte, críticas quanto ao cenário sociopolítico brasileiro. Segundo McCloud (1995, p.212) os quadrinhos são o gênero que gira exatamente em torno da liberdade de criação e expressão do artista.

Os quadrinhos oferecem recursos tremendos para todos os roteiristas e desenhistas: constância, controle, uma chance de ser ouvido em toda parte, sem medo de compromisso... oferece uma gama de versatilidade com toda a fantasia potencial do cinema e da pintura, além da intimidade da palavra escrita.

Por conseguinte, consideramos aqui as tirinhas também com a nomenclatura “quadrinhos”. Para isso, usaremos o suporte teórico de McCloud (1995, p. 9) que define os quadrinhos como “Imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador”. Nessa definição, o autor está se valendo tanto do reconhecimento de existência da parte imagética em figuras quanto das imagens em letras (texto verbal) para a explicação.

Assim, acreditamos que os discursos apresentados nesses quadrinhos poderão acionar uma gama de saberes e vozes que serão necessárias para a compreensão e atribuição de sentidos que ajudam na compreensão das suas circunstâncias de produção. Como essa construção de atribuição de sentidos é feita pela premissa básica da comunicação por meio dos imaginários sociodiscursivos faz-se-á necessário evocar a Teoria Semiollingüística de Análise do Discurso, postulada por Patrick Charaudeau (2017, 2018), bem como, para discutir questões que tangem o contrato de comunicação.

A TRANSFORMAÇÃO E A TRANSAÇÃO: A SEMIOTIZAÇÃO DO MUNDO

A Análise do Discurso Semiollingüística, proposta pelo linguista francês Patrick Charaudeau, discorre acerca dos processos necessários para a semiotização do mundo. Ele define que são necessários dois processos para que ocorra a semiotização, a saber: a) o de transformação, que consiste na ação de significação realizada pelo sujeito e b) o processo de transação, que consiste na troca de significados entre sujeitos. Essa teoria está ancorada em quatro

postulados principais: a encenação do ato de linguagem, os sujeitos da linguagem, o contrato de comunicação e os modos de organização do discurso¹.

Um dos conceitos pilares para a compreensão e desenvolvimento dessa teoria é o do ato de linguagem. Para o Charaudeau (2005, p. 5), tal ato “se realiza num duplo espaço de significância, o externo e o interno à sua verbalização, determinando dois tipos de sujeitos de linguagem”. É válido ressaltar, também, que o ato de comunicação é o resultado das circunstâncias nas quais o discurso está inserido, bem como encontra-se na intercessão dos processos de produção e interpretação.

O ato de linguagem, portanto, é definido como uma encenação, na qual as entidades que o encenam estão desdobradas em sujeitos. Em suma, os sujeitos da linguagem são apresentados por dois espaços, o interno, determinado como “circuito da fala”, no qual estão situados os sujeitos protagonistas (enunciador e destinatário) e o externo, ou “circuito externo à fala”, no qual encontram-se os parceiros (comunicante e interpretante)².

Analogamente, o espaço interno é compreendido como o espaço da fala, aquele no qual acontecem as representações languageiras das práticas sociais, correspondendo a uma representação discursiva. Enquanto isso, o espaço externo é ligado ao contexto psicossocial, isto é, à representação da situação de comunicação. Essa noção pode ser melhor compreendida no quadro comunicacional abaixo:

Figura 1: Quadro representativo da situação de comunicação



Fonte: Charaudeau (2012, p. 52).

1 - Cf. Charaudeau (2012)

2 - Cf. Charaudeau (2012, p. 5342)

Portanto, nessa perspectiva, o ato de linguagem não é um processo de comunicação direta e transparente entre um enunciador e um destinatário, mas uma encenação na qual deve haver um entendimento entre os seres sociais. Ademais, há a presença da intencionalidade pelo sujeito comunicante, que ordena o dizer com o objetivo de atingir seu destinatário de forma que o ato em si da transmissão obtenha o melhor resultado e o máximo de clareza.

O princípio da intencionalidade está diretamente relacionado à noção de contrato de comunicação. Charaudeau (2005) utiliza a noção de contrato para definir os mecanismos que fazem com que o ato de comunicação consiga ser concretizado, ou seja, quando se trata do sentido em si, que é envolvido na comunicação, o contrato pretende gerar um ato de fala bem-sucedido. Essa reflexão parte do pressuposto que os sujeitos que “pertencem a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis a chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais” (CHARAUDEAU, 2012, p. 56).

Já a noção de estratégia aporta-se no entendimento de que o sujeito comunicante se vale de organizações e encenações para encenar e produzir determinados efeitos, dependendo da intencionalidade do ato linguageiro, induzindo o sujeito interpretante a identificar-se ou não com o sujeito destinatário ideal. Isso pode ser pautado tanto na “fabricação de uma *imagem real* como lugar de uma verdade exterior ao sujeito” quanto na “fabricação de uma *imagem de ficção* como lugar de identificação do sujeito com um outro” (CHARAUDEAU, 2012, p. 57, grifos do autor).

Tendo em vista o exposto, entendemos o contrato de comunicação como o conjunto de estruturas específicas que possibilitam a troca linguageira, isto é, garantem que a mensagem produzida pelo enunciador seja plena ou satisfatoriamente compreendida pelo destinatário. Essas condições englobam todos os aspectos sociais, culturais e ideológicos exigidos pelo acordo, certificando-se, assim, de que o resultado final seja a concretização do ato de comunicação, caso contrário pode-se produzir efeitos indesejados e imprevistos.

Nessa perspectiva, a análise do ato de linguagem não se restringe a compreender unicamente a interpretação do sujeito comunicante, pois não há como ter certificação dos conjuntos de sistemas e polifonias que deram origem ao discurso, ou garantir a intencionalidade desse sujeito. Segundo Charaudeau (2012, p. 63), “o *sujeito analisante* está em uma posição de coletor de pontos de vista interpretativos e, por meio da comparação, deve extrair constantes e variáveis do processo analisado” (grifos do autor).

Trabalharemos, portanto, com os possíveis interpretativos, por meio de sistematizações feitas pelos elementos linguageiros, semânticos e por ordens de organização, que constituem os instrumentos a serem utilizados dentro da perspectiva semiolinguística. Passemos agora para mais um componente de análise que figura nessa perspectiva.

Os Imaginários Sociodiscursivos

Ainda sob a ótica da Teoria Semiolinguística (TS), os imaginários sociodiscursivos são definidos por Charaudeau (2018, p. 117) como “representações que circulam em dado grupo social”, nas quais estão inseridas as realidades possíveis que um sujeito falante pode ser inserido. Dessa forma, esses imaginários estão diretamente relacionados às representações sociais e, a partir deles, atribuímos significações ao mundo. Essa noção é baseada nos estudos preliminares de Durkheim (1963) e, posteriormente, nas noções de Moscovici (1978).

A noção de separação de Durkheim (1963), entre representações individuais e representações coletivas, permitiu a compreensão da psicologia individual do ser humano. Ele apresenta a noção de representações coletivas, que consistem em conjuntos de opiniões e saberes, que retratam a experiência do real partilhadas e reproduzidas socialmente. Já Moscovici (1978) busca desvelar as representações alicerçadas nas relações sociais, tal qual a transformação dos saberes e de que modo são interiorizados individualmente, deslocando, então, o conceito de representações coletivas de Durkheim (1963) para representações sociais, com o intuito de frisar a importância do processo comunicativo nas representações.

Essas representações sociais, segundo Charaudeau (2018, p.195), se comportam em uma dimensão tripla, que consiste em: “cognitiva (organização mental da percepção), simbólica (interpretação do real) e ideológica (atribuição de valores que desempenham o papel de normas societárias)”. As representações têm por função atribuir significação à interpretação da realidade em si. A partir disso, portanto, são construídos os saberes sociais, os quais não são fechados em si e não existem fora do discurso, produzidos e compartilhados pelos indivíduos de um mesmo grupo social.

Nesse ponto, encontramos a necessidade de se estabelecer a diferença entre imaginários e estereótipos. Charaudeau (2017, p. 587) define os estereótipos como noções restritivas, pois uma vez que só é identificada por seu caráter de fixação de uma verdade que não seria provada ou que seria falsa”. Enquanto isso, o imaginário não possui juízo de valor ou caracterização de verdadeiro/falso, apresentado,

portanto, como “uma proposição de visão do mundo que se baseia nos saberes que constroem os sistemas de pensamento, os quais podem se excluir ou se sobrepor uns aos outros” (CHARAUDEAU, 2017, p. 587).

Dito isso, o papel do analista não é, portanto, verificar a verdade ou não de um imaginário, mas compreender como se forma e se propaga. Os saberes que permeiam a esfera da comunicação são apropriados, selecionados e interpretados individualmente, em concordância com os conhecimentos, experiências, crenças e valores nos quais o sujeito é imerso. Portanto, as representações são mecanismos de acesso aos conhecimentos e crenças partilhados, construindo, assim, o real. Por esse viés, quando se fala na construção de representação social e suas representações, Charaudeau (2017) aborda a questão dos imaginários sociodiscursivos à luz da distinção dos conceitos entre “real” e “realidade”. Assim, de acordo o autor:

“Pode-se então dizer que “a realidade” corresponde ao mundo empírico através de sua fenomenalidade, como lugar a-significante (e ainda a-significado), impondo-se ao homem em seu estado bruto aguardando ser significada. Em oposição, “o real” refere-se ao mundo tal qual ele é construído e estruturado por atividade significativa do homem por meio do exercício da linguagem em suas diversas operações de nominação dos seres do mundo, de caracterização de suas propriedades, de descrição de suas ações inseridas no tempo e no espaço e de explicação da causalidade dessas ações.” (CHARAUDEAU, 2017, p. 574)

Por conseguinte, para Charaudeau (2018, p. 203), “à medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significações, segundo princípios de coerência, falaremos em imaginários”. Desse modo, Charaudeau (2017, p. 576) explica, portanto, que essas representações sociais são “uma mecânica de engendramento dos saberes e dos imaginários”. Ou seja, os imaginários são, por definição, saberes socialmente partilhados e, portanto, uma importante base para interpretação de possíveis efeitos de sentido.

A partir disso, os imaginários sociodiscursivos são responsáveis pela propagação de ideias por meio do discurso, podendo consolidar dentro de uma determinada sociedade em uma janela temporal desde crenças sociais a regras de comportamento, por exemplo, que ditam as relações de adaptação do sujeito com o outro e com o mundo. Dessa maneira, os imaginários sociodiscursivos de uma determinada porção social podem, ainda, contribuir para a formação de estereótipos do

sujeito, seja ele determinado como ser individual ou coletivo. Eles “dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais” (CHARAUDEAU, 2018, p. 207).

Ademais, os imaginários sociodiscursivos são definidos por Charaudeau (2018) como fruto dos saberes sociais. Nessa perspectiva, os saberes “não são categorias abstratas da mente, mas maneiras de dizer configuradas pela e dependentes da linguagem que ao mesmo tempo contribuem para construir sistemas de pensamento” (CHARAUDEAU, 2018, p. 197, grifo do autor). O autor agrupa esses saberes em dois tipos, são eles: saberes de conhecimento e saberes de crença.

Os saberes de conhecimento são aqueles pautados nos discursos comprovados pela ciência, tomados como verdades objetivas e exteriores ao sujeito, ou seja, aqueles nos quais o mundo é sobreposto ao sujeito. Já os saberes de crença são aqueles oriundos das percepções e avaliações individuais sobre o mundo, refletindo juízos de valor sobre seus objetos de consideração, ou seja, nessa relação o sujeito está sobreposto ao mundo. Portanto, a principal diferença entre esses saberes consiste em como é estabelecida a relação entre o sujeito e o mundo.

Os Saberes de Conhecimento são subdivididos³ em: 1) *Saber Científico*: é aquele que está ligado às teorias científicas e depende de conceitos, modos de raciocínio e aparelhagem metodológica; 2) *Saber de Experiência*: consiste naquele que se vale do empirismo e tem um domínio do qual todo indivíduo pode se valer.

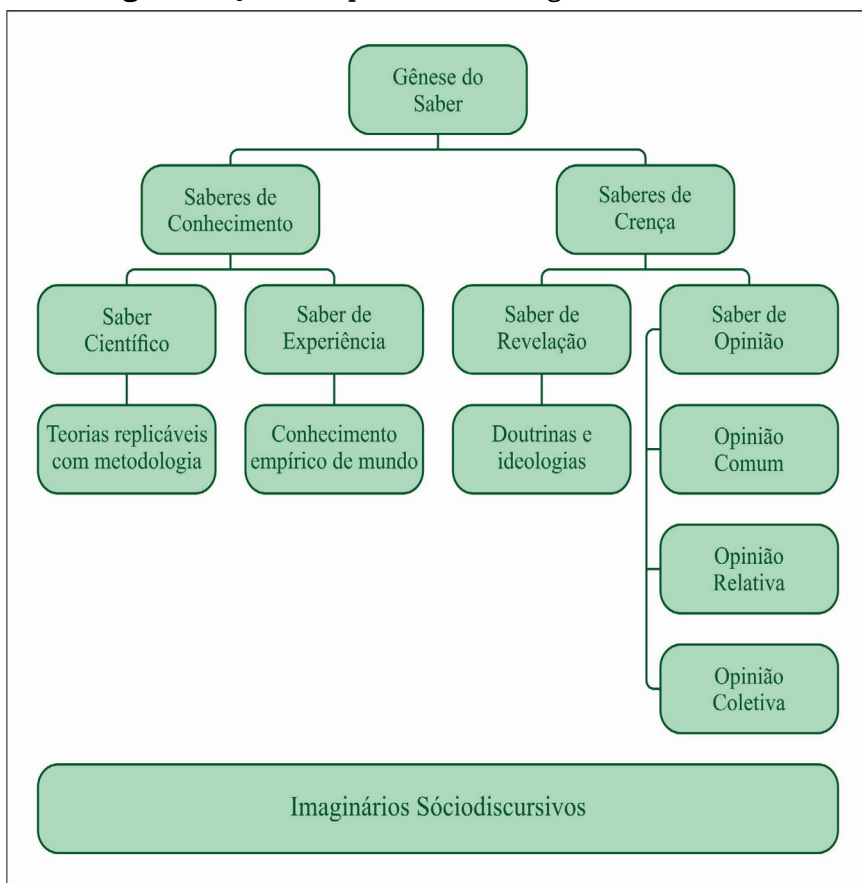
Já os Saberes de Crença também são subdivididos em dois grupos, a saber: 1) *Saber de Revelação*: é aquele que se baseia na existência de uma verdade exterior ao sujeito, essa, porém, não pode ser comprovada, portanto exige total adesão do sujeito, é diretamente ligado às questões ideológicas. 2) *Saber de Opinião*: é constituído por avaliações que o sujeito faz do mundo, portanto, baseado em juízo de valor.

Os saberes de crença de opinião, por sua vez, podem ser subdivididos, ainda, em: i) *Opinião Comum*: trata-se de um julgamento generalizado e que é partilhado socialmente, como, por exemplo, provérbios; ii) *Opinião Relativa*: trata-se de julgamento baseado em juízo de valor de um sujeito relacionado a outrem ou a um grupo social; iii) *Opinião Coletiva*: trata-se de uma opinião de um determinado grupo em relação a outro grupo, visando a atribuição de um valor identitário.

3 - Cf. Charaudeau (2012)

De maneira análoga ao exposto anteriormente, observamos que os imaginários sociodiscursivos são oriundos de tipos de saberes dispares propagados em meio social. Logo, é a partir dos dos saberes sociais nos quais os discursos circulantes buscam base argumentativa para a criação dos imaginários. À vista disso, resumido da teoria apresentada por Charaudeau (2017), o organograma abaixo (Figura 2) pretende explanar a organização dos diferentes tipos de saberes na formação dos imaginários sociodiscursivos.

Figura 2: Quadro representativo da gênese dos saberes



Fonte: Produzido pela autora com base em Charaudeau (2017)

Postos os conceitos apresentados, analisaremos dois quadrinhos do artista Leandro Assis pautados na temática de racismo, produzidos entre novembro e dezembro de 2020. A partir disso, tentaremos compreender como os imaginários sociodiscursivos podem auxiliar na construção de sentidos nos discursos apresentados.

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS ACERCA DA PANDEMIA NAS TIRINHAS DE “ARMANDINHO”

As histórias em quadrinhos, tirinhas e cartoons, historicamente, há muito perderam parte do caráter infantil e de entretenimento e começaram a ser veículos de materialização de discursos sociais. Especialmente as artes divulgadas em meios de comunicação voltados para o público adulto, como jornais e revistas informativas, esse modelo de texto tomou um amplo espaço e obteve grande aceitação. A exemplo d'O Pasquim, artistas como Carlos Zéfiro e Henfil, e ainda, em terras estrangeiras, a Mafalda de Quino, os quadrinhos se mostraram e ainda se mostram como importante instrumento de posicionamento político social, pois são estendidos a todos os públicos e ocupam uma importante parcela do mercado editorial do mundo inteiro.

Nesse contexto, buscamos por tirinhas do Armandinho, uma criação do quadrinista Alexandre Beck que iniciou em 2010 com publicações no jornal Diário Catarinense. Escolhemos esse *corpus* pensando na relevância que esse quadrinho nacional alcançou nos últimos anos, tendo 1.051.252 seguidores na rede social Facebook e 279 mil seguidores em apenas um dos vários perfis no Instagram, além de publicações periódicas em outros três jornais catarinenses, o gaúcho Zero Hora e a Folhinha, da Folha de São Paulo. Armandinho também foi lançado em livros autorais e licenciado para diversos livros didáticos.

Armandinho é o quadrinho das histórias do personagem homônimo, uma criança curiosa de cabelos azuis e com grande senso de justiça social. Além dele, outros personagens fixas são os pais, que são retratados apenas por desenhos de pernas, e normalmente utilizando as mesmas roupas e seus amigos, também crianças, que são: Fê (a garota ruiva), Camilo (o garoto negro com os cabelos compridos), Moacir (o garoto indígena) e Pudim (o garoto de cabelos castanhos que possui discursos de extrema direita/alienação), entre outros com aparições mais pontuais, como Marcos, Theo, Ana, Lucas, Etiene, Juca e Marcelinho. Ainda, possui como animal de estimação um sapo, que é personificado nas histórias.

Esse *corpus* foi escolhido não só por ser uma criação nacional amplamente conhecida, como já citado, mas também por levantar questões sociais pertinentes no discurso do personagem homônimo à tirinha. No material pesquisado, Instagram oficial de publicação das tirinhas, fizemos o recorte de três das primeiras tirinhas de Beck publicadas do começo do período da pandemia do novo coronavírus,

SARS-CoV-2, no período de março de 2020, no qual ainda pouco se sabia sobre o que viria nos meses a seguir e foi, também, um momento de primordial repasse de informações sobre a nova doença. A respeito das tirinhas desse recorte, teceremos nossas considerações analíticas.

Figura 3: Pandemia 01



Fonte: Tirinha postada dia 12/03/2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9pGc8vhwp6/> acessado dia 21/01/2021.

A primeira tirinha destacada para análise apresenta um diálogo entre os personagens Armandinho, Fê e Camilo, no qual eles conversam sobre os cuidados necessários para proteção contra o novo coronavírus, que foram desde o começo da pandemia repassados para toda a população mundial. Observamos que eles começam o diálogo falando acerca de lavar sempre as mãos (pois o vírus não é resistente à limpeza com sabão), bem como se manter alimentado e com a imunidade elevada. Nesse momento, podemos identificar o repasse de saberes de conhecimento de experiência, pois essas informações foram repassadas por cientistas e médicos por via de observações e estudos a respeito do vírus e do comportamento das pessoas mais resistentes a ele.

Em seguida, o personagem Camilo surge no último quadrinho afirmando como cuidado “defender o SUS e a pesquisa da universidade pública”, mostra Camilo, acreditando que a melhor saída para sair da pandemia está em pesquisas científicas (para desenvolvimento de remédios e vacinas que combatam a doença), além de destacar a importância dada ao Sistema Único de Saúde brasileiro, o SUS, que é imprescindível para o tratamento da maior parte da população do país com assistência médica, bem como distribuição de medicação e vacinação em massa. Nesse fragmento do diálogo, podemos destacar, portanto, um saber crença de opinião coletiva.

Na tirinha analisada em primeiro momento, podemos notar a manifestação de dois tipos de saber diferentes, um de conhecimento e um de crença. Eles dão origem, respectivamente, ao imaginário sociodiscursivo sobre os cuidados necessários contra

o novo coronavírus e ao imaginário sociodiscursivo sobre a grande importância social de instituições públicas em situação de crise na saúde.

Figura 4: Pandemia 02



Fonte: Tirinha postada dia 16/03/2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B9z6V3dDEB_/ acessado dia 21/01/2021.

No segundo recorte feito para o *corpus* dessa análise, podemos notar o aparecimento dos mesmos três personagens da tirinha anterior. Isso se deve ao fato de que o quadrinista estaria nesse momento repassando informações importantes aos seus leitores e nos quadrinhos esses três personagens são sempre os mais bem informados, os que buscam conhecimento constantemente e sempre apresentam um comportamento mais politicamente correto perante situações sociais representadas, portanto, mais confiáveis e assertivos em suas colocações.

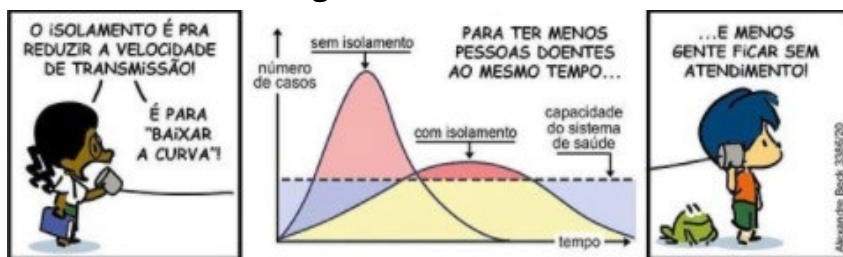
Desse modo, a tirinha gira em torno do tópico da transmissão da doença. Os personagens primeiramente colocam em pauta o fato de a doença não ser tão perigosa para os mais jovens, entretanto, eles relembram que pessoas com saúde mais frágil podem ser prejudicadas pela doença. Dito isso, é falado sobre a responsabilidade perante a transmissão do vírus. Nesse exemplo, podemos perceber, novamente, dois tipos de saberes, funcionando em conjunto. Há o saber de conhecimento de experiência nas afirmativas que enunciam a respeito da problemática do vírus em relação a corpos mais jovens (consequentemente, mais fortes) e a corpos menos fortes (retratados na tirinha de forma visual por meio do desenho de um personagem possivelmente idoso com necessidade do uso de uma bengala).

Por outro ponto, podemos perceber a manifestação do saber de crença de opinião coletiva relativo à inserção da necessidade de cuidado coletivo. Quando Armandinho enuncia: “Não podemos ser transmissores de doenças” é destacado um saber de opinião comum, pois é partilhado socialmente com ampla adesão, embora nem todas

as pessoas de um grupo social possam ter essa responsabilidade social de cuidados coletivos.

Essas duas afirmações, tanto de saber de conhecimento de experiência, quanto de saber de opinião comum coadunam, por fim, na geração de um mesmo imaginário sociodiscursivo, o de que somos todos responsáveis não só pela saúde individual, mas pelo bem estar e saúde coletivos, tendo em vista o momento no qual os enunciados foram proferidos.

Figura 5: Pandemia 03



Fonte: Tirinha postada dia 26/03/2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-M7EaKDY7a/> acessado dia 21/01/2021.

Já nessa última amostra notamos o personagem Camilo (já distante de Armandinho, diferentemente das tirinhas anteriores) explicando o porquê da necessidade do distanciamento social. Para isso ele utiliza a transmissão do saber de conhecimento científico, saber de asserções que podem ser comprovadas cientificamente por meio de repetição de experimentos, de forma metodológica.

O quadrinho traz a ilustração do gráfico com as curvas de interações com e sem isolamento social. Não é imprimida nessa produção nenhuma opinião direta do Sujeito Enunciador, somente os dados científicos divulgados durante o período do começo da pandemia. Assim, o saber de conhecimento científico apresentado anteriormente dá origem ao imaginário sociodiscursivo de que o distanciamento social nesse período era necessário para salvar vidas e não sobrecarregar o sistema de saúde.

De maneira geral, podemos afirmar por observação que o Sujeito Comunicante se vale de saberes de conhecimento científicos e de experiência, produzindo assim, discursos mais sérios nos quadrinhos a fim de emitir informações para a maior quantidade possível de leitores. Concomitante a isso, percebemos a expressão de preocupação social desse sujeito em suas colocações que transparecem os saberes de crença de opinião, definindo um posicionamento pró-segurança social e pró-ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas nas histórias em quadrinhos apresentam representações sociais de crenças, saberes, hábitos, ideias e críticas, sendo, portanto, expressões culturais fortes e, como possuem grande abrangência de público, também carregam grande influência em leitores de todas as idades. A ativação dos imaginários sociodiscursivos e o compartilhamento dos saberes são de grande importância para a compreensão das circunstâncias de produção e retrato do momento social.

Tomando, portanto, o corpus analisado, observamos que o artista se valeu da estratégia de utilização de saberes de conhecimento para disseminar informações acerca do momento estudado no recorte, o da pandemia de SARS-CoV-2. Embora tenhamos encontrado, em sua maioria, imaginários sociodiscursivos ligados aos Saberes de conhecimento, é pertinente destacar que os saberes de crença são muito mais comuns nesse gênero, visto que os quadrinhos são uma forma de expressão artística intimamente ligada ao posicionamento ideológico do artista que o produz. Entretanto, é relevante ressaltar que, nesse momento do recorte, o autor considerou a disseminação de informações mais importantes que o próprio posicionamento crítico, o que por si demonstra a postura de preocupação social do sujeito comunicante, Alexandre Beck, contida na conduta referida.

Em suma, podemos afirmar que os imaginários sociodiscursivos são um recurso teórico importante de interdiscursividade que não só auxiliam na compreensão das ideias apresentadas, como também podem provocar uma reflexão dos sujeitos acerca do contexto de produção no qual estão inseridos e como as representações sociais afetam as suas percepções de mundo.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo. Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux**. Disponível em: <http://www.patrickcharaudeau.com/Les-stereotypes-c-estbien-Les,98.html>. Acesso em: 17 de set. de 2017.

Tradução em português por André Luiz SILVA e Rafael Magalhães ANGRISANO.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2018.

DURKHEIM, Émile. **Les règles de la méthode sociologique**. Paris: PUF, 1963.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. Makron Books, São Paulo, 1995.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da Psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PATATI, C; BRAGA, F. **Almanaque dos quadrinhos: 100 anos de uma mídia popular**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA INTERNET: O ETHOS E OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS UTILIZADOS NOS DISCURSOS DE ÓDIO

Fabício de Oliveira Nobre

INTRODUÇÃO

A teoria filosófica de Rousseau nos diz que o homem é feliz e bom por natureza, mas a sociedade torna-o miserável e corrompido. Tendo por base essa afirmação, podemos associar a isso a necessidade de serem criadas legislações para que as pessoas convivam em harmonia e justiça. No entanto, apesar das leis e penalidades, a corrupção das pessoas, talvez pelo convívio em sociedade, jamais desapareceu.

Uma das práticas mais significativas de corrupção e imoralidade é a discriminação racial, que, apesar de ter existido com ações mais cruéis e violência física e verbal em grande massa há alguns séculos, em várias partes do mundo, ainda é materializada através das atitudes e dos discursos das pessoas. A discriminação acontece em situações presenciais e, também, em situações à distância, através da *internet*, mais precisamente no espaço das redes sociais, ambiente em que nem sempre é possível identificar os responsáveis pelos crimes cometidos, concedendo, talvez, uma ideia de liberdade para publicar ofensas.

Considerando que a prática racista acontece por meio da linguagem, a motivação para a realização desta pesquisa justifica-se em razão do alto número de casos de discriminação racial presentes na *internet*, que, ao invés de aproximar as pessoas, busca propagar a segregação entre pessoas de raças consideradas como inferiores por pessoas racistas.

Com isso, essa pesquisa, de caráter qualitativo e interpretativo, objetiva analisar o discurso de ódio racista na *internet*. De forma específica, buscamos analisar, à luz das teorias da Análise do Discurso, como o *ethos* discursivo organiza estrategicamente as ações linguísticas para influenciar os interlocutores e como os imaginários sociodiscursivos e a cenografia são descritas nesses discursos, sendo perpassados por representações sociais e fatores históricos. Para tanto, utilizaremos as contribuições teóricas de Charaudeau (2008, 2017), Maingueneau (2008, 2011).

ETHOS DISCURSIVO

A noção de *ethos* é advinda da Retórica de Aristóteles. A origem da palavra vem do grego, sendo o *ethikos* um termo relacionado aos atributos da moralidade dos oradores que discursavam ao público. Na Análise do Discurso, o *ethos* é caracterizado como um conjunto de atributos que possibilita um bom desempenho do enunciador ao proferir algum discurso. Na medida em que contribui para que o enunciador tenha êxito no discurso, o *ethos* também permite que o público ouvinte pratique ações ou modifique ideias por meio de induções, conforme Charaudeau (2008): “termo emprestado da retórica antiga, o **ethos** (em grego ἦθος, personagem) designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário” (p. 220, grifo do autor). Maingueneau (2008, p. 63), indo um pouco além, define *ethos* da seguinte maneira:

Ethos é uma noção discursiva; ele se constitui por meio do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à fala; o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; o *ethos* é uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada. (grifos do autor)

Diante disso, podemos fazer as seguintes afirmações: o *ethos* está inserido tanto na performance do falante, quanto no seu discurso; a ação do arrazoar é predominante na sua função; não é possível ser proferido e nem encontrado de forma aleatória, ele sempre terá uma finalidade. O *ethos*, destaque em diversas áreas da linguagem, como Retórica, Pragmática, Análise do Discurso, Semântica, dentre outras, vem sendo amplamente pesquisado e discutido por estudiosos. Tornou-se um elemento muito utilizado por pessoas cujo interesse é o de persuadir o público ouvinte, utilizando até mesmo o sentimentalismo, conforme Maingueneau (2008, p. 57): “implica uma experiência sensível do discurso, mobiliza a afetividade do destinatário”. Essa afetividade é conquistada através do fiador, proposta defendida por Maingueneau (2011, p. 17-18), que se refere à instância adotada pelo enunciador, não à pessoa física:

Todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma “vocalidade” que pode se manifestar numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo

destinatário a partir de índices liberados na enunciação. O termo “tom” tem a vantagem de valer tanto para o escrito como para o oral. (grifos do autor)

Desse modo, o texto discursivo é endossado pelo fiador, que é caracterizado pela objetivação em fornecer o êxito do discurso. O destinatário, assim, forma seu posicionamento por meio das marcas fornecidas pelo fiador, que o torna participativo na construção do discurso, consumidor daquilo que lhe é exposto. Isso atribui ao discurso uma “corporalidade” que varia conforme seu enunciado e comportamento, fazendo com que o *ethos* tenha materialização e envolva o discurso. Segundo Maingueneau (2011, p. 18), a corporalidade é identificada pelo destinatário:

apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positivas ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar: o velho sábio, o jovem executivo dinâmico, a mocinha romântica. De fato, o fiador implica ele mesmo um “mundo ético” do qual ele é parte prenante e ao qual ele dá acesso. Esse “mundo ético” ativado pela leitura subsume um certo número de situações estereotípicas associadas a comportamentos [...] (grifos do autor)

Diante disso, podemos afirmar que o enunciador utiliza discursos considerados pertinentes no seu pronunciamento, fazendo uso hábil dos estereótipos na tentativa de o *ethos* discursivo ser distinto, original. Podemos também notar que o embasamento estereotípico reforça os padrões que são construídos de forma sócio-histórica. No discurso, os estereótipos existentes podem ser reforçados ou não, assim como novos estereótipos podem ser construídos, de acordo com a sua finalidade. Charaudeau (2017b), no entanto, propõe que a noção de estereótipo seja substituída pela de imaginários sociodiscursivos. Trataremos sobre isso mais à frente.

Devido aos múltiplos tipos e gêneros de discursos expressos, o *ethos* possui muitas alternativas para análise. A sua concepção está estreitamente ligada à noção de *cena de enunciação*, composta por três tipos de cenas, a englobante, a genérica e a cenografia. Isso justifica-se em razão de o discurso ser previamente formado por papéis, o que dá uma certa liberdade para que o locutor selecione a sua cenografia, assunto do tópico seguinte.

CENOGRAFIA

A cenografia faz parte da tríade da cena da enunciação, juntamente com a cena englobante e a cena genérica. Desta maneira, antes de tratarmos sobre a cenografia, abordaremos brevemente duas cenas que, junto com a cenografia, formam a cena da enunciação. Maingueneau (1993, 1998 *apud* CHARAUDEAU, 2008, p. 96) apresenta a cena englobante como:

Aquela que atribui um estatuto pragmático ao tipo de discurso a que pertence um texto. Quando se recebe um panfleto, deve-se ser capaz de determinar se ele pertence ao tipo de discurso religioso, político, publicitário...; dito de outra forma, em qual cena englobante é necessário se colocar para interpretá-lo, a que título (como sujeito de direito, consumidor etc.) ele interpela seu leitor. (grifos do autor)

Em suma, a cena englobante refere-se às categorias específicas de determinados discursos. Ela faz com que o leitor identifique o tipo de discurso que lhe está sendo exposto, além de resigná-lo na condição exigida para que o discurso seja compreendido, envolvendo o contexto em que é ocorrido. Por exemplo, quando um locutor de um discurso é um político que luta por causa e justiça social, a cena englobante coloca os interlocutores na condição de espectadores, pessoas que vão agir e contribuir para que os objetivos intencionados sejam realizados, além de outros fatores que estão inseridas no cenário.

A segunda cena, intitulada genérica, é aquela considerada como um contrato correlacionado a um gênero ou a um subgênero de discurso, tais como o editorial, o missal, o debate, a receita, a notícia, a reportagem, o guia turístico, entre outros. Cada um deles é *sui generis* devido às funções peculiares que têm na sociedade. Segundo Charaudeau (2008, p. 96):

A cena genérica é definida pelos gêneros de discurso particulares. Cada gênero de discurso implica, com efeito, uma cena específica: papéis para seus parceiros, circunstâncias (em particular um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, um modo de circulação, uma finalidade etc. (grifos do autor)

A cena genérica é, portanto, representada pelos objetos incluídos no discurso, pois é indispensável haver essa cena que norteia a função de cada item em sua constituição. Se o gênero do discurso é uma receita médica, são pré-requisitos para ela: o médico, autor da receita

e responsável pela sua circulação; o paciente, utilizador da receita para fins de tratamento; o hospital, espaço do gênero; a própria receita, material onde consta o tipo de medicação adequada, como o horário de consumo, a quantidade de medicamentos, além de indicações auxiliaadoras.

Enfim, falaremos sobre a cenografia. A primeira noção que deve ser considerada é que a cenografia é constituída pelo próprio texto e é independente de tipo ou gênero de discurso, no entanto, depende do discurso. Exemplificando, um debate presidencial pode ser enunciado através de uma cenografia competitiva, impositiva, humilde, desrespeitosa, amigável, censurada, dentre outras opções. Talvez pelo termo “cenografia” ser muitas vezes vinculado ao termo “cenário”, é provável que se tenha uma noção de que a cenografia é algo formado e estático, porém, trata-se de uma cena que é formada gradativamente como próprio dispositivo de fala, que age com a função de legitimar o discurso por meio da sua enunciação. Dessa forma, segundo Charaudeau (*ibidem*):

A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual vem a fala, é, precisamente, a cenografia necessária para contar uma história, denunciar uma injustiça, apresentar sua candidatura em uma eleição etc. (grifos do autor)

Apresentada a sua definição, é importante frisar que a cenografia não é disponibilizada para todos os tipos de gênero. Para haver cenografia, é preciso que o gênero tenha uma interação entre os participantes do discurso, pois só assim será possível construir uma cena enunciativa que representa a intenção do locutor, a de coagir o interlocutor. Sobre isso, Charaudeau (2008, p. 97) fala que “certos gêneros, poucos numerosos, mantêm-se em sua cena genérica, não suscitam cenografias (cf. lista telefônica, os textos de lei etc.). Outros gêneros exigem a escolha de uma cenografia; eles se esforçam, assim, para atribuir a seu destinatário uma identidade em uma cena de fala” (grifo do autor). Isso pressupõe que, se o gênero não busca impor sua convicção sobre o ouvinte, ele certamente permanecerá com a cena genérica.

Observando mais características da cenografia, Charaudeau (*idem*, p. 96) afirma que “além de uma figura de enunciador e uma figura correlativa de co-enunciador, a cenografia implica uma

cronografia (um momento) e uma *topografia* (um lugar) das quais o discurso *pretende surgir*” (grifos do autor). Desta maneira, no discurso histórico relativo à abolição da escravatura no Brasil, por exemplo, podemos elencar os locutores e interlocutores como justiceiros, libertadores e prisioneiros; a cronografia como época desumana, autoritária e perversa; e a topografia como Brasil-Império, Brasil-Colônia.

Quando se trata de cenografia, considera-se que ela trabalha em parceria com o *ethos* como meio para interligar o discurso e dar credibilidade à elocução. A partir dessa junção, os conteúdos do discurso vão surgindo na forma escolhida pelo locutor, de maneira que é possível determinar o *ethos* discursivo e a cenografia. Conforme Maigueneau (2008, p. 71, grifo do autor) afirma, “são os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar o *ethos*, bem como sua cenografia, por meio dos quais esses conteúdos surgem”. Desta forma, ao proferir um discurso, o modo como o locutor se mostra evidencia, ao mesmo tempo em que autentica, o *ethos* e a cenografia presentes em dada situação discursiva.

Imaginários sociodiscursivos

Considerando a semelhança entre os termos estereótipos e imaginários e que, em algumas pesquisas acadêmicas, autores têm utilizado, às vezes, ambos os conceitos de forma igualitária, Charaudeau (2017b) faz uma observação. Ele defende a tese de que substituir “estereótipo” por “imaginário” seria mais adequado. Para o autor, estereótipo é um conceito restritivo, simples, demarcado por sinônimos referentes à repetição, ao pré-conceito, às ideias comuns de determinado sujeito ou grupo. Nesse sentido, o termo possui um número considerável de traços semânticos que o caracterizam como não objetivo, sendo, assim, inadequada a sua utilização enquanto conceito.

Em seu sentido comum, imaginário refere-se à representação de algo irreal, sem vínculo com os fatos existentes. Charaudeau (2017b) menciona os meios artísticos e literários como possibilidades para exercício do imaginário de forma benéfica, já que, por não fazer parte da realidade, o imaginário pode ser caracterizado como algo negativo. Através da arte e da literatura, os espectadores têm contato com o belo e firmam um tipo de contrato em que não esperam encontrar a realidade, considerando a função do artista de proporcionar entretenimento.

Para o imaginário ser social, ele precisa estar vinculado às práticas sociais e à memória coletiva, responsável por armazenar e produzir discursos. Segundo Fernandes (2008, p. 45),

Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. É uma memória coletiva, até mesmo porque a existência de diferentes tipos de discurso implica a existência de diferentes grupos sociais, sem, contudo, implicar equivalência. Um discurso engloba a coletividade dos sujeitos que compartilham aspectos socioculturais e ideológicos, e mantém-se em contraposição a outros discursos.

Nesse sentido, podemos considerar que os sujeitos inseridos na sociedade produzem discursos advindos de uma memória coletiva; há grupos sociais que são diferentes de outros grupos de acordo com seus interesses; e a ideologia tanto pode unir quanto separar tais grupos. Em se tratando dos imaginários sociodiscursivos, Charaudeau (2017a) pontua que eles circulam em um espaço de interdiscursividade e declaram o posicionamento dos indivíduos em relação aos acontecimentos que dizem respeito ao social. Para o autor, alguns imaginários sociodiscursivos têm relação com o *ethos*:

No espaço político, por exemplo, circulam imaginários sobre o comportamento que o político deve adotar, conforme a situação em que se encontre: campanha eleitoral, locução televisiva, debate, reunião etc., imaginários relativos aos *ethos* que ele deve construir para si em função de uma expectativa coletiva dos cidadãos, imaginários de opinião que sustentam os programas eleitorais, as profissões de fé ou os escritos analíticos. Frequentemente, esses imaginários se sobrepõem e constroem espécies de arquétipos coletivos inconscientes. (ibid., p. 203).

Desse modo, apesar de os imaginários sociodiscursivos às vezes proporcionarem a produção de discursos inconscientes, devido ao passar do tempo e às mudanças temporais e de cultura, eles podem também fazer uso do *ethos* discursivo de acordo com a intenção do sujeito e será materializado na fala. Considerando que os sujeitos têm interesses particulares, seus imaginários sociodiscursivos podem ser expostos de maneira positiva ou negativa, dependendo de questões contextuais e de valor para cada grupo.

Na Análise de Discurso, Charaudeau (2017b) menciona alguns tipos de saberes que formulam as ideias que, posteriormente, tornam-se discursos. O saber de conhecimento é dividido em saber científico: aquele em que está no campo do raciocínio, das teorias e da aparelhagem metodológica, podendo fazer uso do discurso demonstrativo; e em saber de experiência, aquele que não tem

garantia de ser provado, apesar de construir explicações acerca do mundo. O saber de experiência é ligado aos saberes de conhecimento empírico, situando-se no campo da prática e fazendo uso do discurso de causalidade natural.

O saber de crença, segundo Charaudeau (*idem*, p. 582) “se encontra no sujeito, procede do sujeito (in-sujeito), e é portador de julgamento”. Nesse sentido, este saber denota apreciação individual ou coletiva de um grupo específico sem relação com o que se pode ser comprovado cientificamente. Este saber se divide em saber de revelação, que se refere a uma verdade absoluta que, apesar de não poder ser comprovada ou justificada, seus adeptos estão totalmente sujeitados a ela; e em saber de opinião, que “resulta de um movimento de apropriação, da parte de um sujeito, de um saber dentre os saberes circulantes nos grupos sociais” (CHARAUDEAU, *idem*, p. 584).

A título de exemplificação, se determinados grupos produzem discursos que são ancorados à cientificidade, ao que pode ser comprovado, sem subjetividades particulares, eles são adeptos aos saberes do conhecimento, da lógica. Todavia, se eles produzem discursos que “não se relacionam com o conhecimento do mundo no sentido que temos que atribuir a ele, mas com as avaliações, apreciações, julgamentos a respeito dos fenômenos, dos eventos e dos seres do mundo, seu pensamento e seu comportamento” (CHARAUDEAU, *idem*, p. 582), eles estão compartilhando saberes de crença, que não têm compromisso com a verdade, com o conhecimento e com a ciência.

A performance do ethos discursivo, a cenografia e os imaginários sociodiscursivos presentes no discurso de ódio materializado na internet

Os primeiros textos que serão analisados tratam-se de publicações feitas na rede social Twitter, em fevereiro de 2020, período em que o *reality show* Big Brother Brasil (BBB) estava sendo realizado e transmitido na tv aberta, além da tv fechada e internet para assinantes do conteúdo. Por se tratar de um evento remoto e os telespectadores utilizarem o espaço da internet para tecer comentários, o *ethos*, consequentemente será diferente do *ethos* “in loco”, o que dá a eles, de certa forma, uma ideia de segurança e liberdade para proferir diversos tipos de discursos, de uma simples opinião pessoal a crimes de discriminação racial.

Abaixo, do lado esquerdo, temos a imagem do perfil do Felipe Prior, participante da vigésima edição do BBB, publicando um

autorretrato que foi tirado dentro do programa, segurando a escultura de um macaco. Ao lado direito, temos uma resposta à imagem publicada, de autoria de um perfil aparentemente anônimo, já que a imagem utilizada é de uma outra participante da edição, a cantora e atriz Manu Gavassi, e a identificação não é precisa, uma vez que o nome do perfil é apresentado como “yan” e o nome de usuário como “Sweet cesful”, com possíveis significados de queridinha ou favorita.

Figura 1: Réplica racista ao perfil do participante Felipe Prior



Fonte: Reprodução/Twitter.

O perfil da pessoa não identificada comenta “prior e thelminha”, acrescentando um *emoji*, símbolo gráfico com cara de apaixonada ou encantada e uma *hashtag* sobre o BBB20, ferramenta que possibilita que os usuários tornem suas publicações direcionadas a um assunto específico e sejam acessadas por qualquer pessoa da rede social.

Analisando a imagem do lado direito e o objetivo do tweet, percebemos uma comparação desumana feita pelo autor do post. O Felipe “Prior” está identificado na publicação e o macaco está identificado como “Thelminha”, participante da edição, médica, de cor negra. Além de utilizar uma metáfora injuriosa, o autor do discurso de ódio utiliza a figura de linguagem ironia. Ao mesmo passo em que ofende a participante, ele utiliza um símbolo imagético com os olhos desenhados no formato de dois corações, como se estivesse demonstrando sentimentos carinhosos ao ver a foto publicada pelo participante. Dessa forma, podemos considerar que o *ethos* presente nesse discurso é vago. Apesar de ter uma intencionalidade, o autor não tenta convencer os leitores do tweet com argumentos que embasem a sua escolha de atacar a participante, e sim pela possível expectativa

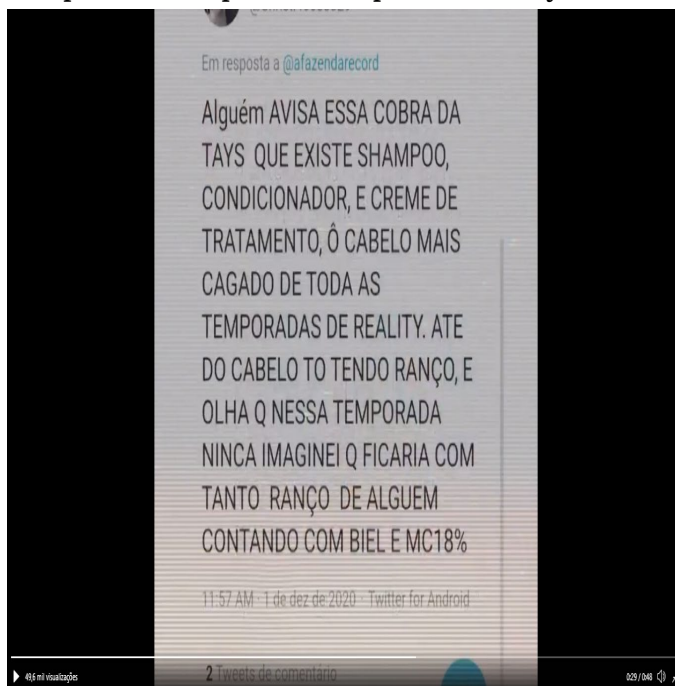
de que mais pessoas adeptas ao racismo compactuem com a ofensa proferida.

Em se tratando da cenografia, desde o interesse em associar a imagem de um animal a uma participante à materialização desse pensamento em rede social, consideramos que as cenas utilizadas resultam de uma ideologia racista. A cronografia pode ser descrita como a fase de realização do programa televisivo, momento de competição por um prêmio de um milhão e meio de reais entre algumas pessoas e que as torcidas tentam, a todo custo, diminuir os participantes adversários de seus candidatos favoritos. A topografia pode ser definida como a *internet*, um lugar em que os locutores publicam textos e interagem de forma remota por meio de republicações e réplicas, sem a necessidade de identificação pessoal, o que resulta no aumento da criação de perfis falsos.

O discurso presente advém dos imaginários sociodiscursivos de que pessoas negras são inferiores em razão de terem a pele negra, algo que remete à escravidão ocorrida em um dado momento da história mundial. É um imaginário desvinculado aos saberes de conhecimento e totalmente vinculado aos saberes de crença, pois não há nenhuma pesquisa científica que demonstre a diferença de capacidades intelectuais ou físicas de pessoas devido à raça.

O segundo texto que será analisado também foi publicado na rede social *Twitter*. O locutor utiliza apenas a linguagem verbal e fez a publicação em 01 de dezembro de 2020, período de realização da décima segunda edição de *A Fazenda*, outro *reality show* transmitido no Brasil. Pelo fato de a imagem ter sido coletada de um vídeo publicado pelos assessores da participante que foi vítima do discurso de ódio e a imagem disponibilizada não conter o nome e a imagem do perfil que publicou o *tweet*, não sabemos se o locutor se escondeu atrás de um perfil anônimo ou utilizava sua conta pessoal, com identificação. O texto, que é uma réplica à conta oficial do *reality*, será reproduzido com algumas alterações referentes à ortografia e à substituição de termos pejorativos: “Alguém AVISA A ESSA COBRA DA TAYS QUE EXISTE SHAMPOO, CONDICIONADOR, E CREME DE TRATAMENTO. O CABELO MAIS FEIO¹ DE TODAS AS TEMPORADAS DE REALITYS. ATÉ DO CABELO “TÔ” TENDO RANÇO, E OLHA QUE NESTA TEMPORADA NUNCA IMAGINEI QUE FICARIA COM TANTO RANÇO DE ALGUÉM CONTANDO COM BIEL E MC18%”.

Figura 2: Réplica de telespectador ao perfil do reality show “A Fazenda”



Fonte: Reprodução/Twitter.

O autor da publicação faz uma série de ofensas dirigidas à Tays Reis, cantora participante da última edição de A Fazenda. Ela é natural da Bahia e tem o tom de pele pardo. Outros dois participantes são mencionados no texto, o Biel, cantor Gabriel e a MC18%, Mc Mirella que foi eliminada do programa por ter recebido menos votos, apenas 18%.

Os insultos, apesar de não serem relacionados à cor da cantora e sim ao seu cabelo, também têm cunho racista. Considerando que os sujeitos são interpelados pela ideologia de grupos sociais, podemos, facilmente, associar esse discurso ao fato de o cabelo liso ser comparado ao padrão estético europeu, superior, e o tipo de cabelo crespo, cacheado, enrolado e alisado ser tido como inferior. Ultimamente, inclusive, houve um incentivo social para as pessoas aceitarem a forma natural dos seus cabelos. Essa prática é chamada de transição capilar e contém alguns passos de realização, como corte em grande quantidade, para que os fios nasçam novamente em sua forma original e, também, o incentivo à não utilização de elementos químicos e alisamentos. Essa prática de resistência quebra os estereótipos de que existem cabelos mais bonitos que outros.

Desse modo, o locutor, através dos imaginários sociodiscursivos, envia à produção do programa um aviso para que a participante, na sua concepção, cuide melhor do seu cabelo. Após elencar opções de produtos de cabelo para uso da participante, o locutor diz que o cabelo dela é o pior de todas as edições de todos os *realitys*, utilizando, aqui, a figura de linguagem hipérbole. O locutor demonstra sua visão particular e seus saberes de crença, considerando que não há nenhum tipo de lógica no discurso presente no texto.

O *ethos* discursivo é utilizado com mais precisão para o seu objetivo de diminuir a participante, pois a acusa de desleixamento no cuidado da sua beleza pessoal. Além disso, ofende a participante com uma metáfora, denominando-a de cobra, podendo ser considerada como falsa, e demonstra desprezo pela cantora, dizendo que sente o mesmo pelos cantores Gabriel e Mirella. Tendo em vista o fato de o locutor elencar vários fatos no *tweet* para justificar o seu ódio pela cantora, há uma expressa tentativa de convencer os interlocutores da rede social a também não gostarem da referida participante.

A cenografia do discurso também está no espaço da *internet*, em que o locutor utiliza a oportunidade da distância para proferir xingamentos, colocando-se como ser de autoridade, que pode dizer opiniões indizíveis, e que pode dar ordens à produção do programa para que tomem atitude com relação ao seu questionamento e às suas vontades. A cronografia está inserida no momento de realização do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi abordado, podemos considerar que a discriminação racial não possui nenhum embasamento para ser praticado por qualquer pessoa, considerando que, dentro dos imaginários sociodiscursivos, o racismo está totalmente vinculado aos saberes de crença, sem nenhum vínculo com os saberes de conhecimento, utilizando, como base, relatos históricos de uma fase desumana em que pessoas negras eram escravizadas e desprovidas de direitos.

Ademais, o *ethos* discursivo nem sempre será utilizado pelo racista, considerando que o seu discurso de ódio nem sempre apresentará argumentação ou estratégias persuasivas para incitar o seu interlocutor a concordar consigo, sendo vazio e meramente provocativo.

A cenografia situada na internet possivelmente dá mais liberdade para a prática da discriminação racial, uma vez que o locutor pode se esconder atrás de perfis fakes e não há um controle ou fiscalização por parte das redes sociais que garanta segurança aos usuários com base nos conteúdos impróprios que são publicados. Devido a isso, a cena da enunciação é configurada como ambiente de poder para os locutores enunciarem quaisquer falas, portando-se como seres soberanos em suas convicções.

Por se tratar de uma prática que utiliza a linguagem, a discriminação racial não deveria existir por deturpar o caráter social da língua e deve ser combatida por todas as pessoas que são a favor da justiça e da democracia. O objetivo da interação entre as pessoas não pode ser substituído pelo da segregação, uma violência verbal que ofende a honra de pessoas negras e que causa diversos problemas.

A Linguística, através da Análise do Discurso, do Letramento Crítico e de outras áreas pode contribuir para a popularização e discussão da temática e para o combate à discriminação racial ao trabalhar uma abordagem de ensino reflexiva com base nas relações de poder e das injustiças sociais.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de Análise do Discurso**. Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau; coordenação da tradução Fabiana Komesu. 2. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

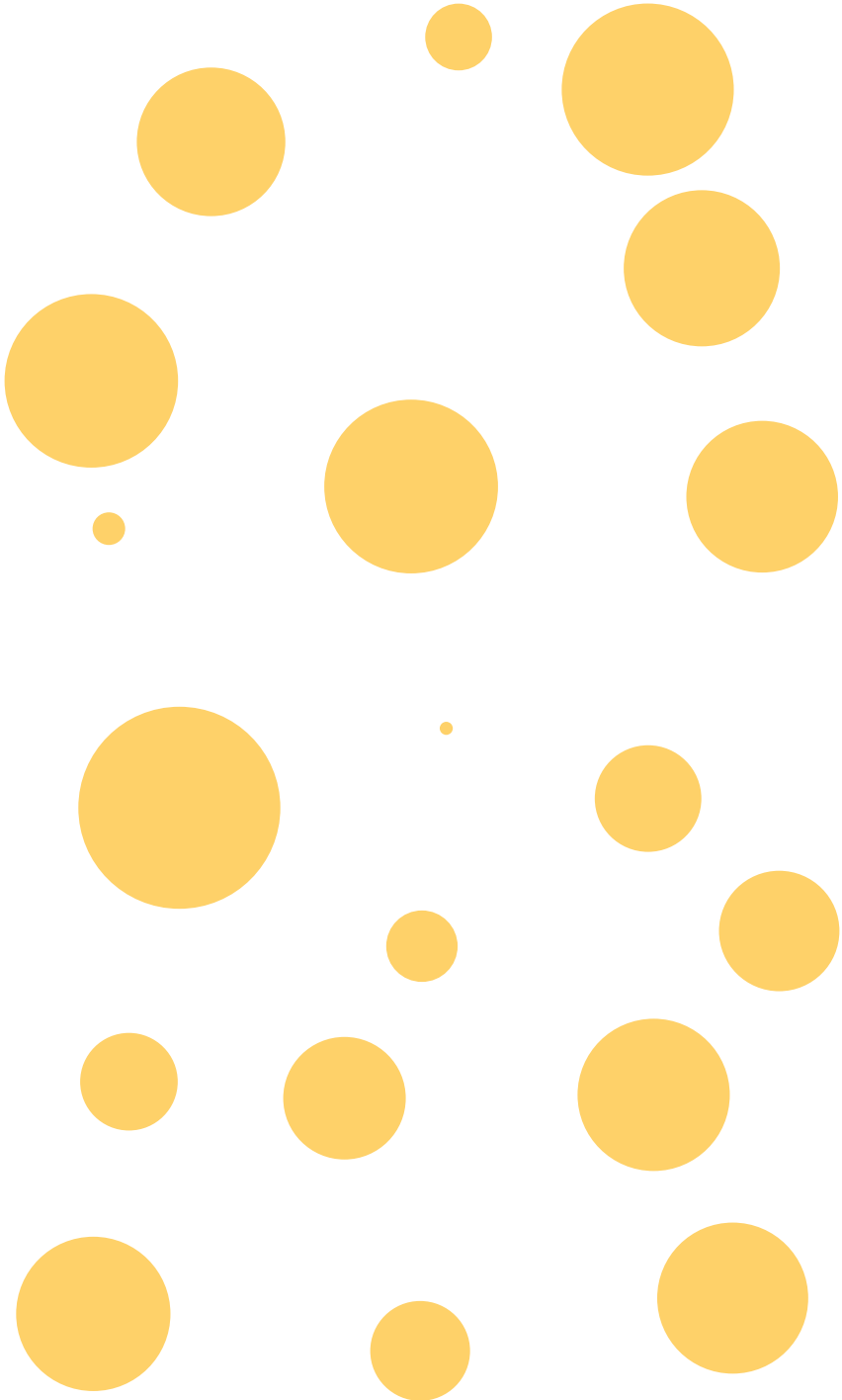
CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Tradução Fabiana Kamesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor**. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. Entrepalavras, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias**. 2 ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-30.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (org.) – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.



UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO CONTO “O HOMEM DOS SONHOS”, DE MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO

Francisca Jaqueline Ferreira de Oliveira

150

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de um recorte de pesquisa de Iniciação Científica realizada junto à UFPI e ancora-se nos pressupostos da Análise do Discurso (AD), tendo como foco a Teoria Semiollinguística (TS). Temos como corpus o conto “O homem dos sonhos”, do escritor modernista português Mário de Sá-Carneiro. Tal conto relata a história de um homem que conseguia fugir da realidade através dos mundos que criava em seus sonhos.

Assim, o personagem vivia muitas experiências diferenciadas no universo onírico e se vangloriava de ser um homem capaz de viver e de controlar seus próprios sonhos. No entanto, vivia insatisfeito com a pouca variedade de experiências reais que a vida lhe proporcionava.

Nessa perspectiva, os objetivos do presente trabalho são: analisar o referido conto enquanto ato de linguagem; desvelar suas circunstâncias de discurso e identificar os imaginários sociodiscursivos nele contidos, classificando-os quanto à natureza dos saberes.

Para isso, inicialmente trataremos um breve histórico a respeito da Teoria Semiollinguística e de alguns de seus postulados que serão utilizados neste trabalho, a saber: o ato de linguagem, as circunstâncias do discurso e os imaginários sociodiscursivos. Em seguida, apresentaremos os procedimentos metodológicos e, por fim, faremos a análise do *corpus* tendo como base esses pressupostos teóricos.

A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

A Teoria Semiollinguística surgiu na década de 1980 com os estudos do linguista francês Patrick Charaudeau e é uma das principais correntes da AD atualmente. O próprio Charaudeau explica porque a TS ganhou esse nome:

Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de *semiollinguística*. *Semio-*, de “*semiosis*”,

evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar que a matéria principal da forma em questão - a das línguas naturais. (CHARAUDEAU, 2005, p. 11, grifos do autor)

Com essa explicação do idealizador da TS, fica claro que a essa teoria se vale de conhecimentos da semiótica e da linguística e foca na intencionalidade dos sujeitos, relativizando a noção de assujeitamento proposta por Pêcheux. Além disso, a TS estuda o contexto psicossocial do sujeito. Nessa perspectiva, Corrêa-Rosado (2014, p. 2) pontua que “a TS possui um grande potencial na análise de diversos discursos sociais, como o político, o literário, o midiático, o telenovelistico, o publicitário”. Por seu vasto potencial analítico a TS vem sendo bastante utilizada no campo de estudos da AD nos dias atuais.

Outro importante aspecto da TS é que ela é uma teoria multidisciplinar e tem influências de vários campos do conhecimento como: a psicologia social, a teoria da enunciação, a pragmática e a sociologia, dentre outros. Isso faz dela uma teoria rica e produtiva, pois requer a mobilização de muitos conceitos de diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, sobre os principais pressupostos teóricos da TS é possível apontar: o ato de linguagem, as circunstâncias do discurso, o contrato de comunicação, os modos de organização do discurso e os imaginários sociodiscursivos. Dentro desse arcabouço teórico da TS adotamos no presente trabalho apenas os conceitos de *ato de linguagem*, *circunstâncias do discurso* e *imaginários sociodiscursivos*. Assim, é sobre esses conceitos que passaremos a discutir a seguir.

O ATO DE LINGUAGEM E AS CIRCUNSTÂNCIAS DE DISCURSO

O ato de linguagem na semiolinguística apresenta uma dupla dimensão ou duplo valor, o explícito e o implícito, que são indissociáveis. O valor explícito do ato de linguagem está relacionado ao processo de simbolização referencial, denotando o reconhecimento morfossemântico, que constrói os sentidos e remete à realidade que nos rodeia conceituando-a. Já o valor implícito do ato de linguagem está relacionado às circunstâncias de produção e à intencionalidade do sujeito falante. Assim, o valor implícito remete a alguma coisa além do enunciado explícito, que pode se encontrar antes ou depois do ato de fala. Portanto, é um jogo de significação de uma realidade discursiva.

Nesse sentido, Charaudeau (2019, p. 27) considerando o ato de linguagem como resultado dessa dupla dimensão, propõe a seguinte equação: A de L = [Explícito x Implícito] C de D. Em que, C de D, são as circunstâncias de discurso e estão diretamente ligadas ao valor implícito do ato de linguagem. Assim, as circunstâncias de discurso fazem parte do contexto extralinguístico do ato de linguagem e levam em consideração dois aspectos: a relação que os protagonistas mantêm em face do propósito linguageiro, ou seja, saberes partilhados, e a relação que os protagonistas mantêm entre si, que pode ser nomeada de filtro construtor de sentido, pois esse filtro está diretamente ligado a saberes possíveis e partilhados em dada comunidade linguística.

Nesse contexto, a situação extralinguística, ou seja, o ambiente material e o contexto do ato de linguagem fazem parte das circunstâncias de discurso, pois se transformam em palavras através dos filtros construtores de sentido, que são utilizados pelos atores no ato de linguagem. Esses atores criam hipóteses de acordo com o ambiente semiotizado no qual estão inseridos e com base nos saberes partilhados. Dessa forma, para entender um ato de linguagem em sua totalidade é necessário levar em conta as circunstâncias do discurso, pois, de acordo com Charaudeau, os possíveis interpretativos estão vinculados aos aspectos contextuais do ato de linguagem.

Assim, Charaudeau (2019, p. 32) define as circunstâncias de discurso como o conjunto de saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem, isto é, saberes supostos a respeito do mundo e saberes supostos sobre os pontos de vista recíprocos.

IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS

Neste item trataremos dos imaginários sociodiscursivos um dos postulados da Teoria Semiolingüística. Assim, é importante ressaltar que a noção de imaginário advém dos estudos da psicologia social, o próprio Charaudeau (2017, p. 578) afirma que:

Imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais e constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante.

Em seus estudos, Charaudeau deixa claro que buscou como embasamento teórico os trabalhos de Moscovici (2003) sobre as representações sociais e ressalta que um conceito nascido e desenvolvido dentro de uma determinada disciplina também pode

ser utilizado e redefinido dentro de outra. Charaudeau (2013, p. 394) aponta que a questão dos imaginários se encontra no centro da sociologia, da antropologia e da psicologia social por meio das representações sociais. Desse modo, o idealizador da TS explica que essa noção de imaginário é interdisciplinar. Além disso, em relação às representações sociais Charaudeau (2017) enfatiza que dentro do cenário da análise do discurso elas funcionam como uma mecânica de engendramento dos saberes e dos imaginários.

Nesse sentido, é importante destacar que “Os imaginários resultam de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se depositam na memória coletiva.” (CHARAUDEAU, 2017, p. 578). Assim, na TS, os imaginários possuem uma dupla função: a criação de valores e a justificação de ações. E se qualificam como sociais, pois a simbolização do mundo sempre se faz dentro de um determinado domínio de prática social.

Nesse contexto, é necessário destacar que, de acordo com Charaudeau (2017), os imaginários sociodiscursivos estão ancorados em dois tipos de saberes: os saberes de conhecimento e os saberes de crença. Os saberes de conhecimento tendem a estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo. Essa verdade existe fora da subjetividade do sujeito, ou seja, é um fato irrefutável. Já os saberes de crença se relacionam com avaliações, julgamentos, apreciações a respeito de determinado fenômenos, eventos e seres do mundo, ou seja, nos saberes de crença a subjetividade do sujeito se mostra.

Em consonância com isso, Procópio (2009, p. 185) afirma que “a principal diferença entre os saberes de conhecimento e os saberes de crença está no tipo de relação estabelecida entre sujeito e mundo.” Para essa autora, nos saberes de conhecimento, o mundo se sobrepõe ao homem e nos saberes de crença o homem se sobrepõe ao mundo.

Partindo desses pressupostos, podemos dizer que os saberes de conhecimento são compreendidos como aqueles que estabelecem uma verdade sobre um determinado fenômeno do mundo, sem levar em consideração a subjetividade do sujeito. Vale mencionar que esse tipo de conhecimento é sempre enunciado por um sujeito que se quer neutro, que não julga e é abstrato e impessoal. Assim, esses saberes se relacionam com a ciência e com o que Charaudeau (2017) chama de “a ordem das coisas”. O autor também aponta que a garantia desse tipo de saber é a possibilidade de verificação. Dessa forma, os discursos produzidos com base nos saberes de conhecimento não são discutíveis,

pois se impõem sobre a verdade objetiva. Nesse sentido, os saberes de conhecimento são divididos em outros dois tipos de saberes: o saber científico e o saber de experiência.

Já o saber de experiência, por sua vez, se caracteriza como aquele que constrói explicação sobre o mundo, mas sem nenhuma garantia de ser provado, pois não possui procedimentos particulares nem instrumentos. Assim, todo indivíduo pode se valer de um saber de experiência porque, nesse caso, o que prevalece é a experimentação, ou seja, se uma pessoa experimenta determinada situação ela pode supor que qualquer outra pessoa que passe pela mesma situação terá a mesma experiência que ela teve. Dessa forma, são atrelados ao saber de experiência os saberes empíricos sobre o mundo, que são sustentados por discursos de causalidade que podem até contradizer os saberes científicos.

Por outro lado, no âmbito dos saberes de crença a relação não é com o conhecimento, mas com as apreciações, as avaliações, e os julgamentos sobre os fenômenos, os eventos e os seres do mundo. Dessa forma, Charaudeau (2017, p. 582) afirma que “a crença procede do olhar que o sujeito tem sobre a legitimidade dos eventos e as ações do homem”. Assim, nos saberes de crença não é possível que exista uma verificação, já que esse tipo de saber advém de avaliações e julgamentos de cunho subjetivo. Nesse processo de construção dos saberes de crença, temos uma divisão entre dois tipos de saberes: o saber de revelação e o saber de opinião.

O saber de revelação é aquele que supõe a existência de um lugar de verdade exterior ao sujeito, mas essa verdade não pode ser provada nem verificada e exige do sujeito uma total adesão. Para que exista uma justificação para adesão do sujeito devem existir textos que sirvam para testemunhar essa verdade transcendental. Esses textos, normalmente, se apresentam como sagrados e desempenham um papel de referência absoluta de valores aos quais o sujeito deve aderir. São atreladas ao saber de revelação as doutrinas religiosas ou profanas, as ideologias e as seitas.

Já os saberes de opinião nascem quando o sujeito acaba tomando partido e se engajando em um julgamento sobre fatos do mundo. Nesse tipo de saber é o sujeito que se impõe ao mundo, mas não existe discurso de referência absoluto; o que encontramos é um universo de saber onde existem inúmeros julgamentos acerca dos fenômenos do mundo. Nesse sentido, destaca-se que “A opinião resulta de um movimento de apropriação, da parte do sujeito, de um saber dentre

os saberes circulantes nos grupos de sociais.” (CHARAUDEAU, 2017, p. 584). Assim, esse saber é ao mesmo tempo pessoal e partilhado e por isso não pode ser discutido. Entretanto, mesmo que os saberes de opinião apareçam sob uma enunciação generalizante, como nos provérbios, nas máximas e nos ditados o sujeito sabe que ele pode ser discutível, pois sempre existe um contraprovérbio para um provérbio. Outro aspecto dos saberes de opinião é que eles possuem três categorias: opinião comum, opinião relativa e opinião coletiva.

A opinião comum se caracteriza por ser generalizante e largamente partilhada, normalmente, o sujeito que enuncia diz “Eu penso como todo mundo que...”. Esse tipo de opinião está atrelado aos ditados, provérbios, e enunciados de valor geral. Assim, o sujeito falante não precisa reivindicar uma posição particular, pois ele está se apropriando do julgamento da crença popular.

Por outro lado, a opinião relativa tem um aporte mais limitado, pois emana de um sujeito individual ou de grupo restrito e é um julgamento circunstancial relativo a um grupo e à situação em que ele é emitido. Nesse tipo de opinião o sujeito falante deverá expressar sua adesão ou sua oposição, ou seja, ele é obrigado a tomar partido a respeito da situação.

Por fim, a opinião coletiva é aquela que um grupo exprime sobre outro grupo e consiste em confinar o outro grupo a uma categorial definitiva em seu essencial, é uma opinião de forte valor indenitário. Nesse tipo de opinião, é emitido um julgamento sobre um determinado grupo se excluindo desse grupo e deixando a entender que somente aquele grupo possui uma determinada característica ou condição.

Diante disso, pode-se afirmar que são esses tipos de saberes que fundamentam os discursos que circulam na sociedade e servem como argumentos para criação dos imaginários sociodiscursivos, mas cabe ressaltar que, muitas vezes, no jogo complexo da linguagem, os saberes podem se confundir ou até mesmo se agrupar em um único enunciado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é classificada quanto à abordagem como qualitativa, pois as análises serão feitas com base em interpretações de cunho científico, dispensando métodos e técnicas estatísticas. Quanto aos objetivos nossa pesquisa se caracteriza como descritiva, analisando fenômenos advindos do discurso literário e esclarecendo-os, com base no instrumental teórico da análise do discurso. Em

relação aos procedimentos, essa pesquisa pode ser considerada como bibliográfica, visto que tem como *corpus* uma obra literária.

Vale destacar que nosso *corpus* é constituído pelo conto “O homem dos sonhos”, de Mário de Sá-Carneiro e em nossas análises nos pautaremos na Teoria Semiollingüística de Patrick Charaudeau. Inicialmente, fizemos a escolha da obra que seria analisada e depois, a partir da leitura criteriosa dessa obra literária identificamos vários dados relevantes para nossa pesquisa como: a biografia do autor, o contexto de publicação do conto e o estilo literário ao qual o conto pertence.

Posteriormente, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a obra e sobre as teorias que nos baseamos para realizar as análises. Nesse sentido, focamos na Teoria Semiollingüística privilegiando o ato de linguagem, as circunstâncias de produção do discurso e os imaginários sociodiscursivos.

Depois dessa revisão bibliográfica, foram realizadas algumas análises dos dados coletados. Assim, descrevemos as circunstâncias de produção do discurso nas quais o conto estava inserido e realizamos a identificação e classificação dos imaginários sociodiscursivos que emanam do conto estudado.

Por fim, cabe ressaltar que a pesquisa ainda está em andamento e essas análises são apenas parciais. Dessa forma, nos próximos meses faremos as demais análises, para elaboração do relatório final da pesquisa.

ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DE DISCURSO DO CONTO “O HOMEM DOS SONHOS”

Para tratar das circunstâncias de produção do conto “O homem dos sonhos”, de Mário de Sá-Carneiro, apresentaremos a época em que a obra foi escrita e publicada e informações sobre a vida do autor. Nesse contexto, cabe destacar que Mário de Sá-Carneiro foi um importante escritor modernista português originário da alta burguesia. Nasceu em Lisboa em 19 de maio de 1890, perdeu a mãe com apenas dois anos de idade e foi criado pelo pai, mas os dois nunca cultivaram uma boa relação. Em 1911, Sá-Carneiro conclui seus estudos no Liceu e depois de uma rápida passagem pela Universidade de Coimbra, em 1912, muda-se para Paris e começa a estudar Direito na Sorbonne. Em 1916 com a falência econômica de seu pai, ele não consegue manter seu estilo de vida em Paris e comete suicídio no dia 26 de abril. Portanto, Sá-

Carneiro teve uma vida breve, mas isso não o impediu de ser um dos grandes escritores da literatura portuguesa.

Esse escritor teve uma importante atuação no movimento modernista português, pois, segundo Moisés (2013, p. 325), Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa, Almada-Negreiros, Raul Leal, Tomás de Almeida e Ronald Carvalho fundaram a revista *Orpheu*, em 1915, que servia de porta-voz para a concretização dos ideais estéticos desses escritores. Foi a revista *Orpheu* que deu início ao discurso literário modernista em Portugal. Desse modo, a geração de escritores que fundaram a revista ficou conhecida como “geração *Orpheu*”.

O Conto “O homem dos sonhos” é ambientado na cidade de Paris. Nesse conto, o narrador-personagem relata seu encontro com um homem misterioso que dizia viver os próprios sonhos. Esses sonhos contavam com acontecimentos incríveis com uma diversidade de situações, que não fazem parte da nossa realidade. Assim, esse homem dos sonhos se considerava um homem feliz, pois tinha a possibilidade de viver nos seus próprios sonhos e não apenas no mundo real, já que para ele era impossível ser feliz vivendo apenas a realidade comum.

Nessa perspectiva, levando em conta que Mário de Sá-Carneiro foi um dos fundadores do movimento modernista, em Portugal, e que ele estava diretamente ligado ao contexto social que ajudou a propagar os discursos modernos na literatura, percebemos que o conto “O homem dos sonhos” mesmo que tenha sido escrito em 1913, antes da consolidação do movimento modernista, já mostrava essa visão de mundo dos modernistas e indagava a realidade propondo novas experiências sensoriais de várias maneiras. Portanto, esse conto já trazia muitas características do discurso literário dos escritores modernistas.

Entretanto, é necessário salientar que no discurso literário de Sá-Carneiro existe muita influência do decadentismo francês e do simbolismo. Por isso, o conto “O homem dos sonhos” também mostra aspectos desses discursos literários, por exemplo, o pessimismo e o tédio, a falta de crença na humanidade, o escapismo, a devoção aos prazeres sensuais. Todos esses temas são tratados no conto analisado de forma direta ou de forma indireta.

Em relação às características do discurso literário modernista que o conto apresenta é possível apontar oposição ao nacionalismo, pois Sá-Carneiro ambienta seu conto na cidade de Paris, não em seu país de origem. Outra característica do discurso literário modernista presente no conto é o espírito crítico e questionador que aparece no

momento em que o conto questiona a realidade do nosso mundo. Podemos notar também que o conto “O homem dos sonhos” traz um distanciamento do sentimentalismo e uma aproximação com o racionalismo.

Após essa breve análise das influências discursivas do conto partiremos para a análise das condições históricas, sociais e culturais de produção desse discurso literário de Sá-Carneiro. Dessa maneira, percebemos que esse conto de Sá-Carneiro foi produzido, no continente Europeu, no contexto histórico da *Belle Époque*. Eric Hobsbawm (1988, p. 242), no livro *A Era dos Impérios*, aponta que essa época começou em 1899 e teve fim em 1914. O historiador pontua que esses quinze anos foram assim chamados, porque a vida era atraente para os que tinham dinheiro, os anos foram prósperos e a maioria os países ocidentais não se preocupavam com o presente, pois suas sociedades e regimes pareciam bem administráveis.

Assim, por conta da estabilidade dos países ocidentais surgem várias tendências filosóficas e artísticas que começam a propagar novos discursos. Nesse contexto, quando Sá-Carneiro produz esse conto ele é influenciado por todo esse contexto de efervescência cultural, científica e filosófica, ou seja, ele sofre a influência de vários discursos que circulam na sociedade da época.

No entanto, esse conto foi publicado pela primeira vez em uma revista portuguesa. Dessa forma, é necessário mostrar que nessa época Portugal atravessava uma enorme crise política, pois estava em uma transição do sistema monárquico para o republicano. Segundo Ferreira e Dias (2016, p. 159), no início do período republicano Portugal encontrava-se isolado politicamente, e uma nova constituição entrava em vigor no ano de 1911. Assim, aconteceram diversas mudanças na vida política de Portugal, por exemplo, a implementação de várias Leis, quais sejam: a Lei de Separação do Estado das Igrejas, as Leis da Família que melhoraram a igualdade de gênero, as Leis do trabalho que garantiam o direito à greve e o descanso semanal.

Além de todas essas mudanças positivas para o país, no início do período republicano, houve também uma tentativa de reduzir o analfabetismo, mas apesar dos avanços positivos da república, nesse mesma época Portugal estava atravessando uma grande crise econômica e financeira que afetava diretamente a sociedade. Assim, percebemos que esse período histórico foi marcado por profundas mudanças no cenário político e social de Portugal.

Segundo Abdala Júnior e Paschoalin (1985, p. 134), em Portugal, “a República teve um caráter progressista e levou amplos setores sociais à participação na vida pública, desenvolvendo o ensino livre em todos os níveis”. Isso acarretou grandes transformações, porém, dentro de certos limites, pois a cultura e o lazer ainda estavam destinados à burguesia da época, ou seja, as pessoas que tinham acesso à literatura eram pessoas da classe mais alta. Nesse sentido, o público leitor de Portugal era formado por burgueses reacionários e, portanto, os discursos literários produzidos pelos modernistas tinham como objetivo escandalizar o burguês, posicionando-se contra o provincianismo e contra os discursos literários neorromânticos.

Por isso, no conto “O homem dos sonhos”, é criado um universo dos sonhos, onde tudo é permitido, incluindo deliberadas práticas sexuais que apontam para um sensualismo exacerbado, ou seja, uma devoção aos prazeres carnavais que visa chocar a sociedade da época.

ANÁLISES DOS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS

Na presente seção trabalharemos com a análise acerca dos imaginários sociodiscursivos presentes no conto “O homem dos sonhos”, de Mário de Sá-Carneiro. Nesse sentido, é importante ressaltar que o discurso literário é permeado por imaginários sociodiscursivos que revelam as intencionalidades dos personagens e servem para que possamos fazer algumas reflexões.

Partindo desses pressupostos, podemos analisar os imaginários que estão presentes no conto “O homem dos sonhos”, mas é importante ressaltar que esse conto da literatura portuguesa nos mostra a história de um homem que vivia os sonhos e sonhava a vida, ou seja, é um conto que trabalha com uma perspectiva fantástica, mas que ao mesmo tempo consegue trazer temas bem profundos como: a insatisfação com a vida, a tristeza, e a decepção com o mundo real.

Dessa forma, os imaginários sociodiscursivos presentes nesse discurso literário serão mais voltados para reflexões sobre a vida humana, sobre os desejos e sobre as experiências do homem dos sonhos. Assim, classificaremos esses imaginários de acordo com os apontamentos de Charaudeau (2017).

Partindo para as análises dos imaginários presentes no conto “O homem dos sonhos”. Começaremos com os imaginários sociodiscursivos que se estruturam em saberes de conhecimento científico. Assim, podemos apontar a passagem em que o homem dos sonhos está falando sobre a pouca variedade de alimentos que os

seres humanos têm, momento em que profere o seguinte enunciado: “Mesmo, na terra, o que não for animal ou vegetal é sem dúvida mineral” (SÁ-CARNEIRO, 2015, p. 217). Nesse trecho, percebemos que o sujeito enunciador utiliza um imaginário sociodiscursivo que está estruturado em um saber de conhecimento científico como argumento para comprovar seu ponto de vista sobre a origem dos alimentos que consumimos. Assim, ele se vale de fatos sobre a constituição dos alimentos que são racionais, lógicos e comprovados pela ciência.

Já na seguinte passagem: “Decididamente, na vida, anda tudo aos pares, como os sexos” (SÁ-CARNEIRO, 2015, p. 217-218) o personagem homem dos sonhos continua argumentando sobre a vida na Terra ser pouco variada e usa de um conhecimento científico, que é o fato de haver apenas dois sexos nas espécies de vida que conhecemos. Nesse sentido, mais uma vez, o personagem evoca em seu discurso um imaginário estruturado em um saber de conhecimento científico pra demonstrar seu ponto de vista sobre a vida e seu descontentamento com a monótona vida terrestre.

Ademais, em outro trecho do conto, o homem dos sonhos começa a reclamar de como o planeta Terra apresenta poucos cenários e diz: “Por toda banda o mesmo cenário, os mesmos acessórios: montanhas ou planícies, mares ou pradarias e florestas” (SÁ-CARNEIRO, 2015, p. 219). Observamos nessa passagem que o protagonista do conto utiliza novamente um imaginário sociodiscursivo estruturado em um saber de conhecimento científico pra demonstrar os cenários que a Terra possui. Para isso ele se utiliza de conceitos do campo de conhecimento da geografia e defende seu argumento de forma lógica e racional usando um discurso bem elaborado e fundamentado de acordo com os conhecimentos científicos que são comprovados.

Em outra passagem, o homem dos sonhos narra sua experiência em uma das viagens que ele fez ao universo onírico. Assim, ele destaca que: “A atmosfera deste mundo, não a constituía o ar nenhum outro gás — não era atmosfera era música” (SÁ-CARNEIRO, 2015, p. 225). Nesse trecho, observamos que o personagem em sua estada num mundo onírico relata que nesse mundo a atmosfera era constituída de música e não de gases como é o caso da atmosfera da terra. Portanto, ele se utiliza de uma comparação para relatar sua experiência em outro mundo e para isso ele usa um imaginário que é estruturado em um saber de conhecimento científico, pois sabe-se que a atmosfera terrestre é composta por vários gases e essa informação pode ser comprovada cientificamente.

Assim, percebemos que o homem dos sonhos intenciona convencer seu destinatário que a vida terrestre é pouco variada e para isso ele sempre fundamenta seu discurso em imaginários que se ancoram em saberes de conhecimento científico, pois, ancorado em saberes científicos o personagem acredita que irá conseguir convencer seu interlocutor de que sua opinião a respeito da vida na Terra está certa, mostrando que essa vida é pouco variável e que no mundo dos sonhos é possível vivenciar inúmeras experiências que são bem mais interessantes e divertidas.

Em relação à análise acerca dos imaginários sociodiscursivos estruturados em saberes de conhecimento de experiência é importante destacar que nesses saberes as explicações são construídas a partir da experimentação que pode ser largamente partilhada e, por isso, é um tipo de saber não que tem nenhuma garantia de comprovação. No conto “O homem dos sonhos”, os imaginários que se estruturam nesses saberes são encontrados nas experiências do homem dos sonhos pois, no universo onírico, ele sempre visita diversos “países” e experimenta diversas situações.

Nesse sentido, o homem dos sonhos relata suas aventuras ao seu destinatário e sempre se vale das experiências que teve em outros “países”. Na seguinte passagem ele diz: “parti para uma terra ignorada, perdida em um mundo extra-real, onde as cidades e as florestas existem perpetuamente mergulhadas na mais densa treva” (SÁ-CARNEIRO, 2015, p. 220-221). Percebemos que nesse excerto o sujeito enunciador usa um imaginário estruturado no saber de conhecimento de experiência, pois ele relata a experimentação que teve em um “país” onde tudo era trevas. Desse modo, podemos inferir que, para tentar convencer seu interlocutor sobre o fato de ele viver sonhos, o personagem narra suas experiências em outros mundos se utilizando de saberes de experiência para validar seu discurso.

Outro trecho no qual observamos um imaginário estruturado em saber de conhecimento de experiência é no relato do homem dos sonhos sobre as relações sexuais entre seres humanos, ele frisa que sempre existirá apenas dois sexos e isso é muito monótono e entediante. O personagem diz: “Por fim, sempre dois sexos se acariciarão, se entrelaçarão, se devorarão - e tudo acabará em um espasmo que há de ser sempre o mesmo, visto que reside sempre nos mesmos órgãos” (SÁ-CARNEIRO, 2015, p. 229).

Observamos que, nessa passagem, o homem dos sonhos usa esse imaginário estruturado em saberes de conhecimento de experiência,

pois ele intenciona mostrar que a vida na terra é muito monótona e até as relações sexuais são sempre iguais. Nesse sentido, o sujeito enuncia para seu destinatário uma experiência que é largamente partilhada e é de conhecimentos de todos para validar seu discurso sobre a pouca variedade de diversão na vida terrestre.

Em relação aos imaginários sociodiscursivos que se estruturam em saberes de crença de revelação, podemos citar a passagem em que o homem dos sonhos fala sobre a existência da alma humana. O personagem em uma de suas viagens relata que: “Os corpos eram invisíveis desconhecidos e misteriosos, como invisíveis, misteriosas e desconhecidas são nossas almas” (SÁ-CARNEIRO, 2015, p. 223-224). Assim, inferimos que para o enunciador os seres humanos possuem almas e essa concepção de alma está presente em diversas crenças religiosas, portanto, o personagem utilizou um saber de crença de revelação para expor uma comparação entre os seres do “país” que ele visitou e a alma humana.

Além disso, ele ainda atribui características à alma humana para o homem dos sonhos nossas almas são: misteriosas, desconhecidas e invisíveis. Isso tudo é fruto de crenças que estão presentes na religião e por isso esse imaginário é estruturado em saber de crença de revelação.

Encontramos em outra passagem desse discurso literário um imaginário de crença de revelação pautados em ideias religiosas. O homem dos sonhos faz a seguinte revelação ao seu interlocutor: “No círculo espiritual, também pra mim não há barreiras – e tenho sentido, além do amor e do ódio, outros sentimentos que não lhe posso definir” (SÁ-CARNEIRO, 2015, p. 225). Nesse excerto, percebemos que o sujeito enunciador para relatar suas experiências oníricas, evoca um imaginário de saber de crença de revelação, pois essa ideia de espiritualidade relacionada aos sentimentos humanos é pautada em religiões que buscam mostrar aos seus seguidores como controlar os sentimentos do espírito. Portanto, mais uma vez, para validar seu ponto de vista o homem dos sonhos se pauta em saberes de revelação que não podem ser comprovados e que necessitam de adesão dos sujeitos.

Nesse sentido, em consonância com os apontamentos de Procópio (2009), podemos afirmar que esse saberes de revelação são fundamentados por verdades exteriores aos sujeitos e não podem ser verificados. Por isso, necessitam que os sujeitos acreditem, ou seja, são pautados pela fé. No discurso literário do conto “O homem dos sonhos”, observamos que esses imaginários ancorados em saberes

de crença de revelação estão relacionados com crenças religiosas que acreditam que os seres humanos possuem almas, espírito e que essas entidades são mais abstratas e misteriosas.

No que diz respeito aos imaginários sociodiscursivos estruturados por saberes de crença de opinião os argumentos partem de avaliações e julgamentos preferidos pelos sujeitos. No nosso corpus, percebemos apenas imaginários ancorados em saberes de crença de opinião comum e saberes de crença de opinião coletiva.

Diante disso, encontramos somente um imaginários ancorado em saberes de crença de opinião comum no discurso literário do conto “O homem dos sonhos”. No início do conto, o narrador-personagem diz: “conheci-o em Paris, num Chartier gorduroso, nos meus tempos de estudante falido de medicina.” (SÁ-CARNEIRO, 2015, p. 213). Assim, esse trecho apresenta um imaginário ancorado em saber de crença de opinião comum, pois apesar do personagem que enuncia ter como base sua própria experiência, sabemos que essa é a realidade de quase todos os estudantes, tendo em vista que essa fase da vida é dedicada aos estudos, ou seja, o sujeito ainda não trabalha. Portanto, esse imaginário de que todo estudante é falido e não tem dinheiro é generalizante e largamente partilhado.

Para encerrar nossa análise acerca dos imaginários sociodiscursivos, mostraremos os imaginários que são estruturados por saberes de crença de opinião coletiva. Assim, destacamos que em nossos corpos encontramos apenas um imaginário constituído por esse tipo de saber. Em um dos trecho do discurso literário analisado nessa pesquisa, o homem dos sonhos continua mostrando sua posição em relação à vida humana e diz: “a vida humana é uma coisa impossível – sem variedade, sem originalidade.” (SÁ-CARNEIRO, 2015, p. 218). Essa passagem, mostra um imaginário que se ancora em saber de crença de opinião coletiva, pois essa ideia de que a vida é monótona sem variedade é uma das crenças dos autores do modernismo português, ou seja, esse discurso literário serve como porta-voz para esse imaginário de desesperança com a vida humana.

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que os imaginários sociodiscursivos presentes no discurso literário analisado servem para embasar os argumentos do personagem principal sobre a monotonia da vida humana e serve também para divulgar as ideias e as crenças do movimento modernista português. Além disso, observamos também que o homem dos sonhos organiza muito bem seus argumentos e se fundamenta em todos os tipos de saberes para convencer seu

interlocutor sobre os fatos extraordinários que acontecem em suas experiências oníricas. Desse modo, percebemos que os argumentos são bem estruturados e o uso dos imaginários sociodiscursivos é relevante para esse discurso literário analisado. Além disso, destacamos que no conto “O homem dos sonhos” os imaginários sociodiscursivos mais recorrentes foram aqueles que se ancoram em saberes de conhecimento, principalmente, em saberes de conhecimento científico, uma possível explicação para esse fenômeno é o fato de que na escola modernista a crença na ciência e na racionalidade foi bastante valorizada pelos autores.

Ademais, também identificamos, em menor escala, imaginários sociodiscursivos que se ancoram em saberes de crença. Nesse sentido, destacamos que os imaginários estruturados pelos saberes de crença de revelação são mais recorrentes que os imaginários estruturados em saberes de crença de opinião. Isso ocorre, pois no movimento modernista português uma das características era apresentação de uma religiosidade esotérica. Por isso, em nosso corpus encontramos conceitos que estão presentes em diversas religiões do mundo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o discurso literário do conto “O homem dos sonhos”. Para isso, utilizamos pressupostos da Teoria Semiolinguística como: o ato de linguagem, as circunstâncias do discurso e os imaginários sociodiscursivos. Nesse sentido, observamos que o ato de linguagem é constituído por uma dupla dimensão: a dimensão explícita, que diz respeito ao que está visível na superfície textual e a dimensão implícita, aquela que inferimos a partir de análises do contexto extralinguístico e das relações dos parceiros do ato de linguagem.

Nessa perspectiva, podemos dizer que o conto “O homem dos sonhos” foi publicado em 1913 em um contexto político conturbado, além disso, esse conto apresenta muitas características modernistas como: a ruptura com o passado, a valorização da racionalidade e da ciência e a apresentação de uma religiosidade isotérica.

No que diz respeito aos imaginários sociodiscursivos que emanam desse conto, pontuamos que no conto “O homem dos sonhos” a maioria dos imaginários se ancoram em saberes de conhecimento e isso pode ser explicado por conta dessa valorização da ciência e da racionalidade que os modernistas portugueses pregavam. Ademais, em relação aos imaginários ancorados em saberes de crença, destacamos

aqueles que se estruturam em saberes de crença de revelação, pois no conto percebemos que existem algumas menções a elementos que advêm de religiões. Isso ocorre, pois no movimento modernista existia uma valorização a religiosidade esotérica, ou seja, elementos místicos foram valorizados pelos escritores modernistas.

Em suma, podemos afirmar que os imaginários sociodiscursivos presentes nesse conto, apontam para reflexões que se ancoram em saberes científicos e racionais e esse recurso foi usado pelo autor tanto para validar seus argumentos sobre sua insatisfação com a vida, quanto para divulgar os ideias modernistas de crença na ciência e na racionalidade humana.

REFERÊNCIAS

ABDALA JÚNIOR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História social da literatura portuguesa**. Editora Ática, 1985. Cadernos de Literatura Comparada, n. 28, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. **Imagem e discurso**. Belo Horizonte, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. **Entrepalavras**, v. 7, n. 1, p. 571-591, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 11-27, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. **Revista Memento** v. 05, n 02, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826/pdf_44>. Acesso em 13 jan. 2020.

COSTA, Nelson Barros da. O primado da prática: uma quarta época para a Análise do Discurso. **Práticas discursivas: exercícios analíticos**. Campinas, SP: Pontes, p. 17-48, 2005.

FERREIRA, Diogo; DIAS, Paulo. **História de Portugal**. 1º Edição. Lisboa: Verso da Kapa, 2016.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos Impérios 1875-1914**. 3ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Ida Lucia. O ato de linguagem segundo a Semiologia: implicações, explicações e aplicações práticas. **Gragoatá**, v. 24, n. 50, p. 760-772.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. 37ª Edição. São Paulo. Cultrix, 2013.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. As herdeiras de uma evolução: imaginários sociodiscursivos e estereótipos. **Cadernos do CNLF**, v. 16, n. 04, p. 306-316, 2012.

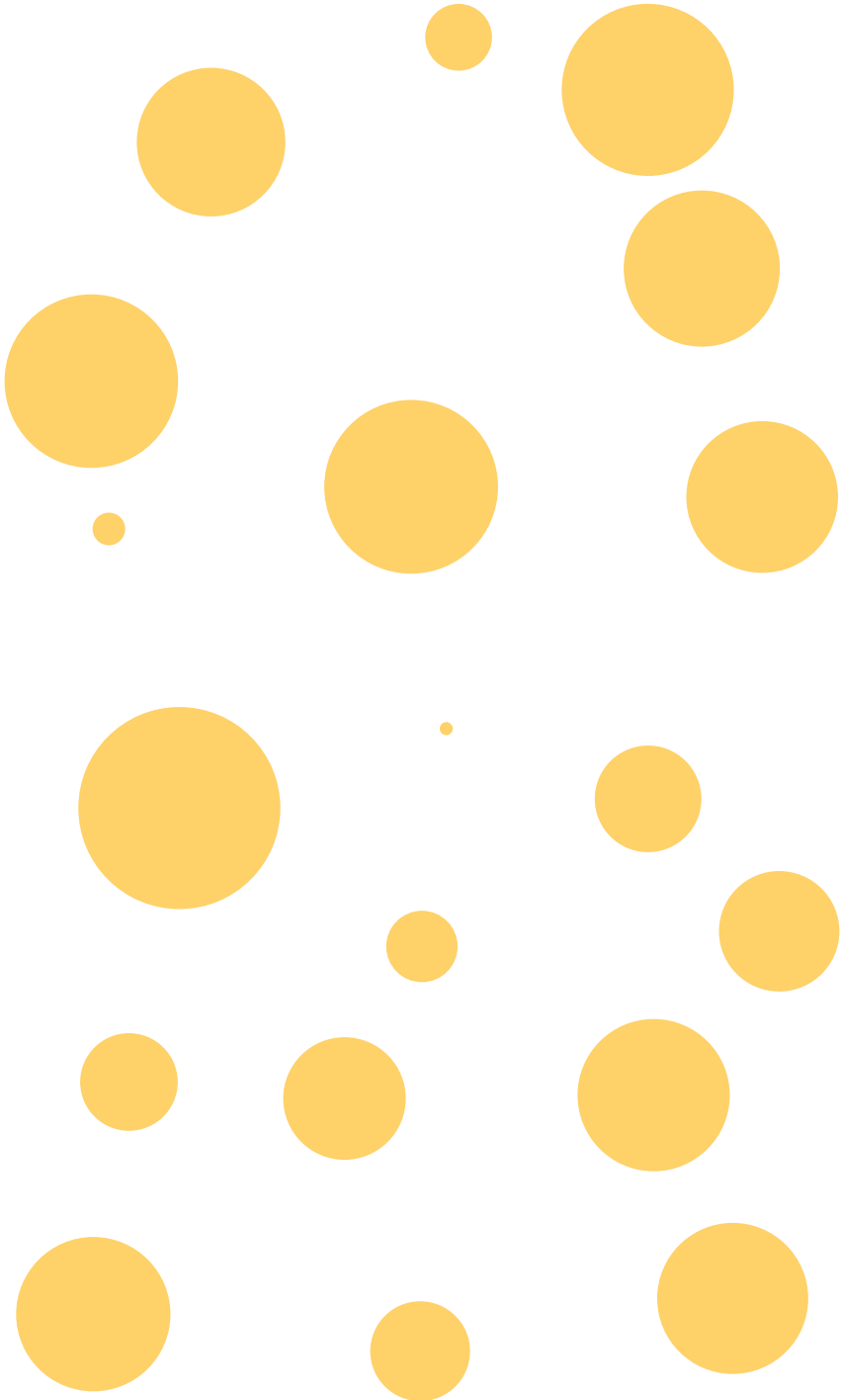
Moscovici, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho. Os imaginários sociodiscursivos sobre o homem do campo difundidos pelos quadrinhos de Chico Bento. **Revista Investigações**, v. 22, n. 2, p. 181-203, 2009.

ROCHA, Clara. **O essencial sobre Mário de Sá-Carneiro**. Leya, 2018.

SÁ-CARNEIRO, Mário. **Céu em fogo**. Lisboa: Bibliotrônica Portuguesa, 2015.

SOUSA, Raquel Madanêlo. Entre “A Águia” e “Orpheu”: O Sujeito, a Noite, o Sonho. In: **Cadernos de literatura comparada**, nº 28, Volume 6, 2013. Disponível em: <https://www.ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/download/16/5>. Acesso em 20 jan. 2021.



O SILÊNCIO E A FÚRIA: A CONSTRUÇÃO DO ETHOS DE EDINHO POESIA EM MINIDOCUMENTÁRIO PRODUZIDO PELA TRIP TV

INTRODUÇÃO

Esse estudo se justifica pela necessidade e importância de se compreender discursivamente os sentidos em funcionamento na produção audiovisual que trata da poesia surda. Percebemos que os estudos que tratam dessa temática ainda são escassos, revelando uma necessidade de se trazer para a academia, investigações que estabeleçam um diálogo entre a Análise de Discurso (doravante AD) e a Literatura Surda¹. Dentro dessa última está a poesia surda, um gênero que cada vez mais ocupa espaços e circula nas mídias sociais.

Se por um lado existe a escassez de pesquisas nesta perspectiva teórica, por outro, há um grande acervo analítico para ser investigado. Os sujeitos surdos estão cada vez mais lutando e ocupando os diferentes espaços de produção artísticos e culturais na sociedade. O que temos atualmente é uma grande quantidade de poetas surdos produzindo e se significando pela poesia surda. A produção poética em língua de sinais tem grande valor para a construção da cultura e da identidade surda. É por meio da poesia surda, como artefato cultural de um povo, que os sujeitos surdos representam suas lutas e militâncias ao longo dos tempos.

A partir dessa compreensão, percebemos que esse material tem grande valor de investigação para os estudos discursivos e literários. Em linhas gerais, nosso trabalho tem como objetivo compreender, pela perspectiva discursiva, a construção do ethos de Edvaldo Santos (surdo, negro e periférico) mais conhecido como Edinho Poesia no minidocumentário: *O silêncio e a fúria - poetas do corpo*, produzido pela Trip TV em 2018. Dito isso, nos atentamos para a relação com o movimento corporal-espacial e o verbal sonoro. Em um jogo de ir e

1 - Strobel (2009, p. 62) nos explica que “a Literatura Surda se refere às várias experiências pessoais do povo surdo que, muitas vezes, expõem as dificuldades e/ou vitórias das opressões ouvintes, de como se saem em diversas situações inesperadas, testemunhando as ações de grandes líderes e militares surdos, e sobre a valorização de suas identidades surdas”.

vir (material e dispositivo teórico), recortamos para analisar algumas cenas com falas, imagens e expressões contidas no vídeo.

Essa presente pesquisa se classifica como descritiva interpretativista, uma vez que, para a análise de discurso, o modo de se compreender seus materiais postos pelo analista, tomam novos procedimentos metodológicos. A discursividade de nosso material de análise, ultrapassa a base textual e segue para o imagético. O artigo se estrutura da seguinte forma.

Na primeira seção nos debruçamos em discorrer sobre a Análise de discurso, apresentando brevemente os principais teóricos, conceitos, e vertentes da área que trabalham com teoria discursiva. No segundo momento, em *Estudos sobre o Ethos discursivo*, discutimos como surge a noção de *ethos* na retórica antiga até chegar em Amossy e Dominique Maingueneau. E como o espaço de enunciação utilizado pelos sujeitos pode construir a imagem de si para os locutores. No terceiro ponto, temos a discussão sobre identidade, e cultura surda, através do qual nos preocupamos em teorizar a importância desses estudos para o processo de significação desses sujeitos diversos. No quarto ponto, apresentamos as circunstâncias do discurso nas quais está inserido o nosso material de análise. Em seguida, na quinta seção, *A construção do Ethos em: O silêncio e a fúria - poetas do corpo*, analisamos os recortes do minidocumentário, aplicando as categorias de *ethos* discursivo de Maingueneau.

ANÁLISE DE DISCURSO

Inicialmente, acreditamos que seja importante refletirmos sobre o descolamento teórico e metodológico feito pela teoria do discurso aos estudos da linguagem, mais precisamente a Linguística tradicional. Em linhas gerais, a Análise de discurso (AD), diferentemente das outras vertentes teóricas da Linguística, se preocupa em estudar o papel do sujeito, seu lugar de produção, as circunstâncias sociais, históricas e ideológicas funcionando na linguagem. A teoria discursiva difere da tradição histórica da Linguística, pois, para ela, o sujeito não é posto de lado em suas análises. Esse sujeito ocupa um lugar de questionamento no jogo da linguagem.

A análise de discurso, procura inserir o sujeito de linguagem como objeto central de investigação e tem sempre um olhar deslocado/ exterior à superfície da textualidade. De acordo com Charaudeau (2001, p. 25) “O discurso não deve ser compreendido segundo a tradição linguística, ou seja, como a unidade que ultrapassa a frase”. Na visão

desse autor, a AD trabalha com a discursividade, sendo o texto apenas parte de um processo maior, que é o discurso. Nessa perspectiva teórica, se percebe um constante questionamento para os modos e possibilidades de compreensão discursiva. O trabalho da análise de discurso é colocar a interpretação em questão; é olhar para as diversas aberturas de sentidos deixadas pelos parceiros/sujeitos da encenação e as circunstâncias discursivas.

Analisar discursivamente a linguagem, é reconhecer seus diferentes dispositivos teóricos. Desse modo, podemos afirmar que a AD em seu escopo maior possui três linhas de investigação teóricas. Temos a vertente materialista, ou Análise de Discurso Materialista (doravante ADM) introduzida pelo filósofo Michel Pêcheux, autor inaugural da área na França no século XIX. Orlandi (2005, p. 10) diz que a AD iniciada por Pêcheux “teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como essa se manifesta na linguagem [...] ele objetiva explicar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação”. Influenciado pela leitura de Althusser sobre o materialismo históricos de K. Marx, Pêcheux acreditava que a ideologia tem sua materialidade existente na/pela linguagem.

O discurso é definido por ele como efeito de sentidos entre locutores, sendo um objeto sócio-histórico, no qual os sentidos não são evidentes e nem intencionais. Nessa linha de investigação, o autor critica o sujeito intencional, visto como origem do sentido que produz. A mesma autora, reforça esse pensando afirmando que “Pêcheux é um herdeiro não subserviente do marxismo, da linguística e da Psicanálise na Análise de Discurso que propõe e que trabalha as relações entre o sujeito, a língua e a história” (ORLANDI, 2005, p. 11).

Uma outra vertente da Análise de discurso, sendo agora de linha inglesa, é a Análise do Discurso Crítica (doravante ADC)². Esse quadro teórico possui diferentes autores, no entanto destacamos a figura de Norman Fairclough como principal expoente da área. A ADC, no dizer de Melo (2009 p. 13), “é uma forma de analisar as relações entre o discurso e outros elementos da prática social”. Para Fairclough, a *Teoria Social do Discurso* vem como um novo método de compreensão das relações sociais. Para o autor, “ao usar o termo discurso, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90).

2 - Tal nomenclatura apareceu, pela primeira vez, no artigo intitulado *Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis*, de Norman Fairclough, publicado no *Journal of Pragmatics*, em 1985 (MAGALHÃES, 2005).

Essa linha de pesquisa se desloca da ideia de sujeito em Pêcheux para a noção de *atores sociais*, uma vez que, suas bases teóricas buscam analisar a linguagem como instrumento político contra a injustiça social. A ADC tem forte ligação com os movimentos de transformação social, possibilitando-lhe marcar um novo terreno de investigação teórica. De acordo com Melo (2009, p. 14) “o discurso deve ser visto como um modo de ação, como uma prática que altera o mundo e altera os outros indivíduos no mundo”. Pensando nisso, o analista de discurso nessa vertente, deve formular questões pensando em ações de contrapoder, contra ideologia, práticas de resistência e opressão social.

Por outro lado, a Teoria Semiolinguística (doravante TS), criada por volta dos anos de 1980, esteve sempre preocupada em inserir o discurso na problemática comunicacional e pragmática. Essa vertente discute a noção de *ato de linguagem* a partir dos trabalhos do linguista francês Patrick Charaudeau que assim definem tal postulado:

É um fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*. O *fazer* é o lugar da *instância situacional* que se auto-define pelo espaço que ocupam os responsáveis deste ato [...] O *dizer* é o lugar da *instância discursiva* que se auto-define como uma encenação da qual participam seres de palavra [...] essa dupla realidade do *dizer* e do *fazer* nos leva a considerar que o ato de linguagem é uma totalidade que se compõe de um circuito externo (*fazer*) e de um circuito interno (*dizer*), indissociáveis um do outro. (CHARAUDEAU, 2001, p. 25).

Em consonância com o autor acima, essa dupla dimensão do ato de linguagem dá origem à produção discursiva do fenômeno linguageiro, uma vez que os fatos da linguagem se ligam aos fenômenos psicológicos e sociais. Nesse sentido, o analista de discurso precisa ter um olhar atento à instância situacional (circunstâncias do discurso) que “dizem respeito aos saberes supostos que circulam entre os protagonistas” (CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 4). Assim, através das circunstâncias do discurso, os sujeitos da comunicação criam uma relação de construção de sentidos e hipóteses sobre o que possibilita ser interpretado.

Continuando nesse mesmo caminho teórico, precisamos falar brevemente como o francês Dominique Maingueneau teoriza a noção de discurso antes de adentrarmos nas categorias de análise (*ethos discursivo*), uma vez que é esse autor quem recupera e amplia a noção de *Ethos* em AD por volta de 1980. Nessa perspectiva, o teórico contemporâneo francês Dominique Maingueneau entende o discurso

como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. (MAINGUENEAU, 2005, p.15). Dito isso, o autor traz e amplia a noção de enunciado para discurso. O autor entende que o discurso não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre os discursos produzidos, construindo sempre um choque polêmico com o outro. Os sujeitos ocupam os lugares constituídos historicamente e semanticamente pela língua. Maingueneau (2007, p. 16) explica que

a análise do discurso não veio simplesmente preencher um vazio na linguística do sistema, como se a Saussure tivéssemos adicionado Bakhtin, ou ainda como se a uma linguística da «língua» acrescentássemos uma linguística da «fala». É verdade que ela mantém um elo privilegiado com as ciências da linguagem, domínio ao qual pertence – pelo menos na concepção que prevalece em geral, e particularmente na França; todavia, seu desenvolvimento implica não apenas uma extensão da linguística, mas também uma reconfiguração do conjunto dos saberes.

Nesse meandro, Maingueneau (2007), pensando nessa nova reconfiguração do conjunto de saberes compartilhados pela linguagem, acredita na existência de um dispositivo de enunciação específico. Esse dispositivo atua como intermédio, aquele que possibilita e regula a compreensão do lugar social de fala, do texto e de sua organização no discurso. Nas palavras do autor seria, “pensar os lugares independentemente das palavras que eles autorizam, ou pensar as palavras independentemente dos lugares com os quais elas estão implicadas significaria permanecer aquém das exigências que fundam a análise do discurso” (MAINGUENEAU, 2007, p. 19).

ESTUDOS SOBRE O ETHOS DISCURSIVO.

Em todo e qualquer ato comunicativo onde se tenha produção de sentidos há sempre um sujeito ou parceiro da comunicação construindo a imagem de si para os outro(s). Isto é, há sempre palavras que falam sobre “seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa” (AMOSSY, 2005, p. 9). Pensando na construção de si para o outro por meio da argumentação, podemos afirmar que a discussão sobre *ethos* vem muito antes de Maingueneau. A retórica aristotélica clássica já se preocupava com a definição desse conceito.

O caráter [ethos] pessoal do orador alcança a persuasão, quando ele nos leva a crer no discurso proferido. Acreditamos mais nos homens de bem por serem mais preparados e íntegros do que outros. Em geral, isso é verdadeiro, qualquer que seja a questão, e absolutamente verdadeiro onde a certeza exata é impossível e as opiniões estejam divididas. (ARISTÓTELES, 2007, p. 23-24).

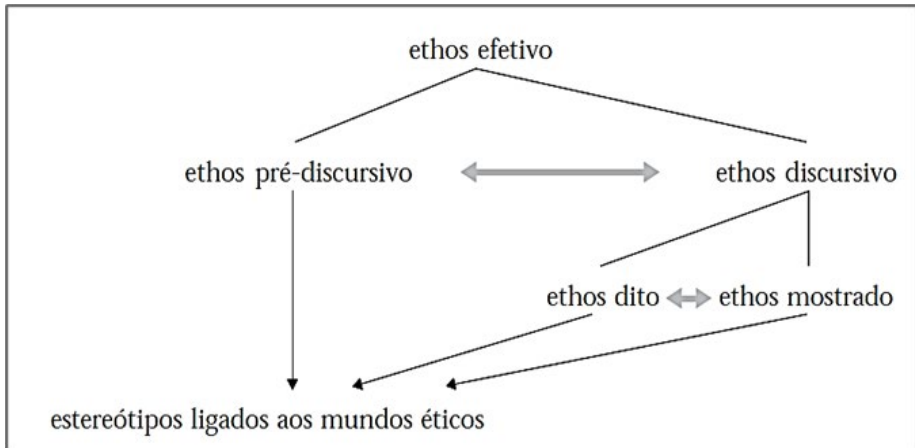
Aristóteles parte da noção de *ethos* como algo que, junto com o *páthos* (a paixão despertada no auditório) e o *logos* (o próprio discurso) constituem os meios de provas utilizados pelos sujeitos locutores para persuadir o auditório e atingir a eficácia do seu discurso. O *ethos*, nessa perspectiva, está bastante ligado com a enunciação, principalmente, quando falamos das três qualidades apontadas pela retórica aristotélica, que são a prudência (*phronesis*), a virtude (*aretè*) e a benevolência (*eunoia*). Como diz Maingueneau (2008, p. 13)

A prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo.

A partir dessas qualidades o enunciador, ou orador terá maior facilidade no convencimento dos destinatários, podendo atingir seu público. Com isso, o orador/enunciador consegue articular as melhores estratégias e escolhas linguísticas para possibilitar a construção do seu *ethos*. Dito isso, retomamos Maingueneau (2008, p. 14) “O *ethos* não age no primeiro plano, mas de maneira lateral; ele implica uma experiência sensível do discurso, mobiliza a afetividade do destinatário”.

Podemos perceber nessa discussão, que a construção do *ethos* em análise de discurso é ligada à discursividade do enunciador, uma vez que, esse fenômeno ultrapassa o plano da argumentação e da oratória, atingindo outros elementos que dão mais pistas para a compreensão do *ethos*. Dito isso, Ruth Amossy (2005, p. 16) explica que “o enunciador deve se conferir, e conferir a seu destinatário, certo *status* para legitimar seu dizer: ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com um saber”.

O *Ethos* de um discurso pode ser representado por um esquema desenvolvido por Maingueneau (2008, p. 19).

Figura 1: Esquema do *ethos* em um discurso

Fonte: Maingueneau (2008, p. 19).

De acordo com o autor acima, o *ethos efetivo* é de uma dimensão discursiva ligada a enunciação, ao modo de construir/produzir seu discurso, e que seus elementos em interação fazem resultar o *ethos*. Diante disso, Maingueneau (2008, p. 19) explica em sua obra *A propósito do Ethos* alguns de seus elementos.

O *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos pré-discursivo*, *ethos discursivo* (*ethos mostrado*), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo.

Para o autor, essa distinção entre o *dito* e o *mostrado* nem sempre se define nitidamente. Pelo *dito*, podemos ter acesso a estrutura do enunciado, da palavra, que é tomada para influenciar conquistando os destinatários. O *mostrado* está nas entrelinhas do discurso e não vem claramente apresentado. Cabe ao analista de discurso tentar compreendê-lo através das pistas linguísticas adotadas pelo enunciador. A partir desse movimento conceitual, podemos afirmar que o *ethos mostrado* tem um lugar muito importante para os estudos do *ethos* nos discursos. Além disso, Maingueneau (2008, p. 17) “permite articular corpo e discurso para além de uma oposição empírica entre oral e escrito”. Essa dupla figura do enunciador, que é

nomeado por Maingueneau (2008) como *tom*, apoia-se ao *caráter* e a uma *corporalidade*, uma vez que, são estreitamente associados. Essa flexibilidade enunciativa abarca todo e qualquer tipo de texto na construção do *ethos*. No seu dizer

Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “caráter” e uma “corporalidade”, cujos graus de precisão variam segundo os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se. Mais além, o *ethos* implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento. (MAINGUENEAU, 2008, p. 18).

Pensando nisso, é pelo ato languageiro que o destinatário, ao ter acesso à produção do discurso do enunciador, identifica as representações sociais, sempre avaliando positivamente ou negativamente. Esse jogo, tem uma certa relação com os estereótipos construídos pelo enunciador sobre si mesmo e do destinatário sobre ele, contribuindo sempre para transformar ou confrontar. Como diz, Ruth Amossy (2005, p. 17) “a noção de *ethos* estabelecida pela análise do discurso encontra, assim, a sociologia dos campos, mas privilegia o imbricamento de um discurso e de uma instituição”. Isto é, essa noção recusa a concepção de uma sociologia voltada para o exterior.

É interessante pensarmos que a noção de *ethos* para Aristóteles era apenas no nível do enunciado, não olhando para elementos externos da comunicação. Nesse sentido, Maingueneau constrói um movimento teórico, afirmando que o *ethos* deve ser analisado em um nível discursivo, não apenas no nível da comunicação oral/enunciativa como Aristóteles defendia. Logo após Maingueneau retomar a noção de *ethos* numa perspectiva discursiva, outros autores também passaram a adotá-la, como é o caso de Charaudeau. A comunicação por meio da linguagem tomou, portanto, novos rumos nas trocas de sentidos, principalmente em discursos produzidos por textos multimodais. Dito isso, a partir desse autor, podemos entender sua dimensão teórica mais diversificada, extensa e com mais categorias teóricas sobre a noção de *ethos* em Análise de discurso.

CULTURA E IDENTIDADE(S) SURDA(S)

O processo de construção da identidade e cultura surda passou por muitas perspectivas ao longo dos tempos. Tentaremos, nessa seção, apresentar brevemente como os estudos culturais³ compreendem os significados construídos na/sobre cultura e identidade surda. É importante frisar que o processo construção e de significação do sujeito surdo e sua literatura ainda é marcado fortemente por atravessamentos culturais normativos de uma maioria social ouvinte⁴, pois, essa maioria tenta constantemente silenciar e normatizar os sujeitos surdos. Na perspectiva de Silva (2000, p. 83) normatizar

significa eleger- arbitrariamente- uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas, normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas ele forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única.

Em um outro viés, a construção da identidade e cultura surda tem papel importantíssimo na busca do reconhecimento linguístico desses sujeitos, nomeados por nós como: *sujeitos diversos*⁵. Por longos anos, a construção da imagem do sujeito surdo era pautada pela deficiência, isto é, o valor de humanidade, o significado social sobre o surdo era visto pela falta, pela necessidade de algo, nesse caso a audição. Nessa perspectiva, Bergamo e Santana (2001, p. 566) afirmam que “os surdos sempre foram, historicamente, estigmatizados, considerados de menor valor social. Afinal, faltava-lhes a característica eminentemente humana: a linguagem (oral, bem entendido) e suas virtudes cognitivas”.

Assim, para ser sujeito social e com suas características normativas era necessário ouvir e falar a língua oral. Nesse espaço de resistência e opressão, os surdos começam a buscar meios para

3 - Perlin e Strobel (2009 p. 25) Os Estudos Culturais trazem presentes em educação as descobertas, os valores e mitos culturais surdos. Eles narram e celebram as criações e produções na forma do agir cultural. Assim se permite descrever de outro jeito as nossas posições, nossos procedimentos, nossos empenhos culturais como surdos. Isto, de tal forma que quando atuamos na educação dos surdos na forma como vai se constituindo, na forma como vai desenrolando, motivando a consciência e favorecendo a diferença cultural”.

4 - Ouvintes: Sujeitos que utilizam e priorizam a língua oral como possibilidade de comunicação (Palavras do autor).

5 - Sujeito Diverso para Lopes (2016) é o sujeito surdo que historicamente foi negado e excluído por uma maioria social ouvinte no plano da literatura e nos estudos culturais. Olhar para o sujeito diverso vai no sentido de visibilizá-lo em uma posição possível/passível de subjetivação produzindo efeitos em nossa sociedade.

escapar das tentativas de apagamento e silenciamento de sua cultura e identidade. O modo pelo qual os surdos rompem as barreiras e resistem às relações de poder e ideologia, é por meio da produção literária surda, é por meio da língua de sinais praticada nesses espaços de resistências que os surdos constituem sua(s) identidade(s). Dito isso, podemos entender que

a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora/A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. (SILVA, 2000, p. 82).

Na medida em que os surdos ocupam e lutam pelo reconhecimento e valorização da sua língua e cultura, eles também começam a questionar como são constituem suas diferenças na relação com os outros. Essa diferença marca seu lugar de fala e significação. G. Perlin (2013 p.53) explica que o discurso “inverte a ordem ouvintista, tem o peso da resistência. Rompe e contesta as práticas historicamente impostas pelo ouvintismo. E o discurso surdo continua na busca de poder e autonomia”.

Atualmente podemos ver uma crescente produção cultural voltada para a diversidade linguística e identitária. No dizer de Ruth Amossy (2005, p. 23) “A construção de um ethos discursivo é, assim, privilegiada, uma vez que é indissociável de um posicionamento político”.

A partir desse movimento nota-se que os sujeitos surdos, mais precisamente, os poetas surdos e surdas da periferia, enunciam a partir do lugar de fala da resistência, do reconhecimento e aceitação em uma sociedade majoritária ouvinte. Suas produções poéticas estão sempre atravessadas por discursos políticos, construindo, dessa forma, suas imagens, a partir de um lugar diverso, heterogêneo e visual.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DISCURSO

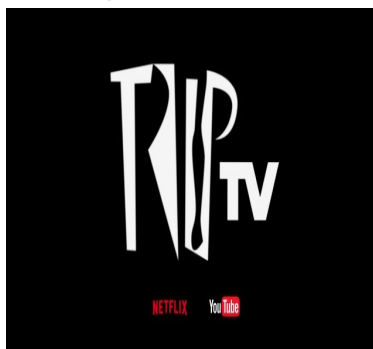
Para iniciar nossas análises, precisamos apresentar brevemente nessa seção, as circunstâncias do discurso que constituem nosso material de pesquisa. É através das circunstâncias de produção discursiva que poderemos compreender o jogo de sentidos implícitos no ato de linguagem. Nesse presente trabalho, selecionamos o minidocumentário abaixo, intitulado como: *O silêncio e a fúria - poetas do corpo*.

Figura 2: Imagens recortadas do minidocumentário



Fonte: Canal da TRIP TV no Youtuber - Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=20dovmD3Y1A>

Figura 3: Slogan da produtora TRIP TV.



Fonte: Imagens google⁶

O vídeo acima foi publicado em 19 de abril de 2018 no canal da TRIP Tv⁷ no youtuber e possui duração de 7:37 (sete minutos e trinta e sete segundos). Atualmente possui cerca de 20.602 visualizações⁸. O vídeo foi amplamente compartilhado nas redes sociais do poeta e

6 - Disponível em: <https://images.app.goo.gl/4w7Smhhy3ky4MZqH6>. Acesso em: 27 dez. 2020.

7 - Trip Tv é uma empresa jornalística que produz conteúdos diversos há 30 anos, sempre preocupada com a realidade social a Trip TV cria e inova conteúdos sobre: política, sexo, humor, trabalho, esporte, corpo, arte, alimentação, drogas. Com esse trabalho ela se define pela forma original de ver, pensar e interagir com o mundo.

8 - Dados atualizados em 20 de janeiro de 2021.

trouxe a ele muitos seguidores na comunidade surda, marcando uma nova era de poetas negros surdos na contemporaneidade. É a partir desse novo modo de produzir sentidos que a poesia surda ocupa e abre novas possibilidades de leitura para a comunidade surda.

A produção da TRIP TV tem como objetivo contar brevemente como se constrói a história de Edvaldo Santos, mais conhecido como Edinho Poesia (poeta surdo, negro e periférico). Surdo de nascença e morador da periferia de Jabaquara (zona sul de São Paulo) ele usa a língua de sinais para produzir sua poesia, mostrando desde cedo suas inquietações e percepções do mundo. Atualmente, Edinho trabalha com projetos culturais que visam ao ensino da Literatura Surda como ferramenta de inclusão, resistência e transformação social.

Edinho Poesia como é conhecido, enuncia a partir do lugar de fala de um surdo, negro da periferia, criando e apresentando sua poesia em um espaço de circulação oral ouvinte. Com seu olhar expressivo e com mãos ágeis é, hoje, um dos grandes nomes da poesia surda negra no Brasil. Além disso, com ritmo, expressão e sentimentos, o poeta chega à final do Slam⁹ BR, principal competição de poesia falada¹⁰ do Brasil.

A CONSTRUÇÃO DO ETHOS EM: O SILÊNCIO E A FÚRIA - POETAS DO CORPO.

Como afirma Amossy, o locutor produz em seu discurso uma diversidade de imagens de si que revelam facetas da sua identidade. Isso mostra que todo ato de discursivizar gera a construção de uma imagem de si, portadora de diferentes identidades, todas elas atravessadas por uma conjuntura sócio-histórica dos fatos. Em nosso primeiro recorte de análise, visualizamos a figura do poeta Edinho Poesia expressando seus olhares e sentimentos ao participar da principal competição de poesia falada, Slam BR, na cidade de São Paulo, no ano de 2018.

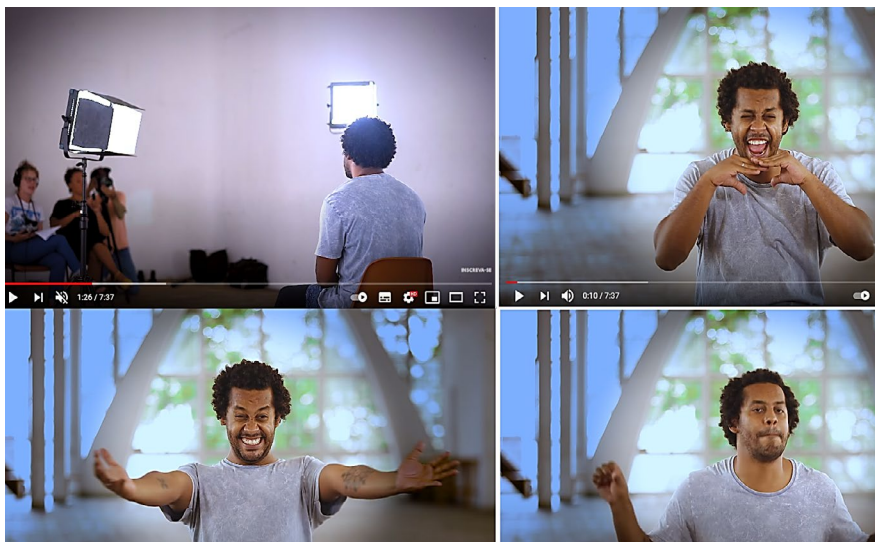
Para poder apresentar sua poesia em Língua Brasileira de Sinais - Libras, ele toma como parte de seu projeto literário a figura de James Bantu (intérprete, músico, cantor e poeta). O minidocumentário, além

9 - De acordo com Barbosa (2019, p. 1) “O Slam pode ser compreendido como um fenômeno social, cultural e artístico que reúne juventude, poesia autoral e performance em competições ou “batalhas” poéticas que têm se propagado pelo Brasil nos últimos onze anos. As rodas de poesia são frequentadas por um público jovem e protagonizadas por *slammers* (como são denominados os poetas do Slam) que ocupam ruas, praças e pontos de cultura para apresentar poesias que versam sobre temas de seu cotidiano e da atualidade”.

10 - O termo *falada* aqui se refere a modalidade verbal de produção, o falar nesse sentido, tem relação com a produção linguística tanto em línguas orais sonoras, quanto em língua de sinais, visual espacial.

de apresentar as considerações de Edinho por meios de entrevistas, realiza recortes reveladores dos momentos de preparação, dos bastidores e das apresentações das poesias em Libras. Abaixo temos nosso primeiro movimento de análise.

Figura 4: O surdo Edinho Poesia discursando para as câmeras



Fonte: Imagens retiradas do minidocumentário.

“Eu não esperava chegar até onde eu cheguei, pior foi quando eu vi aquele grande público ali, foi uma sensação calorosa de muita energia [...] eram só 3 minutos para apresentar uma poesia, e eu me senti em uma maratona, com um peso muito grande e me emocionei muito [...] por isso que a poesia quando é pensada, ela vem como manifesto [...] eu vou fazer uma pergunta para vocês, não é necessário responder. Por que que a poesia tem que ser apenas especificamente para quem ouve? [...] o que mais me inspira, é recordar, e olhar para trás, ver que eu desde pequeno sofri sendo metralhado negativamente, eu sempre tentei explicar como não me sentia bem, mais as pessoas não entendiam. No momento em que me percebi e me apresentei como poeta, essas coisas serviram como mudança de consciência política para explicar de várias questões que não cabem, porque as pessoas as vezes são fechadas mentalmente, e com a poesia essa consciência política muda, só com a poesia eu consigo falar isso” (Edinho, 2018)

Tradução nossa.

Nessas circunstâncias discursivas, podemos visualizar, em nosso recorte inicial, alguns elementos enunciativos no discurso de Edinho Poesia que nos dão pistas linguísticas para podermos compreender a projeção do seu *ethos*, isto é, a imagem que ele constrói involuntariamente a respeito de si próprio para o público destinatário (ouvintes da TRIP TV e a comunidade surda). Na construção da cena enunciativa, logo no início do vídeo, a câmera foca frontalmente o rosto do o poeta, que se comunica em língua de sinais e narra o percurso até chegar às fases finais da competição.

Na perspectiva de Maingueneau (2008) o *ethos* efetivo se compõem a partir do *ethos pré-discursivo/prévio* e do *ethos discursivo*. Podemos reconhecer em seu *ethos prévio*, que Edinho Poesia reproduz imaginários ligados ao mundo ético ancorados em vivências históricas dos sujeitos surdos, expressadas nos enunciados: “Eu não esperava chegar até onde eu cheguei [...] com um peso muito grande e me emocionei muito [...], denotando mudança de consciência política. Nota-se, no recorte acima, que o artista em seu *ethos dito*, fala da própria imagem estereotipada construída por ele sobre surdez.

Edinho, ao enunciar em frente à câmera, pretende desconstruir um imaginário sociodiscursivo atrelado à figura do surdo como sujeito incapaz de ser visto e reconhecido artisticamente por meio da poesia. É interessante observar que, ao enunciar para os espectadores da Trip TV, o sujeito revela toda a sua angústia, bem como a carga emocional que ele conduz por ser portador de surdez, refletindo uma imagem estereotipada da sociedade que revela o preconceito. O recorte acima, nos mostra que os estereótipos sobre a surdez, e a língua de sinais marcam fortemente a construção do *ethos* de Edinho.

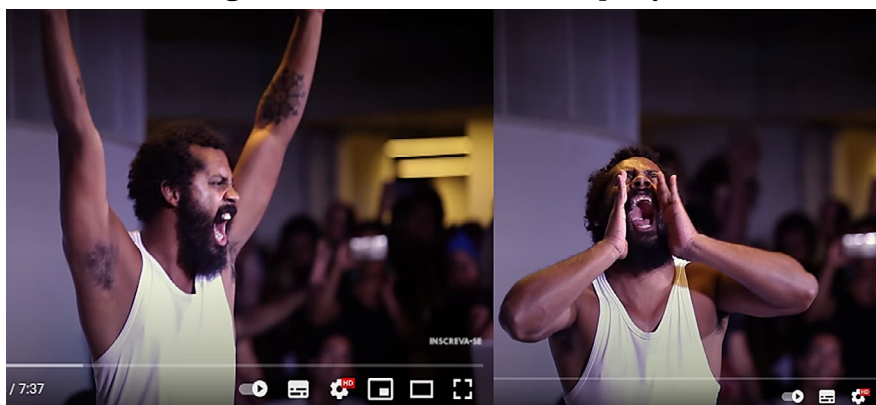
Além disso, Edinho tenta convencer seus espectadores por meio de recursos emotivos e sentimentais para falar de si e constituir uma imagem de um sujeito que tem suas marcas de dor durante toda sua formação humana e profissional na literatura. Nesse movimento percebemos que a imagem projetada se refere ao domínio da resistência, da luta por romper aquele espaço negado historicamente, um espaço visto apenas pela possibilidade da língua oral auditiva. Esse recorte analítico nos norteia para uma retomada das diversas configurações socioculturais que veem a surdez como um lugar de não possibilidade, um lugar de não visibilidade, não capacidade de produção no meio artístico.

Edinho constrói a imagem de um sujeito diverso, sujeito do possível, poeta, negro e periférico. Seu *ethos* pretende convencer o

público destinatário de que aquele espaço de produção literária, pode sim, ser ocupado e significado por um sujeito diverso usuário da língua de sinais, um sujeito não visto apenas pela/na deficiência, mas sujeito da linguagem, do discurso e da literatura.

Nessa mesma linha de análise, recortamos um trecho de uma das poesias apresentadas por Edinho durante a competição *Slam Brasil* na qual ele consegue chegar até a batalha final. Esse é um dos momentos mais fortes do minidocumentário no qual a câmera recorta as emoções e expressividades de Edinho quando enunciava sua poesia para o grande público.

Figura 5: Edinho Poesia na competição



Fonte: Imagens retiradas do minidocumentário.

“Quando eu era pequeno/ diziam: ‘mudinho, mudinho, mudinho’/Eu já homem feito e barbado/ e eles: ‘mudinho, mudinho, mudinho/ Me casei, tive filho/ e eles: ‘mudinho, mudinho, mudinho/ Eu envelheci, me cansei, me curvei/ e eles: ‘mudinho, mudinho, mudinho/Mudinho? Não, meu nome é Edinho, PORRA”. (Edinho, 2018)

Nesse recorte de análise acima, Edinho Poesia projeta um *ethos pré-discursivo*. O mundo estereotipado que ele mesmo apresenta, e que os destinatários também fazem dele, é rompido, ou seja, é deslocado para um novo olhar. Essa concepção negativa de um lugar que não deve ser ocupado por um surdo, negro e periférico é deixada. As representações coletivas direcionadas ao comportamento dos surdos, entendidas como um carimbo que é pré-atribuído a alguém, ou seja, as imagens que se tem sobre surdez e língua de sinais, nessas circunstâncias discursivas, são deslocados.

O enredo da poesia de Edinho é composto por denominações e estereótipos que marcaram fortemente a vida do poeta ao longo dos anos. O que se destaca em seu *ethos discursivo*, é justamente a imagem de um *sujeito furioso*, demonstrada principalmente, pela sua movimentação em gestos corporais e pela forte expressão teatral durante a apresentação de sua poesia. O que Edinho usa como elemento linguístico (pista discursiva) para romper/quebrar com essa cadeia enunciativa é a expressão “Não, meu nome é Edinho, PORRA”. Nesse viés, a construção do *ethos mostrado* de Edinho, passa principalmente pelo que foi dito (*ethos dito*) por ele.

O termo usado, “Não”, no início da expressão acima, não é simplesmente pensado como a negativa de tal afirmação. O efeito vai muito além de apenas negar – através da partícula “não” – a condição de ser “mudinho” (termo usado pejorativamente pela sociedade ouvinte), pois trata-se de uma negação no domínio socioideológico. Apesar dos imaginários sobre Surdez e Libras levantados no primeiro recorte serem significantes, no segundo recorte, o *ethos dito* enunciado por Edinho, não confirma o *ethos pré-discursivo*, a construção estereotípica pensada inicialmente. No entanto, percebemos que há um processo histórico e cultural significando no *ethos mostrado* de Edinho.

Nessa mesma linha, o *ethos mostrado* construído por Edinho é do domínio do não explícito, da imagem que não é materializada diretamente no texto. Dito isso, pode-se afirmar que Edinho constrói um *ethos da fúria*, que ocupa o lugar discursivo do silêncio. A fúria como componente que destaca Edinho como um sujeito revoltado, cansado das tentativas de normatização. Por meio de um gatilho final, gritando e oralizando a palavra “porra”, Edinho carrega nesse enunciado direto, um tom pesado, tom de revolta. O sujeito surdo, negro e periférico ocupa o lugar do silêncio e é pela fúria que Edinho constrói uma imagem própria do incômodo e da insatisfação, materializada por meio dos gestos corporais e linguísticos.

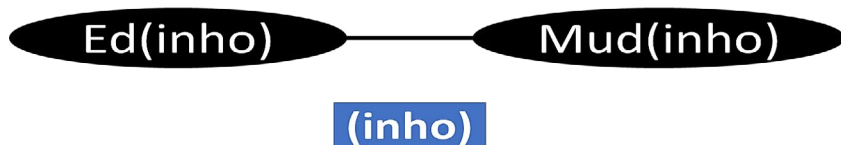
Partindo do princípio de que, o *ethos discursivo* em Maingueneau versa não apenas por meio do verbal, mas, também, pelo visual, pelo conjunto de características físicas e psíquicas, o *caráter* e a *corporalidade* definidos pelo autor aparecem fortemente no material de análise. No fim do poema, o elemento linguístico “porra” somado ao movimento corporal de mãos para o ar, socos ao vento, e o grito no final, mostram que o enunciador cria nesse recorte (mais precisamente nos primeiros segundos do vídeo) sua imagem pela força do manifesto, da revolta, pela tentativa de romper com o imaginário

social predominante sobre ser surdo, negro e periférico. Por meio do grito “porra” e pelos socos e berros ao ar, Edinho torna possível a incorporação dos destinatários (o auditório) na sua identidade e no seu caráter. O público sentado se manifesta fortemente reproduzindo os berros de Edinho, demonstrando, portanto, uma empatia com uma nova cultura e uma nova manifestação artística.

Por outro lado, temos um imaginário que vê o surdo como um sujeito que vive com a falta, com a necessidade. Edinho, por meio do *ethos de fúria*, no domínio do possível, ocupa esse espaço de enunciação com sua cultura, identidade e língua de sinais. Essa ocupação lhe dá a visibilidade, a oportunidade de ser um diverso, um sujeito durante muito tempo foi taxado, apagado e silenciado.

Outra possibilidade de analisar os sentidos da produção do discurso de Edinho Poesia, está no próprio jogo linguístico que se utiliza de palavras com o sufixo -inho:

Figura 6: Movimento parafrástico/deslocamento



Fonte: Do autor

Compreendemos esse recorte como um movimento parafrástico, isto é, a partir de duas denominações pode-se deslocar sentidos. É pela própria língua que o sujeito se constitui como tal e isso está presente no nome social de Edvaldo Santos, conhecido como Ed(inho). Nessa perspectiva teórica, o *ethos pré-discursivo* como dito por Maingueneau (2008), se configura pelo conjunto de estereótipos ligados aos mundos éticos. Nesse sentido, há na denominação de Ed(inho) e mud(inho), um deslocamento, uma construção social e ideológica.

A depreciação pelo sufixo ‘inho’, traz em evidência a imagem de um sujeito taxado como: deficiente, inferior, incompleto, incapaz. Dito isso, podemos perceber, nesse recorte, justamente a retomada de sentidos que historicamente foram reproduzidos com concepções de diminuição, marginalização e taxação dos sujeitos surdos, ou melhor, o *ethos mostrado* nesse recorte, é significado pela formação socioideológica que deprecia, marginaliza, separa e classifica o surdo pela/na deficiência.

Outro elemento discursivo que podemos compreender na construção do *ethos* de Edinho Poesia se dá pela noção de *fiador*¹¹ proposta por Maingueneau (2008). Nesse viés, recortamos os momentos nos quais a câmera registra o intérprete James Bantu à esquerda e Edinho na competição.

Figura 5: Edinho Poesia na competição



Fonte: Imagens retiradas do minidocumentário.

“Eles me convidaram a ler [...] Eu falei, não! Não quero ler. Não quero ler, se eu tiver que ler alguma coisa, que eu leio o Edinho. Quis me arriscar a entender e sentir aquilo que ele estava dizendo né, aquilo que era a expressão dele. Aí eu fiquei vendo, fiquei vendo, olhando, olhando, olhando e eu falei: Eu entendi! (James Bantu, 2018)

Partindo do ideal que ultrapassa a forma enunciativa do discurso e ancorados nos elementos externos à linguagem e aos sujeitos, no quarto e último recorte da nossa pesquisa percebemos acima, que o locutor/sujeito enunciante surdo se inscreve em lugar possível de significação historicamente negado, (in)visível a sua língua e cultura. Além disso, para construir a imagem de *sujeito possível*, Edinho Poesia toma como necessária a interferência da língua oral-auditiva que se dá pela presença da figura de um segundo sujeito, o fiador James Bantu,

11 - Na perspectiva de Maingueneau (2008), o *fiador* se dá pela relação de co-enunciação, isto é, a uma imagem do enunciador que tem como base a interferência de um outro sujeito, ajudando com vários indícios textuais de diversas ordens a construir a imagem do locutor.

sujeito que interpreta e forma dupla na apresentação. Percebe-se que para os sujeitos destinatários terem acesso a imagem que Edinho faz dele próprio, foi necessária a inscrição do que é dito, uma língua outra (português oral) nesse espaço de enunciação.

O próprio depoimento de James Bantu ao falar de como recebeu o convite para interpretar Edinho nos dá uma ideia da situação de não compreensão e de depreciação pautadas pela língua de sinais. Nesse sentido, Edinho se vê na co-dependência para produzir e construir seu *ethos*. Com isso, o sujeito James Bantu interpreta a poesia, incorporando sonoramente os elementos verbais e gestuais ditos pelo poeta surdo. O *ethos* de Edinho construído pela condição de possível, é atravessado pela necessidade do oral, da língua outra para se significar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em linhas gerais, nosso trabalho teve como objetivo compreender, pela perspectiva discursiva, a construção do *ethos* de Edvaldo Santos (surdo, negro e periférico), mais conhecido como Edinho Poesia, no minidocumentário: *O silêncio e a fúria - poetas do corpo*. Esse estudo se justifica pela necessidade e importância de se compreender discursivamente os sentidos em funcionamento na produção audiovisual que trata da poesia surda. A produção poética em língua de sinais tem grande valor para a construção da cultura e da identidade surda. É por meio da poesia surda como artefato cultural de um povo que os sujeitos surdos representam suas lutas e militâncias ao longo das eras.

Dito isso, foi possível, a partir desse gesto de análise, observar a imagem de Edinho como sujeito surdo, negro, periférico e atravessado por diferentes formações socioideológicas. Percebemos em nossas análises um *ethos* de resistência, de luta, de ruptura de práticas e de conquista de um espaço que lhe foi negado historicamente, um espaço antes visto apenas pela ótica de uma língua oral auditiva. Uma formação socioideológica que vê a surdez como um lugar de não possibilidade, um lugar de não visibilidade, não capacidade de produção no meio artístico. Edinho constrói a imagem de um sujeito diverso, sujeito do possível, poeta, negro e periférico.

A projeção do seu *ethos* pode convencer o público destinatário de que aquele espaço de produção literária pode sim ser ocupado e significado por um sujeito diverso, usuário da língua de sinais, não mais um sujeito apenas visto pela/na deficiência, mas um sujeito da linguagem, do discurso e da literatura. O *ethos* em nossas compreensões

é apresentado pela força do manifesto, da revolta, na tentativa de romper com um imaginário cristalizado socialmente sobre ser surdo, negro e periférico, condição que o deprecia, o marginaliza, o separa e o classifica apenas como surdo. Edinho, por meio do *ethos de fúria*, no domínio do possível, ocupa esse espaço de enunciação com sua cultura, identidade e língua de sinais. O *ethos* discursivo de Edinho é também construído pela condição do possível, atravessado pela necessidade do oral, da língua outra para se significar.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Da noção retórica de ethos à Análise do Discurso**. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1xPxettnKKmDl8Jbt8G1h6GsgbZ6XUxk/view?usp=sharing>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel, 2007.

BARBOSA, Liége. **Movimento Slam no Brasil e no RS: origens, características e dinâmicas das batalhas poéticas de juventude**. In: *Anais do VIIIº Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação / Vº Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação*. Canoas: PPGEDU, 2019. Disponível em: <https://www.2019.sbece.com.br/site/anais2?AREA=13>. Acesso em: 27 dez. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem**. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida; MELLO, Renato de (orgs.). *Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001, p. 23-38. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/padrao cms/documentos/nucleos/nad/CHARAUDEAU%20%20Uma%20Teoria%20dos%20sujeitos%20da%20Linguagem.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. **Revista Memento** v. 05, n 02, 2014. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826/pdf_44. Acesso em 13 jan. 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança social**. Coord. Trad., revisão e pref. à ed. bras. de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2008 (reimpressão).

LOPES, M. **O sujeito surdo e a literatura surda: Sentidos possíveis**. In: COSTA, G. C. da; CHIARETTI, P. (orgs.). *Arte e Diversidade*. Vol. 3. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. **DELTA [online]**. 2005. Vol.21, n.spe., PP1-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-445020050003000002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-4450. Acesso em 02 de jan. 2021.

MAINGUENEAU, D. A Análise do discurso e suas fronteiras. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.14, n.20, p.13-p.37, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga20/arqs/matraga20a01.pdf>. Acesso em: 30 de dez. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção de ethos. São Paulo: Contexto, 2005a. p. 69-90.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura** Ano 05 n.11 - 2º Semestre de 2009- ISSN 1807-5193.

ORLANDI, Eni P. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**. Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista, n.1, p. 9-13, junho de 2005.

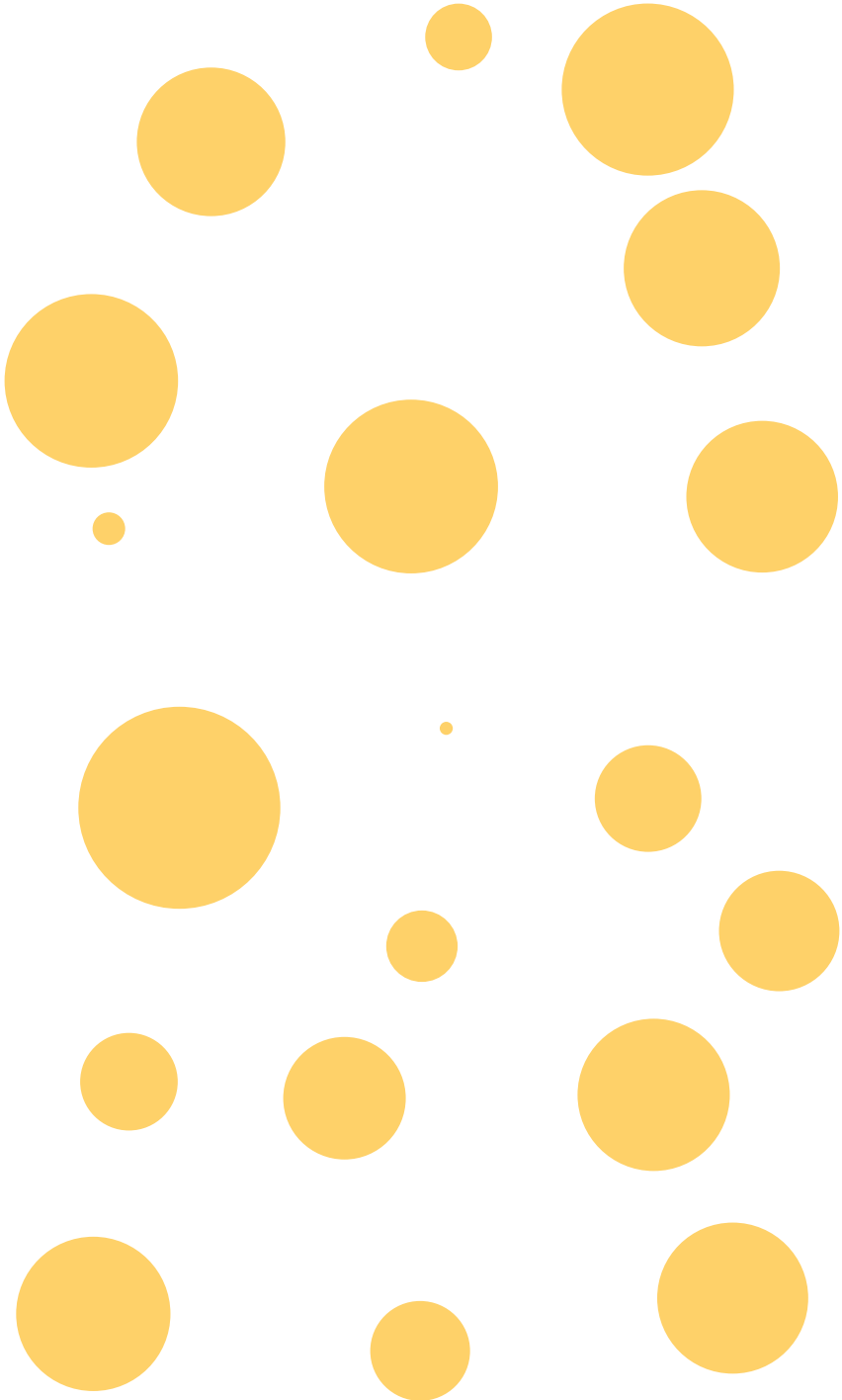
PERLIN, G. T. T. Identidades Surdas. In Skliar, C. (org.). **A Surdez**: um Olhar Sobre as Diferenças. Porto Alegre Mediação, 2013, p. 51-73

PERLIN. Gládis; Strobel. Karin. **Teorias da Educação e Estudos Surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis 2009.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. **Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 10 de jan. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.



A ORGANIZAÇÃO DA LÓGICA E DA ENCENAÇÃO NARRATIVA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO FEMININO EM FILMES DA DISNEY

Janayna Rocha da Silva
Ilana da Silva Rebello

“O que isso demonstra, acho, é quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história, particularmente durante a infância”.

(Chimamanda Ngozi Adichie)

PRIMEIRAS PALAVRAS

Contar histórias faz parte da vida do ser humano. Segundo Barthes (2011, p.19), “a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade”. Para o autor, o cinema é um dos veículos capazes de sustentar uma narrativa. Marc Ferro(1992), estudioso da relação entre cinema e história, defende que “todo filme tem uma história que é História” (p.17).

Walt Disney, até os dias de hoje, é considerado um dos grandes nomes quando pensamos em animações. Disney fez com que o desenho animado e os profissionais que trabalham nesse campo de atuação obtivessem um reconhecimento artístico e técnico. Ele compreendeu que os actantes não deveriam apenas fazer o espectador rir, mas sim extrair reações emocionais da plateia. Tratava-se, portanto, de retratá-los como vivos e não como animados.

[...] promovendo uma ligação com a plateia que os desenhos mais rudimentares não proviam e permitindo que o público se reconhecesse nos personagens Disney da mesma forma que se reconheciam nas estrelas do cinema ao vivo ou nos personagens da literatura, Walt Disney estava no negócio de criar vida. “A maioria das pessoas acha que a palavra ‘animação’ significa movimento”, explicou certa vez Ken Peterson, um animador de Disney, “mas não é assim. Ela tem origem em *animus*, que significa ‘vida’ ou ‘viver’. Criar movimento não é animação, é apenas a sua mecânica.” “Nós os investimos de vida”, disse Walt a um repórter sobre suas criações animadas. (GABLER, 2016, p.205)

Gabler aponta que nenhuma figura isolada conseguiu dominar a cultura popular americana como Walt Disney. Somente em 1966, ano de sua morte, 240 milhões de pessoas viram um filme de Disney, 100 milhões de espectadores assistiram a um programa de televisão de Disney, 50 milhões ouviram os discos de Disney, 80 milhões compraram uma mercadoria de Disney, 150 milhões leram revistas em quadrinhos de Disney, 80 milhões viram um filme educativo de Disney e quase 7 milhões visitaram a Disneylândia.

Assim, pensando na inegável importância dos filmes, já que são, muitas vezes, o meio mais acessível de consumo de cultura para o grande público, e dos discursos propagados por eles, este trabalho, que é um recorte da dissertação “E foram empoderadas para sempre?": uma análise semiolinguística da construção do *ethos* feminino nos filmes de princesas da Disney”, objetiva investigar como se constrói a lógica e a encenação narrativa nos filmes “A pequena sereia” (1989) e “Moana – um mar de aventuras” (2016). A partir de tal investigação, buscaremos refletir sobre o imaginário construído acerca do gênero feminino.

Em “O perigo de uma história única”, a autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie nos faz refletir a respeito do fato de, muitas vezes, estarmos imersos em diferentes versões de uma única história. Ao pensarmos na história das mulheres, embora sejamos diversas, certos imaginários ainda permanecem enraizados em nosso inconsciente coletivo. Nesse sentido, é bem provável que ao elencarmos características concernentes ao gênero feminino, apontemos: “sensibilidade”, “meiguice”, “maternidade”. Contudo, será que todas as mulheres se enquadrariam em tais acepções? Adichie (2019, p. 13) afirma que “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que são incompletos”. Portanto, a nossa investigação focará nas actantes Ariel e Moana. Tomaremos como base, prioritariamente, a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso postulada pelo professor Patrick Charaudeau.

ERA UMA VEZ... A ORGANIZAÇÃO DA LÓGICA E DA ENCENAÇÃO NARRATIVA

Como já dissemos, a Teoria Semiolinguística, fundada por Patrick Charaudeau, é a base teórica na qual esta pesquisa se fundamenta. Assim, o discurso é uma atividade linguageira realizada por sujeitos inseridos em contextos sócio-históricos que interagem com o intuito de falarem sobre o mundo, recriando-o discursivamente.

De acordo com Charaudeau (2016), o ato de linguagem é apresentado como uma encenação discursiva realizada por sujeitos que interagem entre si, em um determinado contexto situacional, regidos por um contrato comunicacional. Ainda segundo o autor, há, no mínimo, quatro sujeitos protagonistas no ato da comunicação: o Eu-comunicante, e o Tu-interpretante (parceiros, seres do FAZER) e o Eu-enunciador e o Tu-destinatário (protagonistas, seres do DIZER).

Dessa forma, ao pensarmos no *corpus* desta pesquisa, verificamos que há dois espaços de significação: um espaço externo e um espaço interno ao texto. No espaço externo ao texto, encontram-se os seres de existência real; portanto, temos os produtores e os espectadores. Já no espaço interno ao texto, encontram-se os seres da ficção; assim, temos o narrador e os personagens. Dessa forma, há uma dupla *misè en scene*: uma no mundo da produção e interpretação e outra no mundo da representação, que será melhor descrita mais à frente.

As adaptações cinematográficas de “A pequena sereia” e “Moana – um mar de aventuras” foram baseadas em um conto e em uma *lenda maori*, respectivamente. Ambos os gêneros – conto e lenda – apresentam a sua estrutura organizada pelo modo de organização narrativo. Esse modo tem como função base *contar*.

Segundo Charaudeau (2016), o ato de contar só estará relacionado a uma narrativa, caso *descreva uma sequência de ações* por meio de um *contador*, que, por sua vez, tem de *transmitir algo*, de um certo modo, a um *destinatário*. Portanto, não basta, apenas, descrever uma sequência de ações, já que é necessário contextualizá-la.

Ademais, contar é uma atividade *posterior* à existência de uma realidade que se apresenta como passada, mesmo quando é fictícia e faz surgir o *universo contado*. Assim, esse universo construído pretende refletir fielmente a realidade passada; para isso, as narrativas são estruturadas por meio de procedimentos que realizam *efeitos discursivos de realidade e de ficção*.

É importante ressaltar que não se pode confundir narrativa e narrativo. A narrativa é uma totalidade, pois engloba os modos de organização *narrativo* e *descritivo*, enquanto o modo narrativo é um dos componentes da narrativa. O que os distingue é o fato de que o descritivo apresenta um mundo imutável que precisa apenas “ser reconhecido”, “ser mostrado”. Já o narrativo apresenta um mundo que precisa ser descoberto e, para que isso aconteça, ele se constrói a partir de uma sucessão de ações que se influenciam e se transformam progressivamente.

O discurso construído pelo modo narrativo ocorre em dois níveis: uma estrutura lógica e uma superfície semantizada. O primeiro é a espinha dorsal da narrativa, ou seja, uma sucessão de ações construídas a partir de uma lógica; já o segundo baseia-se na estrutura lógica, transformando-a. O modo narrativo, portanto, caracteriza-se pela *organização da lógica narrativa* e pela *organização da encenação narrativa*.

A lógica narrativa é construída por três componentes que são definidos por Charaudeau (2016, p. 160) como:

- os *actantes*, que desempenham *papéis* relacionados à ação da qual dependem.

- os *processos*, que unem os actantes entre si, dando uma *orientação funcional* à sua ação.

- as *sequências*, que integram processos e actantes numa finalidade narrativa segundo certos *princípios de organização*.

Os actantes do modo de organização narrativo precisam desempenhar um papel de forma *contextualizada*, pois é por meio do contexto que o enunciado adquire uma finalidade narrativa. Além disso, eles são hierarquizados a partir de dois pontos de vista: sob o ponto de vista de sua natureza – actantes humanos ou considerados como tais – e sob o ponto de vista de sua importância na trama – actantes principais e actantes secundários.

“A pequena sereia” traz como actante principal Ariel; “Moana – um mar de aventuras” traz como actante principal Moana. As duas produções apresentam vários actantes secundários; elencamos alguns deles com a finalidade de exemplificarmos: Sebastião e Linguado (actantes secundários do filme “A pequena sereia”), Vovó Tala e Heihei (actantes secundários do filme “Moana – um mar de aventuras”).

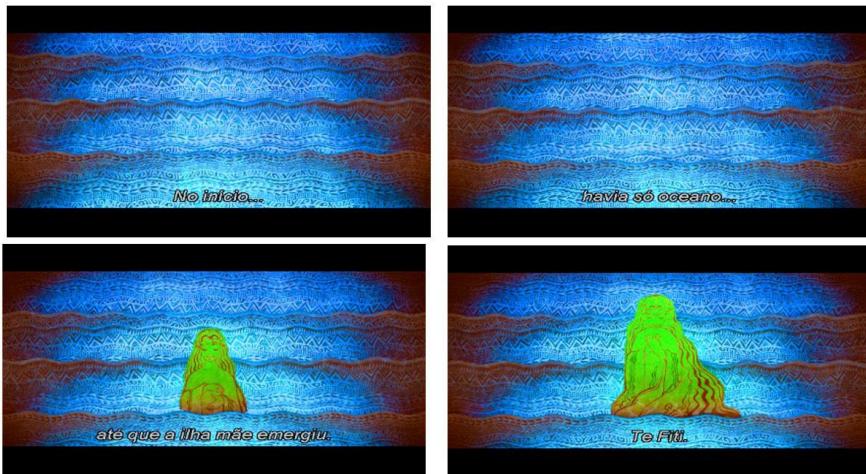
Os processos narrativos são unidades de ações que se correlacionam com outras ações. Apresentam duas funções: uma função narrativa principal e uma função narrativa secundária. A função narrativa principal determina as conexões da história principal, em uma lógica de causa e consequência; a função narrativa secundária completa os espaços entre as grandes articulações da história principal, ou seja, são histórias secundárias que se “amarram” à história principal, engrandecendo-a.

As sequências são organizadas por meio de quatro princípios: o da coerência, o da intencionalidade, o do encadeamento lógico e o de localização em que:

- I. o princípio da coerência parte da premissa de que a sucessão de ações não é arbitrária, mas coerente, sendo delimitada em seu princípio e fim. Portanto, para a história apresentar linearidade, é preciso que as ações desempenhem um papel narrativo de *abertura* e outros de *fechamento*.

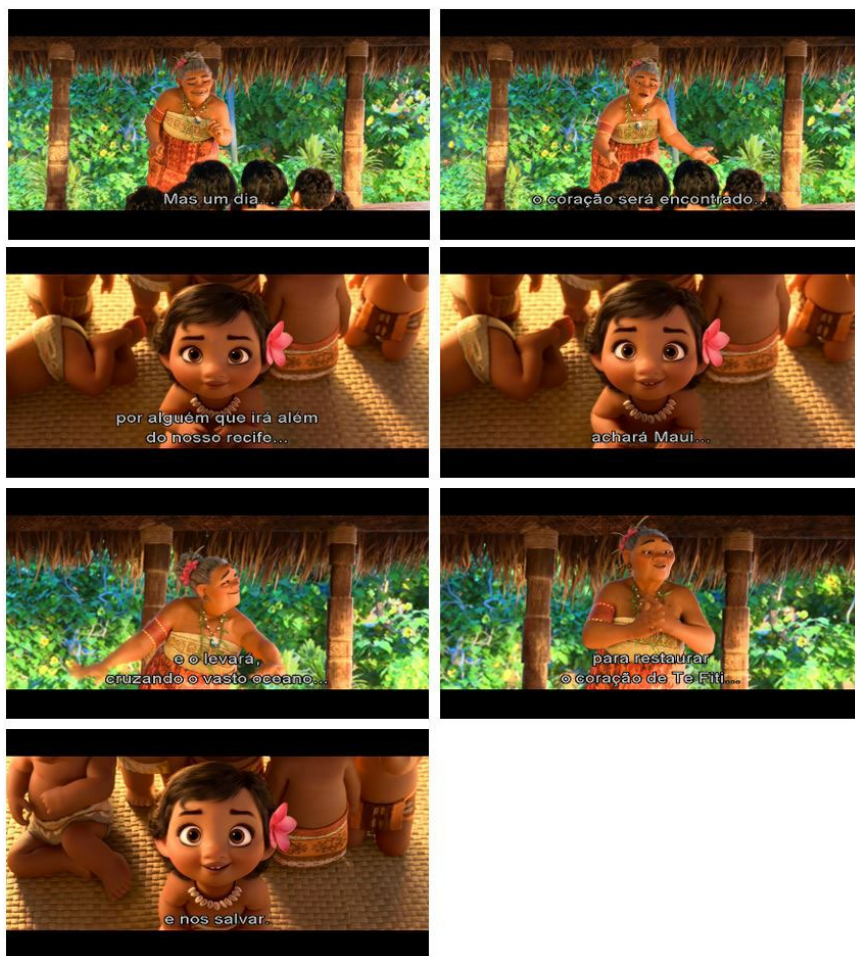
Ilustraremos esse princípio e os outros por meio de algumas cenas que compõem a narrativa “Moana – um mar de aventuras”:

Figura 1: Sequência de cenas para exemplificar o princípio da coerência – papel narrativo de abertura.



Fonte: Moana – um mar de aventuras

Figura 2: Sequência de cenas para exemplificar o princípio da coerência – papel narrativo de fechamento.



Fonte: Moana – um mar de aventuras

O princípio da coerência é estabelecido por meio da sucessão de ações que ocorre na cena ilustrada, nas quais a função de abertura acontece por meio do enunciado: “No início havia só o oceano, até que a ilha mãe surgiu, Te Fiti”. Assim, a locução adverbial de tempo “no início” abre a narrativa, mostrando que não há ações antecedentes. Já o enunciado, “Mas um dia o coração será encontrado por alguém que irá além do nosso recife, achará Maui e o levará, cruzando o vasto oceano para restaurar o coração de Te Fiti e nos salvar”, realiza a função de fechamento da cena, configurando o fim do processo iniciado pela função de abertura.

- II. o princípio da intencionalidade determina que as ações com abertura e fechamento devem possuir uma razão de ser, pois é através dessa motivação que a história tem sentido. Esse princípio organiza-se por meio da seguinte tríade: estado inicial (falta), estado de atualização (busca) e estado final, que logra o êxito ou não. Vejamos:

Figura 3: Sequência de cenas para exemplificar o princípio da intencionalidade – estado inicial (falta).



Fonte: Moana – um mar de aventuras

Figura 4: Sequência de cenas para exemplificar o princípio da intencionalidade – estado de atualização (busca).



Fonte: Moana – um mar de aventuras

Figura 5: Sequência de cenas para exemplificar o princípio da intencionalidade – estado final (resultado).



Fonte: Moana – um mar de aventuras

A fim de tornarmos mais clara a exemplificação, vejamos o esquema a seguir:

Estado inicial (falta): “Mas com o tempo começaram a procurar o coração de Te Fiti. [...] E um dia o mais atrevido de todos eles cruzou o oceano para pegá-lo”.

Estado de atualização (busca): “Mas um dia o coração será encontrado por alguém que irá além do nosso recife”.

Estado final (resultado): Êxito: “achará Maui e o levará, cruzando o vasto oceano para restaurar o coração de Te Fiti e nos salvar”.

III. o princípio de encadeamento acontece por meio das sequências de ações que acontecem de forma linear e gradativa e são determinadas por quatro tipos de encadeamentos: de sucessão, as sequências sucedem-se de maneira linear e consecutiva; de paralelismo, as sequências são regidas por um actante-agente diferente, de forma autônoma; de simetria, duas sequências são regidas por um actante-agente diferente, mas encontram-se intrinsecamente ligadas, já que a realização positiva de uma acarreta a realização negativa da outra; de encaixe, microssequências estão inseridas no interior de uma sequência mais ampla para detalhar certos aspectos desta. Na cena escolhida (figuras 1, 2, 3 e 4), como

ilustração, observamos que as sequências de ações ocorrem de forma linear, sendo, portanto, utilizado o encadeamento por meio de sucessão.

- IV. o princípio da localização fornece pontos de referência (espaço, tempo e características dos actantes) à organização da trama. O espaço é revelado por meio dos signos icônicos (mar, folhagem, sapê), situando o espectador no local onde a narrativa ocorre – em uma ilha. Já o tempo é revelado por meio do enunciado produzido pela actante secundária Vovó Tala: “E ainda hoje”, o advérbio hoje revela a atualidade da narrativa.

Figura 6: Cena para ilustrar o tempo da narrativa.



Fonte: Moana – um mar de aventuras

Em relação à caracterização dos actantes, abordaremos especificamente a caracterização dada à Moana. Vovó Tala, que é a narradora-personagem desta cena, fala: “Mas um dia o coração será encontrado por alguém que irá além do nosso recife, achará Maui e o levará, cruzando o vasto oceano para restaurar o coração de Te Fiti e nos salvar”. Ao produzir esse enunciado, a narradora caracteriza implicitamente o “alguém”, a que se refere, como uma pessoa destemida, corajosa, que é capaz de enfrentar todos os obstáculos. Nesse momento, o rosto de Moana é enquadrado, levando o espectador a inferir que o “alguém” ao qual a narradora se refere é Moana.

Figura 7: Enquadramento de Moana.



Fonte: Moana – um mar de aventuras

O discurso, portanto, construído pelo modo narrativo deve apresentar-se de forma coerente, permitindo ao leitor/espectador, em uma atitude projetiva, identificar-se com os actantes e com a história narrada. Assim, ao identificar-se, o Tui pode ser levado ao convencimento, podendo aderir ao projeto de fala estabelecido pelo Euc. Logo, podemos pensar que narrar é convencer, como apontou Feres,

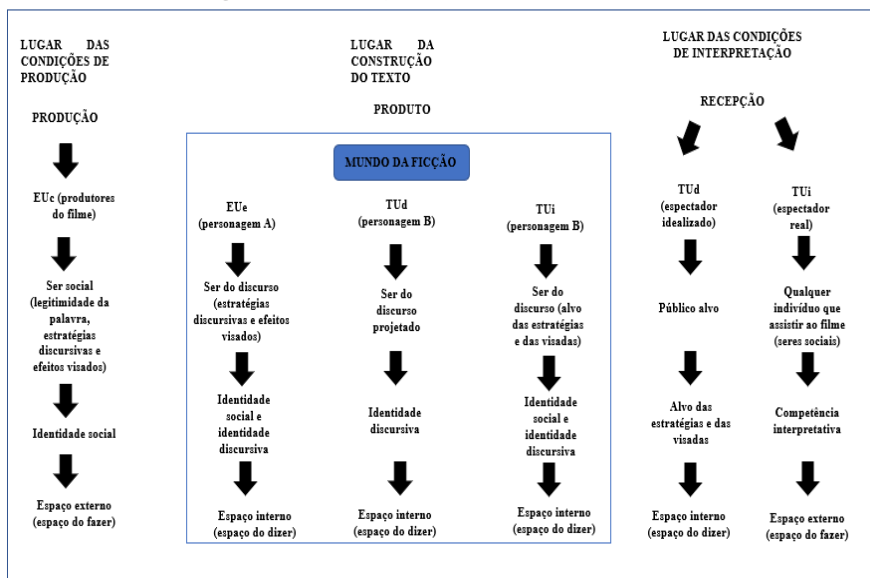
[...] a defesa de uma tese sob a roupagem de um enredo que não só capta a identificação do interlocutor numa atitude projetiva, mas também o convence por causa dessa mesma identificação. A construção textual é preparada para expor dramaticamente fatos, situações, relações pessoais, para que o sujeito interpretante seja não somente afetado pela patemização programada na textualização, mas, indiretamente, convencido de uma ideia, ou ainda levado a agir de uma determinada maneira. (FERES, 2019, p.21)

Mencionamos, anteriormente, que o modo narrativo se estrutura a partir de uma lógica e de uma encenação narrativa. Falaremos, agora, sobre a encenação narrativa. Charaudeau afirma que toda narrativa depende de uma encenação e que essa se dá por meio da articulação entre dois espaços de significação, sendo eles um espaço externo ao texto e um espaço interno ao texto.

Para entendermos a encenação narrativa, é preciso que tenhamos noções claras do que concerne um autor, um narrador, um leitor real e um leitor idealizado. O autor é um ser social, possuidor de uma identidade social; já o narrador é um ser discursivo, possuidor de uma identidade discursiva. O mesmo ocorre com o leitor. O leitor real é um ser real, possuidor de uma identidade social, aquele cuja competência de leitura é exigida; já o leitor idealizado é um ser discursivo, possuidor de uma identidade discursiva, é o destinatário idealizado da história contada pelo narrador.

O espaço externo é ocupado pelo autor e pelo leitor real; já o espaço interno é ocupado pelo narrador e pelo leitor idealizado. Assim, Charaudeau (2016, p.184) diz que o dispositivo da encenação narrativa compreende, por conseguinte, quatro sujeitos ligados dois a dois de maneira não simétrica, mas ligados igualmente entre si de um espaço a outro, podendo estar presentes numa mesma narrativa, de maneira explícita ou implícita e sob diferentes formas, como podemos observar na figura a seguir.

Figura 8: Os sujeitos no texto narrativo.



Fonte: Criação nossa, a partir de Xavier (2017, p.122)

Podemos, portanto, afirmar que os filmes “A pequena sereia” e “Moana – um mar de aventuras” estruturam-se, majoritariamente, por meio do modo narrativo e são materializados por meio de narrativas que possuem como base os contos de fadas. Logo, esse é o tema da nossa próxima seção.

Era uma vez... Os contos de fadas e a construção do imaginário feminino

A História da Literatura registra que a primeira coletânea de contos infantis foi publicada no século XVII, na França, durante o reinado de Luís XIV, pelas mãos do poeta Charles Perrault. Perrault que, em 1697, reuniu, no livro *Contos da Mãe Gansa*, oito histórias: *A Bela Adormecida no Bosque*; *Chapeuzinho Vermelho*; *O Barba Azul*; *O Gato de Botas*; *As Fadas*; *Cinderela ou A Gata Borracheira*; *Henrique do Topete* e *O Pequeno Polegar*. O poeta atribuiu a autoria ao seu filho Pierre Perrault que, por sua vez, ofereceu à Infanta, neta do rei. Os contos *A Pele de Asno*, *Grisélidis* e *Desejos Ridículos* foram acrescentados à segunda publicação do livro.

Os irmãos Jakob e Wilhelm Grimm, um século depois (XVIII), na Alemanha, iniciaram pesquisas linguísticas que foram responsáveis por consolidar a Literatura Infantil, expandindo-a pela Europa e pelas Américas. Coelho (2003) aponta que os Grimm eram

participantes do Círculo Intelectual de Heidelberg, os Grimm – filólogos, folcloristas, estudiosos da mitologia germânica empenhados em determinar a autêntica língua alemã (em meio aos numerosos dialetos falados nas várias regiões germânicas) - entregam-se à busca das possíveis invariantes linguísticas, nas antigas narrativas, lendas e sagas que permaneciam vivas, transmitidas de geração para geração, pela tradição oral. (p.23)

Assim, os Grimm recolheram e selecionaram diversos textos de modo que acabaram se deparando com as narrativas maravilhosas. Formaram, portanto, uma coletânea que é conhecida atualmente como Literatura Clássica Infantil. Os contos mais conhecidos são: *A Bela Adormecida*; *Branca de Neve e os Sete Anões*; *Chapeuzinho Vermelho*; *A Gata Borralheira*; *O Ganso de Ouro*; *Os Sete Corvos*; *Os Músicos de Bremen*; *A Guardadora de Gansos*; *Joãozinho e Maria*; *O Pequeno Polegar*; *As Três Fiandeiras*; *O Príncipe Sapo* e muitos outros. Dessa forma, os irmãos Grimm tornaram-se um dos principais escritores e adaptadores de contos para crianças, sendo reconhecidos até os dias de hoje.

No século XIX, início do Romantismo, o dinamarquês Hans Christian Andersen completou o acervo da Literatura Infantil Clássica com os *Eventyr* (168 contos). Afinado aos ideais românticos, as suas histórias propagavam padrões comportamentais a serem adotados pelas crianças. Andersen tornou-se a voz que falava para as crianças com a “linguagem do coração”.

De acordo com Coelho (2003), as pesquisas sobre narrativas populares e folclóricas espalharam-se pela Europa e pelas Américas. Cada nação, entre elas o Brasil, “empenhava-se em descobrir as verdadeiras raízes nacionais” (p.29). Essas investigações descobriram que, embora os povos tivessem origens e processos históricos distintos, muitas narrativas eram comuns. A partir disso, os estudiosos realizaram o cruzamento de diversas pesquisas, que acabaram

revelando, nas raízes daqueles textos populares, uma grande fonte narrativa, de expansão popular: a fonte oriental (precedente da Índia, séculos antes de Cristo), que se vai fundir, através dos séculos, com a fonte latina (greco-romana) e com a fonte céltico-bretã (na qual nasceram as fadas). (COELHO, 2003, p.30)

No século XIX, no entanto, a egiptóloga Mrs. D’Orbeney encontrou um papiro de 3.200 anos em escavações feitas na Itália, logo, mais antigo do que as fontes indianas e com narrativas comuns a estas. De acordo com Coelho (2003),

essas diversas fontes, levadas através dos tempos, para diferentes regiões, por peregrinos, viajantes, invasores, foram-se misturando umas às outras e criando as diferentes formas narrativas “nacionais”, que hoje constituem a Literatura Infantil Clássica e o folclore de cada nação. (p.31)

Originárias da cultura celta, as fadas apresentaram uma nova imagem da mulher - a mulher com poderes sobrenaturais. Coelho (2003) destaca que os celtas veneravam todas as manifestações da natureza. Assim, a água era considerada a grande geradora da vida, de onde a figura da fada surgiu.

As fadas são personificadas como seres fantásticos ou imaginários que são dotadas de grande beleza e apresentadas sob a forma de mulher. Elas possuem poderes sobrenaturais, capazes de interferir na vida dos homens, ajudando-os em situações de perigo. As fadas podem também personificar o mal, apresentando-se como bruxas. Coelho (2003) mostra que fadas e bruxas são formas simbólicas de representarem a dualidade feminina ou a condição da mulher.

É preciso salientarmos que, embora pertençam ao universo do maravilhoso, há diferenças existentes entre o conto maravilhoso e o conto de fadas. O conto maravilhoso “gira em torno de uma problemática material/social/sensorial – a busca de riquezas, a conquista de poder, a satisfação do corpo, etc.- ligada basicamente à realização socioeconômica do indivíduo em seu meio” (Op. cit., p.79), enquanto o conto de fadas “gira em torno de uma problemática espiritual/ética/existencial, ligada à realização interior do indivíduo, basicamente, por intermédio do Amor” (Op. cit., p.79).

Quanto à estrutura, o gênero conto de fadas apresenta o actante principal enfrentando grandes obstáculos, passando por diversas tribulações, até alcançar o êxito. O leitor/espectador é transportado para o “mundo do faz-de-conta”, contudo há elementos do seu cotidiano pautando esse mundo imaginário, como os valores morais, os ideais de bondade e maldade. Bettelheim, em sua obra *A psicanálise dos contos de fadas* (2007), aponta que “em praticamente todo conto de fadas, o bem e o mal são corporificados sob forma de alguns personagens e de suas ações” (p.16), de modo que “não são ambivalentes – não são ao mesmo tempo boas e más, como somos todos na realidade. No entanto, uma vez que a polarização domina a mente da criança, ela também domina os contos de fadas” (p.17).

De modo diferente, os contos de fadas modernos, aliados à pós-modernidade, apresentam uma mudança de paradigma, construindo,

assim, actantes ambivalentes. Nos contos tradicionais, o herói e o vilão são identificados facilmente, seja pela personalidade, traços físicos, vestimenta, entonação da voz - no caso do cinema -, já os contos atuais retratam a ambivalência humana. Desse modo, um actante pode ter atitudes consideradas repreensíveis e, ao mesmo tempo, ter atitudes consideradas íntegras. Para Corso; Corso (2006), “a tendência do romance moderno também envolveu as histórias infantis, as personagens passaram a ter vida interior, a serem pessoas divididas, contraditórias” (p.171).

Em “Moana – um mar de aventuras”, não há a personificação de vilões de acordo com os princípios clássicos. Pensemos por exemplo em Maui. Em um primeiro momento, podemos considerá-lo como um dos vilões da narrativa, já que é ele quem rouba o coração de Te Feti causando desarmonia no mundo. Porém, ao longo da trama, verificamos que essa atitude não foi provocada por ódio, vingança ou qualquer sentimento que o qualifique como vilão. Maui, ao nascer, foi jogado no mar pelos seus pais, sendo encontrado pelos deuses, que o salvaram e o tornaram um semideus. Assim, ao retornar para o mundo, ele decide roubar o coração de Te Feti e entregá-lo aos humanos para que eles possam tornar-se os criadores da vida na Terra. A atitude do semideus, portanto, é baseada em um desejo de ser aceito pelos humanos, tornando-se amado, o que revela a fragilidade do actante.

Te ka, outra actante que, aparentemente, seria a vilã da narrativa, é apresentada como um monstro de larva destruidor e que almeja também o coração de Te Fiti. Contudo, ao fim da narrativa, é revelado que Te ka, na verdade, é Te Fiti sem o seu coração. Assim, a história simboliza que todos nós somos compostos por dois lados e o nosso coração é o que determina quem seremos. Mais uma vez, temos uma actante, construída de forma ambígua.

Além disso, essas histórias têm a capacidade de provocar diversos tipos de sentimentos em seus leitores/espectadores. As sequências da narrativa envolvem paixões, conflitos, rivalidades e êxito, levando os leitores/espectadores a experienciar um “final feliz”. Bettelheim defende que os contos de fadas conseguem levar o homem a aprender sobre os problemas que vivencia, além de revelar quais são as possíveis soluções corretas. Coelho (2003) assinala que os contos de fadas não são mais vistos como “entretenimento infantil”, mas como autênticas fontes de conhecimento do homem e de seu lugar no mundo.

É inegável o sucesso dos contos de fadas até os dias de hoje. Crianças e adultos entram em contato com esse tipo de narrativa, seja

por meio dos originais, seja por versões e adaptações cinematográficas. Para Bettelheim (2007), os contos de fadas, por meio de sua forma e estrutura, sugerem à criança imagens com as quais ela pode estruturar seus devaneios, dando uma melhor direção à sua vida. Ainda de acordo com o autor,

é característico dos contos de fadas colocar um dilema existencial de maneira breve e incisiva. Isso permite à criança apreender o problema em sua forma mais essencial, enquanto que uma trama mais complexa confundiria as coisas para ela. O conto de fadas simplifica todas as situações. Suas personagens são esboçadas claramente; e detalhes, exceto quando muito importantes, são eliminados. Todas as personagens são típicas em lugar de únicas. (BETTELHEIM, 2007, p.16)

Algumas histórias de fadas desenvolveram-se a partir dos mitos, já outras foram incorporadas a eles. Embora contos de fadas e mitos apresentem personagens, situações, acontecimentos miraculosos semelhantes, há diferenças entre essas formas narrativas. O modo de contar a história é uma característica crucial no que tange à diferença. Enquanto o mito comunica-se de forma direta, o conto de fadas comunica-se de forma implícita. Além disso, há outras características divergentes apontadas por Bettelheim (2007), como:

- I. os acontecimentos e situações que se desenrolam em uma narrativa mítica são singulares, de modo que não podem ser vivenciados por mortais comuns; já os contos de fadas, embora também apresentem acontecimentos bastante improváveis, são apresentados como comuns, de modo que podem ser vivenciados por qualquer pessoa;
- II. enquanto o final de um mito é quase sempre trágico, o que lhe imprime um “ar” pessimista; os contos de fadas apresentam sempre um “final feliz”; o que lhes imprime um “ar” otimista. Essa característica diferencia-os de qualquer outra narrativa fantástica.

A filósofa Marilena Chauí, em seu livro *Repressão sexual essa nossa (des)conhecida* (1984), dedica uma parte de sua obra para falar sobre os contos de fadas. Para a professora, os contos de fadas são ricos do ponto de vista literário, filosófico, histórico, sociológico e ideológico e possuem multiplicidade de sentidos. Chauí, no entanto, apresenta discordâncias em relação a Bettelheim, defensor entusiasta dos contos de fadas, apontando três justificativas: primeiro, porque a ideia deixada pelo livro de Bettelheim dissolve o aspecto repressivo

que também está presente nos contos de fadas; segundo, porque enfatiza o aspecto pedagógico dos contos, mas limita o aspecto lúdico; e, terceiro, porque não questiona a moral sexual burguesa veiculada pelos contos.

Os contos de fadas apresentam informações sobre a sociedade em diversos aspectos como as relações de poder, de afeto, os papéis ocupados por homens e mulheres, as concepções familiares, etc. Assim como Chauí, salientamos que os contos de fadas podem apresentar também aspectos negativos, já que são capazes de preconizar diferentes estereótipos e ideias como a perpetuação do domínio masculino sobre o feminino.

Os filmes, baseados em contos de fadas, valem-se da trilha sonora, em muitos momentos, como um elemento colaborativo para a construção do enredo. Por exemplo, no filme “A pequena sereia”, em alguns momentos, a música aparece como “pano de fundo” da cena, já em outros, como uma forma de expressar os anseios dos actantes. A canção “Pobres corações infelizes” faz parte da cena em que Ariel recorre à Úrsula pedindo auxílio para se tornar humana e conquistar o amor do príncipe Eric. A bruxa, por sua vez, exige algo em troca: a voz da princesa como forma de pagamento. É importante salientarmos que Úrsula reconhecia a possibilidade de Ariel conquistar o príncipe e que, Eric tinha na memória a voz de Ariel, que cantou para ele, ao salvá-lo do naufrágio. A fim de convencer a sereia a aceitar o acordo, ocorre o seguinte diálogo intercalado por uma canção:

[Ariel] Mas sem a minha voz, como posso?

[Úrsula] Terá a sua aparência, o seu belo rosto. E não subestime a importância da linguagem do corpo!

O homem abomina tagarelas. Garota caladinha, ele adora. Se a mulher ficar falando o dia inteiro, fofocando, o homem se zanga, diz adeus e vai embora.

[Úrsula] Não! Não vá querer jogar conversa fora, que os homens fazem tudo para evitar.

Sabe quem é a mais querida? É a garota retraída e só as bem quietinhas vão casar!

Em: “Se a mulher ficar falando o dia inteiro, fofocando, o homem se zanga, diz adeus e vai embora”, a conjunção subordinativa condicional (se) revela algumas atitudes da mulher, tidas como negativas, que podem levar o homem a desistir do casamento. Posteriormente, a música elenca quais características são necessárias a uma mulher a fim de que obtenha o casamento: “caladinha”,

“retraída” e “bem quietinha”. Tais características, no entanto, não figuram como qualidades necessárias aos homens, nem o casamento é colocado como um bem a ser alcançado. Portanto, os papéis atribuídos aos homens e às mulheres são distintos. Faria; Nobre (1997, p. 10) apontam que “os atribuídos às mulheres não são só diferentes dos do homem, são também desvalorizados. Por isso, as mulheres vivem em condições de inferioridade e subordinação em relação aos homens”.

Desse modo, corroboramos com a questão levantada por Chaui (1984). Os contos de fadas apresentam um caráter repressor, ao validar comportamentos de conduta social, nos quais a mulher é subjugada. Além disso, a moral estabelecida nos contos, como afirmou Chaui, é a moral burguesa, havendo, assim, uma intensificação da estrutura patriarcal, de modo que as mulheres são vistas como seres que precisam ser validados primeiramente por seus pais e, posteriormente, por seus maridos.

Em relação à estrutura das narrativas, ambas apresentam a sua base no gênero contos de fadas. Assim, temos as actantes principais -Ariel e Moana- enfrentando situações adversas antes de chegarem ao seu final feliz. Ariel, sétima filha do rei Tritão, é a mais rebelde e voluntariosa. Apesar da proibição de seu pai, ela nada até a superfície, pois possui um forte desejo em conhecer o mundo dos humanos. Em uma de suas idas à superfície, Ariel apaixona-se pelo príncipe Eric. A partir disso, a história mostra as dificuldades enfrentadas pela sereia até alcançar o final feliz junto ao seu amado.

Ademais, a história retrata a vida de sereias, peixes, caranguejos, etc. no fundo do mar, abordando as relações de amizade e familiar entre os actantes, o que faz com que os espectadores se identifiquem com o universo narrado. Como vimos, a identificação é importante, pois é por meio dela que o Tui pode aderir ao projeto de fala do Euc.

Moana, filha única do chefe Tui Waialiki, mesmo contrariando o seu pai, parte em busca de Maui, a fim de convencê-lo a devolver o coração de Te Fiti, e, desse modo, salvar a sua ilha. Nessa jornada, Moana enfrenta situações adversas até obter o êxito ao final da empreitada. O final feliz não ocorre a partir de uma perspectiva do amor romântico, mas por meio da ascendência de Moana à posição de líder da aldeia. Assim como a história de Ariel, a de Moana retrata as relações de amizade e familiar entre os actantes, o que, novamente, leva à identificação do Tui.

Assim, por meio desta breve análise e pelo conhecimento de toda a narrativa dos dois filmes, podemos afirmar que as duas animações

apresentam uma diferença temporal de vinte e sete anos. Entretanto, elas guardam algumas semelhanças e diferenças. Tanto Ariel quanto Moana vão atrás de seus objetivos mesmo que para isso precisem contrariar o Rei Tritão e o Chefe Tui Waiialiki, respectivamente. Ambas as figuras masculinas, além de serem os pais das meninas, representam a figura máxima do poder em seus povoados.

“A pequena sereia” foi uma animação fílmica que estreou nas telas dos cinemas em 1989. Ariel representou a mulher do fim do século XX. Já a animação fílmica “Moana – um mar de aventuras” estreou nas telas dos cinemas em 2016. Moana representou a mulher do início do século XXI. Ambas actantes personificam mulheres destemidas, corajosas e possuidoras de uma personalidade forte, logo, não caem em um sono profundo ou ficam presas em uma torre à espera de um príncipe para salvá-las.

As famílias de Ariel e Moana possuem uma formação patriarcal. Tritão e Waiialiki representam a figura paterna centralizadora. Em “A pequena sereia”, a figura materna é totalmente apagada, já em “Moana – um mar de aventuras” a figura materna ganha relevância na trama, no entanto a voz decisória na família continua sendo a da figura paterna.

Em relação aos aspectos físicos das actantes, por mais que Moana traga uma pluralidade maior de estética, escapando do padrão eurocêntrico, assim como Ariel, ela possui um corpo que esteticamente é enaltecido pela sociedade: ambas são magras. Em relação ao cabelo e aos traços físicos, a diferença é mais marcante, já que Ariel representa a estética europeia, enquanto Moana, a das Ilhas do Pacífico.

As duas animações trazem figuras masculinas que representam a salvação em momentos de dificuldade. Erick salva Ariel de Úrsula e Maui salva Moana de Te Ka. É interessante destacarmos que embora, durante a narrativa, Ariel salve Erick de um afogamento e Moana salve Maui de Te Ka, os actantes masculinos aparecem como salvadores no momento de maior tensão da narrativa. Ou seja, no momento em que a vida e a morte duelam, o gênero masculino é o responsável pela salvação. Dessa forma, os estereótipos de força e de fragilidade ainda são atrelados aos gêneros masculino e feminino, respectivamente.

Ao olharmos para as diferenças apresentadas entre Ariel e Moana, verificamos que os seus objetivos se diferenciam drasticamente. Ariel, ainda inserida na lógica do matrimônio, objetiva o casamento; Moana objetiva salvar a sua aldeia da extinção.

As animações, portanto, ao trazerem representações acerca do gênero feminino, coadunam-se com o tempo histórico no qual estão inseridas. No entanto, é importante ressaltarmos que as duas narrativas filmicas são produtos de uma grande empresa, que tem por objetivo principal o lucro. Dessa forma, Ariel e Moana são, em maior ou menor grau, faces de uma mesma moeda: a reprodução ainda da ideologia dominante - o patriarcado.

ERA UMA VEZ... ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, propusemo-nos a descrever a organização da lógica e da encenação narrativa na construção do imaginário feminino, a partir da análise de algumas cenas das animações filmicas “A pequena sereia” e “Moana – um mar de aventuras”. Verificamos que, em um espaço temporal de vinte e sete anos, as representações do gênero feminino sofreram permanências e/ou descontinuidades em relação a noções pré-estabelecidas socialmente no tocante à identidade feminina.

No caso de Ariel, a sereia é caracterizada como curiosa, destemida e aventureira. Desse modo, ela inicia a trama desobedecendo ao seu pai e não cumprindo com os preceitos que regem a corte real da qual faz parte. No entanto, ao se apaixonar por Erick, os objetivos de Ariel modificam-se, pois a sereia, que antes postulava uma certa independência, passa ter como propósito de vida conquistar o amor do príncipe por quem se apaixonou à primeira vista.

A busca pelo amor torna-se o centro da narrativa, já que a história passa a gravitar na tentativa de Ariel em conquistar o príncipe. Dessa forma, o casamento é colocado como o objetivo final a ser alcançado pela sereia. Para isso, Ariel abdica de sua voz, de sua natureza, em troca de pernas, para que assim possa ter a chance de conquistar o seu objetivo.

A animação inovou em alguns aspectos. Ariel foi a primeira princesa da franquia Disney a salvar um príncipe. Ademais, ela não teme o perigo, já que nada até a superfície, contrariando às ordens dadas por seu pai, é destemida e busca, inicialmente, sair do espaço privado e ocupar o espaço público.

Ariel representa o papel de gênero que é dado às mulheres do fim do século XX. Embora já houvesse uma certa emancipação feminina, alguns valores patriarcais, como a centralização da figura masculina no âmbito familiar, a valoração da mulher condicionada ao seu estado civil, a performance condizente com os modelos de conduta

estabelecidos pela ética burguesa do que seja o gênero feminino, a estética eurocêntrica e a heterossexualidade compulsória fazem parte da animação.

A Walt Disney, no que concerne aos papéis de gênero, realiza, nessa produção, uma manutenção do *status quo* conservador. À mulher cabe o espaço doméstico, o casamento e o amor incondicional por um homem que ocupa uma posição elevada em relação à figura feminina, já que é o gênero feminino, personificado em Ariel, que abre mão de tudo o que possui em prol da relação amorosa.

Vinte e sete anos depois, Moana, assim como Ariel, é curiosa, destemida e aventureira. Desde pequena, a menina possui uma fascinação pelo mar. O pai, no entanto, a proíbe de ir para o mar. A menina pertence a uma família cujo modelo nuclear é patriarcal. Assim, as decisões são centradas na figura do chefe Tui Waiialiki.

A narrativa se passa na fictícia Ilha de Motonui. Lá os papéis de gênero são bem definidos. Assim, as mulheres ocupam, na relação de trabalho, o espaço privado – a vila – enquanto os homens ocupam o espaço público – o mar. Dessa forma, as mulheres são responsáveis por atividades como cozinhar e trançar cestas, enquanto os homens aram a terra e pescam.

A animação traz algumas novidades. Moana que é filha do líder de Motonui não é nomeada como princesa, mas como a filha do chefe. A Walt Disney, então, produz uma “não-princesa”. Tal fato revela a tentativa da produtora em trazer uma actante diferenciada de todas as outras produzidas até então. Contudo, essa ação aponta para o fato de que o gênero feminino, ao possuir características como força, coragem e liderança, precisa desempenhar um papel próximo ao masculino, ser, então, “chefe” em vez de “princesa”.

Além disso, a narrativa apresenta o apagamento da figura do príncipe encantado. Não há a busca pelo amor e, conseqüentemente, pelo matrimônio. No entanto, as noções de proteção e salvação ainda são mantidas por meio da figura masculina que, no caso dessa animação, é personificado pelo actante Maui.

As relações estabelecidas entre as mulheres também apresentam um caráter inovador se compararmos com “A pequena sereia”. Moana estabelece relações de afeto com a sua mãe, a sua avó e Te Fiti. Em “A pequena sereia”, a figura maternal é apagada e Ariel não estabelece nenhuma interação e/ou relação afetiva com suas irmãs. A maior interação da sereia com outra figura feminina na trama é com Úrsula, a bruxa do mar. Porém, não é uma relação de afeto, mas de rivalidade.

Moana personifica a mulher do século XXI. Assim, há uma preocupação com a natureza e com o coletivo. Características como independência, força, persistência e coragem fazem parte da personalidade da actante, que apresenta uma posição ativa na trama, além de finalizar a narrativa ocupando o mais alto cargo de Motonui.

No entanto, Moana divide o seu protagonismo com Maui que, em momentos cruciais da narrativa, aparece representando a ajuda e a salvação de que a garota necessita. É preciso destacarmos que Moana também detém o poder de salvar Maui. Contudo, não há na narrativa uma completa autonomia da figura feminina.

Assim, no espaço temporal de vinte e sete anos, a Disney acompanhou a evolução social no que concerne ao papel da mulher. Como mostramos, há diferenças marcantes entre a construção identitária de Ariel e Moana. Ariel objetiva o amor de um homem, enquanto Moana objetiva salvar a sua aldeia. Porém, é preciso estarmos atentos ao fato de que as produções filmicas representam um conjunto de ideologias. Dessa forma, a Disney compreende e representa os sistemas de valores ocidentais, principalmente os americanos. Logo, como vivemos em um sistema cuja lógica patriarcal é a dominante, os seus princípios ainda são postulados pelas narrativas de forma mais ou menos explícita.

Os signos verbais aliados aos signos imagéticos produzem uma narrativa que transmite sistemas de crenças e valores condizentes com o momento histórico no qual foram produzidas. Não podemos pensar em actantes mais ou menos feministas, pois o feminismo se opõe radicalmente ao patriarcado e essas produções são frutos da ideologia patriarcal que ainda impera em nossa sociedade.

Buscamos, portanto, com este trabalho, contribuir para o pensar sobre quais discursos estão construindo e personificando o feminino. Em um país como o nosso que, segundo a Organização das Nações Unidas, possui a quinta maior taxa do mundo em feminicídios, é preciso que haja uma conscientização e uma movimentação em direção à construção de um mundo novo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: **Análise estrutural da narrativa**. BARTHES, Roland [et. al.]. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Trad. Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2.ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual essa nossa (des) conhecida**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

COELHO, Nelly Novaes. **O conto de fadas: símbolos mitos arquétipos**. São Paulo: DCI, 2003.

CORSO, Diana; CORSO, Mário. Considerações sobre o livro: A Psicanálise dos Contos de Fadas. In: CORSO, Diana; CORSO, Mário. **Fadas no Divã: Psicanálise nas Histórias Infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997.

FERES, Beatriz. **Só acredito lendo: resistência social em contos ilustrados para crianças**. Ilhéus: EID&A, n.19, v.2, p. 18-32, 2019.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GABLER, Neal. **Walt Disney: o triunfo da imaginação americana**. Trad. Ana Maria Mandim. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2016.

XAVIER, Glayci Kelli. Leitura de quadrinhos: a construção do modo narrativo na revista Turma da Mônica jovem. In: FERES, Beatriz e MONNERAT, Rosane (Orgs.). **Análises de um mundo significado: a visão semiolinguística do discurso**. Niterói/RJ: Eduff, 2017, p.113-130.

FILMOGRAFIA

A PEQUENA SEREIA. Direção de Ron Clements e John Musker. Filme do Walt Disney Animation Studios. Estados Unidos da América: 1989. Manaus: Rimo Entertainment, 1989. Versão restaurada digitalmente, 2013. [DVD]. (83 minutos), colorido.

MOANA – UM MAR DE AVENTURAS. Direção Ron Clements e John Musker. Filme do Walt Disney Animation Studios. Estados Unidos da América: 2016. Manaus: Sonopress-Rimo, 2016. Versão digital, 2016. [DVD]. (107 minutos), colorido.

A RELAÇÃO CONTRATUAL-DISCURSIVA NA REPORTAGEM “A LIVE BOMBOU”, DA REVISTA REVESTRÉS

Jaqueline Salviano de Sousa

212

INTRODUÇÃO

O jornalismo cultural tem perdido espaço nos meios de comunicação, dando lugar a outras temáticas de maior interesse do público como a política, a violência e novas formas de entretenimento, por exemplo. Quando raramente um conteúdo cultural aparece, está relacionado a fenômenos nacionais, deixando de lado as práticas culturais regionais.

Considerando-se a realidade de um estado como o Piauí, percebe-se que o fenômeno da globalização é ainda mais forte, apagando do meio jornalístico e midiático os discursos acerca das manifestações culturais locais. Ao retratar a história e memória do jornalismo cultural no Piauí, Ferreira (2017) afirma que, historicamente, a cultura e as artes de um modo geral, nunca encontraram espaços significativos na mídia local, fenômeno ocasionado pela pouca importância dada a esses temas e pela falta de apoio financeiro, situação que perdura até os dias atuais.

À vista disso, surgiu a proposta deste artigo, visando analisar o contrato de informação midiático a partir dos discursos da Revestrés, revista piauiense que tem um foco em conteúdos artísticos e culturais. Em trabalhos anteriores já experimentamos análises desta mesma revista a partir do viés semiolinguístico, porém, abordando aspectos teóricos diferenciados. É o caso de Sousa (2021), cujo enfoque é direcionado aos imaginários sociodiscursivos e Sousa e Sousa (2021) no qual nos debruçamos sobre a visada de informação.

Em nossas pesquisas, não encontramos outros trabalhos que abordem a relação contratual-discursiva desta revista com seus leitores, fato que reforça a relevância acadêmica e social desta pesquisa. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar tal relação contratual na reportagem intitulada “a live bombou”, da revista Revestrés. Com isso, é possível elencar os seguintes objetivos específicos: identificar os componentes comunicacional, psicossocial

e intencional nos discursos da Revestrés, além de desvelar os efeitos de sentido produzidos a partir do uso de tais componentes.

Assim sendo, este trabalho se fundamenta, principalmente, nos pressupostos teóricos de Charaudeau (2001, 2016, 2018), no que diz respeito ao contrato de comunicação. Quanto ao aparato metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e finalidade interpretativa. O *corpus* é constituído pela reportagem já mencionada, publicada na edição 46/2020. Apontamos como critério de seleção da referida reportagem o caráter atual da “era das lives”, prática massificada a partir da pandemia da Covid-19 por conta da necessidade de distanciamento social. Outra razão se dá em função do contrato de comunicação específico deste período que alterou, inclusive, o formato de circulação da revista.

A Teoria Semiolinguística

A Teoria Semiolinguística (doravante TS) foi criada pelo linguista francês Patrick Charaudeau em sua tese de doutorado, sendo publicada na obra *Langage et Discours – Elements de Sémiolinguistique*, em 1983. A TS corresponde a uma ramificação da Análise do Discurso Francesa, porém apresenta uma diferença dos pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, que privilegiava a noção de assujeitamento, ao passo que Charaudeau leva em consideração as intencionalidades do sujeito e o aspecto psicossocial da linguagem.

À vista disso, os estudos no Brasil acerca da TS tiveram forte repercussão a partir de pesquisas realizadas na UFMG, UFRJ e UFF, principalmente, porém, irradiadas para diversas outras instituições de ensino superior. É o caso da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que possui um grupo de estudos com linha de pesquisa direcionada para essa perspectiva teórica. Trata-se do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD), cuja produção encontra-se publicada nas seguintes obras: Moura; Batista Jr. e Lopes (2015; 2017); Lopes; Batista Jr. e Moura (2018) e Moura e Lopes (2021).

Cabe salientar que, segundo Machado (2016), no campo semiolinguístico, a noção de ideologia não está apresentada explicitamente, embora esteja contemplada através da contribuição de outras áreas como a Sociologia, a Psicologia, a História e a Antropologia. A abordagem acerca da ideologia, principal característica da AD, está presente na TS, dentro da noção de ato de linguagem, que comporta a situação extralinguística, os sujeitos e os saberes partilhados. Nesse sentido, a TS propõe uma análise de discursos sociais, concebendo um estudo dos múltiplos sujeitos, preocupando-se com o processo de produção e de recepção de um discurso. Ressalta-se, assim, que

Uma análise semiolinguística do discurso é Semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade. Esta última depende dos sujeitos da linguagem, que procuram extrair dela possíveis significantes. Diremos também que uma análise semiolinguística do discurso é Linguística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de um trabalho de conceituação estrutural dos fatos linguageiros (CHARAUDEAU, 2016, p. 21).

Diante disso, a TS vincula-se a uma abordagem semiótica e linguística, na medida em que enverada pelas questões simbólicas e linguageiras. O próprio termo “semiolinguística” sugere essa interdisciplinaridade, em que “semio”, originada de *sémiosis*, diz respeito ao sentido dado a uma determinada sequência discursiva, em uma relação forma-sentido, que pode ser apresentada em distintos sistemas semiológicos, enquanto que “linguística” concerne ao aspecto estrutural, do material linguageiro, conforme Machado (2001). Desse modo, uma análise semiolinguística considera o sentido atribuído a determinadas estruturas linguísticas, levando em conta suas circunstâncias discursivas para obter os possíveis interpretativos.

Na abordagem semiolinguística, o ato de linguagem associa o dizer (instância discursiva) ao fazer (instância situacional). No espaço do fazer estão os responsáveis pelo ato linguageiro, denominados parceiros (EUc- sujeito comunicante e TUi- sujeito interpretante), ao passo que o espaço do dizer é ocupado pelos protagonistas (EUe- sujeito enunciador e T Ud- sujeito destinatário). Com isso, é possível explicitar a seguinte fórmula que resume o ato de linguagem:

Figura 1: Fórmula da relação do ato de linguagem.

A de L = [Explícito x implícito] C de D

Fonte: (CHARAUDEAU, 2016, p. 27).

Nesse viés, A de L refere-se ao ato de linguagem e C de D remete às circunstâncias de discurso. Tendo em vista que o ato de linguagem condiz com uma enunciação em sua completude, cabe acentuar que as circunstâncias de discurso equivalem às condições de produção, tratando do contexto extralinguístico, “constituído pelo ambiente material pertinente para a codificação ou decodificação da mensagem” (CHARAUDEAU, 2016, p. 32).

Seria, então, o ato de linguagem o resultado de três aspectos: o explícito, o implícito e as circunstâncias discursivas. Pode-se dizer que há um explícito incompleto, necessitando que o sujeito interpretante leve em consideração o que não foi dito, ou seja, as informações implícitas. Assim sendo, as circunstâncias de discurso complementam a significação não apresentada explicitamente no ato linguageiro, contribuindo, então, para auxiliar os sujeitos na construção de sentido, fornecendo possíveis interpretações a um determinado discurso. Isso estabelece uma relação entre as circunstâncias discursivas e a dimensão implícita. Todos esses aspectos são mobilizados através de um contrato de comunicação. É sobre ele que passamos a dissertar a seguir.

O contrato de comunicação

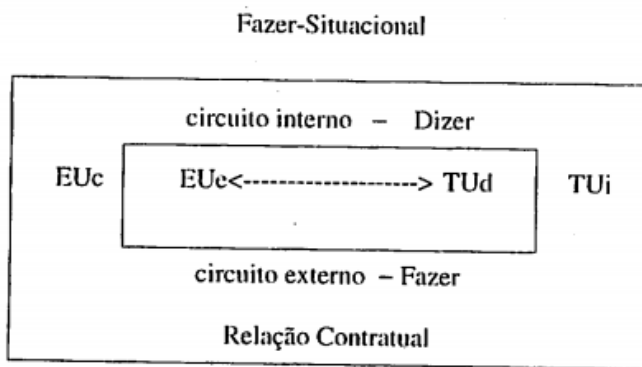
O contrato de comunicação pode ser considerado como o acordo prévio existente entre os sujeitos presentes nas trocas linguageiras através do qual eles partilham saberes e se reconhecem, tendo a percepção acerca do que pode ou não ser dito em uma determinada cena enunciativa. Destaca-se que o termo contrato se originou “no campo jurídico e, de forma geral, dita os direitos e deveres das pessoas e as sanções para quem transgredir alguma cláusula. Em outras palavras, o contrato estabelece limites e aponta permissões e restrições convencionadas *a priori*” (MOURA, 2020, p. 36). Dessa forma, o contrato mantém uma relação com as condições do dizer, permitindo ou restringindo certos discursos em uma situação comunicativa.

O contrato valida o ato linguageiro, sendo, então, “a condição para os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem minimamente e poderem interagir coconstruindo o sentido, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 130). Nesse sentido, os parceiros (o EUC e o TUi) compreendem as intencionalidades instituídas na situação de comunicação, interagindo entre si a fim de atribuir sentido ao que está sendo proferido.

Diante disso, observa-se, conforme a figura abaixo, que a relação contratual se mantém no circuito externo (o fazer – instância situacional), onde circulam os saberes partilhados entre os sujeitos. Essa relação está posta entre dois sujeitos, o que produz o ato de linguagem e o que interpreta esse ato com base nas circunstâncias discursivas. Assim, toda situação comunicativa se estabelece a partir de um contrato, em que o EU-comunicante planeja o seu dizer considerando que o TU- interpretante tenha determinados conhecimentos para conseguir compreender o discurso e,

concomitantemente, corresponder à proposta linguageira do EU-comunicante.

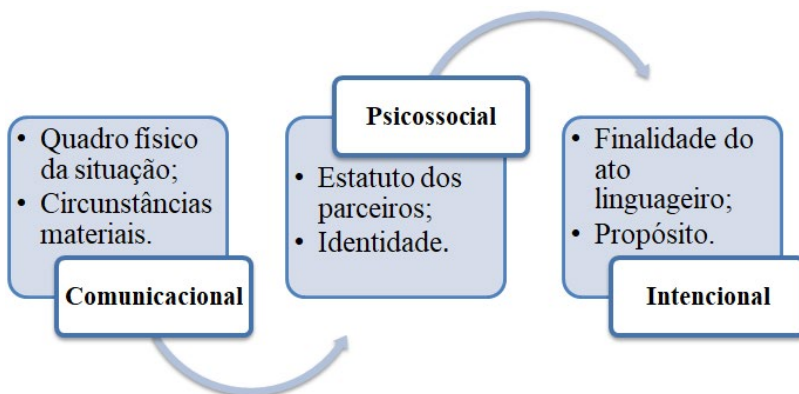
Figura 2: Quadro teórico do ato de linguagem



Fonte: (CHARAUDEAU, 2001, p. 29).

Com isso, pode-se afirmar que todo ato linguageiro apresenta um acordo prévio entre os sujeitos, isto é, uma relação contratual para que possam se reconhecer em uma determinada interação. Esse reconhecimento torna o ato de linguagem bem sucedido, uma vez que os parceiros presentes fabricam a imagem do outro para que possam proferir certos dizeres. Cabe salientar, então, que o contrato determina uma parte da identidade dos parceiros, bem como uma parte de suas finalidades e os papéis linguageiros atribuídos, conforme Charaudeau (2001). Percebe-se essa relação contratual através de três componentes: o comunicacional; o psicossocial e o intencional, conforme a figura abaixo:

Figura 3: Componentes do contrato



Fonte: Elaborada pela autora com base nos conceitos de Charaudeau (2001).

Charaudeau (2018) apresenta esses componentes como um conjunto de restrições sobre as quais os sujeitos precisam ter ciência para interagirem numa dada situação linguageira, ou seja, o EU-comunicante planeja determinado ato tendo como base essas restrições, supondo que seu destinatário as reconheça. Partindo desse pressuposto, o componente comunicacional diz respeito às circunstâncias materiais nas quais foram produzidos os discursos. Alguns questionamentos são colocados para situar a definição desse componente: “Em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros que canal de transmissão é utilizado?” (CHARAUDEAU, 2018, p. 70).

Em contrapartida, o componente psicossocial remete à identidade dos participantes do ato de linguagem, buscando reconhecer, por exemplo, “idade, sexo, categoria socioprofissional, posição hierárquica, relação de parentesco, pertencimento a uma instituição de caráter público ou privado etc.” (CHARAUDEAU, 2001, p. 31). Nesse viés, tal componente caracteriza-se por definir o *status* dos sujeitos presentes, demonstrando, assim, os traços sociais e psicológicos que influenciam a troca linguageira.

Já o componente intencional refere-se a duas questões: ao que é abordado na informação, ou seja, do que se trata; e à intencionalidade do dizer, isto é, ao objetivo da troca linguageira, conforme Charaudeau (2001). Tal componente compreende, então, a finalidade e o propósito do ato de linguagem, considerando as estratégias utilizadas para obter sucesso na relação de influência com o sujeito destinatário.

Assim sendo, resume-se a noção de tais componentes da seguinte forma: “comunicacional (aquilo que dizem ou expressam explícita e/ou implicitamente), psicossocial (a imagem e o papel que criam, têm e atribuem a si e ao outro no dispositivo) e intencional (o propósito que faz com que instaurem, aceitem e participem do quadro comunicacional)” (ALVES, 2020, p. 22). Posto isso, cabe frisar que:

Esses componentes regem a relação contratual. É por meio deles que atos de linguagem são produzidos, os quais estabelecem os papéis que serão assumidos pelos parceiros nas produções linguageiras. Para comunicar, nas mais diversas situações, o locutor fará uso dos componentes do dispositivo de comunicação, em função dos efeitos que pretende causar em seu interlocutor (MOURA, 2020, p. 39).

Assim, os componentes moldam uma cena enunciativa, designando os papéis sociais que os sujeitos irão desempenhar, bem como os dizeres conforme a situação comunicativa. Dessa forma, o EU-

comunicante, por exemplo, produz um ato de linguagem presumindo que o TU- interpretante compartilha de um mesmo saber que ele, a fim de que possa compreender a informação e ser persuadido. Essa persuasão acontece devido ao reconhecimento que o sujeito comunicante tem do sujeito interpretante, pois sabendo de seus traços identitários e do dispositivo, pode utilizar determinados dizeres que ele presume que o sujeito-alvo possa acatar.

Desse modo, essa relação contratual apresenta um direcionamento a um ato de linguagem bem sucedido, à medida que ocorre o reconhecimento recíproco dos sujeitos na troca linguageira e dos possíveis dizeres em uma determinada situação. Esse contrato de fala determina o que pode e o que deve ser dito na cena de enunciação, bem como estabelece o estatuto dos parceiros.

Essa noção de contrato implica, portanto, condições como a existência de dois sujeitos em *relação de intersubjetividade, de convenções, normas e acordos* que regulam a troca linguageira e de *saberes partilhados*, que compõem as circunstâncias de produção e interpretação do discurso. É por meio destas três condições que os parceiros da troca linguageira são possibilitados de se intercompreenderem, de se reconhecerem através de suas identidades discursivas, de reconhecerem a finalidade que o ato de linguagem tem para cada um deles, de entenderem o que constitui o propósito temático do ato, além de considerarem as circunstâncias materiais em que tal ato se realiza (CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 14).

Nesse viés, considera-se que o ato linguageiro é regulado por normas, em que os sujeitos da interação partilham de certos saberes para que a comunicação seja efetivada. Ambos os sujeitos levam em conta as circunstâncias discursivas, visto que o sujeito comunicante (produtor do ato) planeja a enunciação a partir da situação extralinguística, tendo conhecimento do estatuto do sujeito interpretante, assim como do ambiente em que estão inseridos. O sujeito interpretante também recupera os elementos exteriores à língua para interpretar o que está sendo dito, podendo coincidir com o que o EUc imaginou que o TUi fosse interpretar, ou pode compreender de uma forma diferente do esperado pelo sujeito produtor da fala.

Queiroz (2020, p. 21) reforça a ideia de contrato como “dotado de um componente de natureza intencional (um projeto de fala), pois permite ao sujeito comunicante uma margem de manobra, a partir do já referido espaço de encenação, no qual é possível a utilização de estratégias por parte desse sujeito”. Com isso, é possível salientar que o

EUC, no processo de planejamento do seu dizer, tende a formular seus enunciados conforme a imagem que fabrica do TUi. Essa imagem faz com que o EUC faça uso de algumas estratégias discursivas para obter o que deseja, seja mudar um pensamento e/ou um comportamento do seu interlocutor.

Análise dos dados

A partir do exposto no referencial teórico, objetiva-se analisar a relação contratual na reportagem da edição 46/2020, da revista Revestres intitulada “A live bombou”. Destaca-se, inicialmente, uma ligação direta existente entre essa reportagem e a capa da edição supracitada, conforme pode-se perceber na imagem abaixo:

Figura 4: Capa da edição 46



Fonte: <https://www.instagram.com/revestres/>.

A capa apresenta uma ilustração que também é exibida na reportagem, ou seja, a capa antecipa uma gravura que faz referência ao que é abordado na matéria. Essa antecipação do conteúdo, embora não esteja explicitada, é apresentada através dos elementos visuais da capa, chamando a atenção do leitor para os assuntos da edição. Tais elementos estabelecem uma relação direta com o contexto de produção, uma vez que diz respeito a uma situação de pandemia ocasionada pelo SARS-CoV-2.

Verifica-se na capa um sujeito segurando um celular e um microfone sobre o qual está a inscrição “live”. Esses dados sugerem que a temática proposta está relacionada às questões de trabalho de artistas e de músicos durante este período de pandemia, pois são ferramentas essenciais para essa nova forma de trabalho, sem a existência presencial de público, já que a aglomeração é uma das maneiras de disseminar o Coronavírus.

Com o agravamento da propagação do vírus, muitos artistas tiveram que trabalhar em suas próprias casas, com o auxílio de tecnologias, fazendo uso de shows ao vivo por meio de plataformas digitais. Observa-se na imagem da capa que o sujeito está com a barba por fazer, presumindo-se, possivelmente, pouca preocupação em relação à aparência, em função do longo período de confinamento. Além do mais, o sujeito segura o celular e o microfone com os braços entrelaçados, sugerindo que, diante da atual situação, não pode ter uma equipe técnica para auxiliá-lo, tendo que fazer todas as tarefas sozinho.

A seguir, procuraremos desvelar os componentes do contrato de comunicação.

- **Componentes: comunicacional, psicossocial e intencional**

A revista *Revestrés* surgiu no final de 2011¹, a partir da parceria entre o jornalista André Gonçalves e o professor Wellington Soares, com trabalhos voltados para a cultura, educação e jornalismo. Ambos os produtores idealizaram uma publicação que pudesse ir na direção contrária ao que estava já lançado na mídia, planejando, assim, uma revista diferente do que propõe o jornalismo tradicional, a começar pelo próprio nome escolhido: *Revestrés* que, segundo o site da revista, “em bom piauiês significa, entre outras coisas, ‘ao contrário’, ‘de trás pra frente’, ‘contra a corrente’.”² Trata-se de uma variação diatópica

1 - Mas somente em 29 de fevereiro de 2012 inicia sua circulação no mercado, conforme Lopes e Sena (2018).

2 - Fonte: <https://www.facebook.com/revistarevestres>

utilizada com bastante frequência no estado do Piauí cujo verbete está cunhado na *Grande enciclopédia internacional de piauiês*, do escritor Paulo José Cunha.

Na logomarca da revista, a disposição gráfica das letras que formam a palavra *Revestrés* também enfatiza esse sentido, apresentando inversão na imagem da letra “R”, bem como nas letras da última sílaba “trés” que, além disso, encontra-se escrita da direita para a esquerda e separada do restante da palavra em linha diferente, conforme se pode observar a seguir:

Figura 5: Revestrés.



Fonte: Revista Revestrés.

A revista *Revestrés* busca propor temáticas ligadas à literatura, à arte e à cultura, dentre outras, como se pode observar na própria descrição colocada pela revista na imagem acima. O objetivo central da *Revestrés* é ceder espaço para promover os aspectos culturais, artísticos, educacionais e políticos da cidade de Teresina, estendendo-se, algumas vezes, para as demais cidades do Piauí e de outros estados brasileiros. Dessa forma, o projeto surge com a intenção de dar visibilidade aos trabalhos de profissionais que não têm um grande reconhecimento, diferenciando-se de outros veículos de comunicação da mídia comercial, como já foi mencionado anteriormente.

Nessa empreitada, a *Revestrés* é produzida pela Quimera - Eventos, Cultura e Editoração Ltda., sob a responsabilidade de impressão da Halley S/A Gráfica e Editora, com periodicidade bimestral, possibilitando, assim, um maior período para produzir um material de qualidade e aprofundamento. A revista tem como fonte de renda alguns anúncios, geralmente patrocinados pelo governo do estado do Piauí, além da venda de assinaturas e exemplares avulsos. Com o advento das tecnologias digitais e a chegada da pandemia, parou de circular na sua forma impressa, apresentando-se apenas no formato digital cujo acesso é totalmente gratuito. Para se auto custear foi criada uma campanha no site *Catarse*³, tendo como meta a

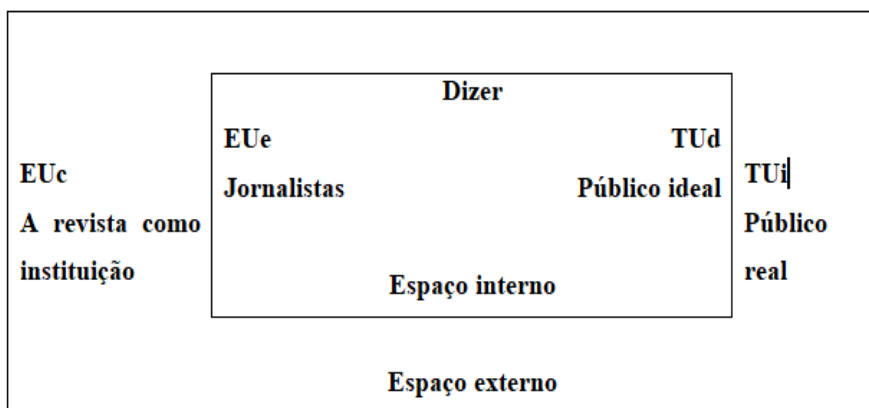
3 - Projeto disponível no site: www.catarse.me/apoierestres.com.br.

arrecadação de cinco mil reais por mês, para manter o funcionamento da revista. As doações podem ser feitas a partir de dez reais.

Considerando-se a reportagem como um ato de linguagem, podemos afirmar que é no circuito externo que estão presentes as circunstâncias socioculturais, os parceiros e os saberes partilhados. No que diz respeito às circunstâncias discursivas, é possível considerar, além do que já foi discutido inicialmente neste tópico, que a *Revestrés* é produzida e editada em Teresina-PI (região Nordeste do país). Além disso, a reportagem, selecionada para a presente análise foi publicada na edição 46/2020.

Dentro da conjuntura anteriormente descrita, pode-se dizer que a *Revestrés*, enquanto veículo de comunicação, corresponde ao sujeito comunicante (EUC), visto que, enquanto instituição representada pelos seus idealizadores e administradores, ela realiza um planejamento do discurso a ser proferido, ou seja, há um projeto de fala. A revista mobiliza, então, um corpo de jornalistas para que enunciem de acordo com o projeto editorial acordado. Tais jornalistas exercem o papel de sujeitos enunciadore (EUE). A revista imagina, também, quem é seu público-alvo e enuncia em função do mesmo. Tal público idealizado constitui o sujeito destinatário da proposta (TUD). Mas esse público-alvo é totalmente imprevisível e pode reagir de maneira diferente, concordando ou discordando em relação ao conteúdo da revista. Ao concordar ou discordar, esse público deixa de ser apenas uma imagem, consolidando-se com público real de leitores, ou seja, como sujeito interpretante (TUI). Essa identificação dos sujeitos do espaço externo pode ser observada no seguinte quadro:

Figura 6: Quadro da situação de comunicação da revista *Revestrés*.



Fonte: elaborada pela autora com base em Charaudeau (2001).

Nessa acepção, a revista, no processo de produção do ato linguageiro, articula seu conteúdo presumindo os possíveis saberes que o público possa ter para conseguir estabelecer uma compreensão a respeito dos discursos apresentados. Os saberes partilhados (da situação de isolamento social, acarretando em eventos no formato de lives etc.) entre os parceiros da interação favorecem para que haja uma maior adesão do público, constituindo uma influência para com a sociedade, fazendo com que esta receba a informação contida na reportagem em questão e concorde com o assunto abordado. Esse saber partilhado para a compreensão da reportagem busca fazer com que os leitores atribuam legitimidade à informação.

Com isso, a Revestrés projeta nas jornalistas, Aldenora Cavalcante e Ohana Luize, sua intencionalidade, sendo caracterizadas como porta-vozes da revista. Tais jornalistas constituem o sujeito enunciador (EUE), pois são responsáveis, de fato, pela discursivização da reportagem selecionada. Aldenora Cavalcante é graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente, é repórter Revestrés e podcaster no Malamanhadas Podcast. Cursa mestrado em Ciências da Comunicação, na área de Estudos de Mídia e Jornalismo na Universidade do Porto (Portugal). Ohana Luize é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (PPGCOM/UFPI) na linha de pesquisa Mídia e Produção de Subjetividades. É graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e em Relações Públicas, pela Universidade Estadual do Piauí.

Elas direcionam o discurso produzido para o público idealizado, isto é, para o leitor ideal, a fim de que haja sucesso naquele ato de linguagem. Cabe evidenciar, então, que o consumidor da Revestrés pode ser definido por algumas questões, tais como: **(1)** sujeito com certo grau de escolarização e gosto pela leitura, ou seja, uma elite intelectual; **(2)** sujeito que demonstra interesse e/ou valorização pela temática proposta (de cultura, arte e literatura); **(3)** sujeito com poder aquisitivo, uma vez que o acesso ao conteúdo impresso, única forma de leitura completa da revista até bem pouco tempo, era pago. Em resumo, este pode ser o perfil do público-alvo da revista, ou seja, do sujeito destinatário (TUd).

Posto isso, é interessante salientar as identidades desses participantes do ato linguageiro. Percebe-se que as repórteres supracitadas fazem parte do meio universitário, buscando uma formação acadêmica/titulação. Isso também é uma característica

do público leitor da Revestrés, sujeitos dotados de criticidade diante de suas leituras. A própria revista declara em sua biografia nas redes sociais que se destina “pra quem tá pensando”, ou seja, para as pessoas que estão em constante contato com o exercício da leitura e da interpretação. Dessa forma, o leitor presumido da Revestrés é considerado intelectualizado e elitizado (ver figura 7), tanto pela questão do conteúdo veiculado pela revista quanto pelo custo de acesso ao material impresso.

Além disso, o perfil de leitor da revista não faz distinção de gênero pois seu conteúdo apresenta abordagens diversificadas a respeito das atividades culturais, não se restringindo a uma temática específica dos gostos que são rotulados socialmente para homens e mulheres. Outro ponto a ser destacado acerca deste perfil diz respeito à faixa etária, indicando que a maioria dos leitores é composta por jovens a partir de 21 anos, de acordo com pesquisa resumida no infográfico a seguir.

Figura 7: Estatuto dos consumidores/leitores da Revestrés



Fonte: Elaborada pela autora com base em Ferreira e Oliveira (2014, *apud* Ferreira, 2016).

À vista disso, é importante frisar que tal perfil do consumidor da Revestrés foi traçado seguindo os aspectos detectados na revista. “No entanto, isso não quer dizer que os consumidores da revista se limitem a essas características” (FERREIRA, 2016, p. 84), justamente porque há exceções, de, porventura, haver um público um pouco abaixo de 21 anos, ou mesmo de não fazer parte da elite teresinense, por exemplo.

Portanto, considera-se que esse traço do estatuto dos sujeitos leva a um reconhecimento mútuo durante esse ato de linguagem, visto que as jornalistas produzem a reportagem tendo conhecimento desse público. Este, por sua vez, consome a revista compreendendo o seu conteúdo e as possíveis intencionalidades ali projetadas.

Partindo dessa concepção, a reportagem selecionada, intitulada “A live bombou: com o cancelamento de eventos presenciais, artistas tentam se reinventar”, trata da situação profissional vivenciada por músicos e artistas durante o início do período do decreto da quarentena. Diante disso, nota-se, na figura a seguir, a capa da reportagem supracitada, na qual se percebe o título em negrito (**#alivebombou**), direcionando, assim, a uma linguagem usual das redes sociais, com *hashtag*. Isso já evoca a questão do trabalho por meio da internet, fazendo alusão à *hashtag* utilizada nas lives, por exemplo. Além disso, enfatiza essa ideia através da ilustração, remetendo a uma cantora usando seus próprios recursos para produzir uma live em sua casa, sem ter ajuda de uma equipe técnica para dividir as funções que teria se fosse o caso de um show ao vivo.

Figura 8: Capa da reportagem



Fonte: Revista Revestrés (2020, p. 28-29).

O isolamento social acarretou ainda mais o uso das ferramentas digitais para auxiliar as pessoas que trabalham com eventos de grande público, por exemplo. As jornalistas, tendo conhecimento dessas circunstâncias, recuperam essa situação para discutir acerca da forma como os artistas tiveram que se reinventar, procurando uma forma de amenizar esse problema para continuar com seus trabalhos, diminuindo os prejuízos financeiros. A Revestrés explica esse contexto também através de depoimentos de alguns músicos, como, por exemplo, o músico Leoni, natural do Rio de Janeiro, e o grupo Bia &

Os Becks, do Piauí. Ambos falam sobre o impacto do fechamento de locais públicos para a exibição dos seus shows, bem como a respeito das dificuldades que enfrentam para renovar seus trabalhos, além de comentarem acerca das estratégias adotadas para atrair o público virtualmente.

Além disso, a reportagem menciona a retomada de alguns eventos online que tiveram grande repercussão, como é o caso das lives com cantores como Gustavo Lima, Jorge e Mateus e Marília Mendonça. O EUE, presumindo que o leitor saiba sobre a carreira desses músicos, estabelece uma relação com outros artistas com menor visibilidade, como Bia & Os Becks, que relataram a dificuldade de concorrência com os grandes eventos virtuais protagonizados por artistas já consagrados.

Assim sendo, no decorrer da matéria, é possível observar que as jornalistas também recorrem a determinados profissionais para tratar mais sobre algumas informações relacionadas ao assunto em questão, tais como: Ivan Giannini, Superintendente de Comunicação Social do Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc SP); Ana de Fátima Sousa, gerente do Núcleo de Comunicação e Relacionamento do Itaú Cultural; Daniela Ribas, diretora do Data Sim. Isso contribui para garantir a legitimidade do que está sendo dito, uma vez que as jornalistas buscam argumentos de autoridade para reforçar as informações acerca do uso das plataformas digitais para a realização dos projetos.

Nesse sentido, a Revestrés faz uso de casos específicos de Teresina para explicitar a situação vivenciada por artistas locais, ilustrando, porém, sua argumentação com referências à conjuntura nacional. Isso causa um efeito de comparação, de como os artistas locais e os nacionais se reinventaram em uma circunstância de pandemia. Ao longo da reportagem, esse comparativo é colocado com o intuito de retratar as dificuldades encontradas pelos músicos locais, enaltecendo, ao mesmo tempo, o trabalho dos mesmos, enquanto produtores da cultura local.

O público-alvo da revista, então, reconhece esse contexto sociocultural, compreendendo o assunto abordado a respeito das ações dos artistas para trabalhar durante o período de quarentena. Assim, as jornalistas direcionaram a matéria a uma forma de sensibilizar o leitor para a arte local, para apreciar e valorizar os cantores com menos visibilidade. Com a pandemia, a área musical foi uma das primeiras a ser barrada, devido ao perigo da aglomeração. Com isso, a Revestrés intenciona retratar como os artistas foram afetados e como lidaram e estão lidando com essa questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é analisar a relação contratual-discursiva, através dos componentes comunicacional, psicossocial e intencional, na reportagem “a live bombou: com o cancelamento de eventos presenciais, artistas se reinventam” da revista Revestrés, é importante considerar que a revista reafirma, através da publicação de reportagem com essa temática, sua postura de agente propulsora da cultura local, buscando atingir o seu público-alvo, cujo perfil se adequa ao conteúdo veiculado.

Diante disso, a reportagem supracitada trata de como artistas e músicos se reinventaram para amenizar o impacto da quarentena nos seus shows. Essa conjuntura de pandemia e quarentena é um conhecimento compartilhado tanto pela Revestrés (EUc – sujeito comunicante) quanto pelos leitores reais da revista (TUi – sujeito interpretante). Com o reconhecimento mútuo dos parceiros do ato de linguagem, a Revestrés projeta suas intencionalidades nas jornalistas Aldenora Cavalcante e Ohana Luize (EUe – sujeito enunciador) que produzem o discurso com vistas a atingir um público-alvo idealizado (TUD – sujeito destinatário).

Portanto, a revista Revestrés é um projeto que visa dar reconhecimento a pessoas, lugares e trabalhos que são poucos divulgados. Apropriando-se de um raciocínio dedutivo, parte de um assunto discutido e vivenciado em nível mundial – a pandemia – para adentrar uma questão nacional – as lives que se proliferaram durante a pandemia – até chegar à repercussão de tudo isso na cultura local. Ao desvelarmos os componentes comunicacionais, psicossociais e intencionais presentes nos discursos da revista, percebemos que é esse contrato que busca alcançar a adesão dos leitores e, por conseguinte, da sociedade piauiense às ideias apresentadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ismael Paulo Cardoso. **Discursos sobre o autismo na revista superinteressante**. Teresina: Edufpi, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1KxsieWu9y1_-G6PhmlNYU_hJbj5XpP1p/view Acesso em 15 fev. 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. [coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado]. – 2. ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem. In: **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Hugo Mari; Ida Lúcia Machado; Renato de Mello (Organizadores). Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG. 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. tradução de Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. O contrato de comunicação na sala de aula. In: **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/18861> Acesso em 15 fev. 2021.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. – 3. ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. In: **Revista memento**, V. 5, n.2, julho-dezembro de 2014. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826> Acesso em 15 fev. 2021.

FERREIRA, Mayara Sousa. **Memórias da cultura: estratégias e táticas de Revestrés na (re)construção das identidades piauienses**. – Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

LOPES, Maraisa; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; MOURA, João Benvindo de. **Linguagem, discurso e produção de sentidos**. São Paulo: Pá de Palavra, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1E4p24MwtwEIYLOBy9Cv86l8P1ww5IsmP/view> Acesso em 15 fev. 2021.

LOPES, Paulo Fernando de Carvalho; SENA, Luana Lia da Cunha Lopes. Jornalismo cultural: o contrato de leitura das revistas Revestrés e Select. In: AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PINTO, Maria Alexandra Guedes (Org.). **O poder do discurso e o discurso do poder**. - v. 2. São Paulo: Editora Paulistana, 2018.

MACHADO, Ida Lucía; MENDES, Emília. A análise semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização. In: **Revista latinoamericana de estudios del discurso**, v. 13, n. 2, p. 7-20, 2016.

MACHADO, Ida Lucía. Uma teoria de análise do discurso: a semiolinguística. In: **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Hugo Mari; Ida Lúcia Machado; Renato de Mello (Organizadores); Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG. 2001.

MOURA, João Benvindo de. **Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte**: um retrato do Piauí. – Teresina: EDUFPI, 2020. 308 p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1xzM2rZt7a1Y2mQUMF5z_lgmKR6WsTgG9/view Acesso em 20 jan. 2021.

MOURA, João Benvindo de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa. **Sentidos em disputa**: discursos em funcionamento. São Paulo: Pedro & João editores, 2017. Teresina: EDUFPI, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11V18xIYEwS3LV3UnpkbjQj5xsuXK0zYf/view> Acesso em 15 fev. 2021.

MOURA, João Benvindo de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa. **Discurso, memória e inclusão social**. Recife: Pipa Comunicação, 2015.

QUEIROZ, Marília Mesquita. **O ethos byroniano**: uma análise semiolinguística. – Teresina: EDUFPI, 2020. 176p. Disponível em: <https://obytec.com/livros/o-ethos-byroniano-uma-analise-semiolinguistica/> Acesso em 15 fev. 2021.

SOUSA, Ana Carolina Carneiro de; SOUSA, Jaqueline Salviano de. A encenação linguageira numa revista cultural: uma análise semiolinguística. In: MOURA, João Benvindo de; LOPES, Maraisa [Orgs.]. **Discursos, imagens e imaginários**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 358p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/172snYhu2fwFOWpd-blplg4dQa5H2Whh6/view> Acesso em 15 jan. 2021.

SOUSA, Jaqueline Salviano de. Imaginários sociodiscursivos: um estudo a partir da revista *Revestrés*. In: **Afluente: Revista de Letras e Linguística**, UFMA/CCEL, v.6, n.17, p.47-65, jan./jun. 2021.

CAVALCANTE, Aldenora; LUIZE, Ohana. A live bombou: com o cancelamento de eventos presenciais, artistas se reinventam. In: **Revista Revestrés**. p. 28-34, ed. 46, 2020.

O ETHOS DE JOJO TODYNHO, EM A FAZENDA 12: UMA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA

INTRODUÇÃO

A Análise de Discurso (AD) é uma área de pesquisa do campo das Ciências Humanas que se interessa pelo estudo das construções ideológicas criadas por meio de textos, contrapondo-se à visão de uso único da linguagem com fins gramaticais e lexicais. A AD busca compreender quais os sentidos trazidos pela Linguagem, mediante as construções simbólicas dos discursos. Dessa maneira, os estudos em Análise de Discurso objetivam desvendar a utilização que o ser humano faz da língua para dar significado às realidades sociais e naturais nas quais está inserido. O discurso funciona, assim, como maneira de permanência ou deslocamento ideológico do homem em meio ao seu contexto social.

Isto posto, os trabalhos desenvolvidos em pesquisas no campo da AD não consideram a língua como um sistema estático, mas como mecanismo que permite às pessoas produzirem efeitos de sentido entre enunciadorees. A linguagem manifesta-se como forma de manutenção e estabelecimento de poder ao longo da história da humanidade. Nesses termos, pode-se considerar que os atos languageiros são feitos por meio de condições de enunciação e também da capacidade dos locutores e interlocutores de codificar e decodificar para construir sentidos por meio dos recursos gramaticais e lexicais disponíveis.

O discurso, então, seria o ato de linguagem em que os falantes constroem sentidos em seus enunciados por meio da relação entre a língua, o meio social e os aspectos históricos e culturais. Pode-se compreender que o discurso é um texto que se estabelece por meio de um contexto a partir de condições diversas de produção, recepção e reprodução. Assim sendo, este trabalho tem como base teórica a Teoria Semioliingüística, desenvolvida pelo linguista francês contemporâneo Patrick Charaudeau.

A Teoria Semioliingüística é uma vertente da Análise de Discurso que tem como objeto de análise a linguagem como veículo social de Comunicação. Dessa maneira, a Semioliingüística destaca a necessidade de se pensar a experiência languageira por meio da aproximação entre os sujeitos. Para esta teoria, o discurso é construído por meio de características individuais e sociais do enunciadoree, que vão além da forma estrutura/enunciado proferido pelo locutor.

Dentre os diversos conceitos apresentados por esta abordagem teórica, selecionamos a noção de *ethos*, trazida da retórica aristotélica, cuja observação se dará a partir de relações retórico-argumentativas em situações discursivas.

O presente trabalho tem como objetivo, portanto, discutir acerca da construção do *ethos* da cantora Jojo Todynho, participante da 12ª edição do programa “A Fazenda”, da emissora de televisão Record TV. Como recorte de análise, utilizamos os discursos de defesa da artista na sua primeira e última ida à roça (dinâmica de eliminação de um participante da atração) que ocorreram nos dias 08 de outubro e 14 de dezembro de 2020, respectivamente. Optamos pelas duas datas pela necessidade de compreender o *ethos* que a cantora constrói de si ao longo do *reality*.

Nesta perspectiva, cabe destacar que os *realitys shows* são programas de televisão, voltados ao entretenimento, baseados em acontecimentos da vida real dos participantes. Neste tipo de produto midiático, há a vigilância diuturna dos participantes buscando retratar aspectos fruto da realidade de pessoas reais e não personagens de um enredo ficcional. Os *realitys shows* possibilitam ao público o julgamento dos comportamentos retratados nos programas por meio de votação para a eliminação semanal de um participante. Antes de empreendermos a construção do *ethos* de Jojo Todynho, em *A Fazenda 12*, cabe aqui discutir acerca da Teoria Semiollingüística como vertente de estudo do campo da Análise de Discurso.

A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA COMO VERTENTE DE ANÁLISE

Segundo Charaudeau (2001, p. 29), “Todo ato de linguagem é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem”. Assim sendo, nesta teoria o sujeito tem um papel importante que vai além da simples visão binária de Jakobson, envolvendo um emissor e um receptor. A Semiollingüística, portanto, dentro da Análise de Discurso, leva em consideração a coexistência de duas instâncias responsáveis pelo processo de produção dos sentidos, a saber: os parceiros e protagonistas.

Nesta teoria, adota-se uma perspectiva transdisciplinar que compreende o discurso a partir de modelos comunicativos que são influenciados por campos sociais e psicológicos. De acordo com Rabello (2017, p. 68), “[...] a Semiollingüística é do discurso, porque o

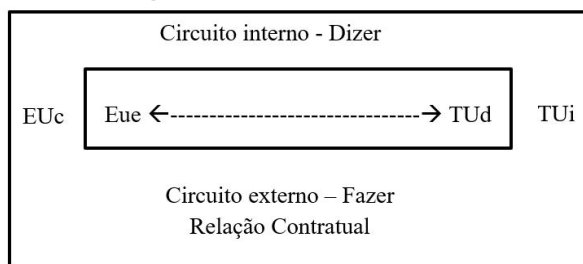
texto deve ser analisado em seu contexto discursivo, do qual fazem parte outros textos pré-existentes a ele, que circulam na sociedade em geral, ou num dado grupo social”. Logo, o objeto de estudo da Teoria Semiociuística é o discurso, pois esta busca conceber a maneira como acontece a interação da linguagem entre os indivíduos, dando relevância a aspectos linguageiros de como dizer, por meio de contratos comunicacionais.

No modelo teórico de análise definido por Charaudeau, “O discurso ultrapassa os códigos de manifestação linguageira na medida em que é lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos”. (CHARAUDEAU, 2001, p. 25) Dessa forma, pode-se considerar que o ato de linguagem é um momento de troca entre dois parceiros. Rabello (2017, p. 317) afirma que

De acordo com a Teoria Semiociuística de Análise do Discurso, todo ato de linguagem é uma encenação, uma *mise en scène*, que comporta quatro protagonistas, sendo dois situacionais, externos e dois discursivos, internos. Os sujeitos “externos” são o EUc (eu-comunicante) e o TUi (tu-interpretante) e os sujeitos “internos”, o EUe (eu-enunciador) e o TÚd (tu-destinatário).

Assim sendo, a manifestação linguageira, conforme Charaudeau, não deve ser entendida como um ato que resulta apenas na produção de uma mensagem enviada de um emissor para um receptor, mas necessita ser compreendida como um encontro dual entre dois processos distintos, a saber: produção, entre o eu-enunciador e o tu-destinatário; e o de interpretação, do tu-interpretante, que constrói uma imagem do eu-comunicante. Dessa forma, o ato de linguagem pode ser entendido como um processo de interação entre quatro sujeitos da linguagem que, por sua vez, contribuem para a construção de sentidos dos discursos. A figura 1 apresenta um esquema de construção de sentidos por meio do ato de linguagem.

Figura 1: Fazer – Situacional



Fonte: Charaudeau (2001, p. 29)

Considerando a construção de imagens pelo tu-interpretante acerca do eu-comunicante, neste trabalho interessa-nos compreender acerca da construção do *ethos* da cantora Jojo Todynho, em *A Fazenda 12*, por meio dos discursos proferidos em defesa de sua permanência no reality. Desse modo, daremos ênfase a essa categoria da retórica.

Conceituando o *ethos*

A noção de *ethos* está ligada aos primórdios da argumentação e da retórica na Grécia antiga. Pode-se dizer, em linhas gerais, que a palavra *ethos* faz referência à imagem que o autor do discurso constrói sobre si, porém, este é um conceito teoricamente complexo. Para entender a ideia de *ethos* é mister retornar à sua definição a partir das concepções de Aristóteles. Carvalho (2020, p. 24) define que “Em sua Retórica, Aristóteles denomina ‘*ethos*’ como o caráter, a imagem de si, construída pelo orador com o intuito de convencer através da fala, enfatizando que essa imagem é produzida pelo discurso”. Dessa maneira, cabe destacar que o *ethos* é concebido como a representação que o locutor constrói de si ao falar dele mesmo, com a intenção de persuadir o seu interlocutor.

As origens da retórica e da argumentação dizem respeito aos sofistas, mestres itinerantes que ensinavam sobre eloquência e filosofia àqueles que desejavam entrar na vida política. Os sofistas tratavam a verdade como algo relativo, o que acabava indo de encontro com as concepções de Platão. Neste sentido, Oliveira e Oliveira (2018, p. 202) destacam que “Não obstante, a tradição predominante na filosofia ainda tem Platão como principal referência, já que ele foi um dos filósofos mais críticos dos sofistas, considerando a retórica como sendo uma falsa dialética”.

Diferente de Platão, Aristóteles possuía uma visão positiva em relação à retórica. Para o filósofo a retórica não foge do uso da razão, pois mesmo passível de manipulação, é possível alguém aderir com convicção ao discurso do outro, por meio persuasão. De acordo com Magalhães (2015, p. 32), “A persuasão se dá por meio de três provas retóricas: o *ethos* (ετηος), representado pelo caráter moral (o orador deixa transparecer que é confiável); o *logos*, constituído no discurso (o orador demonstra as verdades ou o que parece ser verdade) e o *pathos* (πατηος), paixão despertada pelo orador nos ouvintes.

Assim sendo, pode-se definir que o *ethos* está ligado, segundo a concepção de retórica definida por Aristóteles, à dimensão do orador, o que compreende suas virtudes e costumes. O conceito de *pathos* está ligado à possibilidade de um discurso persuadir, convencer e

encantar. E o logos trata sobre o próprio discurso proferido com os seus argumentos para se dirigir ao auditório. Mais à frente, Dominique Maingueneau apropria-se da noção de *ethos* e o articula aos estudos da Análise de Discurso (AD) de corrente francesa. Silva, Rosado e Melo (2012) destacam como ocorre a atuação do *ethos* em uma situação discursiva,

O *ethos* está ligado ao processo mais geral de adesão dos sujeitos a uma certa posição discursiva, distinguindo-se de outros meios de persuasão, como a persuasão por argumentos. O *ethos*, em sua teoria de análise do discurso, se manifesta não somente como um papel linguageiro e um estatuto social, isto é, como uma posição institucional marcada por um saber que o sujeito encena através de seu discurso, mas também como uma voz (tom) e como um corpo enunciante, corporificado através do processo de incorporação. (SILVA, ROSADO E MELO, 2012, p. 74)

Dessa maneira, é possível inferir que o *ethos* participa da interação entre sujeitos do discurso assumindo uma posição de persuasão que se difere do uso de argumentos. O *ethos* seria uma manifestação do sujeito, por meio do discurso, de uma imagem construída para persuadir o interlocutor. Segundo Silva (2015, p. 84) “[...] o *ethos* discursivo mantém uma ligação com a imagem prévia que é feita do orador antes mesmo que este fale, o que caracterizaria aquilo que Maingueneau chamou de *ethos* pré-discursivo”. Esta imagem construída de forma prévia produzida busca alcançar credibilidade e legitimidade ao discurso do orador. Porém, não se pode reduzir o conceito do *ethos* à imagem que o autor cria de si mesmo no discurso, pois o *ethos* compreende todas as imagens que são projetadas dentro de um discurso e que são direcionadas para o *ethos* do enunciador.

Isto posto, com o objetivo de obter aceitação do seu discurso, o orador procurar criar uma boa impressão através da sua imagem. A aceitação do discurso pode ser feita a partir da soma de outras imagens criadas sobre si que podem resultar na adesão do discurso. Assim sendo, há a necessidade de o orador conhecer o seu auditório (*pathos*) a fim de que a interação entre ambos se efetue a partir das imagens que são criadas por eles durante a situação discursiva. Silva (2015, p. 86) evidencia que “o *ethos* prévio é construído a partir da *doxa* que o auditório possui do orador antes que ele enuncie, isto é, corresponde à opinião e à reputação do orador perante seu auditório”. Dessa maneira, considera-se que o *ethos* tem validade a partir da enunciação do orador que retoma em seu discurso o *ethos* pré-discursivo já construído anteriormente. Segundo Maingueneau (2008, p. 14), o *ethos*

Não se trata de uma representação estática e bem delimitada, mas, antes, de uma forma dinâmica, construída pelo destinatário através do movimento da própria fala do locutor. O *ethos* não age no primeiro plano, mas de maneira lateral; ele implica uma experiência sensível do discurso, mobiliza a afetividade do destinatário.

Dessa maneira, Maingueneau (2008) considera que o *ethos* pré-discursivo faz referência à imagem que o interlocutor constrói do enunciador, antes mesmo que este fale, porém o *ethos* se estabelece numa movimentação discursiva entre enunciador e destinatário. O *ethos* discursivo seria, portanto, as informações trazidas pelo orador no momento de sua enunciação. Segundo Gallinari (2012, p. 58) o *ethos* presente ou discursivo seria, em outros termos, “as imagens de si presentes num dado corpus, recortado e estudado pelo analista, e relativo a um instante enunciativo particular”. Pode-se dizer que, então, que o *ethos* discursivo seria um recorte de análise feito por um pesquisador com o intuito de compreender as imagens do orador em um determinado discurso.

Portanto, é em meio a essa interação entre *ethos* e *pathos* que buscaremos compreender quais imagens a cantora Jojo Todynho projeta a respeito de si mesma para levar seus interlocutores a aderirem ao seu discurso. Para tanto, faz-se necessário discutirmos a dinâmica dos *reality* shows e como o programa “A Fazenda”, edição 12, se adequa a esse modelo de entretenimento.

O MODELO DE REALITYS SHOW E A PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO

O final da década de 1990 marcou a mídia televisa mundial por conta de sucedidos programas que impactaram significativamente a audiência e a rentabilidade comercial de emissoras, conforme aborda Bacchin (2008). O autor ainda comenta que nesse momento também ocorreram questionamentos sobre a qualidade da programação televisiva, pois, várias polêmicas eram levantadas sobre as pautas que a mídia ditava. Programas como *Survivor*, *Big Brother* ou *Operación Triunfo*, entre muitos outros, eram consumidos como uma grande novidade, principalmente pela característica de trazer pessoas do anonimato para viver diversas situações reais. Isso também levou a construir a denominação *reality show*, ou em uma tradução livre “programa da vida real”. Segundo Lazary (2006, p. 42),

A confusão entre a vida real e o que aparece na televisão é vital para o funcionamento dos *reality shows*. O sujeito que participa deste programa se comunica com o público na primeira pessoa: ouvimos o que ele fala e sabemos o que se passa dentro e fora dele quando o vemos reagir ao que está sentindo. Podem até ser representações, mas não se tornam irreais por isso. Elas podem ser vividas e sentidas como reais, na medida em que esses programas não apresentam a sociedade para si mesma, ou seja, quando é possível identificar neles características comuns a cada um.

Bacchin (2008) argumenta que embora esse programa tenha sido encarado como “novidade” não estaria fora da lógica de programas televisivos tradicionais que trabalhavam o conceito da vida real através da exposição de personagens e fatos reais, construções de narrativas, sob a vigilância e registro das câmeras. O autor destaca, também, que um programa televisivo se configura como *reality show* pelas seguintes características: o surgimento a partir do fim dos anos de 1990; o programa operacionalizado em múltiplas plataformas para além da televisão, como internet e redes telefônicas; e a interação do telespectador com o conteúdo e rumo do programa.

Para Rocha (2009), *reality TV* é um estilo de programa que traz textos, narrativas, técnicas e personagens como indicadores que geram na programação veracidade, credibilidade, um sentido do real, a TV representado “o mundo tal como ele é”. Nesse sentido, tanto a *reality TV* quanto o *reality show* buscam a etnografia para cumprir a promessa de exibir o máximo de realidade, aponta Rocha (2009).

Segundo Rocha (2009, p. 2) “A *reality TV* é uma variedade da programação factual popular que modeliza os mais diversos formatos televisivos”. A estudiosa ainda comenta que *reality TV* é um estilo de programação bem presente na TV brasileira, a TV realidade, e exemplifica citando alguns desses programas, tais como, *Domingão do Faustão* (TV Globo), *Domingo Legal* (SBT), *Linha Direta* (TV Globo), *Casos de Família* (SBT), entre outros. A busca pela representação do mundo real no meio midiático, é construída como uma simulação, discorre Rocha (2009). Com isso, criar referências, despertar e prender a atenção do público, e fazê-lo se identificar com o que é exibido, como também desenvolver uma espécie de *voyerismo*, são maneiras de agradá-lo, e assim gerar audiência.

[...] o *voyerismo* midiático é uma prática na qual o indivíduo sente prazer em observar a vida alheia. No entanto, essa forma de *voyerismo* se diferencia da prática *voyeur* descrita pela psicologia, na qual o prazer, que o indivíduo encontra na

observação do outro, é sexual. A utilização televisiva instiga a curiosidade em outro sentido, leva o indivíduo a buscar o que se passa na privacidade de outras pessoas, outras casas, outros estilos de vida. Assim, são coletados hábitos, histórias e comportamentos, diferentes formas de viver (ROCHA, 2009, p. 3, grifos da autora).

Ainda de acordo com Rocha (2009), o *reality show* transborda o formato de *reality TV*, por sua capacidade de interação e mobilização com outros formatos e sistemas de comunicação. “A partir dessa dinâmica, o *reality show* exhibe um leque de opções, em constante expansão, que ultrapassa a dicotomia informação ou entretenimento” (ROCHA, 2009, p. 6). Ainda é salientado pela estudiosa que alguns *reality shows* privilegiam mais a informação, enquanto outros dão mais ênfase ao entretenimento. Contudo, a autora ressalta que o um dos elementos chaves presentes em todos os *reality shows*, é a competição (o jogo).

Neste trabalho, interessa entender o que Rocha (2009) discute acerca dos *reality shows*, estilo *Big Brother*, nos quais pessoas que geralmente buscam visibilidade (fama), são isoladas e vigiadas 24h por dia. Elas se tornam personagens que criam histórias do bem e do mal, vilões e mocinhos, e o público *voyeur*, “bisbilhoteiro”, sente prazer e curiosidade com o que acontece, julgando as ações dos personagens e interagindo constantemente através de votos e outras possibilidades de participação.

Observa-se semelhanças nas discussões de Bacchin (2008) e Rocha (2009) no que compete às definições de *reality show*. Através das percepções desses autores, entende-se que *reality show* é um estilo de programa televisivo que vai além da plataforma TV, construído pela narrativa de histórias e ações de pessoas reais, inseridas em um contexto de jogo, através do qual se desperta o desejo do público em acompanhar as personagens e conflitos no jogo. O potencial do público é poder interagir de forma direta na narrativa desse jogo, atuando como plateia e juiz. Extrai-se dos debates feitos por Bacchin (2008) e Rocha (2009), o potencial desse tipo de programa em trazer representações, discussões e narrativas sobre a realidade.

Nessa direção, adota-se o programa *A Fazenda*, da rede de televisão Record, como um *reality show* que surgiu no Brasil, em 2009, sendo uma programação que envolve todo o sistema da rede Record TV, bem como a participação do público, elementos que o configuram como um *reality show*. Neste artigo, pretende-se estudar a construção do *ethos* da cantora Jojo Todynho, participante da 12ª edição do programa, à luz da Teoria Semiolinguística.

BREVE APRESENTAÇÃO DO CORPUS

Reality Show A Fazenda

O programa *A Fazenda* foi lançado pela emissora de televisão aberta Record TV, em 31 de maio de 2009. No mesmo ano, o programa ganhou uma segunda edição e a partir de 2010 passou a ser anual. *A Fazenda* é um programa com exibição diária, pela Record TV, em formatos que envolvem edição de vídeos e em alguns dias programas ao vivo. Especificamente nas terças-feiras, há a formação de roça; nas quartas-feiras, a prova do fazendeiro; e nas quintas-feiras, a roça, que consiste na eliminação de um participante do programa. O reality também é transmitido 24 horas para assinantes da plataforma de streaming PlayPlus. Brittos e Barbosa (2010, p. 222) destacam que “No programa, o desafio foi desempenhar tarefas vividas no campo, como cuidar da horta; alimentar animais; levantar ovelhas para o piquete; ordenhar vacas; escovar os cavalos; e recolher ovos das galinhas”.

O formato de *A Fazenda*, *The farm* na versão original, é uma criação da empresa sueca Strix, em parceria com a Endemol. No Brasil, o programa é realizado em um espaço rural no estado de São Paulo. No programa, os peões (participantes), que são pessoas famosas ou subcelebridades, precisam desenvolver tarefas referentes ao campo e realizar provas para se manter na disputa pelo prêmio de 1,5 milhões de reais. Uma das provas que ocorrem semanalmente é a prova de fogo, em que três peões, definidos por sorteio, participam de uma disputa para ganhar os poderes da chama. Tais poderes interferem na formação da roça, que ocorre as terças-feiras.

Na formação, o fazendeiro, espécie de líder da semana, responsável por delegar as funções aos outros participantes e pelo cuidado com a fazenda, é imune à roça e possui o direito de indicar um dos outros peões à eliminação. Os outros peões votam entre si e o mais votado assume outra vaga para a noite de eliminação. As demais vagas e o veto da prova do fazendeiro são definidos por dinâmicas diferentes a cada semana. A prova do fazendeiro é realizada por 3 dos 4 participantes indicados à roça. O ganhador se torna fazendeiro e os demais, junto com o peão vetado na noite de formação da roça, vão para a eliminação.

A roça acontece todas as quintas-feiras, com exceção das últimas semanas de cada edição, e nela um participante é eliminado. O peão eliminado é aquele menos votado pelo público para permanecer na fazenda, em votação iniciada após a prova do fazendeiro. Na noite de eliminação e após a prova do fazendeiro os peões fazem discursos

para tentar a sua permanência no *reality*. Interessa-nos compreender o *ethos* de Jojo Todynho nos discursos proferidos pela participante nas noites de eliminação de sua primeira e última roça, ocorridas nos dias 08 de outubro e 14 de dezembro de 2020, respectivamente. Para tanto, cabe aqui descrevermos quem é a autora dos discursos.

Jojo Todynho

A funkeira Jordana Gleise de Jesus Menezes, mais conhecida como Jojo Todynho ou Jojo Maronttinni, é uma carioca de 24 anos, criada no bairro Bangu, na cidade do Rio de Janeiro. Jojo despontou nacionalmente com o hit “Que tiro foi esse”, como música do Carnaval 2018. Além das suas características musicais, a artista chama atenção por ser uma mulher gorda no funk, o que a difere das demais cantoras do ritmo que, em sua maioria, possuem corpos malhados e atléticos. De acordo com Purificação et. al. (2020, p. 918),

Tais atributos a colocaram num patamar físico diferenciado dos das outras cantoras do funk, talvez até um pouco longe dos estereotipados socialmente para esse estilo musical, que insiste em vender a valorização da mulher magra, com corpos delineados como sinônimo de corpo bonito e sexy.

Outra característica importante de Jojo Todynho é a sua atuação nas redes sociais. A cantora, atualmente com 17,1 milhões de seguidores no *Instagram*¹, é reconhecida pelo seu posicionamento firme e por não ter “papas na língua” ao tratar de diversos assuntos nas redes sociais o que fez a artista conquistar diversos fãs. Por esses aspectos, a participação de Jojo Todynho no *reality* era há muito tempo esperada pelo seu público.

ANÁLISE DO ETHOS DE JOJO TODYNHO, EM A FAZENDA 12

O primeiro discurso de análise desta pesquisa, foi proferido por Jojo Todynho, em sua primeira roça na edição, ocorrida em 08 de outubro de 2020. Na noite da eliminação, a peoa disputava sua permanência com o seu arquirrival durante o programa, o cantor Gabriel, e o aliado do peão, o jornalista Lucas Strabko, mais conhecido como Cartolouco. Nas roças, os participantes têm direito a um discurso de até um minuto para convencer o público a deixá-los permanecer na disputa. A seguir é descrito o discurso da peoa neste episódio:

Primeiramente quero agradecer a Deus e a todos que tá me acompanhando, né, acho que as pessoas já conhecem o meu caráter. Aqui tá sendo uma nova experiência, uma ótima

1 - Dados coletados em 7 de março de 2021.

experiência, tô aprendendo, tô acertando, errando, mas crescendo a cada dia. Quero muito ficar, né, Deus já me levou a lugares que eu nunca imaginei chegar, tá, e aqui é um lugar desses que eu nunca imaginei estar e hoje eu estou, né, e se vocês conhecem o meu caráter, sabe como eu sou, quero que vocês estejam aí votando para que eu fique e que papai do céu abençoe cada um de vocês e é isso. Quem guia a minha vida é ele e Deus sabe todas as coisas, ele está sempre no controle. Beijos, família! Beijo a todos! Obrigado mais uma vez! (TODYNHO, Jojo, 2020. sic)²

Observa-se no fragmento “e se vocês conhecem o meu caráter, sabe como eu sou (sic)”, que a cantora evoca um *ethos* pré-discursivo apelando para a possibilidade de os seus interlocutores já conhecerem o seu caráter previamente. Este conhecimento evocado pela artista pode ser acerca da sua atuação nas redes sociais ou ao longo do programa, que completava nesta data um mês de exibição.

Quando fala em caráter, Todynho busca criar para si imagens positivas, uma vez que o termo se refere à coerência de atitudes que convergem para o bem (indivíduo bom caráter), ou para o mal (indivíduo mal caráter). Como a artista recorda ao público esse seu aspecto subjetivo, pode-se afirmar que ela acredita possuir um bom caráter. De acordo com Maingueneau (2008, p. 15), “O *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, mas não se pode ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale”.

Nos fragmentos “Primeiramente quero agradecer a Deus”, “Deus já me levou a lugares que eu nunca imaginei chegar, tá, e aqui é um lugar desses que eu nunca imaginei estar e hoje eu estou, né”, “que papai do céu abençoe cada um de vocês e é isso” e “Quem guia a minha vida é ele e Deus sabe todas as coisas, ele está sempre no controle”, a peoa constrói para si, em seu *ethos* dito, a imagem de um indivíduo de fé, ao agradecer e demonstrar confiança nos desígnios de Deus para sua vida.

Pode-se considerar, então, que Jojo Todynho utiliza-se desta imagem de fé para convencer os espectadores do *reality*, por meio de recursos emotivos e sentimentais, a mantê-la no programa. Quando a artista destaca em seu discurso que Deus a levou para lugares que ela nunca imaginou, cria para si imagens de resistência e rompimento de barreiras sociais historicamente associadas a mulheres negras periféricas.

2 - Disponível na plataforma de streaming PlayPlus. Acesso: 05.mar.2021.

Todynho ressalta ainda através do enunciado “e aqui é um lugar desses que eu nunca imaginei estar e hoje eu estou, né”, que o simples fato de estar participando de um programa em nível nacional já é motivo de gratidão para ela. Dessa maneira, constrói em seu discurso a imagem de uma mulher humilde, negra e periférica que adentra espaços antes negados a outras sujeitas. Com seu *ethos*, a peoa busca convencer o público destinatário de que aquele é o espaço no qual ela deve permanecer até conquistar o prêmio final.

No fragmento “Aqui tá sendo uma nova experiência, uma ótima experiência, tô aprendendo, tô acertando, errando, mas crescendo a cada dia”, a cantora constrói para si um *ethos* de aprendizagem e evolução, pois mesmo que esta erre, o programa está fazendo com que ela cresça, se corrija e aprenda com seus erros. Ainda, em seu discurso, Jojo Todynho cria uma imagem de alguém que é grata pelas oportunidades, ao agradecer a Deus e ao público. Tal *ethos* pode ser também constatado nos fragmentos “Primeiramente quero agradecer a Deus e a todos que tá me acompanhando, né” e “Obrigado mais uma vez!”. Observa-se que nestas circunstâncias discursivas a peoa busca mostrar-se como merecedora do voto do público para a sua permanência.

Sobre a construção do *ethos* realizada por celebridades, Maingueneau (2008, p. 16) destaca que “[...] no domínio político ou na imprensa “de celebridades”, por exemplo, a maior parte dos locutores, constantemente presentes na cena midiática, é associada a um tipo de *ethos* não-discursivo que cada enunciação pode confirmar ou infirmar”, ou seja, o discurso proferido por personalidades já conhecidas pelo público serve para corroborar o *ethos* já construído anteriormente pelo auditório.

O segundo discurso aqui analisado foi proferido, na primeira roça especial da edição, ocorrida em 14 de dezembro de 2020, uma segunda-feira. Durante o programa, houve duas roças especiais que definiram os quatro finalistas da edição. As duas noites de eliminação aconteceram entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2020. Nesta roça, Jojo Todynho enfrentava o cantor Biel, considerado o seu principal rival durante todo o *reality*, e a atriz Lidi Lisboa, que se tornou sua rival no decorrer do programa. A seguir é descrito o discurso de permanência da peoa proferido neste episódio:

Boa noite, meus amores, boa noite! Quero agradecer primeiramente a Deus e a vocês pelo carinho por ter me trago novamente da roça e peço para que eu volte novamente

e como eu falei a minha vida, aqui dentro, está nas mãos de Deus e que seja feita a vontade dele e a de vocês. Se eu tiver que ficar, amém, se eu tiver que ir, amém também. Tô com meu coração muito tranquilo e feliz, respirando sob aparelhos, mas tô muito feliz do meu caminhar, talvez superando algumas expectativas, decepcionando outras, mas sendo quem eu sempre fui e eu peço para vocês votarem muito pra que eu fique e que seja feita a vontade de Deus e de vocês. Vambora! (TODYNHO, Jojo, 2020. sic)³

No fragmento “talvez superando algumas expectativas, decepcionando outras, mas sendo quem eu sempre fui”, a cantora evoca a imagem de um *ethos* prévio construído pelo público e na mesma enunciação justifica suas atitudes, pois mesmo não conseguindo atender a algumas expectativas sempre foi ela mesma. Quando destaca que foi ela mesma, a artista utiliza-se de uma construção argumentativa que vai ao encontro do que o público de um *reality show* espera: a aproximação com a vida real.

A representação sobre si criada pela participante e direcionada ao seu auditório funciona como um marcador, nesta circunstância discursiva, de qual imagem ela deseja repassar, porém tal imagem difere da primeira que fora apresentada em seu discurso anterior, proferido na primeira roça da qual a peoa participou na edição. No seu primeiro discurso, Todynho alega que erra, mas que o programa se constitui como espaço de evolução. Por sua vez, o segundo discurso traz a informação de que mesmo errando a artista foi ela mesma, o que foge do conceito evolutivo evocado no discurso anterior.

Os fragmentos “Quero agradecer primeiramente a Deus e a vocês pelo carinho por ter me trago novamente da roça”, “está nas mãos de Deus e que seja feita a vontade dele e a de vocês”, “Se eu tiver que ficar, amém, se eu tiver que ir, amém também” e “e que seja feita a vontade de Deus e de vocês”, retomam a construção de uma imagem de alguém que possui fé e gratidão. Tanto os aspectos discursivos relacionados à religiosidade, quanto os relacionados ao agradecimento buscam gerar uma aproximação emotiva entre a oradora e o público. Segundo Maingueneau (2008, p. 16), “O *ethos* se elabora, assim por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente”.

Esta aproximação afetiva com o público pode, também, ser observada, nos fragmentos “Boa noite, meus amores, boa noite”, “Tô com meu coração muito tranquilo e feliz, respirando sob

3 - Disponível na plataforma de streaming PlayPlus. Acesso: 05.mar.2021

aparelhos”. Quando a oradora chama o público de “amores”, revela uma aproximação afetiva estabelecida ao utilizar tal vocativo. Outros termos como coração tranquilo e feliz, também, estabelecem uma atmosfera afetiva. Por sua vez, a expressão “respirando sob aparelhos”, constrói a imagem de um paciente debilitado num leito de hospital, revelando sofrimento e cansaço, buscando, assim, a piedade daqueles que lhe assistem.

Nos chama a atenção nos dois discursos de Jojo Todynho a utilização de termos coloquiais como “tô”, “pra”, “tá” e “vambora” que revelam a construção de um *ethos* popular. Maingueneau (2008, p. 16) afirma que “os índices sobre os quais se apoia o intérprete vão desde a escolha do registro da língua e das palavras até o planejamento textual, passando pelo ritmo e a modulação...”. Assim sendo, o modo de falar de Jojo se aproxima do público e pode ter gerado uma identificação com a imagem construída pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo discutir acerca da construção do *ethos* da cantora Jojo Todynho, participante da 12ª edição do programa “A Fazenda”, da emissora de televisão Record TV. Optamos por esta temática pela necessidade e importância de se compreender discursivamente os sentidos produzidos por mulheres negras na mídia. Os caminhos históricos percorridos pelas mulheres negras são permeados por uma tripla opressão que se dá por meio da raça, da classe e do gênero.

Isto posto, foi possível observar, a partir análise, que a imagem do sujeito criada por Jojo Todynho, na 12ª edição do programa A Fazenda 12, é permeada por diferentes construções socioideológicas. Foram identificadas as imagens de resistência, de ruptura de espaços socialmente negados a mulheres negras periféricas, além de imagens de fé e gratidão. Essas imagens podem ter contribuído para uma adesão do público, resultando na vitória da artista.

Tais aspectos foram utilizados para convencer o público destinatário de que a artista deveria permanecer naquele espaço midiático e continuar na disputa pelo prêmio milionário. As imagens construídas pela cantora foram recebidas de maneira eficaz pelo seu auditório, que a consagrou vencedora da edição.

REFERÊNCIAS

BACCHIN, Rodrigo Boldrin. **Reality-show: a tv na era da globalização**. 2008. 163 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2008.

BRITTOS, Valério Cruz; BARBOSA, Rafaela Chagas. Reality show: o formato audiovisual como estratégia estética na busca pela liderança. **Revista Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 11, n. 26, p. 217-225, set./dez. 2010.

CARVALHO, André de Moura. **O Ethos de Whindersson Nunes: as estratégias discursivas e o contrato de comunicação numa encenação humorística**. 2020. 132f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma Teoria dos sujeitos da Linguagem. In: MARI, H. et. al. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001.

LAZARY, Erika Lucchini O que o BBB tem a ver com você? Uma análise sobre o sucesso de um reality show. 2006. 119 f. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

MAGALHÃES, Ana Lúcia. O medo na escola: aspectos retóricos e filosóficos. In: MAGALHÃES, Ana Lúcia; FERREIRA, Luiz Antonio; FIGUEIREDO, Maria Flávia (Orgs). **Retórica do Medo**. 2. ed. rev. e amp. Franca, SP: Cristal/São Paulo: Grupo ERA, 2015, p. 29-50.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Helen Silveira Jardim de; Oliveira, Renato José de. Retórica e argumentação: contribuições para a educação escolar. In: **Revista Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 197-212, jul./ago. 2018.

PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo; TEIXEIRA, Maria Filomena Rodrigues; CATARINO, Elisângela Maura; SANTANA, Maria Luzia da Silva; SOARES, Katielly Vila verde Araújo; PEREIRA, Vanessa Alves. Pedagogia do Corpo: O Fenômeno Jojô Todynho Corpo Gordo no Funk - “Que Tiro Foi Esse, Que Tá um Arraso?”. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.14, n. 52, p. 913-923, outubro/2020.

REBELLO, Ilana da Silva. Do mundo a significar ao mundo significado: estratégias linguísticas e discursivas na construção do(s) sentido(s) de capa de revista. In: FERES, Beatriz; MONNERAT, Rosane (orgs.).

Análises de um mundo significado: a visão semiolinguística do discurso. Série Ensaios, v. 39. Niterói: EDUFF, 2017, p. 67-88.

REBELLO, Ilana da Silva. Publicidade? não! é capa de revista! estratégias linguísticas e discursivas na construção do(s) sentido(s) na capa da Veja. In: **Anais do X Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística:** pesquisa linguística e compromisso político, 7 a 10 de março de 2017, Niterói, RJ.

ROCHA, Debora Cristina. Reality TV e reality show: ficção e realidade na televisão. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** | E-compós, Brasília, v.12, n.3, set./dez. 2009.

SILVA, Bárbara Amaral. O Ethos como estratégia argumentativa no discurso religioso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Revista Arredia**, Dourados-MS, Editora UFGD, v.4, n.6, p. 80-99 jan./jul. 2015.

SILVA, Elaine Luzia da; ROSADO, Leonardo Coelho Corrêa; MELO, Mônica Santos de Souza. Um estudo do ethos discursivo em audiências de Conciliação. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão-SC, v. 12, n. 1, p. 71-98, jan./abr. 2012

IMAGEM REPORTADA E SUJEITO DE ENUNCIÇÃO: ABORDAGEM SEMIOLINGÜÍSTICA DO TRAÇADO RETÓRICO DE UMA VOZ QUE DIZ DA CIDADE

José Magno de Sousa Vieira

INTRODUÇÃO

As articulações que faço nesta pesquisa estão calcadas em um elo que pretendo traçar sobre a noção de sujeito em análise de discurso e os contratos comunicativos por meio dos quais é possível que tal sujeito textualize. Mas não reporto a qualquer discursividade desse sujeito, é de uma tópica¹ específica que trato: a imagem de cidade que dele emana. Estou gesticulando uma análise que se depara com uma dada materialidade linguística, discursiva, imagética, simbólica e semiótica que me leve a um batimento com aquilo que se diz em retórica e em semiolinguística sobre um dado ente corporificado, etéreo que diga dessa tópica, diga dessa imagem de cidade.

Não saio de uma posição incômoda que se lança a uma articulação entre a semiolinguística e a retórica e a análise de discurso materialista para traçar um gesto de análise que leia esse sujeito de enunciação a dizer da cidade pelo simbólico que dela emana para significá-la. Dentre as inquietações que lanço à materialidade significativa sobre a qual debruço meu gesto analítico surgem perguntas como: Em que condições, circunstâncias sociais, históricas e políticas o sujeito que interpreta a imagem de cidade se insere para lê-la? Como a língua, que abstrai o real pela síntese que o uniformiza, o torna transparente? Em um caminho que leva para a deriva também pergunto – através da suposição de que estou diante de uma farsa necessária, a dessa uniformidade, porque somente atravessado pela necessidade dessa

1 - O conceito de tópica que não aprofundo aqui é tomado como consta em Charaudeau; Maingueneau (2014, p. 474), a saber: "... um sistema empírico de coleta, produção e tratamento de uma informação para finalidades múltiplas (narrativa, descritiva, argumentativa), essencialmente práticas [...] exprimem uma ontologia popular que oscila entre o cognitivo e o linguístico".

unidade disforme é que eu posso fazer uma pesquisa linguística² – e incido naquilo que a semiolinguística alerta: Como a língua não transparente leva à leitura elucidativa de um dado fenômeno linguageiro?

Assim, penso nas duas âncoras que uso para localizar e ‘limitar’ o ‘meu’ sujeito de enunciação e sobre ele lançar meu olhar analítico. Na abstração pergunto: A respeito de que ele [o sujeito de enunciação] nos fala [pela] linguagem? Como ele [o sujeito de enunciação] nos fala [pela] linguagem daquilo que ele nos fala? Como se aponta, atravesso o interesse semiolinguístico de um interesse sobre a tópica, por isso reformulo estas perguntas âncoras para tirar de suspensão esse atravessamento da seguinte forma: **Do que** o sujeito de enunciação nos fala, pela linguagem, sobre a imagem de cidade? e **Como** o sujeito de enunciação nos fala, pela linguagem, sobre a imagem de cidade³? Coloco estas questões, e outras que virão, em uma instância de discurso para observar a materialidade que traz memória e história no funcionamento linguístico do que se dá a ler pelos significantes.

A cenografia montada e seus contratos, o modo como o sujeito organiza o discurso para comunicar a tópica e como a lógica do argumento é montada são elementos que direciono para compreender a imagem de cidade de Teresina a partir dos enunciados que se textualizam na montagem da argumentação de um sujeito de enunciação que diz da imagem dessa cidade através da discursividade de seus cartões postais. Como se quisessem tecer um modo argumentativo que fosse uma atividade de elucidação que batesse o martelo sobre qual de fato é o símbolo da cidade.

Uma dada organização do mundo se instaura pela língua e parece que sempre esteve lá apontando para um lugar específico, o símbolo da cidade fazendo com que qualquer outro símbolo fosse um mero ruído, um resto de significância que estivesse opacificado ante ao transparente e sempiterno símbolo que consensualmente segue unânime como o representante da cidade. Os atos linguageiros

2 - Reporto a uma premissa presente em Pêcheux e Gadet (2010, p. 53), a saber: “O trabalho do gramático e do linguista consiste em construir a rede desse real, de maneira que essa rede faça Um, não como efeito de decisões que viriam arbitrariamente rasgar essa unidade em um fluxo, mas por um reconhecimento desse Um enquanto real, ou seja, como causa de si e da sua própria ordem. Fazer linguística é supor que o real da língua é representável, que ele guarda em si o repetível, e que esse repetível forma uma rede que autoriza a construção de regras”.

3 - Estas reformulações foram feitas no sentido de dar conta do deslocamento que faço nesta pesquisa a fim de provocar um batimento entre as abordagens materialista e semiolinguística. Charaudeau (2014, p. 20) questiona sobre uma antinomia na qual a semiolinguística direciona suas questões, a saber: as concepções de “linguagem-objeto-transparente [...] linguagem-objeto-não-transparente”. A partir da qual surgem as perguntas “do que nos fala a linguagem” [...] “como nos fala a linguagem”.

sobre ele, sobre esse símbolo, organizam uma dada lógica que leva a esta interpretação. As perguntas que levanto direcionam para uma análise sobre os sujeitos que enunciam essa imagem e sobre o modo como essa imagem é construída pela argumentação desses sujeitos de enunciação.

A MATERIALIDADE LINGUÍSTICO – DISCURSIVA DADA A LER

A cidade pode ser interpretada como um corpo? Se sim, esse corpo tem uma imagem? Se sim, qual é a imagem da cidade? Ela é uma imagem dela mesma ou uma representante vertical de algo que se lança sobre o solo horizontalmente? Trago as perguntas apresentadas alhures para que desde já funcionem como âncoras:

i.) A respeito de que o sujeito de enunciação nos fala, pela linguagem, sobre a imagem de cidade?

e...

ii.) Como o sujeito de enunciação nos fala, pela linguagem, sobre a imagem de cidade?

Lanço tais perguntas a quatro recortes por meio dos quais atravesso as inquietações sobre o modo como se tece a encenação discursiva do modo de organização argumentativo. Tais recortes constituem partes de publicações memorialistas abrigadas no blog piauinauta.blogspot.com⁴ que foram postados nos anos de 2010 (Recorte 1), 2012 (Recorte 2) e 2016 (recortes 3 e 4). A recorrência da tópica que relaciona a imagem da cidade com duas de suas pontes apresenta a regularidade de uma dada discursividade e põe em relevo o argumento de que, na formação discursiva memorialista reguladora dos dizeres sobre a imagem de cidade, a prevalência da ponte Metálica sobre a ponte Estaiada enquanto símbolo, ou ícone da imagem de cidade se constrói na textualidade regular que circula tirando de suspensão uma pretensa dúvida que passa a se realizar nos argumentos que se dão a ler nos recortes que seguem⁵:

RECORTE 1: E ainda prefiro a ponte Metálica do João Luiz Ferreira à modernidade da ponte Estaiada. Nosso povo sabe rir até do progresso que nos ultrapassa. Já mudaram o nome

4 - Disponível em: <https://piauinauta.blogspot.com/search?q=ponte+estaiada> acesso: 11/09/2020.

5 - A análise sobre os recortes aqui apontados é tida como uma possibilidade no escopo teórico da semiolinguística. A pesquisa de tese, no prelo, que desenvolvo faz uma análise de tais recortes no escopo da análise de discurso pecheuxiana cujo movimento teórico-analítico-discursivo toca em outras questões sobre o mesmo objeto, a imagem de cidade de Teresina. Alguns apontamentos, mesmo em escopos distintos, sobre a materialidade que proponho analisar aqui, poderão, a posteriori, dialogar.

da ponte Estaiada. De tão bonita e imponente que ela é faz o cristão botar a cara pra cima numa admiração abestada. Já foi rebatizada de ponte Abestaiada. (Fonte: Piauinauta, 2010).

RECORTE 2: E o rio Parnaíba é o velho monge, na imagem poética de Da Costa e Silva, nosso simbolista de Amarante. A ponte metálica, como nós a chamávamos carinhosamente, símbolo da cidade e vistoso cartão postal todo ligado à poesia. (Fonte: Piauinauta, 2012).

RECORTE 3: Inexorável, Teresina atravessou o rio Poty para o leste e esqueceu a cidade velha. A festejada ponte estaiada funciona como um portal moderno que nos faz adentrar na cidade nova, o que para mim – que a deixei há quarenta anos – não faz qualquer sentido. (Fonte: Piauinauta, 2016).

RECORTE 4: Sou contemporâneo da ponte metálica que nos separava de Timon [...] do Poty Velho, do Mercado Velho[...] do Porenquanto – bairro de nome poético que era pra ser provisório e está perpetuado no esquecimento da cidade antiga. (Fonte: Piauinauta, 2016).

Antes de provocar um batimento entre os recortes acima é necessário afinar uma questão que toca a teoria semiolinguística para, a partir dela, discorrer sobre a imagem que o sujeito de enunciação reporta em seu ato comunicativo. Esse batimento se entrelaça a partir de uma discussão a respeito do que seja o contrato, o ato de comunicar, a encenação desse ato e o modo como se organiza o argumento pela lógica que escamoteia a ambiguidade ao colocá-la em suspensão. Tal batimento precisa se calcar no que é tido como saber compartilhado entre os interlocutores do ato linguageiro em apreciação no gesto analítico que leio a respeito da tópica imagem reportada pelo sujeito de enunciação. Há algo, nesse ato linguageiro que se mostra assim como há o que se escamoteia. A interpretação faz com que o escamoteado também seja percebido em sua ausência.

Estou entrando naquilo que Charaudeau (2014) denomina o ato de linguagem. Ato em que há:

- a. Um sujeito produtor do ato de linguagem – tal sujeito é um EU;
- b. Um sujeito interlocutor do ato de linguagem – tal sujeito é um TU.

O EU e o TU funcionam como validadores um do outro. Temos nessa teia um processo de produção centrado no EU e um processo de interpretação centrado no TU. Nesse sentido interpretar “... é sempre instaurar um processo para apurar as intenções do EU” (CHARAUDEAU, 2014, p. 44). Com isso se tem que TU, ao apurar as

intenções do EU, perfaz uma, constrói uma interpretação da imagem que EU dá a ler de si ao dizer de si a outrem. No circuito que tem EU e TU o processo de produção parte de EU para TU ao passo que o processo de interpretação parte de TU para EU.

O que importa na análise que proponho aqui é compreender que o que estou chamando de sujeito de enunciação é uma imagem de um sujeito que se constrói naquilo que se enuncia sobre a tópica posta em questão, a imagem de cidade de Teresina. Tal imagem é construída argumentativamente, tem uma lógica que leva à compreensão do sujeito que é percebido e que é, portanto, "... (construído) pelo TUi [...] sujeito Enunciador" (CHARAUDEAU, 2014, p. 47).

Faço aqui uma construção menos quebrada ou fragmentada do sujeito sobre o qual debruço meu olhar. Não irei a instâncias que o fragmentem em outras instâncias. Irei apenas até a compreensão de que esse sujeito se dá a ler porque é percebido, é construído pelo TU. Pois me interessa observar esse sujeito Enunciador como o EUE, ou seja, "... ser de fala sempre presente no ato de linguagem [...] uma imagem de enunciador construída pelo TUi como uma hipótese (processo de intenção)" (CHARAUDEAU, 2014, p. 48). Feita esta afinação teórica, explicitando até onde me interessa compreender esse sujeito que denomino "de enunciação" como uma imagem construída argumentativamente é que posso deixar que as questões levantadas à materialidade discursiva recortada para minha análise atravessem a textualidade que realiza a tópica sobre a imagem de cidade de Teresina.

Após a digressão a respeito de como se concebe o sujeito enunciador em semiolinguística, a fim de provocar uma relação com o que concebo como sujeito de enunciação, creio ser necessário dizer do modo como tal conceito comunica em uma dada encenação discursiva tomando a maneira como, em semiolinguística, se compreende a comunicação, a encenação a fim de apreender o modo de organização discursiva.

A comunicação é centrada em um sujeito que se acha em relação com um outro numa dada situação de comunicação na qual se dá a troca linguageira. O que liga estes parceiros em termos identitários é o contrato de comunicação, conforme Charaudeau (2014). Desse modo, há um elenco de princípios ou modos por meio dos quais se organiza o discurso em sua tessitura e que também possibilitam a manifestação do ato comunicativo em uma cenografia discursiva. Dentre os modos enfoco no que me parece ser, em meu gesto analítico, o que constitui uma encenação que enseja "... expor e provar causalidades numa visada

racionalizante para influenciar o interlocutor” (CHARAUDEAU, 2014, p. 75) a saber: o modo de organização argumentativo.

Debruço esta análise sobre tal modo, por encontrar nele alguns apontamentos a respeito de como o sujeito encena aquilo que lateja em sua identidade e que ele enseja que reverbere em seus pares. Noto no modo como se organiza a argumentação em uma dada cena na qual o sujeito em cena encena o papel persuasivo sobre o seu parceiro da troca linguageira a partir dos polos que Charaudeau designa dicotomicamente em “imagem de real” e “imagem de ficção”. Segundo ele, tais imagens são fabricações que se inserem respectivamente em dois lugares, o da verdade e o da identificação. Ressalto o fato de que há uma intenção que está envolta a uma decisão entre estes dois lugares por meio dos quais o sujeito de enunciação tece uma cenografia pela língua a partir da qual ele diz, onde ele enuncia.

Finalmente, é preciso ter em mente como se compreende o modo de organização argumentativo. Segundo Charaudeau (2014, p. 201), tal modo “... está em contato apenas com um saber que tenta levar em conta a experiência humana, através de certas operações do pensamento”. A argumentação, compreendida por essa via, filiada a um saber, se desenvolve tendo como dominante de toda a sua conjuntura ‘uma proposta sobre o mundo’. O modo como essa proposta se apresenta, é na forma de uma ‘verdade’ defendida por um sujeito engajado e convicto de uma assertiva sobre uma tópica.

Desse modo, o sujeito de enunciação que defenda uma premissa como a de que a ponte Metálica de Teresina é sua imagem, propõe essa discursividade assentada em uma pretensa verdade. Tal sujeito ergue na textualidade que dá a ler um questionamento que coloca em suspeição uma premissa outra levando ao seu outro sujeito, a um TU, que enseja persuadir a pensar como ele e legitime seu dizer a partir da regularidade do pensamento compartilhado que tece dada ‘versão de verdade’ sobreposta – ao que se torna suspeito de ser uma nova ‘versão de verdade’ – tida como irrefutável. Desse modo, se constitui a argumentação “... numa relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo” (CHARAUDEAU, 2014, p. 205).

No intuito de mobilizar este esquema, que monto a partir dos postulados da semiolinguística, concebo o valor de verdade dos recortes a serem analisados por meio de uma tomada de posição na qual anulo o contraditório. Ou seja, o TU interpretante, este sujeito outro com o qual o sujeito de enunciação provoca sua troca linguageira

já tem estabelecido em seu contrato comunicacional a aceitação da proposta, qual seja: a ponte Metálica é a imagem de cidade de Teresina. As proposições dadas a ler nos recortes a serem analisados partem da justificativa a fim de, pela argumentação de EUe, atingir a persuasão do outro.

No contrato de comunicação interessa saber se o modo como o sujeito de enunciação dele se utiliza de modo explícito, isto é, se a troca é monológica e nela “... o texto apresenta qual é a Proposta, em que consiste a Proposição e qual vai ser o quadro de Persuasão [ou implícito de modo que passa a ser] “... necessário, frequentemente, interpretar asserções simples como participantes de uma Proposta, de uma Proposição e de um ato de Persuasão” (CHARAUDEAU, 2014, p. 227).

O TRAÇADO TEÓRICO – ANALÍTICO

Faço aqui um traçado que aponte para a noção de fiador no intuito de, por meio dela, escrutinar o *ethos* do sujeito de enunciação, ou seja a imagem de si de quem enuncia sobre a imagem que tem para si da cidade sobre a qual reporta ao dizer dela.

Maingueneau (2015) discorre sobre o fiador a partir dos estereótipos por meio dos quais o *ethos* se encarna. O *ethos* passa a corpóreo, sua imagem ganha matéria por meio da qual o tal ente corporificado se movimenta no espaço. Segundo o autor, “... o fiador implica ele mesmo um mundo ético do qual ele é parte prenante e ao qual ele dá acesso” (MAINGUENEAU, 2015, p. 18). A fim de afinar a concepção de *ethos* e fiador a partir de sua complementaridade ou de sua simbiose, trago a tessitura que defendi ser, para mim, a síntese dessa relação:

Na leitura daquilo que se materializa em discurso e em enunciado surge o fiador que por meio do *ethos* que pode vir a extrapolar a dimensão vocal e adentrar nas instâncias físicas e psíquicas que a coletividade atribui à personagem (orador), aqui mais direcionada ao sujeito enunciador. Esse fiador, aquele que agregará garantia ao *ethos*, se torna evidente, público e notório por meio das marcas e indícios textuais e lexicais (VIEIRA, 2017, p. 30)

Desse modo, o modo como o discurso é organizado em argumento provoca uma foto(grafia), uma materialidade enunciativa que serve de argumento a fim de persuadir explícita e implicitamente na cenografia construída para que esse sujeito diga dessa imagem que defende,

ou seja, a imagem real e a imagem de ficção. Esta ambivalência, ao contrário do que parece apontar a teoria, não é lida aqui em sua dicotomia, mas em sua relação, ou seja, como constitutiva do sujeito de enunciação, de sua ‘versão de verdade’, de sua proposta sobre o mundo que projeta sobre seu interlocutor, a partir da imagem de real e da imagem de ficção, ou seja, de sua verdade e de sua identificação com o construto que toma para si e lança para outrem como proposta de imagem de cidade sobre a cenografia que tece em discurso.

A imagem de si e a garantia de tal imagem faz com que a fala ‘pública’ “evidencie”, pela interpretação de TU, a proposta de EU. Feito o delineamento do que tomo como aporte, passo a discorrer sobre a organização da proposta que se tece a respeito da tópica imagem de cidade de Teresina a partir da desconstrução dos recortes através da quebra em Sequências Discursivas. A finalidade é provocar um movimento parafrástico que dê a ler a circulação de uma memória repetidora de tal proposta em formulações que compartilham e validam uma dada discursividade em diferentes atos languageiros. A partir da quebra dos recortes selecionados é possível compreender a montagem, a organização da argumentação que intenta utilizar a verdade e a identificação que emana da imagem de real e da imagem de ficção.

RECORTE 1:

SD 1.1 [prefiro a ponte Metálica do João Luiz Ferreira à modernidade da ponte Estaiada]

SD 1.2 [mudaram o nome da ponte Estaiada]

SD 1.3 [bonita e imponente]

SD 1.4 [admiração abestada]

SD 1.5 [rebatizada de ponte Abestaiada]

No recorte 1 as quebras em sequências apresentam uma dada disputa. Embora se diga apenas de um ponto de vista, o daqueles que preferem X a Y, há uma deixa de que há um outro grupo defensor de uma outra proposta, um grupo que defende e que prefere a ponte Estaiada. Para compreender que há argumentação é preciso encontrar qual o questionamento que a textualidade pretende preencher para que a proposta sobre o mundo, a proposta de que a ponte Metálica é a imagem de cidade de Teresina, se legitime, seja aceita, se torne uma verdade, que essa verdade seja aceita pelos parceiros do ato de linguagem.

As perguntas i) A respeito de que o sujeito de enunciação nos fala, pela linguagem, sobre a imagem de cidade? e ii) Como o sujeito de enunciação nos fala, pela linguagem, sobre a imagem de cidade? apontam para o questionamento que as sequências discursivas (doravante SD) textualizam.

É possível dizer que os elementos utilizados para argumentar a favor de a *ponte Metálica* como *predileta* colocam a ponte Estaiada em evidência, pois é sobre ela que se tece crítica. Nas SDs oriundas do recorte 1 são apresentadas proposições que dizem da ponte Estaiada de modo depreciativo. E esse modo é dito pelo que se toma no senso comum e do qual o sujeito de enunciação apenas reporta. A finalidade persuasiva da argumentação que diz da negatividade da ponte Estaiada se dá a ler em toda a organização do recorte 1. Por um raciocínio lógico se elencam os termos: [mudaram o nome da ponte => que dá em: bonita e imponente => que dá em: admiração abestada => que dá em: rebatizada de ponte Abestaiada].

O sujeito se marca antecipadamente como aquele que prefere a ponte Metálica [“prefiro...”]. Depois diz que não é ele, mas as outras pessoas que [“mudaram...”] a designação da ponte que se tece no deslocamento [“Estaiada”], um real, para [“Abestaiada”], uma ficção não institucionalizada, mas que circula e é apresentada sob o ponto de vista do sujeito de enunciação que tem voz e vez no recorte. Esse movimento diz da razão demonstrativa que segundo Charaudeau é constitutiva do modo de organização argumentativo, uma vez que “... se baseia num mecanismo que busca estabelecer relações de causalidade diversas” (CHARAUDEAU, 2014, p. 207). Esse mecanismo corrobora, portanto, para a organização da argumentação pela lógica da disposição concatenada da causalidade a que o sujeito ‘apenas’ reporta.

Desse modo, é sobre a preferência da ponte Metálica ante a ponte Estaiada como representante de imagem de cidade de Teresina que o sujeito de enunciação nos diz. E o modo como esse sujeito nos fala é construído argumentativamente através de críticas que ele demonstra apenas reportar e que não partiriam dele, mas de “Nosso povo” que “sabe rir até do progresso”. Foi esse povo que mudou o nome da ponte de Estaiada para “Abestaiada” e não ele.

RECORTE 2:

2.1 [A ponte metálica]

2.2 [símbolo da cidade e vistoso cartão postal]

O recorte 2 traz a ponte Metálica, posta em suspensão no recorte 1 para que se apresentasse a suspeição da ponte Estaiada como aquilo que se questiona, ou seja, para compreender de onde saiu a ideia de que há uma disputa ‘descabida’ entre duas pontes serem o representante de uma cidade quando, “na verdade”, e é essa a proposta para o mundo que o sujeito de enunciação pretende evidenciar, é ‘óbvio’ que a ponte Metálica sequer é ameaçada.

Por meio da lógica, se põe em relevo na língua, de modo “transparente” uma imagem de real que só daria a ler uma interpretação, a de que [A ponte Metálica {e somente a ponte Metálica} = símbolo da cidade e vistoso cartão postal]. Deixa-se de lado qualquer outra farsa, qualquer imagem fictícia que possa levar a outro meandro interpretativo. Os argumentos levantados no Recorte 1 são fundamentos para a premissa que consta no Recorte 2 que textualiza, sem sombra ou margem para dúvidas que é a ponte Metálica, nenhuma outra, “símbolo da cidade”. Eis a prova que se realiza em língua por meio da preposição. Disso, temos uma outra forma de razão, a persuasiva que “... com a ajuda de argumentos que justifiquem as propostas a respeito do mundo, as relações de causalidade que unem as asserções umas às outras”, conforme Charaudeau (2014, p. 207).

RECORTE 3:

[A festejada ponte estaiada funciona como um portal]

O questionamento levantado por meio do que se textualiza traz consigo as três asserções constitutivas da lógica argumentativa, a saber: de partida, de chegada e de passagem. Por meio do ato de colocar em suspeição qualquer premissa que intente validar a discursividade de que a ponte Estaiada seja o “símbolo da cidade” se ergue a ironia realizada em “A festejada ponte Estaiada...” que “... pode ser chamada dado ou premissa”, conforme Charaudeau (2014, p. 209). A partir da premissa de que a ponte é “festejada” chega-se a uma discursividade que põe a citada ponte em um entremeio, a asserção de chegada, que “... representa o que deve ser aceito em decorrência da asserção de partida” (Op. Cit.).

Desse modo, o sujeito persuadido a pensar como o sujeito de enunciação pode e deve ler a ponte festejada penas como “... um portal moderno que nos faz adentrar na cidade nova”, nada além disso. A proposta de mundo parece ser bicotada em uma outra, a que apregoa o modo como se deve compreender a ponte Estaiada, não como símbolo, mas como uma outra coisa, uma coisa menor, mera passagem, o que configura outra forma de asserção, a de passagem compreendida como

aquela que levanta, na argumentação, uma crença que tende a ser “... frequentemente não dita, implícita” (Op. Cit.).

RECORTE 4:

[Sou contemporâneo da ponte metálica]

A identificação do sujeito de enunciação com a ponte Metálica através do recorte 4 coloca a argumentação em relação a um saber e a uma crença que propõem o que se textualiza nas diferentes discursividades recortadas. Por isso, sua proposta se justifica na incidência de se ter esta ponte, e nenhuma outra, como o símbolo de Teresina. É essa a imagem que ele reporta para aqueles que estabelecem o contrato comunicacional, explícita e implicitamente. Sua proposta de ser a ponte Metálica o símbolo de Teresina, a imagem dessa cidade, por meio das proposições postas em circulação dizem disso. O intento é construir uma lógica argumentativa que atinja um dado propósito comunicativo, o de persuadir por meio do compartilhamento de sua proposta de mundo que seja percebida como a versão de verdade validada. A imagem de real e a imagem de ficção que são construídas pela proposta de mundo e pela identificação do sujeito de enunciação com esta proposta e com a necessidade de que esta proposta receba adesão.

UM GESTO DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO

Tendo feito um gesto descritivo e interpretativo da materialidade linguístico-discursiva sobre a qual propus compreender os processos de organização argumentativa teço um olhar derradeiro sobre aquilo que pretendo verticalizar a partir do que foi possível levantar do batimento feito entre a teoria e os dados do *corpus* de pesquisa. A primeira relação que proponho provocar diz respeito a uma tríade que acabei configurando que relaciona imagem de real, imagem de ficção e imagem de sujeito de enunciação.

Uma vez que o *ethos* no interior dos estudos retóricos, especificamente na retomada em análise do discurso, é tido repetidamente como “... a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 220), atravesso essa premissa incontornável com a tensão entre os olhares sobre a imagem para pensar como ela, a imagem, pode ser lida enquanto textualidade que se realiza em um ato linguageiro construído a partir de um dado modo de organização tido como argumentativo por meio do qual a persuasão se constitui.

A imagem de cidade que um sujeito de enunciação constrói pelo argumento encenado na língua e em seu gesto linguageiro constrói uma relação entre um EU e um TU que assina um termo por meio do qual se dá a troca. O intento do sujeito de enunciação, que toma a posição de defesa de uma dada imagem num dado lugar é, pela imagem que constrói de si e da tópica imagem de cidade, atingir um intento sobre seu alocutário, fazê-lo pensar como ele a respeito da tópica trazida no argumento de um modo que dê a ler a ambivalência da imagem de cidade como imagem de real a partir da utilização de uma imagem de ficção cujo termo “ficção” é posto em suspensão pelo argumento de que o que existe é a imagem de cidade real.

O efeito de sentido que se dá a ler é da ordem da argumentação. Como se toda a luta constitutiva do discurso sobre a tópica fosse para forjar, sem que se dê conta de que se está forjando, uma imagem transparente que dê acesso direto ao real. Quando trouxe a questão da relação entre a constituição da linguagem-objeto-transparente e linguagem-objeto-não-transparente e da uniformidade lida na rede constitutiva do real como representação incontornável, o fiz para preparar o terreno que agora digo, a partir de agora, mesmo já tendo dito desde lá, que o sujeito de enunciação quando diz:

no Recorte 1: “Eu ainda prefiro a ponte Metálica do João Luiz Ferreira à modernidade da Ponte Estaiada”

ou

no Recorte 2: “A ponte Metálica, como nós a chamávamos carinhosamente, símbolo da cidade e vistoso cartão postal”

ou ainda

no Recorte 3: “A festejada ponte Estaiada funciona como um portal moderno que nos faz adentrar na cidade nova”

e finalmente

no Recorte 4: “Sou contemporâneo da ponte Metálica”

o faz pensando que ao organizar a discursividade pelo realce da ponte Metálica, mesmo quando traz a ponte Estaiada para a cena, o faz para que sua encenação não ocupe o lugar de símbolo, mas de caminho. Desse modo, há na organização em prol do argumento de que o alocutário deve pensar nesse sujeito que se constrói saudosista, como o mensageiro de uma proposta sobre o mundo como o portador de uma verdade que se tece no ato linguageiro com o qual ele concorda em compartilhar.

Em tal ato se reporta uma imagem de cidade que é real(mente) e simbolizada bem “transparente(mente)” como sendo caudatária da ponte Metálica. É assim que o discurso é organizado de modo a montar na cenografia em que se constitui, pelo que o sujeito de enunciação diz sobre a cidade. Isto é, um argumento apresenta sua proposta para deixar ‘evidente’ a tópica, ou seja, trazendo novamente as questões âncoras: “Do que o sujeito de enunciação nos fala, pela linguagem, sobre a imagem de cidade?” posso comentar [é da ponte Metálica], pelo modo como organiza, concatena o que fica suspenso, [(não) é da ponte Estaiada]. Escamoteia-se a opacidade por meio de “Como o sujeito de enunciação nos fala, pela linguagem, sobre a imagem de cidade?”. Ele está dizendo da imagem de cidade a partir da evidência que toma a ponte Metálica como o símbolo e ao mesmo tempo diz que isso vem dele, pois é ele quem diz o que prefere e a partir de sua preferência propõe o que seja “o melhor”, a “verdade”.

Noto que não há uma configuração que antagonize o modo de organização do discurso da imagem reportada pelo sujeito de enunciação no implícito ou no explícito. O sujeito de enunciação argumenta pelos dois caminhos com um propósito unitário, o de persuadir seu(s) alocutário(s) a concordarem com sua proposta de leitura de mundo e a espalharem sua ‘nostalgia’ que ele toma como uma verdade evidente.

UM EFEITO DE FECHO

O movimento que aqui gesticulei constitui uma tentativa, uma ensaística, de uma pesquisa que desenvolvo atualmente⁶. Fiz aqui uma testagem do aparato do modo de organização argumentativo do discurso na materialidade linguístico-discursiva sobre a qual debruço meus gestos analíticos a fim de perceber como pensar e como se pensa a imagem no campo teórico semiolinguístico.

Desse intercâmbio é possível conceber que a relação da imagem descrita linguisticamente nos recortes selecionados a dizerem sobre uma imagem semiótica, e que apresentei apenas pelo verbal, encaminha, direciona e tenciona uma vereda interpretativa que se tece pela relação entre o real, o fictício e aquilo que, pelo modo como o discurso é organizado, dispõe na transparência e na opacidade. A realização do ato linguageiro materializa uma dada discursividade que configura uma certa memória compartilhada que o sujeito de enunciação quer constituir como uma verdade, uma versão de

6 - Trata-se de uma pesquisa de tese de doutorado em Linguística em andamento desenvolvida no PPGL/ Unemat. A pesquisa volta-se, por meio de um outro viés teórico, ao interesse pela imagem de cidade de Teresina.

verdade, a ser validada pelo seu outro. O contrato comunicacional que ambos concatenam se costura pela lógica que tece a unidade ao passo que lança os restos a suspensão.

A interpretação dos sujeitos sobre aquilo que um reporta ao outro como imagem de cidade se dá no questionamento entre a tópica, aquilo sobre o qual o sujeito de enunciação diz e o modo como esse sujeito diz dessa tópica ao seu Outro. É preciso que nesse ato linguageiro de troca, no qual se textualiza uma proposta a ser validada por uma imagem de um real a ser representante da cidade, esse real verbalizado entre em uma cenografia fictícia modalizadora de uma imagem não verbal desse real alçada à instância de símbolo.

É preciso também esquecer que a lógica incontornável da língua não transparente seja escamoteada para que a lógica – da língua transparente funcione em prol da argumentação lógica e irrefutável que emana do sujeito de enunciação que diz, por exemplo, “A ponte Metálica, [...] símbolo da cidade” – funcione como uma proposta validada e compartilhada de um real representado em sua própria realização linguística. Para argumentar sobre a identificação do sujeito que a diz e da sua validação pelo sujeito que a escuta, repete e repassa no contrato que estabelece entre EU e TU, há a necessidade de que o compartilhado faça com que EU e TU, na relação com a imagem reportada, argumente que os dois dizem o mesmo sobre uma coisa, a imagem reportada sobre o símbolo da cidade é uma verdade com a qual os dois se identificam.

REFERÊNCIAS:

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas, Editora RG, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos**. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2014.

VIEIRA, José Mágnio de Sousa. **A propagação de uma ideia**: embreagens paratópicas constituintes do ethos do sujeito de enunciação niilista no discurso literário de Memórias do Subsolo. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NOS DISCURSOS DO BISPO EDIR MACEDO

José Maria de Melo Sousa

260

INTRODUÇÃO

A noção de imaginários sociodiscursivos constitui um dos postulados mais importantes da Teoria Semiolinguística fundada pelo linguista francês Patrick Charaudeau. Trata-se de um arcabouço teórico que encara a linguagem como um fenômeno psicossocial, considerando a dimensão discursiva a partir de aspectos fundamentais, tais como o linguístico, o social e o histórico. Desse modo, este capítulo tem como objetivo analisar os imaginários sociodiscursivos nos discursos do Bispo Edir Macedo. A ideia é constatar quais conhecimentos são acionados pelo sujeito enunciador para que ocorra a construção dos referidos imaginários. Assim, a pesquisa foi desenvolvida com base em autores como Charaudeau (1996; 2001; 2011; 2016; 2017; 2018); Gaede Neto (1998); Campos (1997), dentre outros. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho interpretativo.

Segundo Charaudeau (2017), os imaginários sociodiscursivos são construídos a partir de sistemas de pensamentos. Para o autor, à medida em que ocorre o processo de semiotização do mundo, os saberes são sistematizados em teorias. Tais saberes, entendidos pelo autor como saberes científicos e saberes de crença, são conhecimentos através dos quais os imaginários são alimentados.

Trata-se de um fenômeno de semiotização porque, por meio de tal processo, o sujeito falante constrói a significação sobre fenômenos, objetos, seres humanos levando-se em consideração seus comportamentos, o que desvela a produção de sentido. Dividimos este capítulo em seis partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, fizemos uma breve revisão teórica sobre os postulados da Teoria Semiolinguística. Na segunda e na terceira parte, abordamos dois conceitos em semiolinguística, a saber: o processo de semiotização de mundo e os imaginários sociodiscursivos. Na quarta parte, traçamos um percurso histórico sobre o surgimento do neopentecostalismo no Brasil. Na quinta parte, apresentamos

a definição do *corpus* de análise, conforme Charaudeau (2011). Por último, analisamos o *corpus*.

A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

A Teoria Semioliológica é um ramo da Análise de Discurso (AD). A AD, como disciplina criada nos anos 1960 pelo filósofo francês Michel Pêcheux, possui um arcabouço teórico-metodológico cujo objetivo é desvendar as relações de sentido que estão subjacentes aos enunciados produzidos por interlocutores/as em uma determinada situação comunicativa. Portanto, a Teoria Semioliológica ganha sentido a partir do modelo metodológico da AD. Nasceu em meados dos anos 1980, com os trabalhos do autor francês Patrick Charaudeau.

Uma categoria que é central, em Semioliológica, é o ato de linguagem, entendido a partir de dois níveis, o situacional e o discursivo. Retomamos aqui o ato de linguagem para a compreensão do signo manifesto no discurso. Assim, “[...] a finalidade do ato de linguagem (tanto para o sujeito enunciatador quanto para o sujeito interpretante) não deve ser buscada apenas em sua configuração verbal, mas no jogo que um dado sujeito vai estabelecer entre esta e seu sentido implícito” (CHARAUDEAU, 2016, p. 24).

Conforme Charaudeau (2016), é o ato de linguagem que coloca em evidência tanto as categorias de língua quanto os aspectos exteriores ao discurso. Nessa perspectiva, o autor enumera dois valores dentro dos quais o ato de linguagem ganha sentido, a saber: o explícito e o implícito. No explícito, a linguagem assume uma estruturação chamada pelo autor de simbolização referencial. Simbolização referencial diz respeito à configuração verbal do signo. Tal simbolização se estrutura em forma de paráfrase (quando as paráfrases se mostram excludentes), ou seja, os enunciados se dispõem na sentença fora da instância da fala. Ex.: “Fecha a porta porque abra a porta” não revela a significação. Daí, a simbolização referencial aproximar-se dos eixos paradigmático e sintagmático (para estabelecer uma relação de oposição). Ainda segundo Charaudeau (2016, p. 25), a simbolização referencial refere-se “[...] à realidade que nos rodeia”, conceituando a atividade referencial.

Já o implícito tem a ver com uma atividade serial da linguagem, a saber: a significação. Desse modo, enunciados como “Fecha a porta” “Abra a porta” que na ordem do explícito dão conta apenas da realidade que nos rodeia, isto é, da atividade referencial, agora na ordem do implícito, tais enunciados ganham outras interpretações e podem testemunhar significados diferentes. O pedido para fechar

a porta pode significar que com a porta aberta há o frio ou pode significar que há um segredo a ser pronunciado. Em síntese, na ordem do implícito, os enunciados são interpretados levando-se em consideração as circunstâncias do discurso e a intencionalidade do sujeito comunicante (CHARAUDEAU, 2016, p. 25).

As principais categorias apresentadas pela Teoria Semiociuística são o ato de linguagem, as circunstâncias de discurso, os modos de organização do discurso, o quadro comunicacional, o contrato de comunicação e os imaginários sociodiscursivos.

A este trabalho interessa os imaginários sociodiscursivos sobre os quais trataremos adiante. Antes disso, faremos uma breve seção para observar o conceito de semiotização do mundo, segundo a compreensão de Charaudeau (2018), pois, para o autor, o entendimento do processo da passagem de língua ao discurso é fundamental, o que remete ao funcionamento do processo de semiotização do mundo (CHARAUDEAU, 2018).

O processo de semiotização do mundo

Charaudeau (2018) postula que por meio de um duplo processo de semiotização do mundo realizado pelos sujeitos psicossociais (sujeitos falantes) ocorre a produção de sentido. Tal processo tem uma dimensão dupla: processo de transformação e processo de transação. O processo de transformação transforma um “mundo a significar” em “mundo “significado”. O processo de transação torna esse “mundo significado” objeto de troca com outro sujeito (CHARAUDEAU, 2018, p. 41). Esse autor enumera quatro operações que constituem o processo de transformação:

- **Identificação:** por dizer respeito ao mundo a significar, nessa operação os seres são nomeados, ou melhor: são identificados. Segundo Charaudeau (2018), somente por meio da passagem de um mundo a significar em um mundo significado, podemos identificar os seres do mundo transformando-os em identidades nominais (CHARAUDEAU, 2018, p. 41).
- **Qualificação:** nessa operação linguageira, os seres do mundo são transformados em identidades descritivas e sua importância consiste na construção narrativa. Tais identidades ganham sentido a partir do interesse do enunciatador. Na operação de qualificação encontra-se uma avaliação subjetiva do enunciatador (CHARAUDEAU, 2018, p. 41).

- **Ação:** nessa operação discursiva da ação, os seres do mundo são transformados em identidades narrativas. Consiste na realização de ações de seres que agem e implica que, conseqüentemente, tais seres sofrem ações, pois, tais ações lhes conferem a razão de ser ou de fazer. Nos discursos do Bispo Edir Macedo, a ação, geralmente, é descrita no modo imperativo: “Pare de sofrer”, “saia do fundo poço”, “assuma um compromisso” etc. (CHARAUDEAU, 2018, p. 41)
- **Causação:** nessa operação, os seres do mundo estabelecem relações de causalidade a partir de uma sucessão de fatos do mundo. Na causação, os seres agem ou sofrem a ação, tendo como causa razões (motivos) pelas quais tais seres são contemplados numa cadeia de causalidade (CHARAUDEAU, 2018, p. 41).

Ainda em relação ao processo de semiotização de mundo, Charaudeau (2018) propõe o processo de transação entre os sujeitos. Esse processo está orientado por quatro princípios linguageiros, a saber:

- princípio de alteridade:** diz respeito à identidade dos parceiros, ou seja, todo ato de linguagem é um ato de troca. Tais trocas vistas como interacional e não-simétrico acontecem entre dois parceiros entre os quais ocorrem semelhanças e diferenças. Ocorrem semelhanças porque compartilham saberes e ocorrem diferenças porque cada parceiro desempenha um papel diferente no ato de linguagem.
- princípio de influência:** consiste em definir o ato de linguagem como uma troca de dois parceiros a ponto de o sujeito comunicante tomar por finalidade a produção de discursos a que se destinem ao sujeito interpretante, ou seja, trata-se de finalidade pelo fato de que, ao produzir o ato de linguagem, isto é, o discurso, o sujeito comunicante pretende atingir o sujeito interpretante com o seu dizer.
- princípio de regulação:** concerne às estratégias utilizadas pelos parceiros linguageiros. Tal princípio acontece na medida em que a situação de comunicação promove uma condição pela qual os parceiros produtores do ato de linguagem se inscrevem no contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2018, p.41).

- d. **princípio de relevância:** sobre esse princípio entende-se que os parceiros produtores do ato de linguagem fazem-se entender como detentores de um conhecimento recíproco consoante às habilidades que advêm de aptidões, o que faz com que tais parceiros sejam capazes de abordar um tema porque aos quais é concedido o direito à palavra (CHARAUDEAU, 1995 *apud* CORREA-ROSADO, 2014, p. 06).

Desse modo, o duplo processo de semiotização do mundo contempla o sujeito produtor do ato de linguagem construindo o mundo em sua volta. Como postulamos acima, passemos então a abordar os imaginários sociodiscursivos.

A noção de imaginários sociodiscursivos

Quando filiamos este trabalho ao referencial teórico da Semiologia, pensamos em contemplar uma série de saberes coletivos que a sociedade brasileira imprimiu no discurso religioso, pois acreditamos que esses saberes mobilizam os grupos sociais.

Neste caso, entendemos que esse referencial teórico cunhado por Charaudeau (2017) seja adequado para contemplar os saberes dos quais o Bispo Edir Macedo se utiliza em seu discurso. Com a TS, queremos mostrar que tais saberes, ou seja, tais imagens sociais, criadas no coletivo, isto é, imaginários sociodiscursivos advêm da conjuntura sócio-histórica. Ou melhor: os saberes que regem os discursos do Bispo Edir Macedo brotam da conjuntura sócio-histórica na qual surge a Teologia da Prosperidade, uma proposta que orienta o fiel a adotar o crescimento financeiro e patrimonial como marca da sua fé.

Os imaginários sociodiscursivos, conforme propõe Charaudeau (2017), não têm a ver com a ideia de imaginação enquanto fantasia, como se afirmou no pensamento clássico que perdurou até o século XVIII. Para o autor,

O imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

Charaudeau (2017) propõe os imaginários como um conjunto de conhecimentos que se constituem no social na medida em que tal

imaginário ganhe sentido na fala. O imaginário, em Semiologia, é uma imagem da realidade sobre a qual conferem-se significações. Diferentemente do real, a realidade na TS é um objeto empírico “do mundo que existe em si mesmo”. Já em relação ao real, Charaudeau (2017) explica que ele deve ser visto como o resultado de uma construção feita pelo ser humano através da linguagem. Lembremos que, ao abordarmos o processo de semiotização do mundo, foi dito que o sujeito falante constrói a significação sobre fenômenos, objetos, seres humanos levando-se em consideração seus comportamentos. O que está implícito no processo de semiotização do mundo é o fato de que o imaginário nasce do referido processo.

Assim, o imaginário é social devido às representações advindas de práticas sociais definidas por Charaudeau (2017, p. 578) como “artística, política, jurídica, religiosa, educativa etc.”. Isso significa que a simbolização do mundo ganha sentido a partir de um domínio de prática social. Charaudeau (2017, p. 579) advoga ainda que, o imaginário é sociodiscursivo “[...] na medida em que se cria a hipótese de que o sintoma de um imaginário é a fala”. Com relação ao sintoma de um imaginário considerado como a fala, o autor se refere a enunciados linguageiros, o que implica dizer que os imaginários não se definem como sendo todos conscientes, evocando, portanto, a racionalização de alguns imaginários em discursos, como por exemplo, os discursos do Bispo Edir Macedo que circulam nas instituições religiosas.

Conforme Charaudeau (2017, p. 579), o imaginário “[...] se constrói, assim, de sistemas de pensamentos coerentes a partir de tipos de saber que são investidos, por vezes, de *pathos* (o saber como afeto), de *ethos* (o saber como imagem de si) ou de *logos* (o saber como argumento racional)”. Disso, conclui-se que a construção dos imaginários se realiza à medida em que os discursos circulam nos grupos sociais, constituindo sistemas de pensamento coerentes formuladores de valores. Dessa forma, a partir de determinadas práticas sociais, os discursos constroem os imaginários. Desse modo, os imaginários sociodiscursivos configuram, portanto, a identidade de um grupo social.

É patente que, os imaginários originam-se de sistemas de pensamento. Para sustentar essa tese, Charaudeau (2017) explica que tais sistemas de pensamento resultam nos saberes de conhecimentos e de crença. Tais saberes são ordenados em sistemas. Para o autor, esses dois saberes fornecem os argumentos explicativos e globais sobre o

mundo e sobre o ser humano. A construção de teorias, doutrinas ou ideologias origina-se desses tipos de saberes.

Os saberes de conhecimento “tendem a estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo. Uma verdade que existe fora da subjetividade do sujeito, ou que ao menos foi instalada no exterior do homem” (CHARAUDEAU, 2017, p. 581).

O saber de conhecimento concebe um escopo suscetível de refutações. Tal escopo pode ser confrontado com proposições contrárias, o que pode remeter a resultados contraditórios. É o caso de entender que as teorias devem aceitar, por obrigação, o confronto, seja pela observação, seja pela crítica. Na concepção de Charaudeau (2017, p. 582), o saber de conhecimento, como um saber científico, “[...] procede de um modo de descrição ou de explicação centrado no mundo, independentemente do ponto de vista do sujeito [...]”. Em outros termos, o autor sustenta que os saberes de conhecimento apontam para uma verdade que existe fora da subjetividade do sujeito, o que caracteriza os ditos neutros, objetivos, impessoais etc., se é que se pode dizer que há na ciência neutralidade e impessoalidade. Já a crença, por sua vez, “[...] procede do olhar que o sujeito tem sobre a legitimidade dos eventos e das ações do homem” (CHARAUDEAU, 2017, p. 582).

A explicação de que a terra gira em torno do sol é indiscutível porque é uma explicação dada pelo saber de conhecimento ou científico. Já o fato de que Deus enriquecerá os indivíduos que fazem doações, na Igreja Universal do Reino de Deus, por influência da pregação/discurso do Bispo Edir Macedo, consiste em uma crença ou saber que não pode ser provado. Tal saber se encontra no sujeito, portador de um julgamento no qual reside a subjetividade. “Esse processo da construção do saber de conhecimento dá lugar a dois tipos de saberes: o saber científico e o saber de experiência” (CHARAUDEAU, 2017, p. 582).

Para o autor, há o saber científico construído sob a ordem científica cujo resultado são explicações sobre o mundo. Tais explicações aplicam-se ao conhecimento do mundo “tal como ele é e funciona”. Esse conhecimento é produzido com base nos procedimentos de observação, de experimentação e cálculo recorrendo-se a instrumentos de visualização do mundo tais como microscópio ou ferramentas operacionalizadas na área da informática. Tem a ver com a elaboração de um método e uma análise capaz de contemplar tanto um embasamento teórico previamente estabelecido, como também experiências e cálculos, e “[...] cuja a garantia objetivante

é a de que esses procedimentos e esses instrumentos podem ser seguidos e utilizados por qualquer pessoa com a mesma competência” (CHARAUDEAU, 2017, p. 581).

Já o saber de experiência, conforme Charaudeau (2017, p. 582), “[...] constrói igualmente explicações sobre o mundo que se aplicam ao conhecimento do todo, mas sem nenhuma garantia de serem provadas: não possuem procedimentos particulares nem instrumentos”. Nesse caso, qualquer indivíduo pode se apropriar de um saber de experiência, o que difere do saber científico, pois somente pessoas que tenham competência para exercer tal papel podem se valer do conhecimento científico.

Tratando dos saberes de crença, Charaudeau (2017, p. 582) postula que tais saberes se estruturam em associação com as “[...] avaliações, apreciações, julgamentos a respeito dos fenômenos, dos eventos e dos seres do mundo, seu pensamento e seu comportamento”. Ou seja, o saber de crença se origina do olhar do indivíduo, da sua concepção de análise. De igual modo, o processo de construção do saber de crença também dá lugar a dois tipos de saber: o saber de revelação e o saber de opinião. O saber de revelação promove “a existência de um lugar de verdade exterior ao sujeito”. Em razão de tal verdade exigir a adesão do sujeito à mesma, essa verdade não poder ser provada nem verificada, como ocorre com o conhecimento científico. Por isso, o indivíduo pode vir a crer em tal verdade independentemente de ela ser comprovada ou não. Associados ao saber de revelação estão as doutrinas (religiosas ou ditas profanas) que se estabelecem como dogmas, logo não sofrem questionamentos como acontecem com as teorias (CHARAUDEAU, 2017, 583).

Para Charaudeau (2017, p. 584), “Os saberes de opinião nascem de um processo de avaliação do termo sobre o qual o sujeito toma partido e se engaja em um julgamento a respeito dos fatos do mundo”. A posição do autor aqui sobre os saberes de opinião concerne à ideia, da parte do sujeito, de se tomar partido, bem como a um julgamento no que se refere aos fatos do mundo e, “como no saber de crença, nele não é o mundo que se impõe ao sujeito, mas o sujeito que se impõe ao mundo” (CHARAUDEAU, 2017, p. 583-584).

Com relação ao saber de revelação, o autor sustenta que nesse saber é possível associar as ideologias. Isso é pertinente à construção teórica aqui descrita, pois o nosso *corpus* de análise se constitui de um discurso religioso, portanto, a pertinência mencionada diz respeito ao fato de que nos discursos do Bispo Edir Macedo, afirmamos como

hipótese que, poder-se-á contemplar sistemas de pensamentos enquanto ideologias religiosas, isto é, uma ideologia apresentada como uma teoria, pois segundo Charaudeau (2017), as ideologias constituem os saberes.

Assim, por meio dos tipos de saberes apresentados, os imaginários são estruturados. Tal estruturação acontece em um jogo linguageiro que se utiliza das categorias apresentadas. Nesse jogo, um saber de crença pode se passar por um saber de conhecimento, um saber de opinião pode se passar por um saber de revelação.

Ao término dessa exposição acerca dos imaginários sociodiscursivos, ressaltamos que é a partir dessa categoria de Charaudeau (2017), e dos tipos de saberes em que estão estruturados, que é possível compreender os imaginários construídos em torno dos discursos do Bispo Edir Macedo.

Outro assunto que propomos abordar, neste trabalho, é o neopentecostalismo surgido no Brasil como uma nova igreja, pois, dentre outras, a Igreja Universal do Reino de Deus surgiu, no Brasil, como uma forma de neopentecostalismo. Essa tendência neopentecostal recebeu orientação direta do Bispo Edir Macedo, fundador da igreja mencionada. Adiante, isso será abordado pormenorizadamente.

O NEOPENTECOSTALISMO NO BRASIL

Chamamos a atenção para o fato de que o neopentecostalismo, como um tipo de protestantismo, se articula reverberando as circunstâncias do discurso do Bispo Edir Macedo. Este prepara a sua pregação, a sua fala a partir desse movimento religioso historicamente alimentado pela teologia da prosperidade, a saber: o neopentecostalismo.

Para começo de conversa, salientamos que antes do surgimento do neopentecostalismo no Brasil, instalou-se, nesse país, o pentecostalismo que aqui surgiu a partir de 1910, um protestantismo formulador de um conteúdo que enfatiza, dentre outros, a glossolalia a partir do Pentecostes registrado no livro bíblico Atos dos Apóstolos, tendo como primeira igreja pentecostal a igreja Assembleia de Deus, fundada em 1910, no Brasil, em Belém do Pará. Há controvérsias quanto à primeira igreja pentecostal a chegar no Brasil. Dreher (2013) defende que a primeira igreja pentecostal a se originar no Brasil foi a Congregação Cristã no Brasil (CCB), o que remete também à datação de 1910.

A recorrência ao pentecostalismo diz respeito ao fato de que o neopentecostalismo é uma ramificação do pentecostalismo, no entanto, sociólogos da religião, bem como teólogos ligados a correntes diversas observaram que o neopentecostalismo, ao se apropriar de outros conteúdos, não representa mais o pentecostalismo. Gaede Neto (1998, p. 09) sustenta que “A Igreja Universal do Reino de Deus [...] é um fenômeno religioso que tem suas raízes no pentecostalismo, mas que já não se identifica com ele”. Para o autor, igrejas como a igreja universal enquanto forma de neopentecostalismo, na sua forma de significar o sagrado, realiza um deslocamento conceitual, pois aponta para um novo pentecostalismo, isto é, neopentecostalismo. E,

Aqui a palavra “neo” quer ser levada muito a sério. Temos realmente um novo tipo de igreja. Entre os diversos grupos do neopentecostalismo, o que atualmente mais sobressai, ao lado da igreja Deus é amor, é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). É uma igreja episcopal [...]. Enquanto o pentecostalismo é caracterizado por uma estrutura fortemente congregacional, desde o ponto de vista eclesiológico, a IURD tem uma estrutura centralizada em torno de seu fundador e primeiro bispo Edir Macedo, que, por estatuto, tem direção autocrática e vitalícia (DREHER, 2013, p. 511).

A ênfase do autor recai sobre o entendimento de que o uso da palavra “neo” implica no surgimento de uma nova igreja. O surgimento do neopentecostalismo no Brasil está ligado à base histórica da teologia da prosperidade. Sousa (2020, p. 63) explica que,

O termo “neopentecostalismo”, [...] foi empregado na segunda metade do século XX em meados dos anos 60 e seu significado implicava em designar as confissões de fé de grupos oriundos do [...] movimento de renovação carismática que recusam abandonar as igrejas tradicionais, fazendo surgir dentro ou ao lado delas formas de adaptação do velho protestantismo com o novo pentecostalismo.

Somos agora capazes de compreender como ocorreu a elaboração do conteúdo do neopentecostalismo. A partir das expressões listadas acima, a saber: “confissões de fé”, “movimentos de renovação carismática”, tais expressões remetem à origem da teologia da prosperidade. Gaede Neto (1998), por sua vez, argumenta que a origem histórica da teologia da prosperidade remonta aos antigos movimentos de cura divina. O autor declara que,

[...] foi a partir dos anos 40 que essa teologia foi sendo articulada como movimento doutrinário, nos Estados Unidos da América. Encontrou guarida nos movimentos evangélicos carismáticos daquele país, alcançando reconhecimento, como doutrina construída, nos anos 70, sendo conhecida também como confissão positiva e movimento de fé. Papel fundamental coube à pessoa de Kenneth Hagin [...] (GAEDE NETO, 1998, p. 06).

Tal teologia encara a prosperidade como posses que devem ser alcançadas pelos fiéis. É esse tipo de prosperidade que o Bispo Edir Macedo prega em sua igreja. Campos (1997) contribui referindo-se à Igreja Universal do Reino de Deus como sendo fundada no Rio de Janeiro, em julho de 1977, por um ex-funcionário de loteria, católico e umbandista, a saber, o “bispo” Edir Bezerra Macedo. Segundo Campos (1997, p. 14 e 299), a Igreja Universal do Reino de Deus, em meados da última década do século XX, já contava com cerca de quatro milhões de seguidores e administrava um sistema financeiro estimado em um bilhão de dólares em ofertas (CAMPOS, 1997).

Assim, “[...] o ex-funcionário da Loteria Esportiva do Rio de Janeiro, católico e umbandista, decidiu-se por ‘fundar uma religião a fim de ganhar muito dinheiro’” (WULFHORST *apud* GAEDE NETO, 1998, p. 9).

Em síntese, essa breve demonstração apontou para a Igreja Universal do Reino de Deus como uma forma de neopentecostalismo cujo conteúdo doutrinário não se compôs apenas da Bíblia Sagrada, mas tomou-se por base o movimento carismático dos Estados Unidos da América que deu origem à teologia da prosperidade, proveniente dos antigos movimentos de cura divina que remonta a uma época anterior ao próprio pentecostalismo. A seguir, voltaremos a esse assunto, pois os próximos pontos abordam a construção do *corpus* e as análises.

CONSTRUÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

O método da AD, como empírico dedutivo, não prevê os resultados da análise experimental como é previsto pelas ciências exatas, pois em AD, o objeto de estudo não é encarado com exatidão, mas toma por base as circunstâncias reais do cotidiano. No caso, verifica-se as qualidades das informações presentificadas no discurso. O que se observa é o modo como o sujeito enuncia e, a partir disso, o analista passa a apontar os lugares de fala dos quais o sujeito enuncia

para uma suposta caracterização do discurso, tendo em vista as circunstâncias do discurso. Nesse sentido, “Uma análise do discurso deve então determinar quais são os seus objetivos em relação com o tipo de objeto que ela se constrói, e qual é a instrumentação que ela utiliza em relação com o caminho que escolhe” (CHARAUDEAU, 1996, p. 36-37).

Pelo que se percebe, o analista do discurso considerando o método da AD, deve prezar pelos objetivos de sua análise fazendo uma demonstração das características gerais do funcionamento discursivo. Associado a essa posição, Charaudeau (1996) propõe a construção do *corpus* na medida em que se considera a descrição dos comportamentos linguageiros dos indivíduos produtores das práticas sociais (CHARAUDEAU, 1996).

Para Charaudeau (2011, p. 01), a constituição de um *corpus* em Semiologia leva em consideração o fato de que “[...] o *corpus* não existe em si, mas depende [...] – do posicionamento teórico a partir do qual ele é considerado”. Com isso, o autor conclui que tal posicionamento teórico está associado a um objetivo de análise chamado por ele de “problemática”. Problemática entendida por Charaudeau (2011, p. 09) como “[...] um conjunto coerente de proposições hipotéticas (ou de postulados) que, no interior de um campo de estudo, determinam ao mesmo tempo um objeto, um ponto de vista de análise e um questionamento por oposição a outros questionamentos possíveis”.

Nossa problemática de estudo é representativa e interpretativa, pois dizem respeito às hipóteses de representações provenientes de imaginários sociodiscursivos. É representacional, na medida em que o objeto de estudo “é definido através das hipóteses de representações sociodiscursivas que se supõem dominantes num dado momento da história de uma sociedade e que caracterizam um determinado grupo social” (CHARAUDEAU, 2006, p. 6).

Tais representações se caracterizam por identificar um determinado grupo social. E ainda essa problemática é interpretativa, porque “é necessário formular, de início, uma hipótese sobre o que são os posicionamentos em relação com as práticas discursivas e os tipos de sujeitos que se acham ligados a tais posicionamentos e práticas” (CHARAUDEAU, 2006, p. 6).

Neste trabalho, nosso *corpus* se constitui na ordem do interdiscurso, logo são discursos de um “pastor” constituídos a partir

de saberes de conhecimento e saberes de crença. Segundo Charaudeau (1996), “a condição de contrastividade” é fundamental na constituição de um *corpus*. A constituição deste *corpus* estabelece um valor de contraste pelo fato de ser um conjunto de pronunciamentos veiculados pelo suporte internet, uma publicidade audiovisual, contrastando com a publicidade televisiva, a publicidade nos jornais etc.

Como *corpus* de análise foi delimitado pronunciamentos do Bispo Edir Macedo postados, na plataforma *YouTube*. Constituindo-se em uma linguagem mais próxima do tipo de plataforma mencionado, trata-se de pronunciamentos, no entanto, em Homilética, a ciência que se ocupa com a comunicação da Palavra de Deus, trata-se de um sermão audiovisual. Tais pronunciamentos reverbera princípios da constituição do discurso religioso e traz à tona o funcionamento desse discurso não discutido, nessa perspectiva de estudo da Semiologia.

No caso aqui da constituição de nosso objeto de análise, concordamos com Charaudeau (1996) quando o autor argumenta que a construção do *corpus* leva em consideração também a definição da tipologia discursiva a que o *corpus* se constitui. A tipologia discursiva que constitui o fenômeno investigado neste estudo é uma tipologia discursiva do discurso religioso cristão (se é que se pode dizer que o discurso do Bispo Edir Macedo se constitui na enunciação cristã), um discurso cristão, na medida em que, no mesmo se instaure um sujeito interpelado por um Sujeito maior, a saber: Deus (ORLANDI, 1996).

Posto isto, apresentamos aqui a nossa hipótese principal: ao falar para os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, o Bispo Edir Macedo revela imaginários sociodiscursivos que a teologia da prosperidade criou sobre Deus, o que implica num conceito de um Deus que está interessado apenas por pessoas que devem ficar ricas; cintilando um *ethos* de sujeito interpelado não por Deus, mas por sistemas de pensamento e ideologias humanas. Isso traz à tona princípios refletidos em um conjunto de discursos relacionados à pobreza, à distribuição de renda, fato que caracteriza vários problemas da sociedade brasileira.

ANÁLISE DO CORPUS

Antes de mostrarmos como o Bispo Edir Macedo revela imaginários sociodiscursivos que a teologia da prosperidade criou sobre Deus, será necessário compreender como ocorre a legitimação do discurso religioso cristão por parte do referido Bispo. No imaginário

dos fiéis da Igreja Universal do Reino Deus, imprimiu-se um conceito da identidade pastoral cristã, no caso aqui, a identidade de Edir Macedo, através da qual os indivíduos imaginam ser ministros de Deus que vão tomar a palavra. Por isso, a primeira fala de Edir Macedo nesse sermão intitulado “Direito à prosperidade” remete à enunciação bíblica, pois, o sujeito comunicante, o mencionado “pastor” pretende legitimar o discurso cristão. Desse modo, o Bispo desenvolve esse sermão concentrando argumentos acerca de riquezas como um direito do ser humano, conforme podemos verificar na sequência discursiva (SD) a seguir:

SD 1

*“Jó era um homem riquíssimo, o mais rico ... na sua ... naquelas redondezas. Mas ele não era rico porque roubava, ele não era rico porque usurpava os pobres, não, ele era rico porque Deus o abençoava, tá aqui escrito [...]”*¹

Percebemos nessa primeira sequência discursiva a utilização de categorias de semiotização do mundo, por parte do sujeito linguageiro. Ao pensar o projeto de fala, agindo como sujeito comunicante, e ao proferir a enunciação, colocando-se como sujeito enunciador, o bispo se utiliza da operação de identificação para referir-se às doutrinas bíblicas sobre prosperidade e nomeá-las, pretendendo, com isso, dar o significado de tais doutrinas para que os sujeitos destinatários de seu discurso compreendam o dito.

Desse modo, ao realizar a semiotização de mundo, recorrendo-se ao livro de Jó, uma narrativa contida na Escritura que registra as doutrinas do cristianismo, a Bíblia Sagrada², o sujeito enunciador Edir Macedo legitima o discurso cristão, pois o auditório da Igreja Universal do Reino de Deus espera que o líder dessa igreja, no caso, Edir Macedo, se pronuncie valendo-se do conteúdo bíblico.

Assim, o Bispo mencionado, trabalhando a interpretação do diálogo entre Deus e Satanás, se apoia no texto bíblico e ensina que o próprio Satanás disse para Deus que as bênçãos de Jó tinham vindo das mãos do Altíssimo. Num segundo momento, o sujeito enunciador expõe o fato de que a prosperidade é um direito do ser humano. E, para encerrar o sermão o enunciador, tentando aplicar a doutrina bíblica, enuncia argumentos acerca de riquezas e bênçãos. Doutrina bíblica

1 - SERMÃO DE EDIR MACEDO “Direito à prosperidade”. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=o+direito+%C3%A0+prosperidade+edir+macedo. Acesso em 5 de setembro de 2019 às 13h00.

2 - A BÍBLIA SAGRADA. 2. ed. Tradução de João Ferreira de Almeida. Ed. Rev. E atualiz. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. p. 357-358.

que, como veremos na SD 2, foi camuflada pelo sujeito comunicante, isto é, o Bispo Edir Macedo, ao preparar a sua fala (sermão), antes mesmo do ato de enunciação, pensou em uma estratégia a ponto de construir imagens do destinatário.

A legitimação do discurso desse “pastor”, portanto, ocorre na medida em que o sujeito comunicante se utiliza da operação chamada em Semiolinguística de identificação, ou seja, isso acontece quando o sujeito enunciador identifica um conjunto de conceitos, no caso aqui, as doutrinas bíblicas, o personagem Jó, a ideia de prosperidade, a pessoa de Deus, Satanás etc., isso tudo é conceituado e identificado pelo sujeito enunciador. Em seguida, o sujeito enunciador, realiza o processo de transação entre os parceiros linguageiros: o sujeito enunciador e o sujeito destinatário. O enunciador, portanto, se utiliza do princípio da influência por meio do qual os sujeitos participantes do ato de linguagem revelam suas intenções. Para comprovar tacitamente que se trata de uma pregação da Palavra de Deus, o enunciador intencionalmente produz seu discurso a partir da Bíblia, pois, enunciando a partir de tal enunciação ele se convence de que atingirá seu destinatário, a saber: os ouvintes de sua pregação.

Baseados nos postulados da TS, depreendemos, então, um imaginário sociodiscursivo da tensão entre protestantismo histórico (confessionalidades das igrejas oriundas da Reforma) e neopentecostalismo. Isso significa que no imaginário de indivíduos como os fiéis da Igreja Universal, qualquer pregação poder-se-ia representar o protestantismo histórico. Quando, na realidade, o discurso neopentecostal não representa o protestantismo histórico.

Dessa maneira, falar de assuntos da Bíblia implica em abordar os temas desligados da hermenêutica e da exegese, sem o compromisso de intérprete assumido pelos reformadores. Nesse cenário de legitimação do discurso cristão por parte do Bispo Edir Macedo, afirmamos que os imaginários sociodiscursivos projetados nos discursos do mencionado “pastor” se mostram como saberes de crença, pois o enunciador recorre às doutrinas fundadas em saberes de revelação (revelação bíblica), no entanto, o “Bispo” rompe com a regra exegética, fato que caracteriza a teologia da prosperidade, concordando aqui com Gaede Neto (1998). Este afirma que a origem da teologia da prosperidade remete a dois elementos: “o acesso direto às revelações divinas e o conteúdo das revelações” (GAEDE NETO, 1998, p. 07).

Como veremos na SD 2, os imaginários dos discursos do Bispo Edir Macedo, revelam um saber de crença, longe de revelar um saber de conhecimento derivado da produção teológica.

SD 2

*“A obra de suas mãos abençoaste e os seus bens se multiplicaram na terra, um? É por isso que nós temos aqui as segundas feiras oração para as pessoas que querem prosperar, orientação para as pessoas que querem ser donas dos seus negócios, serem abençoadas. Porque nós cremos que Deus abençoa”.*³

Na SD 2, o Eu-enunciador, a fim de atingir o Eu-interpretante, apoiou-se em dois imaginários sociodiscursivos: o imaginário que reflete uma sociedade que luta pela igualdade na distribuição de rendas, o que remete ao fato de que aquele que desejar prosperar deve frequentar as atividades semanais dessa igreja e outro que reflete uma sociedade que enfrenta todo tipo de mazelas, tais como enfermidades, crises no casamento, na relação com próximo e assim por diante. Na SD 2, verifica-se o argumento de que a pessoa que frequentar a Igreja Universal do Reino de Deus, nas segundas-feiras receberá oração e orientação para fundar uma grande empresa e ser abençoada. Verifica-se isso por meio dos enunciados: *“É por isso que nós temos aqui as segundas feiras oração para as pessoas que querem prosperar, orientação para as pessoas que querem ser donas dos seus negócios, serem abençoadas”*.

Com esse discurso, o Eu-enunciador faz com que o fiel da Igreja Universal do Reino de Deus acesse o imaginário de que a prosperidade, ou seja, a riqueza ou bênçãos em geral são posses que todo cidadão almeja contemplar. No caso, o Eu-enunciador se utiliza mais uma vez do princípio de influência. É o caso do Eu-enunciador tentar influenciar por meio do processo de racionalização argumentativa, isto é, a persuasão e, mediante o processo de racionalização narrativo descritivo, “[...] correspondente à sedução” (CORREA-ROSADO, 2014, p. 07).

Assim, o enunciador suscita o desejo no ouvinte por prosperidades. No caso, é a Igreja Universal do Reino de Deus (e não a Palavra de Deus) que institui a forma correta através da qual os indivíduos podem prosperar. O Eu-enunciador suscita esse desejo em seus ouvintes porque esse é o saber que ele possui sobre prosperidade. Há aqui uma reafirmação da teologia da prosperidade. Tal teologia

3 - SERMÃO DE EDIR MACEDO “Direito à prosperidade”. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=o+direito+%C3%A0+prosperidade+edir+macedo. Acesso em 5 de setembro de 2019 às 13h00.

se constitui em um saber de crença do qual o Eu-enunciador constrói os imaginários sociodiscursivos. Tais imaginários foram criados por uma comunidade rotulada de evangélica, que segundo Bonino (2003), recebeu influência direta dos Estados Unidos da América, uma sociedade que atraiu vários movimentos religiosos com seus modelos econômicos capitalistas, tendo como aliados principais o pentecostalismo e neopentecostalismo.

Os imaginários sociodiscursivos nos discursos do Bispo Edir Macedo tiveram sua criação a partir dos saberes e valores compartilhados desde a época em que a teologia da prosperidade penetrou no protestantismo Latino-Americano. Esses são alguns dos tipos de saberes que firmam os discursos neopentecostais.

SD 3

“[...] lá em João [...], não o evangelho de João, mas a carta de João. O apóstolo João fala também aqui se você quiser conferir..., Diz assim: ‘O presbítero ao amado Gaio, aquele eu amo, na verdade. Amado [...], acima de tudo faço votos por tua’ ... o que? ... ‘prosperidade e saúde, assim como é prospera tua alma’. Quer dizer, prosperidade na saúde, prosperidade na alma e prosperidade econômica. Tão, é direito nosso requerer de Deus a plenitude da vida, a prosperidade e eu estou falando isso e me ... é ... tendo a Bíblia como referência aqui pra que você possa responder as pessoas que trazem uma fé negativa dizendo que a riqueza é maligna”⁴

É importante salientar que as sequências discursivas em análise se originam de uma temática pensada pelo Bispo Edir Macedo segundo o qual a prosperidade é um direito do ser humano. Tal conceito de prosperidade, como sabemos, não terá sucesso, pois não é esse o conceito de prosperidade registrado na Bíblia Sagrada. Isso só comprova mais uma vez que o Eu-enunciador revela imaginários sociodiscursivos que a teologia da prosperidade criou sobre Deus. Poder-se-ia afirmar que Deus está em busca somente de adoradores ricos? Como entender uma sociedade constituída apenas de indivíduos ricos? Que Deus é esse que quer que todos os seres humanos fiquem ricos e não consegue torná-los ricos? Não seria um “Deus” fracassado?

Na SD 3, o Eu-enunciador, mais uma vez recorre ao texto bíblico para se apoiar. Desta feita, como intérprete literalista, toma por base a palavra ‘prosperidade’, abstraindo-se da terceira carta do apóstolo

4 - SERMÃO DE EDIR MACEDO “Direito à prosperidade”. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=o+direito+%C3%A0+prosperidade+edir+macedo. Acesso em 5 de setembro de 2019 às 13h00.

João endereçada a Gaio, para provar que prosperidade é um direito do ser humano. Este é o enunciado principal na SD 3: “é direito nosso *requerer de Deus a plenitude da vida, a prosperidade [...]*”. No caso, o Eu-enunciador rompe com o que afirmamos acima sobre o sujeito instaurado no discurso religioso cristão, ou seja, tal sujeito tem total autonomia, o Eu-enunciador não se submete ao Sujeito maior, a saber: Deus. Orlandi (1996) sustenta que o sujeito instaurado no discurso cristão, enuncia desvelando a posição de que a Palavra de Deus não pode ser modificada, o que não acontece com o enunciador dos discursos do Bispo Edir Macedo, pois tal sujeito se submete à ideologia da teologia da prosperidade e não a Deus.

Verifica-se, na SD 3, que o Eu-enunciador não se enquadra no tipo de sujeito que enuncia no discurso religioso cristão, pois tal pronunciamento revela um enunciador interpelado não por Deus, mas por sistemas de pensamentos, isto é, ideologias religiosas, logo o que o Eu-enunciador afirma não corresponde com a voz de Deus no texto. Uma característica básica da teologia da prosperidade é rejeitar o mundo em nome de uma entidade superior, a vida espiritual, por exemplo. A teologia da prosperidade não aceita um modelo de religião voltado para pobreza e é isso que está implícito na SD 3.

Já que ser próspero é um direito de cada pessoa, o que impede que tal indivíduo seja próspero? Como resposta a tal questionamento, afirmamos que o Eu-enunciador na SD 3 apoia-se em um imaginário sociodiscursivo criado pela teologia da prosperidade como a ideia de que o que contribui para que o indivíduo continue pobre é a sua condição de pecador, ou seja, para o neopentecostalismo os indivíduos, no Brasil, são pobres não por causa de problemas sociais surgidos desde quando o Brasil foi inserido na lógica da globalização capitalista e também desde quando a teologia da prosperidade foi desenvolvida nesse país, mas por causa do pecado, da idolatria e atuação de demônio na vida dos seres humanos. No caso, a condição de miséria das pessoas diz respeito ao pecado. Não tendo nada a ver com o contexto sócio-histórico que revela a exclusão e a concentração de rendas.

Com relação à criação dos imaginários sociodiscursivos presentes nos discursos do Bispo Edir Macedo, tanto os que aparecem explicitamente quanto os que surgem de modo implícito no discurso, foram criados a partir de saberes de crença, o que remete ao olhar do indivíduo, implicando numa subjetividade do sujeito, longe de ser um saber científico. Tal saber teve sua configuração à medida em que o Eu-enunciador constrói um saber de revelação, um saber de crença que,

segundo Charaudeau (2017, p. 583), “supõe a existência de um lugar de verdade exterior ao sujeito”; pois essa verdade não poder ser verificada e comprovada, ela exige adesão do indivíduo, que crê nessa ideia sem levar em consideração a comprovação ou não de tal ideia.

Quando o Eu-enunciador se utiliza dos enunciados; “é direito nosso *requerer de Deus a plenitude da vida, a prosperidade*”, tal enunciado rompe com as doutrinas cristãs voltadas para a pobreza no que tange a posses enquanto bens materiais, além de reverberar um mundo utópico e fácil de enriquecimento. Um outro imaginário vem à tona, a saber: o que reflete uma positivação que transparece no determinismo das igrejas neopentecostais pelo qual o indivíduo pressiona Deus a lhe abençoar. Percebemos aqui que esses imaginários remetem também ao saber de crença, à opinião. Como sabemos, o imaginário constituído a partir do saber de crença no que tange a uma opinião se dá quando o sujeito realiza um processo de avaliação do termo, no caso, o termo ‘prosperidade’, sobre o qual o enunciador toma partido e se engaja, o que remete a um julgamento a respeito dos conceitos ou fatos do mundo.

Portanto, o enunciado em análise, a saber: “é direito nosso *requerer de Deus a plenitude da vida, a prosperidade*”, é um saber de crença configurado como opinião da parte do Eu-enunciador, o Bispo Edir Macedo, que toma partido sobre o termo e, ao fazer isso tal sujeito se impõe ao mundo, não é a voz de Deus nem o mundo que se impõe ao sujeito. Essa constatação se dá pelo fato de que não há essa voz de Deus, na Escritura, orientando os fiéis para requererem de Deus a prosperidade financeira como direito. Quer dizer, a relação do fiel com Deus baseia-se, nesse caso, nas recompensas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permitiu a verificação do desenvolvimento da teologia da prosperidade, uma teologia que fomentou práticas neopentecostais que se tornaram desbragadas, tendo como resultado um depauperamento das doutrinas cristãs provenientes do protestantismo histórico. Vimos que o funcionamento dos discursos do Bispo Edir Macedo caracteriza uma barganha do fiel com Deus na medida em que o indivíduo entrega dízimos e ofertas em troca de prosperidade financeira. Esse funcionamento discursivo neopentecostal apontado nada mais é do que os imaginários sociodiscursivos descritos por Charaudeau (2017). Ao realizar o processo de semiotização do mundo, o Eu-enunciador aciona imaginários que se apresentam como

representações que permeiam a memória coletiva de uma sociedade, evocando realidades de um movimento religioso no qual há diferenças em seu interior.

Ficou claro que o que orienta os fiéis na Igreja Universal do Reino de Deus não são as doutrinas cristãs e sim a teologia da prosperidade, uma tendência que torna a entrega do dízimo um dogma obrigatório. Se não dizimar o fiel não será próspero. Foi possível perceber que o neopentecostalismo é uma religião cujo conteúdo se diferencia largamente das igrejas históricas e até mesmo das igrejas pentecostais, embora seja necessário afirmar que muitas dessas igrejas consideradas históricas já estejam também incorporando tal teologia.

Quanto aos imaginários sociodiscursivos presentes nos discursos do Bispo Edir Macedo, a pesquisa mostrou que tais imaginários foram construídos com base em saberes de crença: o de revelação e o de opinião. Tal saber não implica que o saber da Bíblia Sagrada se constitua em produto de uma crença judaico-cristã, pois a teologia é um saber científico, embora a fé seja pauta de discussão. No entanto, foi possível verificar que os imaginários sociodiscursivos nos discursos do Bispo Edir Macedo revelam um Eu-enunciador que rompe com qualquer regra do saber teológico (saber científico), uma colocação do autor Gaede Neto (1998).

Com relação ao processo de semiotização do mundo, o sujeito enunciador Edir Macedo, realizando manobras, procura conceituar a doutrina sobre Deus e a doutrina sobre prosperidade, fazendo-se entender como ministro de Deus, utilizando-se do princípio de influência, dentre outros, com a finalidade de persuadir os seus destinatários. Destinatários que, em geral, são indivíduos marginalizados, os quais, ao ouvirem o Bispo Edir Macedo, pensam que estão empreendendo um conhecimento que brota do um saber científico (teológico) quando, na realidade, estão ouvindo um discurso construído pelo saber de crença, ou seja, os imaginários sociodiscursivos nos discursos do Bispo Edir Macedo reflete o fato de que o saber de crença circula como se fosse um saber científico, mas não é isso que acontece. No caso, o saber de crença se passa como um saber científico.

Com base nas análises, a condição de existência dos destinatários dos discursos neopentecostais pode dizer respeito ao abandono pelas políticas públicas do Estado, tornando-os incapazes de usufruir dos bens sociais, dentre eles a escolarização. Inclusive, são essas circunstâncias em conjunção com o desenvolvimento da Teologia

da prosperidade que permitiram a verificação das circunstâncias dos discursos do Bispo Edir Macedo. Em outras palavras, a pesquisa provou que os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, em geral, não realizam uma tomada de consciência para reconstruir seu imaginário, ou seja, não são capazes de perceber que a pobreza não resulta do pecado, mas pode se originar da exclusão, da concentração de rendas e do desenvolvimento da teologia da prosperidade.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. 2. ed. Tradução de João Ferreira de Almeida. Ed. Rev. E atualiz. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. p. 357-358.

BONINO, José Míguez. **Rostos do protestantismo latino-americano.** São Leopoldo: Sinodal, 2003.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado:** organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. 2. ed. Petrópolis-RJ / São Paulo/São Bernardo do Campo: Vozes / Simpósio/ UESP, 1997.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. In: **Revista Memento.** V. 05, N. 2, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826>. Acesso em 9 de janeiro de 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem, os imaginários, ainda melhor. Fortaleza: **Entrepalavras.** V. 7, p. 571-591, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político.** São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida; MELLO, Renato de (orgs.). **Análise do Discurso:** Fundamentos e Práticas. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001, p. 23-38. Disponível em: http://www.lettras.ufmg.br/padroao_cms/documentos/nucleos/nad/CHARAUDEAU%20-%20Uma%20Teoria%20dos%20sujeitos%20da%20Linguagem.pdf Acesso em: 10 ago. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso In: CARNEIRO, Dias Agostinho. Org. **O discurso da mídia.** Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. São Paulo: Contexto, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso:** modos de organização. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática.

In: **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1-23, dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3932/2910>. Acesso em: 17/01/2021.

DREHER, Martin N. **História do povo de Jesus: uma leitura latino-americana**. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

GAEDE NETO, Rodolfo. Teologia da prosperidade e diaconia. In: BRANDENBURG, Laude Erandi; GAEDE NETO, Rodolfo; MEURER, Evandro Jair. **Teologia da prosperidade e Nova Era**. São Leopoldo: IEPG, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

SERMÃO DE EDIR MACEDO “Direito á prosperidade”. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=o+direito+%C3%A0+prosperidade+edir+macedo. Acesso em 5 de setembro de 2019 às 13h00.

SOUSA, José Maria de Melo. **O ethos no discurso pastoral do neopentecostalismo brasileiro**. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1uPsc5X_PLn6EvLeycn8WQ7qQv-zmRoai/view Acesso em 20 jan. 2021.

O PIAUÍ NA TEIA DOS DISCURSOS: OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NA FICÇÃO DE FONTES IBIAPINA¹

Luis Felipe da Silva Castelo Branco

INTRODUÇÃO

Dentro do campo dos estudos da linguagem, a Análise do Discurso, de modo geral, caracteriza-se por uma abordagem interdisciplinar do fenômeno linguageiro. Sendo assim, diante de uma manifestação linguageira, a postura adotada será a de remetê-la às suas circunstâncias de produção, buscando situá-la histórica e socialmente, considerando, na maioria das vezes, os sujeitos envolvidos naquela troca. Dessa maneira, os enunciados transformam-se em discursos, revelando sentidos, intencionalidades e visões de mundo.

Mas, para tanto, torna-se necessário ultrapassar os limites da materialidade linguística, questionando a sua relação com os sentidos outros que estariam implícitos, uma abordagem característica de uma de suas vertentes, no caso, a Teoria Semiolinguística do Discurso, a qual nos filiaremos neste trabalho. No que diz respeito especificamente ao espaço do ficcional, ela possibilitaria, dentre outras coisas, uma compreensão do fazer literário enquanto produção discursiva, isto é, situada histórica e socialmente, resultante de um processo de semiotização do mundo por parte de um sujeito. Isso significa dizer que mesmo fazendo parte de um universo literário, este mundo não deixaria de ser uma construção subjetiva de alguém, que faria uso da língua, de formas-sentido, para tentar concretizar os seus projetos de fala-escrita.

Isto posto, este trabalho surge com o objetivo de analisar o discurso literário do escritor piauiense Fontes Ibiapina por meio de uma perspectiva semiolinguística do discurso. Para tanto, selecionamos como corpus o seu romance *Vida Gemida em Sambambaia* (1985), utilizando das noções de ato de linguagem como encenação e dos imaginários sociodiscursivos, buscando observar, a partir disso, como se dá a construção de uma identificação do espaço e sujeitos piauienses, e de como tudo isso está possivelmente atrelado às suas

1 - O presente trabalho consiste em um recorte de uma pesquisa de iniciação científica intitulada "A narrativa, a encenação e os imaginários sociodiscursivos no romance *Vida Gemida em Sambambaia*, de Fontes Ibiapina", desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. João Benvindo de Moura (UFPI).

circunstâncias de discurso. Desse modo, inicialmente, trataremos alguns apontamentos teóricos sobre o assunto, seguidos de uma análise e discussão dos resultados, para, ao final, apresentarmos algumas considerações finais acerca de nosso estudo.

Nos baseamos, ainda, nas pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/UFPI/CNPq), cuja produção encontra-se publicada nas seguintes obras: Moura; Batista Jr. e Lopes (2015; 2017); Lopes; Batista Jr. e Moura (2018) e Moura e Lopes (2021).

A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Se traçarmos um breve percurso que vá do auge das concepções estruturalistas da linguagem até a emergência de abordagens enunciativas e discursivas, observaremos uma mudança significativa no que diz respeito ao olhar para o fenômeno da comunicação. Outrora, acreditava-se que os sujeitos tomariam a língua para transmitir suas ideias aos seus interlocutores, representando o mundo tal qual ele é ou queiram que seja. Nesse sentido, a linguagem seria tomada como um *instrumento*, que seria transparente por natureza, já que a significação, que só poderia ser uma, estaria inscrita na materialidade linguística, cabendo aos interlocutores apenas a missão de decifrá-la. A comunicação, sob esse ponto de vista, seria então uma troca simétrica. Por outro lado, com a chegada das abordagens enunciativas, as dimensões sociais e intersubjetivas dos enunciados passam a ser colocadas em destaque, respondendo àquele olhar meramente estruturalista e abrindo espaço para o desenvolvimento de concepções discursivas acerca dos fenômenos languageiros, como é o caso da Análise do Discurso. A exemplo disso, a Teoria Semiolinguística, uma de suas vertentes, tem como um de seus postulados a ideia de que haveria entre a linguagem e a sociedade uma relação constitutiva, fazendo com que a significação seja sempre construída a partir da relação entre o que está materialmente manifesto – os enunciados – e os saberes que são acionados pelos interlocutores para produzirem interpretações; e, como estes variam de sujeito para sujeito e de acordo com as circunstâncias psicossociais de produção e interpretação, os sentidos projetados seriam geralmente imprevistos e a comunicação, uma troca não simétrica.

Este novo olhar para as trocas comunicativas veio à luz, em meados dos anos 1980, a partir dos trabalhos de Patrick Charaudeau, um reconhecido linguista e professor francês, responsável por inserir

a linguagem em uma problemática comunicacional e pragmática. Na Análise de Discurso Semiolinguística – ADS, o objetivo passa a ser o de pensar o ato de linguagem associando-o a lugares sociais, concebendo os sujeitos languageiros como agentes que se apropriam da linguagem para significar o mundo de acordo com as suas intencionalidades, fazendo uso de certas estratégias. Estas, por sua vez, estariam sujeitas às restrições da situação de comunicação, proporcionando ao locutor, disposto a despertar certos efeitos de sentido no(s) seu(s) interlocutor(es), apenas algumas margens de manobra. (CORRÊA-ROSADO, 2014).

É pensando nisso que Charaudeau propõe que o ato de linguagem seja visto como uma encenação. Isso significa dizer que os sujeitos da linguagem, movidos por suas intencionalidades, fariam uso da língua, de formas-sentido, a fim de concretizar seus projetos de fala/escrita, investindo, para tanto, em certas estratégias, que estariam condicionadas, por sua vez, às circunstâncias de discurso. Quanto a estas, é possível entendê-las como:

[...] o conjunto dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem, ou seja: - saberes supostos a respeito do mundo: as práticas sociais partilhadas; - saberes supostos sobre os pontos de vista recíprocos dos protagonistas do ato de linguagem: os filtros construtores de sentido. (CHARAUDEAU, 2016, p.32).

Em outras palavras, o ato de linguagem seria uma totalidade, que envolveria tanto o espaço do dizer quanto o do fazer, algo que poderia ser simplificado pela seguinte fórmula: $A \text{ de } L = [\text{Explícito} \times \text{Implícito}] \text{ C de } D$. Ela nos diz que uma manifestação languageira seria o resultado de um encontro daquilo que está materialmente manifesto com os saberes que são acionados para produzir uma interpretação, que são provenientes das circunstâncias de discurso. Assim sendo, de acordo com a concepção charaudiana, os explícitos estariam relacionados a uma atividade estrutural da linguagem (a simbolização referencial), através da qual os sujeitos utilizariam de uma forma de expressão para produzirem uma representação do mundo. Da mesma forma, os implícitos diriam respeito ao processo de significação, em que os sujeitos produtores ou interpretantes buscariam atribuir sentidos e intencionalidades ao dizer. Com isso, “o ato de linguagem deve ser visto como um ato comunicativo, em que o “eu”, ser de fala ou de escrita, se dirige a um “tu”, em determinado local, hora e situação, ato esse carregado de intenções e motivado por uma visada de influência” (MACHADO, 2019, p.764).

A partir disso, conseguimos perceber como a acepção de discurso, na ADS, assume dois sentidos distintos: um primeiro ligado à noção de encenação do ato de linguagem e um segundo relacionado aos saberes que são partilhados socialmente.

No que diz respeito à primeira acepção de discurso, Charaudeau postula que a construção de sentidos no interior do ato de linguagem se dá a partir do momento em que os sujeitos passam pelo processo de semiotização do mundo, o qual, por sua vez, compreenderia duas atividades de ordem linguageira. A primeira delas, a de transformação, em que os sujeitos transformariam a realidade (o mundo tal qual ele se apresenta) em um real significante (os enunciados). Já a segunda, a de transformação, ocorreria quando esse mundo significado é utilizado como um objeto de comunicação entre dois ou mais indivíduos, em uma determinada situação de comunicação. (CORRÊA-ROSADO, 2014).

Por outro lado, no tocante à segunda acepção de discurso, o que está em jogo são os saberes relacionados à encenação do ato de linguagem, que não estão inscritos no espaço do dizer, mas em suas circunstâncias de produção/interpretação. Em outras palavras, pode-se dizer que a forma como os sujeitos concebem e concretizam o mundo e os demais seres é influenciada pelas suas visões de mundo. E uma forma de apreender esse processo seria por meio do trabalho com a noção de imaginários sociodiscursivos, que diz respeito ao modo como os saberes provenientes das representações sociais são engendrados sob a forma de discursos, organizando-se de modo a fundamentar determinados sistemas de pensamentos.

Os imaginários sociodiscursivos

No senso comum, a noção de imaginário frequentemente remete à ideia de algo ficcional, situado no domínio da imaginação e fora da realidade. Esse entendimento também é compartilhado por algumas áreas de conhecimento, como a historiografia, que atribui aos imaginários uma valorização negativa, já que eles supostamente não seriam uma fonte fidedigna para reconstruir os fatos do passado. Em uma perspectiva discursiva, a noção de imaginário passa a ser utilizada não como um adjetivo, mas como um substantivo, isto é, passando a designar “[...] uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais” (CHARAUDEAU, 2017, p.578).

Esta noção, na verdade, tem origem a partir das influências dos estudos sobre representações sociais, de Moscovici e da definição

de imaginários sociais, de Castoriadis. Acredita-se que Charaudeau bebeu dessas fontes para reformular o conceito de imaginário em uma perspectiva discursiva, indo além do trabalho com a ideia de estereótipo, que seria demasiadamente restritiva e carregada de ambiguidades. Sendo assim, ele passa a defini-los como sociodiscursivos; são sociais, visto que se realizam nas práticas comunicativas que estão situadas em determinados domínios da sociedade, como o literário, midiático, político e o religioso. E são discursivos porque manifestam-se por meio dos dizeres. Então, usando as palavras do autor, conclui-se que:

[...] os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, se organizando em sistemas de pensamento coerentes, criadores de valores, desempenhando o papel de justificação da ação social e se depositando na memória coletiva. (CHARAUDEAU, 2017, p.579).

Partindo dessa lógica, constata-se que os discursos que circulam socialmente são fundamentados em saberes depositados em uma memória coletiva. Estes, por sua vez, podem ser de dois tipos: os saberes de conhecimento e os saberes de crença. São eles os responsáveis pela construção de sistemas de pensamentos coerentes por meio dos quais os sujeitos irão pensar e significar o mundo ao seu redor.

Os saberes de conhecimentos funcionam de modo a estabelecerem verdades sobre o mundo. Eles apresentam-se como objetivos e impessoais, sendo ancorados na possibilidade de verificação. Dessa maneira, eles podem ser subdivididos em: científicos (aqueles que podem ser provados) e de experiência (podem ser empiricamente verificados, mas não há garantias de comprová-los cientificamente). Como exemplo, ao primeiro tipo, estão relacionadas as teorias científicas e, ao segundo, os saberes do senso comum. (CHARAUDEAU, 2017).

Os saberes de crença, por outro lado, são fundamentados nos julgamentos, avaliações ou apreciações que os sujeitos fazem sobre os outros seres e os demais fatos do mundo, ou seja, são mais subjetivos e, por isso mesmo, não dependem necessariamente de uma verificação. Eles também se subdividem em dois tipos. Quando ocorrem por meio da adesão de um sujeito a uma verdade que lhe é exterior, temos o saber de revelação, comumente visto em doutrinas e ideologias. Já quando eles partem das opiniões e julgamento dos sujeitos sobre algo, eles são classificados como saberes de opinião, mas não deixam de ser, ao mesmo tempo, pessoais e sociais, pois, afinal de contas, para que ocorra uma apropriação é necessário que aquele saber esteja antes em

algum lugar, no caso, sendo compartilhado por outros sujeitos. Além disso, os saberes de opinião podem ser de três tipos: opinião comum, opinião relativa e opinião coletiva. (CHARAUDEAU, 2017).

Como no caso de provérbios, ditos populares e julgamentos de caráter generalizante, estão os saberes de opinião comum, que se imagina, sejam compartilhados por outras pessoas. Quando se trata de um julgamento que se posiciona diante de um outro, seja para concordar ou discordar, entram em cena os saberes de opinião relativa. Já os saberes de opinião coletiva, como o próprio nome sugere, partem de julgamentos sobre um determinado grupo, buscando, na maioria das vezes, construir uma identificação que o diferencie em relação a outros.

Tanto os saberes de conhecimento como os saberes de crença são responsáveis pelo funcionamento e circulação dos imaginários sociodiscursivos. São eles, como já dissemos, que fundamentam os mais diversos discursos que circulam socialmente. E, dessa maneira, distingui-los acaba tornando-se uma tarefa complicada, pois, no jogo das práticas comunicativas, é comum que os sujeitos mascarem, conscientemente ou não, o conteúdo de seus imaginários a depender de seus projetos de fala, ou seja, fazendo com que, por exemplo, um saber de crença se passe por um saber de conhecimento.

Ademais, a dimensão de um imaginário e o seu valor são relativos, podendo ser mais ou menos difundidos ou serem bem ou mal vistos de acordo com uma classe social, cultura, época, faixa etária, região, posicionamentos políticos etc. Por isso, é sempre bom ter em mente que, a depender da situação de comunicação, dos sujeitos envolvidos e de suas intencionalidades, eles podem colaborar tanto para reforçar discursos dominantes, fazendo com que determinados grupos permaneçam às margens da sociedade, como para negá-los. E é justamente por isso que saber identificar os imaginários, os saberes que os fundamentam e à quais argumentos/visões de mundo eles estão a favor torna-se uma tarefa tão importante.

O ROMANCE VIDA GEMIDA EM SAMBAMBAIA E AS SUAS CIRCUNSTÂNCIAS DE DISCURSO

A obra *Vida Gemida em Sambambaia*, de autoria do piauiense Fontes Ibiapina, publicada oficialmente em 1985, consiste em um romance que trata dos impasses, dos sofrimentos e da suposta singularidade da população de Sambambaia, um povoado localizado no interior do município de Picos (PI). O relato abrange um percurso

temporal que vai de 1932 até 1953, começando pela perspectiva inocente de um menino, filho de fazendeiros, sobre a desastrosa seca de 1932 na região. No decorrer da narrativa, o olhar de um narrador onisciente (externo) e em terceira pessoa passa a descrever as figuras daquele lugar, focalizando, principalmente, a história de Alonso, um trabalhador agregado, que vive de sua mão de obra para sustentar a sua família, tentando sobreviver às privações de um espaço nordestino, caracterizando pela escassez de chuvas, de oportunidades para os pobres e abandonado pelo poder público.

Em meio a isso, juntamente com a riqueza dos elementos culturais da região, como os ditos populares, crenças, festas e superstições, um cenário dominado pela necessidade de recursos básicos à sobrevivência é apresentado ao leitor. Assim sendo, Alonso, lutando contra o seu caráter e valores, acaba tornando-se o ladrão de cabras mais perseguido da região, sob a justificativa de que roubar para garantir a sobrevivência da família não seria pecado, muito menos algo desonesto. Do mesmo modo, a condição dos vaqueiros, lavradores, pequenos comerciantes, prostitutas e das demais famílias da região é desenhada com as cores da pobreza, da necessidade e do abandono.

João Nonon de Moura Fontes Ibiapina (1921-1986), o seu autor, é o sujeito que está por trás da figura de um dos mais emblemáticos nomes da literatura piauiense, tanto pela sua vasta produção para a literatura, folclore e teatro, ao todo 38 obras, como também pela sua preocupação constante em registrar o espaço e o povo piauienses. Nascido na fazenda Lagoa Grande, nos arredores de Picos (PI), ele possuía uma dupla carreira de escritor e juiz, e, por isso mesmo, colecionava amizades, das quais, juntamente com as lembranças de sua infância e adolescência, encontrava a inspiração para muitos dos enredos e personagens de suas obras. Eneas Barros, neto do autor, comenta sobre isso em relato, destacando também a sua relação íntima com a memória, a quem Nonon recorria em busca de realizar o seu desejo de captar e descrever o mundo que o rodeava, mesmo que quase sempre fazendo uso de um realismo cruel. (BARROS, 2020).

Para compreender um pouco sobre essa escolha estética e temática da ficção ibiapiana, é importante considerar o que diz Nascimento (2010), o qual, discutindo sobre a construção de imagens do Piauí e de sua capital, Teresina, pela imprensa local, aponta dois momentos e tendências de representação do Piauí ao longo dos anos. No primeiro deles, entre as décadas de 1950 e 1960, a tendência era

afirmar e denunciar a condição de pobreza e subdesenvolvimento em que o estado se encontrava diante do cenário nacional. Já no segundo, que compreende a primeira metade da década de 1970, o interesse passou a ser o de veicular imagens positivas a seu respeito, algo que contribuiria com os planos do governo militar de desconstruir a imagem de miséria e subdesenvolvimento, pois o objetivo era mostrar os feitos da gestão de Alberto Silva, incluindo a impressão de que o Piauí estava caminhando em direção ao progresso econômico.

A partir de então, mesmo que boa parte da população continuasse a viver no campo, os efeitos desse projeto de modernização começaram a repercutir nas sociabilidades tradicionais, obrigando a população a migrar para as cidades, principalmente a capital, em busca de melhores condições de vida. Diante do crescimento acelerado dos centros urbanos, os pobres foram as maiores vítimas, passando a viver em condições precárias e, muitas vezes, sem moradia, o que contribuiu para o surgimento de enunciados saudosistas sobre o Piauí e a Teresina de duas ou três décadas atrás. (NASCIMENTO, 2010).

Não muito tempo depois dessa onda de modernização e de suas consequências para as formas de organização tradicionais, chega a público o romance *Vida Gemida em Sambambaia*, revisitando um passado não tão distante, em que o Piauí é apresentado como um: “Chão que de um-tudo dá aos pobres num ano bom de inverno” (IBIAPINA, 1985, p.120). Um território, que segundo o narrador, “Sem esse tal de arado eram as zonas que mais produziam legumes no Estado... veja com ele!” (IBIAPINA, 1985, p.89-90). Que possuía um povo cheio de costumes, crenças e superstições, sempre dispostos a trabalhar, sem preocupações com economias ou com o futuro, pois “se um dia a necessidade bater-lhes à porta, acreditam: seja feita a vontade de Deus” (IBIAPINA, 1985, p.88). Mas, apesar disso tudo, era uma região atormentada pela seca e pela indiferença do governo, como demonstra o seguinte trecho:

O nosso velho Piauí parecia querer pegar fogo de uma vez. No município de Picos, celeiro-mor do Estado, dona miséria encarapitada no cavalo da fome, era como se batesse palmas, dançasse, gargalhasse naquelas choupanas de taipa e chão-batido. E aquelas vivalmas sem destino certo. (IBIAPINA, 1985, p.18).

Para um melhor entendimento do que está por trás desse enunciado, é fundamental compreender que a própria história do Piauí foi marcada por um *esquecimento*, que repercutia tanto discursivamente, para lamentar a condição do estado ou para proferir

discursos preconceituosos a seu respeito, como politicamente, algo que implicava, por exemplo, na falta de recursos expressivos destinados à região e de representantes políticos nos grandes cargos nacionais. O historiador Rabelo (2008) discute esses impasses, apontando também que “[...] o Piauí foi visto historicamente como uma simples zona intermediária entre o “Nordestes das Secas” e a região amazônica.” (p.14). Prova disso está no apelido de “Meio Norte”, utilizado com frequência em enunciados que fazem referência ao Piauí, deixando implícito justamente esse imaginário da indefinição geográfica e do apagamento.

Para além disso, o mesmo autor relaciona essa conjuntura histórica com os processos de fabricação de discursos sobre o Piauí do final dos anos 1950 até os anos 1970, que funcionavam como uma resposta àquela situação de *esquecimento*, analisando, para tanto, os mais variados discursos que circularam na sociedade piauiense nesse período, do midiático ao literário. Assim, Rabelo (2008), tratando especificamente de Fontes Ibiapina, classifica a produção deste, enquanto escritor, em dois momentos, sendo eles, respectivamente: o de *nordestinização* do Piauí e o de *invenção* da cultura popular piauiense. O primeiro, típico das práticas de pedido de verbas e dos discursos desenvolvimentistas, é mais evidente em suas obras literárias, enquanto o segundo, em sua produção folclórica, sendo característico de um momento em que se buscava valorizar a riqueza e cultura locais.

A referência aos costumes, crenças e superstições do povo de Sambambaia vai ao encontro do que almejava o governador Alberto Silva, nos anos 1970, quando fundou o Plano Editorial do Estado, com o intuito de promover a divulgação de discursos identitários sobre o Piauí, investindo naqueles que enfatizassem as riquezas da região, que seria uma forma de maquiagem a imagem de pobreza e subdesenvolvimento. Fontes Ibiapina teve algumas de suas obras financiadas por esse projeto, apesar de continuar investindo em representações tradicionais dos espaços, de caráter conservador e antimodernas. A repulsa que o autor tinha pelo caminhar dos tempos, preferindo voltar a sua atenção para o passado, era produto de sua pretensão de colocar a cultura e a sociedade em planos separados, ou seja, de ignorar as circunstâncias em que produzia suas obras e reproduzir, por mais anacrônico que parecesse, os temas e formas de expressão do passado, os quais ele procurava preservar. Politicamente, a figura de Nonon também era conservadora, aproximando-se dos

intelectuais que viam a ditadura como uma solução para a ordem e desenvolvimento do estado. (RABELO, 2008).

É a partir dessa visão conservadora e tradicionalista para a cultura e sociedade que o romance *Vida Gemida em Sambambaia* é gestado, sendo ela observada, por exemplo, na linguagem regional, no espaço rural, na ênfase nos costumes e valores do passado, assim como nas imagens do vaqueiro, da roça, das secas, em suma, uma configuração social distante das pretensões de modernidade em que a obra foi publicada. É esse posicionamento que reverbera na fala de alguns personagens, como em: “– Oia, mulher! Por isso é que não chove. [...] O povo de hoje não tem decoro nem aos Santos. A menina dagora ainda bem não sara o imbigio anda mas é doidinha varrida procurando marido” (IBIAPINA, 1985, p.82). Portanto, para além de um romance regionalista, em uma perspectiva discursiva, que leva em consideração as circunstâncias de discurso e o seu funcionamento, a obra de Fontes Ibiapina deve ser vista como uma disputa de sentidos, de posições e interesses pessoais e políticos, que são próprios de suas condições de produção.

METODOLOGIA

Diante desses pressupostos, este trabalho consiste em um recorte de uma pesquisa de iniciação científica intitulada “A narrativa, a encenação e os imaginários sociodiscursivos no romance *Vida Gemida em Sambambaia*, de Fontes Ibiapina”. Ele é motivado pelo fato de que ainda existem poucos trabalhos sobre essa obra, principalmente na área de Letras, mesmo ela sendo de autoria de um dos grandes nomes da literatura de autores piauienses, com vasta produção para a cultura local, mas que, ainda assim, continua às margens de um reconhecimento pelo grande público. Por isso, trata-se de um estudo que mescla as abordagens qualitativa e quantitativa, em que procuramos mapear os imaginários sociodiscursivos emanados da obra, utilizando, para tanto, dos seguintes passos metodológicos: leitura criteriosa do romance e do referencial teórico escolhido, identificação dos fenômenos, classificação, aferição da ocorrência, contextualização sócio-histórica e produção escrita.

Para que isso fosse possível, selecionamos trechos distribuídos ao longo da obra nos quais fosse possível perceber a manifestação dos imaginários sociodiscursivos. E, apenas para fazer considerações mais gerais, apontando quais tipos de saberes são os mais recorrentes na

obra e quais interpretações podemos tirar disso, devido à sua extensão (175 páginas; 39 capítulos), escolhemos uma amostra constituída pelos capítulos 01, 11, 21 e 31, conseguindo, com isso, registrar um número significativo de ocorrências e classificá-las. Desse modo, nosso objetivo não será esgotar as suas possibilidades de análise/interpretação; mas apenas contribuir para o entendimento dessa narrativa enquanto produção discursiva.

ANÁLISE DOS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS

Uma análise dos imaginários sociodiscursivos, conforme propõe Charaudeau (2017), permite uma compreensão do funcionamento dos discursos sociais capaz de revelar quais saberes os sujeitos fazem uso para construir identificações sobre os fenômenos do mundo e/ou outros seres. No caso do discurso literário, mais especificamente, semelhante abordagem possibilita uma investigação sobre a forma como o universo ficcional em que os personagens estão inseridos é construído, isto é, da relação dos diversos tipos de saberes com as suas imagens e vivências, com o espaço em que estão situados, a forma como enunciam e posicionam-se diante do mundo, dentre outras coisas também reveladoras dos lugares a partir dos quais determinada obra emerge, assim como das circunstâncias de discurso e dos sujeitos envolvidos naquele ato de linguagem. Considerando isso, analisaremos, a seguir, os imaginários sociodiscursivos emanados a partir do romance *Vida Gemida em Sambambaia*, de Fontes Ibiapina, buscando demonstrar a forma como eles apresentam-se, assim como os tipos de saberes predominantes e as visões de mundo/argumentos a que eles estão possivelmente relacionados.

Os saberes de conhecimento

A partir do recorte feito para as nossas análises, foram encontradas 34 ocorrências de imaginários sociodiscursivos. Destas, 29% estavam associadas aos saberes de conhecimento e 71% aos saberes de crença. Daquele número menor, os saberes de experiência representaram 80% dos casos, enquanto os saberes científicos foram perceptíveis em apenas 20% deles. No geral, considerando todos os tipos de saberes, percebemos que os saberes científicos foram os menos mobilizados na obra (apenas 6% das ocorrências), diferentemente dos saberes de experiência, que ficaram em segundo lugar (23% das ocorrências).

Os saberes de conhecimento científicos

Vejamos o seguinte exemplo retirado da obra:

De tudo isto o cabra sambambaiense sabe. E de muito mais! Só não sabe, e até se impressiona por não saber o motivo, por que não há uma semana santa sem lua. Não adianta se dizer que é **porque depois da primeira lua cheia da primavera, a primeira sexta-feira é sexta-feira de Páscoa**. Não adianta, porque ele não sabe nem o que venha ser essa tal de primavera. (IBIAPINA, 1985, p.94, grifo nosso).

No trecho acima, o narrador da obra, logo após discorrer sobre a diversidade de crendices e superstições que tornam o povo sambambaiense tão conhecedor do mundo, utiliza de um saber de conhecimento científico para justificar o fato de eles não entenderem a explicação para certos fenômenos da natureza. No caso, advém da Astronomia o conhecimento que permite calcular uma possível data para a celebração da Páscoa Cristã, que não possui uma data precisa. Assim, este saber científico é compartilhado socialmente e circula sob a forma de uma verdade incontestável.

Na obra em questão, ele é utilizado pelo narrador para reforçar um argumento de que o conhecimento da população de Sambambaia seria limitado, pois resumir-se-ia às suas vivências, observações, opiniões e crenças compartilhadas entre si. Isto, por sua vez, está atrelado a um imaginário que concebe a população nordestina e/ou do interior como um povo cujo saber é mais baseado em suas sensibilidades, intuições e superstições do que em uma racionalidade científica. É como se houvesse um silenciamento por trás dessa identificação que postulasse que, de um lado, estaria um povo racional e inteligente e, de outro, estivesse um povo intuitivo e ignorante. Apesar disso, notamos que esse imaginário é mais utilizado no romance de Fontes Ibiapina para supostamente denunciar a condição de abandono e miséria em que vivia a população do interior do Piauí do que com um teor pejorativo.

Os saberes de conhecimento de experiência

Logo no início do romance, observa-se um trecho bem característico desse tipo de saber:

Em qualquer casa, pelas várzeas, pelos recantos de morros, onde quer que se encontrasse um cristão, a conversa era uma só. Aquela conversa tão amassada pela língua de todos. A conversa que não ia chover. **Aconteceu que as pedras de sal postas ao sereno durante a noite amanheceram secas que nem língua de papagaio**. Muitos já o sabiam, porque as chuvas-dos-cajus não vieram. **E, quando as chuvas-dos-**

cajus não assinam o ponto, pode-se tirar o cabelo da venta – não vai haver inverno. Coisa tão certa como dois mais dois são quatro e menos quatro zero. Conversa que nunca mentiu fogo. Não tem quê nem porém. Todo mundo fica logo certo como vai ser mesmo. (IBIAPINA, 1985, p.13, grifo nosso).

Não existe nenhuma comprovação científica de que é possível prever a vinda de chuvas colocando-se pedras de sal ao sereno, ou então de que haja alguma relação entre as chuvas-dos-cajus com um período de inverno. Entretanto, experiências como essas, vivenciadas por alguns e verificadas por outros, acabam cristalizando-se em uma memória coletiva de modo a assumirem um caráter de verdade. Dessa maneira, esse tipo de saber de experiência acaba servindo, naquele caso, para justificar a razão por trás da falta de chuvas.

Aliado a isso, é importante observar como ele funciona para reforçar um argumento de que a população de Sambambaia teria um conhecimento de mundo sustentado em suas próprias experiências, credences e observações. Esse tipo de saber também sustenta um imaginário de que a população nordestina e/ou do interior teria um conhecimento, como já foi dito, ancorado não em um método científico, mas no empirismo, ou seja, em suas próprias vivências e intuições. Ademais, observa-se também um imaginário que apresenta aquele mesmo povo como vítimas da falta de chuvas no sertão, espaço este que seria, sob essa ótica, resumido a esse problema.

Os saberes de experiência, vale reforçar, em comparação com os científicos, apareceram em maior quantidade na obra; e, considerando todas as ocorrências, eles ocuparam o segundo lugar entre os saberes mais utilizados, ficando atrás apenas dos de crença de opinião. Por isso, acreditamos que semelhante escolha possa estar relacionada ao universo de discurso da obra, que trata de uma população pobre, que reside no interior de um estado nordestino e que enfrenta problemas como a seca, a falta de assistência do governo, as desigualdades sociais e a falta de acesso à educação. Ao enunciar esse drama, o narrador acabou deixando-se levar pelas representações socialmente partilhadas sobre as pessoas naquela situação, algo que explica, de certo modo, a presença daqueles imaginários.

Os saberes de crença

Dos imaginários sociodiscursivos emanados do romance de Fontes Ibiapina, foi possível perceber, a partir de nossas análises, que 71% deles baseiam-se em saberes de crença. E, desta porcentagem, os saberes de opinião foram os dominantes (79% das ocorrências),

enquanto os saberes de revelação foram menos expressivos (21% das ocorrências). Já considerando os demais tipos de saberes – os científicos e os de experiência –, é imprescindível pontuar que os saberes de opinião foram de longe os mais recorrentes na obra (56% das ocorrências) e, em contraposição, os de revelação acabaram ficando em terceiro lugar (15% das ocorrências).

Os saberes de crença de revelação

No fragmento abaixo, observa-se na voz do povo sambambaiense um pensamento religioso utilizado para justificar a razão superior por trás de seus destinos e contratempos vivenciados naquela terra:

Era uma vez necessidade nas casas dos lavradores de Sambambaia! “Acabou-se tempo ruim!” — era a voz geral na boca de todo mundo. Voz dum povo que sabe sofrer, porque o seu sofrimento não é da conta de ninguém. Voz do homem que sabe dar valor à sua terra; que só abandona o seu torrão quando enxotado pela Seca; que vive de seu trabalho; que come e bebe o suor do próprio rosto às custas dos calos das mãos e dos espinhos nos pés. Voz dum povo que não culpa ninguém quando a necessidade bate à sua porta, porque sabe perfeitamente de onde ela vem: — **Tudo que acontece no mundo é determinado por Deus.** (IBIAPINA, 1985, p.115, grifo nosso).

A ideia de que tudo isso seria determinado por Deus remete a um discurso teocêntrico. Dessa forma, este tipo de conhecimento é sustentado por uma doutrina, que possui seus próprios textos para justificá-lo, embora não possa ser comprovado aos olhos dos sujeitos. Ademais, esse tipo de saber é utilizado para reforçar um argumento de que os moradores de Sambambaia seriam religiosos. Por outro lado, é possível notar, também, alguns imaginários ancorados a esse tipo de identificação, como os de abandono do estado do Piauí, assim como os de sofrimento, tradição, apego à terra e força de seu povo. Algumas dessas questões são, como a própria obra demonstra, consequências de um desinteresse por parte do poder público, não sendo, portanto, determinadas por uma força divina, como alguns possam vir a pensar. Ao construir os personagens sob essa ótica, acreditando que tais problemas fazem parte da vontade de Deus, Fontes Ibiapina talvez não tenha percebido que acaba por reforçar um imaginário de que a população nordestina não seria capaz de eleger seus próprios governantes, já que seriam ignorantes demais para tomar semelhantes decisões.

Os saberes de crença de opinião

a. Opinião comum

Dentre os demais saberes de opinião, este representou 26% das ocorrências. Vejamos então um exemplo:

No alto das folias, costumam dizer: — Neste mundo velho só se desfruta do que se come, do que se bebe, do que se brinca. **Em bolso de mortalha não se bota dinheiro. Daqui da Terra, o defunto só leva uma roupa e um par de calçados.** Até o chapéu fica! (IBIAPINA, 1985, p.89, grifo nosso).

É socialmente compartilhado o pensamento de que mais vale aproveitar o presente do que deixar para o futuro, pois este seria incerto e a ninguém pertenceria. Semelhantemente, acredita-se que seja um consenso entre os sujeitos a ideia de que da terra não se poderá levar nenhum tipo de bens materiais, independentemente de qual seja o destino da humanidade após a morte. O trecho acima é utilizado no romance de Fontes Ibiapina para reforçar um argumento de que os moradores de Sambambaia, apesar de não terem muitos recursos, não perderiam a oportunidade de gastarem o pouco dinheiro que viessem a ter, para satisfazerem suas necessidades, mesmo que seja apenas para divertirem-se.

Aliado a esse saber, encontra-se por trás um imaginário que associa as pessoas nordestinas e/ou do interior à ideia de festividade, possivelmente por ser um lugar frequentemente ligado às tradições de celebrar determinadas datas culturais, como as festas juninas. Indo um pouco mais além, também é possível captar um imaginário que concebe essas pessoas como avessas à economia, que seria uma atividade para sujeitos intelectuais, encontrados, de acordo com esse pensamento cristalizado socialmente, nos grades centros urbanos. Ademais, há também um imaginário de vagabundagem associado aos povos nordestinos naquela menção de despreocupação com o futuro, algo que pode ser visto, por exemplo, no personagem Alonso, quando, mesmo faltando alimentos para a sua família, decide gastar o pouco que ganhou com bebidas e prostitutas.

b. Opinião relativa

Dentre os outros tipos de saberes de opinião, a relativa foi de longe a mais recorrente na obra (57% das ocorrências). Como exemplo:

Não há quem me meta na cabeça que seja crime se pegar no alheio pra crianças inocentes não morrerem de fome. Só se Deus não fosse Deus! Crime, e até pecado, é a gente deixar os filhos se acabarem da barriga pregada no espinhaço, tendo um meio pra evitar. Ai sim!...Deus não perdoaria a um desgraçado desses. (IBIAPINA, 1985, p.120, grifo nosso).

Nesse trecho, o personagem Alonso utiliza de um saber de opinião relativa para reforçar um argumento de que roubar por necessidade não é crime nem pecado. Semelhante opinião pode ser compartilhada por uns e rejeitada por outros, que viessem a considerar o furto uma prática criminosa e pecaminosa independentemente das circunstâncias. A partir disso, observa-se dois imaginários mobilizados para a identificação dos personagens. O primeiro deles é o da pobreza e necessidade, historicamente associado às regiões nordestinas, que teriam um povo pobre e pedinte. O segundo deles é o da religiosidade, que diz que as pessoas nordestinas e/ou do interior guiariam suas ações e pensamentos de acordo com suas religiões.

c. Opinião coletiva

Por fim, trata-se de um tipo de opinião de caráter fortemente identitário, a qual, curiosamente, foi a menos utilizada em comparação com as demais (15% das ocorrências). O seguinte trecho é um exemplo disso: “— Gente rica pode viver sem honra, minha velha, porque o dinheiro cobre. Mas, pobre desonrado... melhor se desgraçar logo por uma vez” (IBIAPINA, 1985, p. 136)”.

Uma das identificações mais recorrentes dos personagens de *Vida Gemida em Sambambaia* é a de pobreza. No fragmento acima, ela é utilizada a favor dos argumentos de que os ricos são diferentes dos pobres e de que o dinheiro é capaz de maquiar o caráter das pessoas. Ademais, percebe-se um imaginário de que os ricos seriam pessoas desonestas e que estariam acima dos pobres. Para além disso, é notável também um imaginário que associa as pessoas nordestinas à condição de pobreza

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, observou-se a construção dos imaginários sociodiscursivos no romance *Vida Gemida em Sambambaia*, do escritor piauiense Fontes Ibiapina. Percebeu-se que a narrativa apresenta maior recorrência dos saberes de crença, em detrimento dos saberes de conhecimento, colaborando, assim, para apresentar os personagens conforme uma imagem caricata do que seria o sujeito nordestino.

Aliado a isso, é notável a presença de imaginários sociodiscursivos sobre o espaço e sujeitos piauienses fortemente atravessados por uma visão provinciana, trazendo à tona, principalmente, as imagens de abandono, sofrimento, necessidade, ignorância e tradição.

Por outro lado, considerando o projeto de Fontes Ibiapina de construção de discursos identitários sobre a região, é imprescindível reconhecer o valor dessa obra para a cultura piauiense, principalmente devido à sua suposta intenção de colocar em destaque vários elementos da cultura local, como as festividades, credices e superstições, fixando nas letras um canto do país historicamente deixado às margens.

REFERÊNCIAS

BARROS, Eneas. Fontes Ibiapina de fio a pavio. **Piauí.com.br**, [s. d.]. Disponível em: http://www.piaui.com.br/turismo_txt.asp?ID=513. Acesso em: 20 out. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. In: **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p.571-591, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/viewFile/857/433>. Acesso em: 08 fev. 2021.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. In: **Revista memento**. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, julho-dezembro de 2014. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826>. Acesso em: 15 out. 2020.

IBIAPINA, Fontes. **Vida Gemida em Sambambaia**. São Paulo: Clube do Livro, 1985.

LOPES, Maraisa; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; MOURA, João Benvindo de. **Linguagem, discurso e produção de sentidos**. São Paulo: Pá de Palavra, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1E4p24MwtwEIYLOBy9Cv86l8P1ww5IsmP/view> Acesso em 15 fev. 2021.

MACHADO, Ida Lucia. O ato de linguagem segundo a Semiolinguística: implicações, explicações e aplicações práticas. **Gragoatá**, [S. I.], v. 24, n. 50, p. 760-772, set.-dez. de 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/34125/23354>. Acesso em: 15 out. 2020.

MOURA, João Benvindo de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa. **Discurso, memória e inclusão social**. Recife: Pipa Comunicação, 2015.

MOURA, João Benvido de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa. **Sentidos em disputa:** discursos em funcionamento. São Paulo: Pedro & João editores, 2017. Teresina: EDUFPI, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11V18xIYEwS3LV3UnpkbjQj5xsuXK0zYf/view> Acesso em 15 fev. 2021.

MOURA, João Benvido de; LOPES, Maraisa [Orgs.]. **Discursos, imagens e imaginários.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 358p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/172snYhu2fwF0Wpd-blplg4dQa5H2Whh6/view> Acesso em 15.01.2021.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. **Clio-Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 28, n. 1, 26 p., 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24240>. Acesso em: 21 out. 2020.

RABELO, Elson de Assis. **A História entre Tempos e Contratempos:** Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 200, 2008.

A CONSTRUÇÃO DO ETHOS DO GOVERNO BOLSONARO EM CAPAS DAS REVISTAS VEJA E ISTO É: AS ESTRATÉGIAS DO DISCURSO

Maria Juliana Feitosa Guimarães

300

INTRODUÇÃO

Ao produzir um discurso o sujeito faz o uso das palavras de forma a inferir discursos já preexistentes, desenvolvendo no ouvinte um exercício de dedução e interpretação sobre aquilo que é falado, uma vez que o *ethos* está ligado ao modo que o locutor faz o uso da palavra constituindo uma imagem de si. Com isso, ao estudar a noção de *ethos* nos leva a pensar sobre a importância da relação semântico discursiva para essa construção de imagem de si.

Nesse sentido, observamos como a linguagem pode ser utilizada não apenas para a comunicação ou uma mera transmissão de informações, mas, também, para influenciar a sociedade. Partindo desse viés, por meio da compreensão do discurso como um efeito de sentido entre os interlocutores e não apenas como um instrumento centrado somente na comunicação, buscamos analisar o *ethos* no contexto do discurso midiático, visto que por se utilizar da linguagem a mídia desenvolve influência em relação ao corpo social, já que a linguagem não é neutra.

Posto isso, buscamos neste artigo analisar de que maneira há a construção do *ethos* do presidente Jair Messias Bolsonaro a partir das capas de revista *Veja* e *Isto é*, uma vez que os discursos que são veiculados através das capas de revista são formadores de opiniões devido às posições políticas e ideológicas assumidas por cada revista, nem sempre aparecendo de maneira explícita, em que, muitas vezes, utilizam-se de estratégias para persuadir o leitor. Desse modo, procuramos analisar a constituição dos discursos e posicionamentos ideológicos e políticos, bem como as relações semânticas e discursivas que auxiliam nesse processo, através do contexto social e histórico que se encontram inseridos.

Apresentamos, inicialmente, e de maneira breve, o panorama de alguns conceitos teóricos da AD, área que utilizamos como base para nossa pesquisa, discorreremos sobre a noção de *ethos*, em seguida abordaremos sobre o discurso midiático, noções fundamentais para a análise que utilizamos nesta investigação.

A NOÇÃO DE ETHOS NA ANÁLISE DO DISCURSO

Na retórica antiga de Aristóteles, o *ethos* estava fortemente ligado à arte da persuasão, o locutor tinha o intuito de promover confiança no auditório, sendo esse processo construído no momento da fala, relacionando-se às virtudes morais do orador. Desse modo, o *ethos* se caracteriza como uma imagem, seja verdadeira ou não, que o orador busca desenvolver no auditório com o intuito de persuadi-lo, já os filósofos romanos apoiavam-se na ideia de que o *ethos* já seria um dado pré-existente que o público tem do orador.

Nesse sentido, Reboul (2004, p. 48) afirma que o *ethos* “é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança”. Diante do que foi exposto, podemos notar, que de acordo com o auditório, o locutor usa as estratégias retóricas com intuito de obter a confiabilidade do público, bem como o caráter que o orador apresenta com o objetivo de tornar o que é dito com o fim de obter adesão do público.

Outrossim, na retórica antiga, o *ethos* estava centrado na oratória, já na análise do discurso, o *ethos* discursivo, está ligado ao ato de enunciação, há possibilidade de representações prévias do *ethos* do enunciador, constituindo-se de acordo com as posições dos sujeitos e da maneira que os sentidos se manifestam. O *ethos* discursivo é desenvolvido por Maingueneau (2011), diretamente relacionado à enunciação, que retoma ao *ethos* retórico de Aristóteles, desse modo, atribui ao fiador um caráter e uma corporalidade, sendo assim, é o que legitima a fala do enunciador.

Neste trabalho, iremos nos centrar no *ethos* na Análise do discurso por meio de teóricos como Maingueneau, Ruth Amossy e Charaudeau, em que essa noção está ligada a credibilidade que o locutor passa ao auditório, assim como a necessidade que o orador tem de se adaptar ao público, desse modo, percebemos a relevância das relações semântico-discursivas na construção do *ethos*, em virtude de que o discurso funciona não apenas como um meio para o processo

de comunicação, mas também de influência, através de uma avaliação e interpretação dos interlocutores sobre o que é dito pelos oradores. Assim, Maingueneau (2011) declara que:

O *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala; o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; é uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica. (MAINGUENEAU, 2011, p.17)

A reflexão supracitada implica que o *ethos* é manifestado de acordo como o locutor desenvolve a comunicação, por meio da maneira que as palavras são utilizadas, não de forma explícita, mas através de inferências que estão inseridas em um contexto social e histórico e que são interpretadas pelos interlocutores. Além disso, de acordo com Amossy (2005):

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. (AMOSSY, 2005, p.9)

Através dessa afirmação, compreendemos que o *ethos* do sujeito orador é construído durante a enunciação, por meio das práticas discursivas, assim como das escolhas linguísticas, com intuito de assegurar credibilidade aos ouvintes diante o que é dito. Dessa forma, a construção do *ethos* não se limita apenas ao discurso verbal, mas a esses outros processos que contribuem para a construção da imagem do locutor.

Além disso, no discurso político, fica evidente esse processo de construção de sentidos, em que o enunciador se torna um influenciador que através de seus argumentos que sejam convincentes, com o objetivo de conquistar e promover a credibilidade do público, assim busca sua legitimação, transformando-se, muitas vezes, em uma espécie de jogo de dominação e de interesses. Nessa ótica, Charaudeau (2015) evidencia que:

Um espaço de persuasão no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação. Todos os grandes políticos disseram, ou deram a entender, que a arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, um “sentir com os outros” que, é preciso acrescentar, os torna cegos quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais (CHARAUDEAU, 2015, p. 19).

Diante disso, a afirmação demonstra que esse processo de persuasão através dos argumentos se utiliza da emoção dos alocutários, com intuito de atingi-los, bem como da razão, é o que o autor evidencia como “gestão das paixões coletivas”, uma boa gestão significa nesse processo de convencimento, impor-se de maneira que esteja no lugar do público alvo de maneira que sintam confiabilidade perante o que é dito e assim sejam conquistados. Com isso, a representação da imagem de si depende de fatores linguísticos e extralinguísticos, configurado como uma espécie de discurso de poder, pois visa impor aquilo que é dito como verdade.

Nesse sentido, com o intuito de obter a adesão do alocutário, o locutor, por meio da transmissão de sentidos, busca repassar uma boa imagem, desse modo, o *ethos* constitui-se como um processo de construção da imagem de si, sendo resultado de diversos fatores como discursivos, pré-discursivos, semânticos, linguísticos, dentre outros, visto que o discurso serve também para influenciar o interlocutor. Nesse sentido, Charaudeau (2006) afirma sobre a noção de *ethos* que:

De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2006, p. 115).

Nessa perspectiva, para Charaudeau (2006), o *ethos* está relacionado a uma representação de si que é resultado não apenas a algo que é aprendido, mas que está de forma notória ligada à enunciação, bem como às formas de representação, vai além das competências linguísticas. Após a apresentação dos principais conceitos sobre a noção de *ethos* que servirão de embasamento teórico para nossas análises, a seguir, discutiremos sobre o discurso midiático.

O discurso midiático

A Análise do Discurso se relaciona com aspectos não apenas sociais, mas históricos e ideológicos na produção de sentidos, uma vez que o discurso é o objeto da citada teoria. Assim, ocorre a construção de sentidos de acordo com essa conjuntura em que os sujeitos se inserem. Ademais, a compreensão do discurso vai além dos fatores linguísticos, visto que, também é preciso observar os aspectos extralinguísticos, sociais, culturais por meio da troca de sentido entre os interlocutores, através das situações de comunicação.

Com isso, para a compreensão do discurso, faz-se necessário considerar as circunstâncias em que ele foi produzido, bem como suas condições de produção pois o discurso, ao ser produzido, não está livre de interferências, uma vez que a discursivização é resultado de enunciações e discursos que já foram produzidos, assim como interiorizados pelo âmbito social, histórico e ideológico em que os sujeitos estão inseridos.

Na construção do discurso, o locutor não está livre de interferências, uma vez que o processo de discursivização resulta de discursos já pré-existentes e que foram interiorizados pelo âmbito sócio-histórico em que os sujeitos estão inseridos, assim, há representações não apenas de sua visão de mundo, mas também de si mesmo. Desse modo, a mídia se utiliza da noção de difundir informações e gerar a comunicação para integrá-las nas diferentes esferas, como a social, econômica, política e cultural.

O discurso é composto por diferentes discursos já pré-existentes, denominados de interdiscurso, através de diversos contextos e lugares sociais, mas que estão unidos no interior de uma formação discursiva, logo, só há discurso devido essa existência de discursos anteriores que já significaram antes e que continuarão a existir.

Nesse sentido, de acordo com Charaudeau (2006), a mídia seria como um “espelho deformante”, visto que seria uma visão estereotipada e deformada do mundo, pois as mídias deformam realidade social existente. Assim, diante o que foi afirmado pelo autor, podemos perceber que a mídia transmite os fatos de modo com sua própria perspectiva, simplificando-os e fragmentando-os conforme esse pensamento, afastando-se da realidade, desse modo, busca chamar a atenção do destinatário diante o que é dito.

Além disso, o contexto é inerente ao sentido, visto que auxilia na produção de sentidos, bem como na compreensão e interpretação dos discursos. Outrossim, os discursos não são fixos, mas sim em

constante interação com outros discursos que já existem, com isso, os discursos são produzidos por meio do interdiscurso. Assim, de acordo com Brandão (2004):

Nessa relação interdiscursiva (com outros discursos, quer citando, quer comentando, parodiando esses discursos), disputa-se a verdade pela palavra numa relação de aliança, de polêmica ou de oposição. É nesse sentido que se diz que o discurso é uma arena de lutas em que locutores, vozes, falando de posições ideológicas, sociais, culturais diferentes procuram interagir e atuar uns sobre os outros. (BRANDÃO, 2004, p. 50).

Podemos inferir que o discurso, que são regidos por normas, depende da situação contextual e dos sujeitos para a produção de sentidos, evidencia-se, então, a noção de intradiscurso, assim para a compreensão dos discursos se faz necessário que haja essa relação com outros enunciados já existentes.

Ademais, a língua, inicialmente era vista como abstrata e neutra, porém, com o desenvolvimento de estudos começou a ser considerada como produto de uma interação social inserida em um contexto social, cultural e histórico, bem como de acordo com a visão de mundo, influências, inferências e deduções dos sujeitos. Nessa ótica, Bakhtin (2006) declara que:

A evolução da língua obedece a uma dinâmica positivamente conotada, ao contrário do que afirma a concepção saussuriana. A variação é inerente à língua e reflete variações sociais; se, efetivamente, a evolução, por um lado, obedece a leis internas (reconstrução analógica, economia), ela é, sobretudo, regida por leis externas, de natureza social. O signo dialético, dinâmico, vivo, opõe-se ao “sinal” inerte que advém da análise da língua como sistema sincrônico abstrato (BAKHTIN, 2006, p. 16).

Com isso, segundo o autor, a língua não é estática, devido ao processo de interação, bem como a conjuntura sócio-histórica em que os indivíduos estão inseridos no processo de comunicação, ela é dinâmica, logo, a língua produz discursos para ter existência e desse modo haver a produção de sentidos.

Além disso, segundo Charaudeau (2006), a mídia tem o intuito de despertar o interesse do público-alvo, a partir da afinidade do destinatário, tornando-se manipuladora, já que busca difundir

seus ideais a um grande número de pessoas e para a existência desse processo, é necessário que haja a figura de um manipulador e um manipulado.

Com base no que foi dito, compreendemos a influência que a mídia exerce perante a sociedade a partir dos interesses do público-alvo e, dessa forma, constitui-se modificando a realidade existente com o intuito de manipular os receptores, visto que a mídia não tem o intuito de apenas transmitir informações, já que ela constrói sua própria visão de mundo.

Ademais, essa influência ocorre de maneira evidente no âmbito político, uma vez que o indivíduo utiliza as mídias como forma de difusão de suas ideias, com o objetivo de assegurar credibilidade e visibilidade diante o que é dito e, com isso, contribuir para a construção de uma imagem positiva de si. Nesse viés, conforme afirma Charaudeau (2006):

O campo político é um domínio onde se movem relações de força simbólicas para a conquista e a gestão do poder. Se é claro que todas as fases desse jogo podem ser colocadas no mesmo plano sob o ponto de vista de uma ética política, é igualmente claro que nos encontramos aqui na articulação do que são as duas forças que animam a vida política: a idealidade dos fins (o político) e a disposição dos meios para atingi-los (a política). (CHARAUDEAU, 2006, p. 267)

De acordo com o que foi dito pelo autor, o discurso político visa obter a adesão do público, assim, o enunciador se utiliza de estratégias argumentativas e escolha de mecanismos linguísticos para obter uma ideia de verdade diante daquilo que é passado ao público, bem como de confiabilidade para influenciar e, desse modo, convencê-los.

Nesse sentido, a linguagem não funciona apenas como um mero instrumento de comunicação, mas, além disso, como meio de produção social, está contextualizada conforme os sujeitos agindo sobre o mundo de acordo com as posições ocupadas, inferências e ideologias.

A mídia não faz veiculação apenas de discursos informativos, mas também propagandísticos, didáticos, dentre outros. Assim, a organização do discurso dependerá de como o produtor desse discurso imagina ser o público-alvo, no que agradariam e conquistariam. Soma-se a isso, a diferença existente entre esses discursos está no que Charaudeau (2006) denomina de “status de verdade”, por exemplo, no discurso informativo ele se constitui como aquilo que já aconteceu.

Com isso, Charaudeau (2006), compara o discurso informativo com o didático, dispõe que não revela exatamente uma verdade, mas expõe de forma acessível denominando como “vulgarização” esse processo acessibilidade e a caracteriza como deformante. Nesse viés, podemos compreender a influência do discurso midiático, em que os produtores visam o público-alvo a ser atingido de acordo com seus destinatários, a partir de uma produção, a mídia, e uma recepção, o público.

Desse modo, mais adiante, discorreremos sobre a análise discursiva das capas de revistas VEJA e ISTO É, com o intuito de compreender como ocorre a construção do *ethos* do governo Bolsonaro que foram elaborados e veiculados por essas capas de revistas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE

Para a realização deste trabalho, utilizamos não somente o suporte teórico da Análise do Discurso de origem francesa, mas também seu instrumental metodológico. Nosso trabalho consta de uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Gil (2010, p.29), “A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”. Desse modo, a referida pesquisa é realizada por meio de livros, assim como teorias e temáticas que serão basilares para a construção da investigação proposta por nosso estudo.

Ademais, esta pesquisa se classifica como descritiva, pois “tem como objetivo a descrição das características de determinada população (...); de identificar possíveis variáveis (...); levantar opiniões. (GIL, 2010, p. 27). Soma-se a isso, é caracterizada como analítica e qualitativa, visto que buscamos analisar as duas capas que foram selecionadas a construção do *ethos* do governo Bolsonaro.

A amostra da pesquisa é composta por duas capas de revista, uma da revista *Veja*, uma da revista *Isto é*, as capas supracitadas se referem às edições de 2020, respectivamente ao mês de abril e mês de novembro, período de profundas polêmicas políticas frente ao cenário da pandemia, selecionadas por serem revistas de notória circulação e reconhecimento nacional devido suas publicações. As edições selecionadas foram coletadas virtualmente, por meio dos sites das referidas revistas. A seguir, iniciaremos a análise do *corpus* coletado.

Figura 1: Quem manda sou eu



Fonte: capa da revista Veja publicada em 24.04.2020.

A primeira capa foi publicada pela revista *Veja* em 24.04.2020, no contexto da pandemia do coronavírus. Podemos observar, na imagem central, o presidente Jair Messias Bolsonaro esboçando um sorriso. O título da capa “Quem manda sou eu” faz alusão à ideia de que o presidente se apresenta como autoritário e intransigente.

A revista está inserida no contexto da pandemia do coronavírus. O número de mortes começava a aumentar e a demissão do ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta revelava que o país estava à deriva. Por conta de pontos de vistas distintos entre o presidente e o

ministro sobre a questão do isolamento social, bem como com o uso do medicamento Cloroquina Mandetta perdeu o cargo. Tal fato causou grande repercussão nacional devido à demissão ter ocorrido em um momento de crise na saúde. Somando-se a isso, a revista cita o possível relaxamento do isolamento social, o que poderia desencadear uma nova onda da pandemia.

Ademais, a compreensão se dá pelo contexto social e histórico em que a revista foi inserida. Nesse meandro, conforme Orlandi (1999), aciona-se a memória discursiva, ou seja: “o saber discursivo que torna possível todo o dizer e retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. (ORLANDI, 1999, p.31).

Nesse sentido, a enunciação “quem manda sou eu” faz alusão a essa ideia de tomada de decisões feitas pelo presidente que são consideradas de risco. Fica explícito no trecho “numa aposta de alto risco”, a postura do editor em alertar sobre a situação. Desse modo, tal postura apresenta-se como uma crítica diante das atitudes do chefe de Estado, sobretudo, em um período de instabilidade por conta da pandemia.

Desse modo, a associação entre a imagem verbal e a não verbal constitui uma estratégia discursiva. De um lado a figura do presidente mostrada na imagem e abaixo um texto criticando a postura do presidente, contribuindo para a construção de um *ethos* de uma autoridade política despreocupada com a realidade da pandemia.

Com isso, há a construção de uma imagem negativa, trazendo a noção de que o presidente se utiliza da figura de autoridade para tomar decisões que são de risco para a nação brasileira. Essa ideia é reforçada pelo próprio título da capa, assim como pela imagem do presidente aparecendo de forma central, com um sorriso, segurando uma caneta. As linguagens verbais e não verbais se unem para a construção dessa imagem do presidente, procurando denotar a sua falta de credibilidade diante de tal postura.

Somado a isso, podemos dizer que a imagem resume a postura do editor ao se referir a uma aposta de alto risco, bem como complementa o sentido do título. Logo, podemos notar a crítica feita pela revista à atuação do presidente Bolsonaro em relação à pandemia. Assim, a construção do *ethos* de um líder político que atuou de forma perigosa diante de um momento de pandemia, demonstra um visível posicionamento de desaprovação por parte da equipe editorial da revista.

Figura 2: Inconsequente, irresponsável e insano



Fonte: capa da revista ISTO É publicada em 13.11.2020.

A segunda capa foi publicada pela revista Isto é, em 13.11.2020 e traz a imagem do presidente Jair Messias Bolsonaro trajado e com o rosto maquiado como o personagem Coringa, vilão da Dc Comics, caracterizado por ter um sorriso macabro, pela sua insanidade, maldade e psicopatia. Dessa forma, a revista faz uma crítica em relação à postura do presidente, bem como no tocante as suas declarações diante do contexto de pandemia pelo qual passa o país.

O uso de adjetivos como “inconsequente”, “irresponsável”, “insano” e “fanfarrão” atribui uma imagem negativa ao presidente,

uma vez que, no cenário brasileiro, acontece a pandemia do coronavírus, havendo o descaso do presidente diante da situação. Também se verifica um grande número de mortes e a ausência de medidas para minimizar essa problemática.

Além disso, a vacina que em outros países já estava sendo produzida e aplicada, no Brasil continuava a passos lentos, com o presidente recusando-se a aceitar sua eficácia e, por conseguinte, sem querer comprá-la. Assim, dentro desse contexto no qual a revista foi produzida, observamos a caracterização do presidente fazendo referência ao personagem coringa como uma crítica as suas atitudes. Trata-se de imagens de descaso e irresponsabilidade de um chefe de Estado diante da pandemia. Com isso, tais adjetivos citados pela revista constituem uma imagem negativa de Bolsonaro devido ao atual momento político pelo qual o Brasil passa.

Há também a presença de formas verbais como “tripudia”, “despreza”, “arma um circo”, “provoca”, “debocha” que reforçam essa imagem negativa e constroem uma imagem do presidente de irresponsabilidade e desprezo. Dessa forma, as imagens presentes na capa bem como as palavras escolhidas, através da associação entre imagens e textos, atuam no desenvolvimento dessa construção do *ethos*. De acordo com Charaudeau (2006), a mídia faz a “escolha de estratégias discursivas (...), escolha de efeitos de sentido” (2006, p. 39) com o intuito de influenciar o público.

A imagem do barril de pólvora derramando também constitui a construção de imagem do presidente, remetendo a uma explosão iminente. No contexto inserido seria uma alusão à falta de preocupação com tais problemáticas ocorridas no país. Além disso, a escolha do negrito em algumas palavras, bem como a escolha da cor vermelha em outras constitui-se como uma estratégia para chamar a atenção do leitor.

A palavra “insano”, em vermelho, produz destaque e faz alusão ao palhaço Coringa que possui essa característica, comparando, assim, o presidente Bolsonaro com esse personagem. Em seguida, no texto abaixo, há a presença de uma frase novamente destacada em vermelho: “desrespeito e descaso com os brasileiros”. A repetição dessa cor é feita novamente para chamar a atenção do leitor.

Por fim, podemos evidenciar que há a construção de imagens por parte da revista que pretendem associar a figura do presidente à de um palhaço insano e irresponsável. Um presidente que trata a nação com desdém e falta de humanidade. Tudo isso é evidenciado

através de procedimentos linguísticos como o uso de adjetivação pejorativa, palavras sutilmente selecionadas e em destaque, além de cores, imagens, enfim, efeitos de sentido que pretendem repassar para a sociedade uma imagem negativa do presidente, conforme a construção ideológica que permeia a linha editorial da revista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discorreu acerca da construção do *ethos* do presidente Bolsonaro nas capas de revista *Veja* e *Isto é*, baseando-nos no referencial teórico aqui discutido. Por meio da análise das capas observamos as relações linguísticas e discursivas, bem como os posicionamentos assumidos pelas revistas para a construção do *ethos*. Com isso, observamos o processo de construção de um *ethos de outrem*, uma vez que se relaciona ao governo de Bolsonaro.

Desse modo, como resultados, confirmamos que na capa da revista *Veja* há o intuito de construir um *ethos* de um presidente que faz escolhas arriscadas e que não dá a devida importância ao momento de pandemia. Com isso há a construção de uma imagem negativa e crítica ao seu governo, assim como na revista *Isto é* que relaciona a imagem de Bolsonaro à figura do personagem Coringa com o objetivo de associá-lo a uma figura irresponsável e insana.

Desse modo, confirmamos através de nossas análises que os discursos veiculados nessas capas de revista carregam posições ideológicas e políticas que contribuem para a formação da opinião pública com o intuito de persuadir e garantir a adesão dos leitores. Além disso, observamos a importância acerca do estudo do discurso e da linguagem na construção do *ethos* do governo Bolsonaro, para a compreensão dos efeitos de sentido e da persuasão através da linguagem, cuja manifestação produz a semiotização do mundo.

Logo, por meio de nossas análises, observamos o meio midiático como meio não apenas de veiculação de informações ou que auxilia na comunicação, mas como influenciador de opiniões e de persuasão do público de acordo com o ponto de vista dos enunciadores, neste caso, desenvolvendo a construção do *ethos* presidente Bolsonaro, por meio da associação entre imagem e texto, inferências e estratégias discursivas de persuasão.

REFERÊNCIAS

Amossy, Ruth. **Da noção retórica de ethos à Análise do Discurso**. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BAKHTIN, M. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

O DISCURSO JURÍDICO E AS PROVAS RETÓRICAS EM UM PROCESSO JUDICIAL: ANÁLISE DE UMA PETIÇÃO INICIAL

Patrícia Rodrigues Tomaz

314

INTRODUÇÃO

O discurso jurídico apresenta-se como um dos mais antigos, pautados na argumentação, na retórica aristotélica e no trabalho dos sofistas que percorriam as aldeias resolvendo querelas com base na força das ideias, da capacidade argumentativa e das estratégias de persuasão.

Dentre os gêneros do ordenamento jurídico temos a petição inicial. Neste trabalho, a petição objeto de análise compõe excertos dos autos de um processo de divórcio litigioso que envolve guarda compartilhada, partilha de bens, provisão de alimentos e acusação de alienação parental. Em linhas gerais, devido a alguns acontecimentos que abalaram a relação conjugal, o requerente entrou com pedido de divórcio em decorrência da desarmonia que se instaurou entre o casal. Os trechos analisados compõem a seção “Dos fatos” e descrevem algumas ocorrências que abalaram o casamento e os motivos, que foram expostos através de argumentos, que comprovam o fundamento do pedido com amparo na lei.

Dessa maneira, as petições são construídas através dos relatos dos fatos que deram origem ao processo e a descrição narrativa é imprescindível para levar o conhecimento da causa ao Estado Juiz, representado pelo magistrado. Na narrativa, o jurisdicionado, por meio do seu advogado, utiliza argumentos para mostrar que seu direito foi violado, bem como fundamentar o pedido seguindo o ordenamento jurídico vigente e exigindo a prestação jurisdicional do Estado. Como uma peça jurídica, está sujeita aos requisitos formais estabelecidos na legislação processual civil brasileira.

DA RETÓRICA À ANÁLISE DO DISCURSO: O ETHOS, O PATHOS E O LOGOS COMO MEIOS DE PROVA

Segundo Aristóteles (2007), é pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser a verdade. o orador não deve demonstrar somente credibilidade, mas se concentrar na tarefa de fazer confiável e persuasivo o seu argumento (*logos*), devendo ficar atento à sua própria imagem e à apresentação de si, tendo em vista que o seu caráter (*ethos*) também é objeto de avaliação do auditório, assim como a necessidade de colocar os destinatários numa determinada disposição mental (*pathos*), considerando que o indivíduo sofre ação de uma emoção, sendo afetado por ela, formando os três meios de convencimento ou provas retóricas (TOMAZ, 2020).

No transcorrer da história ocidental, a retórica foi ensinada como uma arte, depois perdeu a credibilidade, durante muito tempo esquecida, desaparecendo do ensino no final do século XIX. Mesmo assim, o estudo da retórica renasceu a partir da segunda metade do século XX, ressurgiu denominada de Nova Retórica. Nesse sentido, o pesquisador Chaïm Perelman foi o primeiro autor a resgatar a Retórica na contemporaneidade. Nessa sequência, ao lado de sua aluna Lucie Olbrechts-Tyteca, os estudiosos escreveram o livro mais importante dos autores, qual seja, o Tratado da Argumentação: a Nova Retórica, publicado em 1958.

Isto nos leva a observar que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) focalizam o objeto da Retórica para o estudo das “técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4). Perelman defende um espaço próprio para a argumentação, o estudo dos tipos de ligações entre a simples técnica de manipulação do auditório de um lado e a demonstração lógica do outro (TOMAZ, 2020).

Dando continuidade ao estudo das provas retóricas, identificamos nos estudos da linguista francesa Ruth Amossy (2005), ao tratar da noção de *ethos* (noção emprestada da Retórica), a autora considera a ligação entre os termos *apresentação de si* (usado inicialmente na Sociologia) e *imagem de si* que, juntos, convergem para a construção das identidades dos sujeitos que se constroem nas trocas languageiras. Nessa lógica, compreendemos que a “imagem de si” está diretamente relacionada ao *ethos* vindo da Retórica.

Efetivamente, na Análise do Discurso de linha francesa, doravante AD, a configuração do *ethos* sofre variações em função das situações comunicativas vivenciadas pelos interlocutores, ainda que os sujeitos envolvidos tenham ou não a intenção de persuadir. Essa noção apresentada por Amossy (2005), parte da perspectiva da Pragmática, dos estudos de Goffman (2012) sobre o gerenciamento de faces, depois retomado por Kerbrat-Orecchioni (2006), que amplia o conceito de *ethos* e identidade na interação verbal (DE MELLO, 2012).

Segundo Amossy (2005), no que tange ao estudo do *ethos*, a autora compartilha da teoria proposta por Maingueneau (2015) sobre a ideia de que a imagem de si não é mais forjada apenas na enunciação, mas pode ser construída antes mesmo da enunciação, algo que precede o discurso. Dessa forma, é possível dizer que o *ethos* discursivo mantém uma ligação com a imagem prévia que é feita do orador, pelas pistas deixadas, antes mesmo que este fale, o que caracterizaria aquilo que Maingueneau chamou de *ethos* pré-discursivo, mas, atualmente, substituiu pela noção de *ethos* prévio (MAINGUENEAU, 2018).

Nessa sequência, para Maingueneau (2008), a concepção de *ethos* é resultante da interação de diversos elementos. O *ethos* efetivo é formado pelo *ethos* pré-discursivo (ou *ethos* prévio) e o *ethos* discursivo, relacionando-se reciprocamente. O *ethos* pré-discursivo (ou *ethos* prévio) está diretamente relacionado aos estereótipos ligados aos mundos éticos, representações sociais cristalizadas, ou seja, situações que representam os modelos pré-construídos¹ pelo senso comum para atribuir características ao enunciador, para afirmar ou desconstruir um *ethos* prévio ou pré-discursivo (MIRANDA, 2011).

Há que se considerar ainda os estudos de Charaudeau (2017, p.115), para quem o *ethos* está ligado a toda enunciação discursiva e é resultado de uma encenação linguageira e “depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns aos outros” e resulta na constituição de uma dupla identidade que se funde numa só. Desse modo, “o sujeito aparece ao olhar do outro com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante uma identidade discursiva que ele constrói para si” (CHARAUDEAU, 2017, p. 115).

Nesse seguimento, Charaudeau (2017a) também considera o *ethos* uma relação entre aquilo que é dito e aquilo que existe previamente, o *ethos* prévio que, por sua vez, condiciona a construção

1 - Na Análise de Discurso, segundo Pêcheux, todo discurso pressupõe outro discurso que lhe é anterior.

do *ethos* discursivo, construindo figuras identitárias que o autor divide em duas categorias de *ethos*: o *ethos* de credibilidade (sério, virtuoso, competente) e o *ethos* de identificação (potência, caráter, inteligência, humanidade, chefe e solidariedade).

Mediante o exposto, compreendemos que o enunciador externa uma maneira própria de dizer, o que deve ser relevante, uma enunciação personificada em consonância com cada relação discursiva. Para Amossy (2005), qualquer ato de linguagem² implica a construção de uma imagem de si no discurso que pode ser negativa ou positiva. Maingueneau (2005) ressalta que é possível levantar estimativas acerca do *ethos* do enunciador, a partir do gênero do discurso escolhido e da posição ideológica adotada (TOMAZ, 2020).

Em suma, na Retórica e na AD o papel do ouvinte é fundamental, sendo que ambas reconhecem a importância da interação entre os sujeitos. Destarte, as marcas que irão compor o discurso serão definidas considerando o sujeito que fala, para quem fala e com quais objetivos fala. Na Retórica, o ouvinte é o auditório (particular ou universal) e na AD o co-enunciador ocupa essa posição.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Devemos ressaltar que não estamos analisando a conduta dos operadores de direito, mas sim as estratégias argumentativas que são produzidas no processo, na seção dos fatos, identificando escolhas lexicais e as marcas linguísticas essenciais para a eficácia da argumentação. Nesse sentido, o magistrado que presidir a causa assume o papel de julgador, buscando alcançar o equilíbrio entre as partes envolvidas. Na ação, como no *corpus* analisado, a petição inicial do autor apresenta diversos elementos de prova e argumentos que podem trazer consequências negativas para os sujeitos envolvidos no litígio, como será demonstrado a seguir.

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
QUARTA VARA
COMARCA DE CAXIAS
(Segredo de Justiça)
Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da __ Vara da Comarca de Caxias/
MA

2 - Segundo Charaudeau (2015), o ato de linguagem pode ser compreendido como uma combinação entre o espaço do fazer (instância situacional) e o de dizer (instância enunciativa), considerando a linguagem em uso numa estreita relação com as particularidades sociais e psicológicas do sujeito, refletindo suas intencionalidades. Assim, o ato de linguagem se configura como uma encenação (CHARAUDEAU, 2015).

PROCESSO: XXX-XX.XX.X.XX.XXXX. (XXXXXXXXXX)
Distribuição: XX/XX/XXXX 08:57:12 Volumes:1
JUIZ: YYYYY YYYYY YYYYY YYYYY
SECRETARIA JUDICIAL DA QUARTA VARA: YYYYY YYYYY YYYYY
OFICIAL DE JUSTIÇA: CLASSE CNJ: Divórcio Litigioso/Ação

No âmbito do Direito Civil, a petição inicial é dirigida ao juiz de direito da 4ª Vara da Comarca de Caxias, no Maranhão, área de atuação do magistrado, que representa o **auditório jurídico**. Nesse caso, o magistrado representa o **auditório particular**, ou seja, é representado por um único ouvinte; e **universal**, pois a função que exerce o determina como universal, representado a figura do Estado, sob a vigilância do Poder Judiciário. Nesse caso, a decisão proferida pelo magistrado poderá ser utilizada como embasamento e **argumentação** em outra ação.

Na seara jurídica, o Direito tem a função de regular a vida em sociedade, bem como solucionar conflitos, para preservar a harmonia social. Com efeito, o argumentante atua discursivamente, destacando informações sobre o requerente, situações constrangedoras vivenciadas por ele, fazendo uso de estratégias de patemização. Nessa peça processual, o magistrado é levado a verificar e julgar os atos da requerida através da apresentação das consequências negativas trazidas ao requerente.

O requerente é casado com a requerida desde XX.XX.XX, sob o regime de comunhão parcial de bens, conforme registro de casamento lavrado sob nº XXXX, fls. XXX-x, livro XX, do 3º Cartório do Registro Civil da Cidade de Caxias – MA (doc. anexo).

Da sociedade matrimonial nasceu em XX.XX.XXXX uma criança, YYYYY.

*Após 09 anos de convívio, o casal se separou de fato em XX.XX.XXXX e desde então o requerente deixou o lar conjugal, ficando a **criança** menor impúbere sob a guarda fática da requerida.*

Nos últimos anos de convívio, a requerida passou então a dirigir-se ao requerente com rispidez e palavras ofensivas, inadmissíveis ao convívio comum.

Nos trechos acima, vemos marcas de temporalidade, como “09 anos de convívio” e “nos últimos anos de convívio”. Nessa primeira parte, apontando o decurso do tempo da união até a efetiva separação. Na segunda, a conduta da requerida e os eventuais conflitos existentes indicam um ambiente hostil e produzem efeitos de sentido de sofrimento, criando uma imagem de humanidade no requerente

a fim de que o julgador adira ao seu discurso. Nesse sentido, os atos da requerida são reprováveis, uma vez que os aborrecimentos e as ofensas, que são de ordem patêmica, causaram um desgaste emocional no relacionamento.

A narrativa dos fatos é usada para não facilitar, bem como desconstruir a provável defesa da outra parte em seu favor, tentando persuadir e convencer o magistrado [auditório], apresentando uma tese favorável a si e que espera que seja atendida. Essas **premissas** apontam para uma **verossimilhança**, uma vez que o discurso apresentado pelo cônjuge, autor da ação, trata do que é provável e não do que é verdadeiro, das interpretações possíveis do saber jurídico, na tentativa de vencer o debate.

*O requerente contribui mensalmente para as despesas de sua antiga residência, fazendo a manutenção material de sua filha menor no importe de R\$ 1.091,00 (hum mil e noventa e um reais), que engloba despesas de supermercado, água, luz, internet e escola (docs. Anexos), porém, mesmo diante da presente contribuição do requerente nas despesas, **a requerida tratou por furto o ticket** alimentação do requerente para utilizá-lo sem qualquer critério e em compras que desconhece, chegando a gastar só nos dias XX.XX.XXXX e XX.XX.XXX R\$ 789,49 (setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos), fato este que foi levado a conhecimento da polícia (extrato ticket alimentação e B.O. anexos).*

Nesse trecho, o advogado do requerente, constrói uma imagem negativa de uma mãe enraivecida, desequilibrada, que pratica atos indevidos e sem controle pessoal e emocional, que vive perseguindo o requerente e não aceita a separação. Ao passo que constrói o ethos de sério, dada à credibilidade do requerente, como cuidadoso, responsável e que, mesmo em face do divórcio, continua cumprindo com seus deveres de pai e marido quanto ao sustento da casa e da criança. Dentro dessa ótica, a requerida é apresentada como culpada pelo fim do casamento, por ter um comportamento reprovável, inapropriado e instável.

Também é possível inferir que, ao relatar que “a requerida tratou de furto o ticket” e cometera um crime, o advogado transmite a imagem de uma pessoa mal-intencionada e um ethos prévio de inconsequente, construindo seus argumentos por meio de estratégias que desqualificam a ex-mulher perante o juiz. Em contrapartida, no excerto “contribui mensalmente para as despesas de sua antiga residência, fazendo a manutenção material de sua filha menor”, a seleção lexical e o uso de alguns recursos linguísticos contribuem para uma imagem de leveza e confiabilidade do requerente.

Acrescente-se ainda o fato da requerida, ter se dirigido à Delegacia da Mulher deste município **caluniando** o requerente, atribuindo a este **falsamente** o crime de violência doméstica, o que de imediato foi arquivado pela autoridade policial, vez que **não foi constatado qualquer traço violento no requerente** (intimação anexa).

Nesse seguimento, os argumentos de ordem patêmica são usados pelo advogado e chama a atenção para as atitudes da requerida, pretendendo que o magistrado julgue como reprováveis, em razão das consequências danosas para seu cliente, buscando comprovar que seu pedido tem fundamento com amparo na lei. As escolhas linguísticas feitas pelo procurador apontam para a construção de uma imagem favorável ao requerente, projetando um *ethos* de credibilidade. Ademais, “*não foi constatado qualquer traço violento no requerente*” projeta uma imagem positiva do seu cliente, sinalizando para o que já conhecemos e sabemos, que não deve existir violência de gênero.

No presente trecho, é importante destacar que a argumentação (logos) realizada pelo uso da emoção (*pathos*), quando bem utilizada, pode desempenhar um papel decisivo no processo de divórcio. Nesse caso, várias emoções negativas foram atribuídas à ex-esposa como raiva, ressentimento e mágoa, construindo uma imagem (*ethos*) de amargurada. Além disso, expressa indignação pelo comportamento condenável e injusto da requerida, que não pensou em sua família, não mediu as consequências do seu ato, estabelecendo um juízo de valor e criando um efeito patêmico, uma vez que as provas retóricas estão interligadas.

A requerida **persegue o requerente denegrindo sua imagem e de sua família** (mensagem de texto a serem apuradas via ATA NOTARIAL – CPC, art. 384), **inclusive tratando de expor sua criança** de apenas X (xxxxx) anos às discussões que provoca com o requerente, **falando inverdades para a criança e criando nesta um sentimento de repúdio contra o requerente**, tratando-se da odiosa prática da ALIENAÇÃO PARENTAL, que deverá ser alvo de investigação.

No excerto acima, o procurador narra a sequência de fatos buscando a adesão do auditório [magistrado] e apontando pontos negativos relacionados à conduta desrespeitosa da requerida, persegue e denigre a imagem do requerente e de seus familiares. Ainda, ao utilizar o operador “inclusive” adiciona um argumento mais forte a favor do seu cliente, qual seja, **expor a criança e imprimindo nesta um sentimento de repúdio pelo pai**. Assim, reforça conjecturas que poderão ser utilizadas em favor do seu cliente em uma eventual contestação, como na acusação de alienação parental.

Em relação a essa prática, a expressão síndrome da alienação parental, doravante SAP, foi criada pelo psiquiatra estadunidense Richard Gardner, em 1985, para a situação em que a mãe ou o pai de uma criança a induz a romper os laços afetivos com o outro genitor, criando sentimentos de ansiedade e rejeição em relação a ele. Na prática, os atos de alienação parental ocorrem porque uma das partes não aceita o fim do relacionamento amoroso. Por conta da raiva, passa a querer se vingar do antigo parceiro [ou parceira] e utiliza a criança, tentando colocá-la contra o outro genitor. No Brasil, é regulada pela lei nº 12.318/2010 com fundamento constitucional no princípio da paternidade responsável, previsto no artigo 226, § 7º da Constituição Federal.

No que tange à Ata Notarial, é uma inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil (BRASIL, 2015) e se constitui como um instrumento público através do qual o tabelião descreve determinadas situações ou fatos que lhes são apresentados pela parte interessada e o translada para seus livros de notas ou para outro documento, mediante lavratura de ata. É uma novidade trazida pelo artigo 384 do Código de Processo Civil, cujos dados podem ser representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos, bem como as mensagens de texto de *whatsapp*, podendo servir como prova nos autos do processo.

Embora o casal se encontre separado de fato, a requerida, procurada pelo requerente, negou-se a acertar consensualmente os termos do divórcio, não restando alternativa ao requerente senão optar pelo divórcio e requerer a dissolução da sua relação.

No excerto acima, o advogado reafirma a razão do requerente ao ingressar com o pedido de divórcio, provando a necessidade e legitimidade da ação. Como em um debate, há regras a serem cumpridas, as leis e as normas devem ser consultadas e utilizadas na ação petítória, para que o discurso se torne credível perante o auditório [magistrado] e obtenha uma decisão favorável. Nesse sentido, o advogado [procurador] da parte, defende seu cliente e sustenta a tese através dos seus argumentos e estratégias discursivas, desde que plausíveis e aceitas pelo juiz que arbitra sobre o direito das partes e profere a sentença.

No processo utilizado como modelo, para conquistar o auditório, as partes utilizam-se de estratégias argumentativas, escolhas lexicais, formulações carregadas de intencionalidade, de modo a influenciar o auditório. Dentro dessa ótica, as partes apresentam perspectivas diferentes, que modificam e geram efeitos de sentidos

diversos, tornando o discurso do outro contraditório, sendo o caráter especulativo uma característica do discurso jurídico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito ao estudo do gênero discursivo petição inicial, compreendemos que o advogado, após cuidar de questões formais em tópicos direcionados ao Judiciário, na Vara de Família, apresenta a descrição narrativa dos fatos, inicia sua argumentação, bem como fundamenta em pressupostos normativos existentes. Nesse seguimento, o magistrado que deverá presidir a causa e assumir o papel de julgador, buscará alcançar o equilíbrio e sua decisão será lei entre as partes.

Em suma, as análises mostraram que as provas retóricas estão intrinsecamente interligadas e a emoção, quando bem utilizada, pode desempenhar um papel importante na argumentação da petição inicial. Nesse sentido, o advogado construiu uma imagem positiva do requerente, a fim de conquistar a adesão do seu auditório, em contrapartida, imagens negativas da requerida, aqui representada pela ex-esposa.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Tradução Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-28.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel, 2007.
- BRASIL, Código de Processo Civil. In: Saraiva. **Vade Mecum Saraiva**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- BRASIL, Constituição Federal. In: Saraiva. **Vade Mecum Saraiva**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- DE MELLO, Renata Aiala. **Especificidades e interseções entre os conceitos de imaginários sociodiscursivos, imagem de si, estereótipos e representações sociais**. Anais do SIELP. Volume 2. Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN 2237-8758.

KERBRAT-ORECHIONI, Catherine. O ethos em todos os seus estados. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato. (Orgs.) **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, v. 3. p. 117-135.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de ethos discursivo. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-32.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo. Parábola editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de ethos. **Letras de Hoje**, v. 53, n. 3, p. 321-330, jul.-set. 2018. Estudos e debates em linguística, literatura e língua portuguesa Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS. ISSN: 1984-7726 | ISSN-L: 0101-3335. Tradução de Maria da Glória Corrêa di Fanti.

MIRANDA, Daniela da Silveira. **Discurso jurídico: constituição do ethos e orientação argumentativa**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo-SP.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOMAZ, Patrícia Rodrigues. **Discurso, retórica e mediação de conflitos**. Teresina: EDUFPI, 2020. E-book. ISBN 978-65-86171-58-7.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Rodrigues de Sousa – Mestranda em Letras pelo PPGEL/UFPI. Graduada em Letras-Português pelo PARFOR/UFPI. Professora da Educação Básica no município de Caraúbas – PI. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq.

Amanda Gabriella Lima Leal - Mestranda em Linguística pelo PPGEL-UFPI, graduada em Letras - Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Piauí, membro do Núcleo de pesquisa em de Texto, Gênero e Discurso-CATAPHORA, foi bolsista dos programas PIBID (Programa de Iniciação à Docência) e Residência Pedagógica. Atualmente atua como professora de educação básica da rede privada de Teresina.

Ana Carolina Carneiro de Sousa – Mestranda em Linguística pela UFPI e graduada em Letras-Português pela mesma instituição. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq.

Ana Jackelline Pinheiro Porto - Mestranda em Letras, área de concentração em Estudos da Linguagem, pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL/UFPI). Graduada em Letras – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente é membro do Núcleo de Pesquisa em Texto, Gênero e Discurso – Cataphora (UFPI).

Ariane Castro Alencar - Mestranda em Linguística pelo PPGEL/UFPI. Especialista em Estudos Linguísticos e Literários – Faculdade Única. Graduada em Licenciatura Plena/Letras-Português pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

Camila Magalhães Linhares – Mestranda em Linguística pela UFPI com graduação em Letras-Português pela mesma instituição. Especialista em Libras com Docência Superior pela Faculdade Evangélica do Meio Norte (FAEME). Foi professora do ensino técnico/tecnológico (EBTT) do Colégio Técnico de Floriano (CTF-UFPI). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq.

Fabrcício de Oliveira Nobre – Mestrando em Letras pela UFPI, com graduação em Letras-Português pela mesma instituição. Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Inglesa pela Faculdade Metropolitana de Teresina. É professor substituto do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) do Instituto Federal do Sertão Pernambucano - Campus Salgueiro-PE.

Francisca Jaqueline Ferreira de Oliveira – Graduanda em Letras-Português pela UFPI. Bolsista de Iniciação Científica. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq.

Heron Ferreira da Silva – Graduado em Letras Libras pela UFPI. Especialista em Libras com Docência Superior pela Faculdade Evangélica do Meio Norte (FAEME). Mestrando em Linguística pelo PPGEL/UFPI. Atualmente é servidor lotado na Coordenação do Curso de Letras Libras CCHL/UFPI, atuando como Tradutor Intérprete de Libras/Português. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq.

Ilana da Silva Rebello – Doutora em Letras pela UFF, é Professora de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, onde também atua na Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos da Linguagem e na *Lato Sensu* em Língua Portuguesa. É autora de artigos e capítulos de livros, tendo sido um deles publicado em *Análises de um mundo significado: a visão semiolinguística do discurso* (EdUFF, 2017).

Janayna Rocha da Silva – Doutoranda em Estudos de Linguagem pela UFF, mestra em Estudos de Linguagem pela mesma instituição e especialista em Língua Portuguesa pelo Liceu Literário Português. É professora na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Integra o Grupo de Pesquisa Leitura, Fruição e Ensino e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Linguística Textual.

Jaqueline Salviano de Sousa – Mestranda em Linguística pela UFPI e graduada em Letras-Português pela mesma instituição. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq.

Jesica Carvalho Sales - Mestranda em Linguística pelo PPGEL/UFPI, com graduação em Comunicação Social-Jornalismo pela mesma instituição e em Letras-Português pela UEMA. Especialista em Linguística, Literatura e Ensino pela Faculdade IESM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Estratégias de Comunicação - NEPEC/UFPI/CNPq.

João Benvindo de Moura – Possui doutorado e pós-doutorado em Linguística pela UFMG. Mestre e especialista em Linguística pela UFPI com graduação em Letras-Português pela mesma instituição. Docente da graduação e pós-graduação em Letras da UFPI. Editor da revista *Form@re*. Fundador e atual coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq. Membro da ABRALIN, do GELNE e do GT sobre Argumentação, da ANPOLL.

José Magno de Sousa Vieira – Doutorando em Linguística, linha de Estudos de Processos Discursivos pela UNEMAT. Mestre Linguística pela UFPI; Especialista em Linguística e Ensino e graduado em Letras-Português pela UESPI. Professor de Língua Portuguesa e Língua Latina do CCHL – CMPP/UFPI. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq.

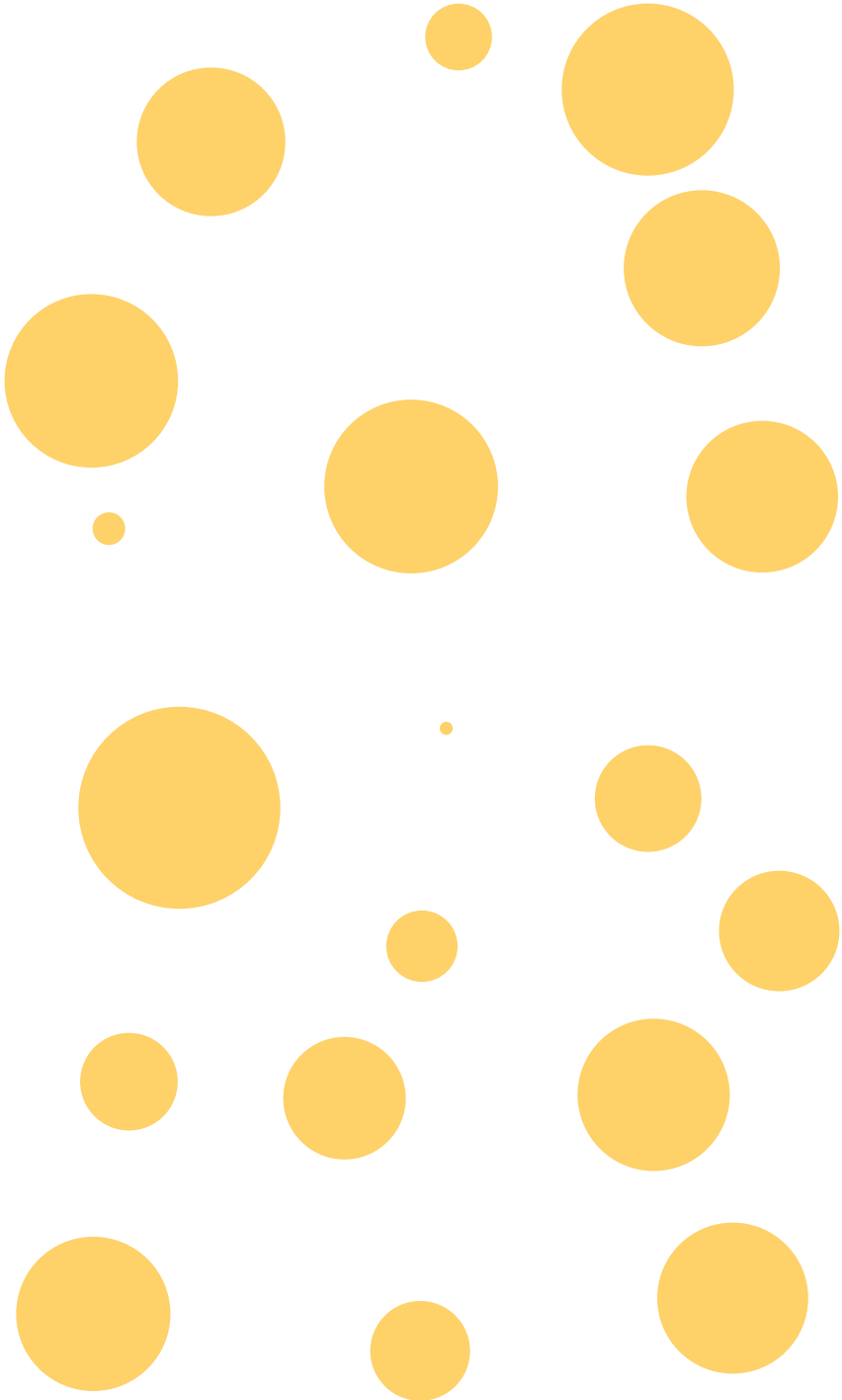
José Maria de Melo Sousa - Mestre em Teologia pela Faculdade EST (2020). Bacharel em Teologia pela FAEPI (2015) e graduado em Letras/Português pela UESPI (2017). Autor do e-book “O ethos no discurso pastoral do neopentecostalismo brasileiro”. Atualmente cursa Especialização em Docência no Ensino Superior e na Educação Profissional - EST e graduação em Ciências da Religião - EST.

Luis Felipe da Silva Castelo Branco – Acadêmico do curso de Letras – Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Desenvolve pesquisa de iniciação científica na área de Análise do Discurso, com ênfase na Teoria Semiolinguística e Discurso Literário. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq.

Maria Juliana Feitosa Guimarães: Graduada em Licenciatura Plena em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí (2019). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC / UESPI – Teresina – PI. (Período: Agosto/2017 até julho/2018). Graduanda em Direito pela Unifacid Wyden (2018- 2022).

Max Silva da Rocha – Doutorando e mestre em Linguística pelo PPGLL/UFAL. Especialista em Linguística Aplicada na Educação pela UCAM. Licenciado em Letras/Português pela UNEAL e professor colaborador de Linguística e Língua Portuguesa da mesma universidade. É sócio efetivo da ABRALIN e do GELNE. Pesquisa Argumentação, Análise do Discurso e Retórica na esfera religiosa e teológica.

Patrícia Rodrigues Tomaz – Advogada e mediadora extrajudicial de conflitos. Mestre em Linguística pela UFPI. Especialista em direito e processo civil (2015), especialista em mediação de conflitos (2018), ambas pela Estácio Teresina. Graduanda em Letras-Português pela Estácio Teresina. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq.



ÍNDICE REMISSIVO

Análise do discurso Semiolinguística 36, 37, 122;

Argumentação 7, 23, 26, 27, 28, 30, 41, 49, 50, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 64, 65, 66, 111, 118, 147, 172, 225, 233, 244, 247, 248, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 258, 314, 315, 318, 320, 321, 322, 323, 325, 326;

Argumento 12, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 40, 41, 45, 46, 55, 63, 66, 110, 111, 143, 154, 161, 162, 163, 225, 233, 234, 247, 248, 249, 252, 254, 255, 256, 257, 265, 272, 273, 274, 286, 291, 293, 295, 296, 297, 301, 302, 303, 314, 317, 320, 321, 328;

Aristóteles 6, 7, 8, 14, 31, 32, 40, 41, 49, 109, 110, 111, 118, 120, 136, 171, 172, 174, 186, 233, 301, 315, 322;

Ato de linguagem 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 26, 30, 32, 36, 37, 39, 42, 50, 51, 52, 70, 73, 7214, 215, 216, 217, 220, 223, 225, 230, 231, 232, 249, 250, 253, 261, 262, 263, 273, 281, 282, 283, 284, 291, 298, 303, 317, 328;

Auditório 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 40, 41, 42, 112, 117, 172, 182, 233, 234, 241, 242, 273, 301, 315, 317, 318, 319, 320, 321;

Comunicação 16, 18, 20, 21, 22, 28, 31, 32, 36, 37, 41, 42, 50, 53, 55, 56, 66, 68, 69, 70, 219, 220, 221, 222, 226, 227, 230, 237, 244, 245, 250, 251, 262, 263, 271, 282, 283, 284, 286, 298, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 325;

Contrato de comunicação 20, 21, 22, 31, 32, 53, 55, 56, 66, 69, 72, 75, 94, 122, 123, 124, 150, 212, 214, 226, 244, 251, 263;

Coronavírus 9, 121, 129, 130, 219, 308, 310, 328;

Covid 328;

Cultura 18, 20, 22, 23, 54, 60, 87, 112, 113, 121, 124, 132, 141, 142, 156, 157, 167, 168, 174, 175, 176, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 201, 211, 219, 220, 222, 225, 226, 227, 230, 286, 287, 289, 290, 296, 297, 303, 304, 305, 328;

Discurso político 7, 32, 49, 119, 133, 147, 279, 306, 313, 322;

Ensino 51, 60, 86, 157, 178, 212, 324, 325, 328;

Enunciação 11, 25, 36, 40, 41, 47, 74, 110, 112, 114, 136, 137, 139, 148, 150, 153, 168, 172, 173, 182, 184, 256, 257, 258, 259, 271, 272, 273, 301, 302, 303, 309, 316, 317;

Estereótipos 125, 126, 137, 140, 145, 147, 163, 164, 174, 180, 181, 183, 190, 204, 206, 279, 298, 316, 322;

Ethos 6, 8, 9, 10, 11, 24, 26, 31, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 227, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 307, 309, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 319, 320, 322, 323, 326;

Facebook 129;

Gênero 7, 9, 10, 12, 35, 37, 50, 51, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 74, 78, 86, 90, 96, 104, 111, 114, 121, 133, 137, 138, 139, 157, 167, 190, 191, 201, 205, 206, 207, 208, 210, 243, 314, 317, 320, 321, 324;

Identidade 16, 19, 21, 37, 42, 48, 49, 53, 71, 74, 85, 94, 126, 139, 167, 168, 174, 175, 176, 178, 182, 183, 185, 187, 198, 207, 216, 222, 226, 250, 262, 263, 265, 272, 315, 316, 328;

Ideologia 35, 79, 107, 120, 141, 145, 153, 169, 170, 175, 206, 209, 212, 265, 267, 272, 276, 285, 306, 328;

Imagem 6, 11, 17, 18, 40, 41, 255, 256, 257, 258, 259, 265, 287, 289, 297, 300, 301, 302, 303, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 328;

Imaginários 9, 10, 11, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 284, 285, 286, 290, 291, 294, 297, 298, 322;

Informação 64, 70, 72, 74, 75, 79, 84, 86, 211, 216, 221, 237, 242;

Instagram 130, 131, 132, 218, 328;

Internet 9, 10, 107, 135, 142, 223, 236, 271, 319, 328;

Jornalismo 211, 219, 222, 227, 325;

Logos 26, 31, 111, 172, 233, 265, 268, 315, 320;

Lógica 7, 9, 10, 26, 31, 36, 52, 53, 312, 315, 316, 317, 326;

Mulher 8, 9, 28, 35, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 68, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 99, 100, 207, 208, 209, 222, 239, 240, 243, 289, 319;

Pandemia 9, 120, 121, 128, 129, 130, 132, 133, 218, 219, 220, 225, 226, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 328;

Pathos 24, 26, 31, 40, 111, 233, 235, 265, 315, 320;

Pertinência 20, 22, 40, 61, 267;

Redes sociais 135, 147, 177, 223, 239, 240, 329;

Regulação 22, 23, 53, 72, 263;

Representações sociais 10, 43, 120, 125, 126, 132, 133, 135, 137, 151, 152, 164, 264, 284, 316, 322;

Revista 9, 10, 11, 35, 36, 43, 44, 64, 65, 66, 67, 68, 76, 77, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 104, 108, 113, 114, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 244, 245, 279, 280, 298, 299, 300, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 325, 329;

Semiolinguística 6, 7, 8, 155, 163, 164, 170, 186, 190, 212, 213, 226, 227, 230, 231, 232, 237, 246, 247, 250, 251, 260, 261, 262, 264, 270, 271, 279, 281, 282, 298, 325, 326;

Semiotização 15, 122, 260, 262, 263, 264, 272, 278, 281, 284, 312;

Sentido 7, 9, 10, 13, 15, 16, 265, 270, 281, 282, 283, 290, 298, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 309, 312, 315, 317, 318, 321, 322;

Subjetividade 25, 73, 107, 142, 152, 217, 222, 264, 265, 266;

Sujeito 6, 11, 14, 15, 16, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 290, 291, 296, 297, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 315, 316, 317;

Tirinhas 9, 120, 121, 128, 129, 132;

Twitter 142, 143, 144, 145;

Violência 35, 43, 77, 147, 211, 319, 320;

YouTube 107, 116, 177, 271, 280, 329;

A origem da Retórica é atribuída a Aristóteles cuja sistematização dos estudos sobre os meios de persuasão permitiram forte ascensão dessa disciplina numa sociedade ateniense que primava pela democracia, exercida, sobretudo, através dos debates públicos. Sufocados pelo conceito de verdade absoluta instituído no mundo medieval, os estudos retóricos entram em declínio, ressurgindo, porém, no século XX com força avassaladora. Aproximando-se da Análise do Discurso, produzem um diálogo profícuo com a Semiologia, ressignificando os estudos da Argumentação e da trilogia aristotélica: ethos, pathos e logos. É neste amálgama entre a Retórica e a Semiologia que esta obra se situa. Buscando aplicar este instrumental teórico para analisar modernos e complexos gêneros discursivos, pesquisadores diversos apresentam nesta obra os resultados de seus trabalhos em dezoito capítulos, procurando desvelar os efeitos de sentido que emanam do mundo que nos rodeia.